

PROJETO DE LEI Nº 399, de 29 de agosto de 2025.

Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental para o Quadriênio 2026 - 2029.

O Povo do Município de Itabirito, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E O PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG para o quadriênio 2026 - 2029, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal de 1988 e no art. 108, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Itabirito.

§1º - Ficam estabelecidas, para o período a que se refere o *caput* deste artigo, os programas, ações e demais instrumentos da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, acompanhadas de seus respectivos indicadores, metas físicas e financeiras, e estimativas dos montantes de recursos a serem aplicados.

§2º - A estrutura programática do PPAG está organizada de forma a assegurar a integração entre os planos setoriais, os objetivos estratégicos da gestão municipal e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030 da ONU.

Art. 2º - São prioridades da administração pública municipal e integram a base estratégica do PPAG 2026 – 2029, definidas com base no planejamento estratégico de longo prazo e nas contribuições oriundas do processo de participação social, as seguintes:

I – ampliar o acesso da população aos serviços de saúde, com novas modalidades de atendimento observadas as prioridades e metas do Plano Municipal de Saúde;

II – expandir os serviços de saneamento básico e garantir a qualidade do meio ambiente, observadas as prioridades e metas do Marco Regulatório do Saneamento Básico;

III – garantir a oferta de serviços de proteção social à população em situação de vulnerabilidade, observadas as prioridades e metas do Plano Municipal de Assistência Social;

IV – promover a reestruturação das carreiras dos servidores municipais, com a adequação dos respectivos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos;

V – assegurar o acesso à educação especial, observadas as prioridades e metas do Plano Municipal de Educação;

VI – implementar políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Parágrafo Único - Além das prioridades estabelecidas neste artigo, as leis de diretrizes orçamentárias anuais poderão contemplar novas prioridades para os exercícios de 2027, 2028 e 2029, nos termos do disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 3º - O Plano Plurianual de Ação Governamental 2026 – 2029 organiza a atuação governamental em programas e ações de acompanhamento intensivo e geral, que visam atender ao conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e aos eixos estratégicos definidos para cada uma das áreas de resultados, quais sejam:

- I – Governança, Eficiência Fiscal e Transparência;
- II – Educação;
- III – Saúde e Bem-estar;
- IV – Infraestrutura e Mobilidade Urbana;
- V – Sustentabilidade;
- VI – Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública.

§ 1º - Cada programa constitui um instrumento de organização da ação governamental, articulando objetivos, ações, metas físicas e financeiras, indicadores de desempenho e entregas à sociedade.

§ 2º - Os programas e ações previstos no PPAG observarão os princípios da integração intersetorial, da transversalidade das políticas públicas e da articulação federativa.

Art. 4º - As diretrizes, objetivos e metas do PPA 2026 – 2029 são orientadas, também, pelo compromisso do Município com a Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Parágrafo Único - Para fins do disposto no *caput*, são reconhecidos os seguintes ODS:

- I – ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- II – ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- III – ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
- IV – ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
- V – ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- VI – ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
- VII – ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos;
- VIII – ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;
- IX – ODS 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- X – ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- XI – ODS 11: Tornar a cidade inclusiva, segura, resiliente e sustentável;
- XII – ODS 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- XIII – ODS 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

- XIV – ODS 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- XV – ODS 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- XVI – ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- XVII – ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
- XVIII – ODS 18: Promover a igualdade étnico-racial, com foco nas desigualdades que afetam povos indígenas e a população negra.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PPAG

Art. 5º - Integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo 1: Panorama Socio Econômico de Itabirito;
- II – Anexo 2: Meta Financeira por Órgão e Unidade;
- III – Anexo 3: Desmonstrativo da Receita por ano;
- IV – Anexo 4: Relação de Programas Detalhados.

Art. 6º - Os programas, como instrumento de organização das ações de governo no âmbito da administração pública municipal, ficam restritos àqueles integrantes do PPAG 2026 – 2029.

Art. 7º - As estimativas de valores de receitas e despesas constantes nos Anexos desta lei e suas metas físicas foram fixadas de modo a conferir consistência ao PPAG, não se constituindo em obrigatoriedade ou limites à programação das despesas nas leis orçamentárias anuais.

§ 1º - As leis de diretrizes orçamentárias estabelecerão as prioridades para cada ano do período a que se refere o caput deste artigo, promovendo os ajustes eventualmente necessários ao PPAG 2026 – 2029.

§ 2º - As leis orçamentárias anuais para o período de 2026 a 2029 devem ser compatíveis com os programas e metas constantes nesta lei, podendo criar, alterar ou excluir ações orçamentárias para o ano de sua vigência, além de desdobrar as ações previstas neste PPAG 2026 – 2029 em classificações econômicas.

§ 3º - As metas físicas referidas no *caput* norteiam as ações da Administração Pública Municipal e correspondem às quantidades e valores estimados, não constituindo limites para o cumprimento dos objetivos do plano de que trata esta Lei.

Art. 8º - A estrutura e classificação orçamentária do PPAG 2026 – 2029 observam o disposto na Portaria MOG nº 42 de 14 de abril de 1999.

Art. 9º - O Plano Plurianual de Ação Governamental 2026-2029 deve ser integrado as ações de implementação do Planejamento Estratégico do Município Itabirito 2050 – VISÃO PARA O FUTURO, assegurando coerência entre a visão de longo prazo, os objetivos estratégicos e a programação orçamentária plurianual, em consonância com as diretrizes e objetivos do governo e com a Agenda ODS.

Parágrafo Único - Cada programa indicará o(s) objetivo(s) estratégico(s) a que se vincula, os indicadores e metas para o quadriênio e os projetos vinculados, com escopo, custo estimado e unidade responsável.

CAPÍTULO III DA GESTÃO DO PPAG

Seção I Disposições Gerais

Art. 10 - A gestão do PPAG 2026 – 2029 consiste na articulação dos meios institucionais, administrativos, orçamentários e operacionais necessários para viabilizar a consecução das suas metas, com atenção especial à garantia de acesso aos direitos por parte dos segmentos populacionais mais vulneráveis.

§1º - A gestão do PPAG buscará o aperfeiçoamento contínuo:

- I – dos mecanismos de implementação, integração e regionalização das políticas públicas;
- II – dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPAG 2026 – 2029.

§2º - A gestão e execução do PPAG 2026 – 2029 observará os princípios da eficiência, eficácia e efetividade, e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas e ações que o compõem.

Art. 11 - A administração pública municipal, direta e indireta, poderá realizar transferências totais ou parciais de dotações orçamentárias, desde que limitadas à mesma ação orçamentária (atividade, projeto ou operação especial), à mesma natureza de despesa e à mesma categoria econômica, ainda que envolvam fontes distintas de recursos, sem que isso seja considerado transposição ou transferência para fins do art. 7º, I da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 12 - Compete ao Poder Executivo estabelecer normas complementares para a gestão do PPAG 2026 – 2029.

Seção II Do Monitoramento e da Avaliação do Plano

Art. 13 - O monitoramento é atividade sistemática de acompanhamento da implementação de cada programa do PPAG, com foco no alcance de seus objetivos e metas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação, execução e implementação.

Art. 14 - O PPAG 2026 – 2029 será monitorado e avaliado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, competindo-lhe diretrizes, metodologias e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento e da avaliação desse plano.

§ 1º - Os programas estratégicos definidos no PPAG 2026 – 2029 serão objeto de gestão intensiva pelos órgãos e entidades responsáveis pela gestão da área, que deverão detalhar as etapas de execução e elaborar relatórios periódicos de monitoramento, sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, Diretoria de Planejamento, Financiamento e Projetos Estratégicos.

§ 2º - A apresentação dos relatórios de monitoramento das metas dos programas estratégicos ocorrerá, preferencialmente, de forma quadrimestral, em articulação com as audiências públicas de prestação de contas previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 15 - As unidades responsáveis pelos programas e ações constantes nos anexos desta lei deverão manter atualizadas, ao longo dos exercícios financeiros do período de vigência do Plano, as informações referentes à execução física e financeira dos programas e ações, bem como à apuração dos indicadores definidos no PPAG 2026 – 2029.

Art. 16 - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 120 (cento e vinte) dias após a abertura de cada sessão legislativa, o relatório da avaliação dos programas e ações do PPAG referentes ao exercício anterior, contemplando:

- I – os principais resultados alcançados;
- II – a execução física e financeira das ações;
- III – a apuração dos indicadores e o cumprimento das metas definidas.

Seção III **Das Revisões e Alterações do PPAG**

Art. 17. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal se necessário concomitantemente ao envio da Proposta de Lei Orçamentária Anual, o Projeto de Lei de revisão do PPAG 2026 – 2029, que conterá:

- I – demonstrativos atualizados dos anexos do PPAG 2026 – 2029, contendo as inclusões, exclusões e alterações, qualitativas ou quantitativas, efetuadas em programas, indicadores, ações e demais atributos;
- II – demonstrativos de programas e ações incluídos e excluídos, acompanhados da exposição sucinta das razões que motivaram a alteração.

§ 1º A exclusão, inclusão ou alteração de programas e ações constantes nesta Lei serão propostas pelo Poder Executivo por meio de:

- I – projeto de lei de revisão anual do PPAG;
- II – projetos de lei específicos;
- III – créditos especiais.

§ 2º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações (Projetos, Atividades e Operações especiais), inclusive seus produtos e respectivas metas, poderá ocorrer por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 18 - O Poder Executivo poderá dispor, mediante Decreto, sobre a compatibilização dos valores contidos nos anexos do PPAG 2026-2029 referentes às Receitas, Fontes de Recursos, bem como às Metas Fiscais e Financeiras, com base nos valores finais constantes nas Leis Orçamentária e de Diretrizes Orçamentárias de cada ano de vigência do Plano Plurianual de Investimentos.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 - O Poder Executivo municipal promoverá mecanismos de participação social na elaboração, monitoramento e avaliação do PPAG 2026 – 2029, por meio de audiências públicas, cuja forma de realização, chamamento público, datas e locais serão definidos em regulamento próprio, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - A participação social será assegurada mediante a submissão do PPA aos Conselhos representativos das políticas públicas municipais, para fins de deliberação, considerando o planejamento disposto nos Planos Municipais.

Art. 20 - O Poder Executivo divulgará, no sítio eletrônico oficial do Município de Itabirito, as seguintes informações relativas ao PPAG 2026 – 2029:

- I – o texto atualizado da Lei que dispõe sobre o PPAG 2026 - 2029, incluindo seus anexos;
- II – os relatórios de monitoramento, contendo a execução física e financeira das ações do PPA, com periodicidade definida pela SEPLAN;
- III – o Relatório Anual de Avaliação do PPAG 2026 – 2029;
- IV – as leis de revisão do PPAG com as respectivas alterações na programação, acompanhadas de demonstrativos de inclusão e exclusão de programas e ações e suas justificativas;
- V – os relatórios quadrimestrais de monitoramento das metas relativas aos projetos estratégicos e transformadores, constantes no PPAG 2026 - 2029.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itabirito, 29 de agosto de 2025.

ELIO DA
MATA
SANTOS:50
547917600
Élio da Mata Santos
PREFEITO MUNICIPAL

Assinado de forma
digital por ELIO DA
MATA
SANTOS:50547917
600
Dados: 2025.08.29
16:29:18 -03'00'

MENSAGEM DO PREFEITO DE ITABIRITO

Este PPAG 2026-2029, que apresento à Câmara Municipal de Itabirito e à sociedade Itabiricense, é um marco na continuidade da capacidade de planejamento do nosso Município.

Esse plano é uma construção realizada através dos esforços de todas as Secretarias da Prefeitura, a Autarquia do SAAE e o Poder Legislativo, consolidando a agenda estratégica do governo empossado em 1º de janeiro de 2025 que busca continuar no rumo certo, transformar Itabirito em uma cidade de oportunidades que inova, preserva e acolhe, criando um futuro extraordinário para todos.

O Plano Plurianual de Ação Governamental 2026-2029, foi elaborado envolvendo a participação popular, com a realização de caravanas em 19 bairros da cidade e nos distritos, além de entrevistas com agentes de transformação da sociedade civil, entidades integradas, empresas privadas, além de promover reuniões técnicas com mais de 100 servidores públicos de todas as áreas das políticas públicas e realizar audiência pública com a participação de adolescentes da rede municipal de ensino e contribuições da sociedade através do edital e chamada pública online.

A iniciativa permitiu a coleta de contribuições diretas da população em temas fundamentais, como saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente e segurança pública. Dessa forma, obtivemos um diálogo aberto e participativo entre o Poder Público e os cidadãos, fortalecendo a transparência, a legitimidade e a efetividade das políticas públicas que nortearão o desenvolvimento do município nos próximos quatro anos.

Em nosso Plano de Governo assumimos o compromisso de juntos, construir um futuro mais próspero e sustentável para todos e continuar no rumo certo com as nossas ações de gestão compartilhada, aliadas nas boas práticas no serviço público, afinal Itabirito Não Pode Parar!

Os desafios serão enormes, assumimos uma gestão de continuidade com a busca da excelência na gestão pública e teremos grandes enfrentamentos para colocar em prática nosso planejamento. Teremos a frente do nosso governo uma expressiva Reforma Tributária que nos levará refletir sobre a economia local e as ações rápidas e eficazes para melhoria da arrecadação e consequentemente prezar pela boa execução das políticas públicas, apresentando resultados para cada cidadão de forma criativa, celere e com eficiência dos gastos públicos.

Daremos continuidades a diversas agendas que ainda carecem de ações concretas do poder público e que mantém a esperança dos nossos cidadãos em uma gestão que olha para o futuro, atuando firme no presente com legados fortes e promissores.

Este documento de transformação da cidade, será governado com Austeridade, Eficiência, Comprometimento em busca de uma Cidade Excelente para se Viver, Construir e Investir, alinhado com os anseios da população. Somos um território minerador, que enfrenta os mais diversos desafios e intercorrências, especialmente da macronomia, por isso, necessitamos está sempre apoiados em um planejamento eficaz e eficiente para que a oferta da política pública ocorra sempre com qualidade e com melhores investimentos.

O Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG; referente ao quadriênio de 2026 a 2029 para o Município de Itabirito, tem o objetivo de manter e ampliar as conquistas alcançadas e estabelecer uma continua visão estratégica com decisões voltadas para promover o desenvolvimento sustentável, a melhoria de qualidade de vida e, ainda, ser capaz de levar política pública de qualidade a todos os cidadãos do Município.

A elaboração deste PPAG 2026-2029 inovou sobretudo na incorporação de três significativos aspectos: 1) simplificação – explicitando no projeto de lei apenas o previsto na Constituição; 2) realismo fiscal – decorrente do arcabouço legal vigente e do contexto atual de análises macroeconômicas para alcance dos recursos públicos; 3) integração com as metas e compromissos de gestão das secretarias e com a avaliação de políticas públicas, permitindo efetivar o ciclo orçamentário no Governo Municipal.

Nesse sentido, o PPAG 2026-2029 resgata a dimensão estratégica de planejamento, plenamente consistente com as diretrizes e as prioridades de médio prazo do Governo Municipal. Integra o planejamento à avaliação de resultados, assim como ao controle e às execuções financeira e orçamentária.

O PPAG 2026-2029 se constituiu como resultado da junção do Plano de Governo proposto, dos Planos Municipais vigentes para 10 anos, incluindo os Planos Estaduais e Nacionais das áreas finalísticas de governo, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e, ainda, da contribuição de todas as secretarias municipais para o planejamento estratégico Itabirito 2050, assegurando uma proximidade maior entre o planejamento e a execução fática deste instrumento.

Em cumprimento à legislação vigente, em especial o art. 3º da Portaria MOG nº 42/1999, o Município estabeleceu suas estruturas próprias de programas, com seus respectivos códigos e identificações, que respeitassem o critério de associação entre a função de Governo e a sua respectiva subfunção, conforme define a retrocitada portaria.

Nessa perspectiva, conforme legislação vigente, os programas constantes no PPAG 2026-2029 caracterizam-se como instrumentos da atuação governamental capazes de articular um conjunto de ações, as quais concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido visando à solução de um problema ou, ainda, o atendimento de determinada demanda social.

Destarte, tais programas se desdobram em ações, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, em que constam as especificidades dos respectivos valores, metas e unidades orçamentárias necessárias para a concretização das ações.

Isto posto, em cada ação são demonstradas suas respectivas finalidades com efeito de diretrizes, metas ou prioridades com vigência anual compondo, assim, um planejamento tático para colaborar no alcance dos objetivos estratégicos pertencentes ao respectivo programa ao qual a ação se vincula.

Não obstante, as ações se configuram como operações das quais resultam produtos bens ou serviços, que contribuem para atender os objetivos do programa a que se vinculam e, conforme suas características, se classificam em atividades, projetos ou operações especiais.

Diante disso, as atividades, por sua vez, são instrumentos de programação cujo fito é alcançar o objetivo de um programa, por meio de um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. Este é, verdadeiramente, um PPA participativo!

Itabirito resgatou a capacidade de planejar. Por isso este PPA foi elaborado com a mais ampla participação de todos os tempos, dentro e fora do governo. Somente a partir de um planejamento fiscalmente responsável, que seja capaz de articular esforços e recursos públicos e privados e mobilizar as forças da sociedade, será possível transformar os nossos desejos e as nossas aspirações em realidade para melhorar a vida dos nossos cidadãos.

Os 47 programas propostos, os recursos orçamentários alocados, as iniciativas e entregas previstas convergem para um só rumo, a construção da nossa visão de futuro: "Uma cidade democrática, justa, desenvolvida, excelente, inovadora e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades".

Esta é a Itabirito que desejamos para todos pois Itabirito Não pode Parar!

Itabirito, 29 de agosto de 2025

Por fim, tenham uma ótima leitura.

1. PANORAMA SOCIOECONÔMICO DE ITABIRITO

1.1. História do município

A história de Itabirito remonta ao final do século XVII, quando as descobertas auríferas em Sabará e Ouro Preto provocaram intenso fluxo populacional para o centro de Minas Gerais, formando arraiais, freguesias e vilas. Em 1709, a chegada do capitão-mor Luiz de Figueiredo Monterroyo e de Francisco Homem Del Rey à região do Pico de Itaubyra (atual Pico de Itabirito) impulsionou os primeiros núcleos de povoamento e a extração de ouro. O arraial recebeu o nome de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itaubyra do Rio de Janeiro, em referência à imagem retirada da nau capitânia, e ergueu-se ali a Ermida de Nossa Senhora da Boa Viagem, depois capela curada. Com o crescimento demográfico, em 1745 a localidade foi elevada a freguesia com a denominação de Itabira do Campo; já o topônimo "Itabirito", do tupi-guarani, significa "pedra que risca vermelho".

Na segunda metade do século XVIII, o declínio da produção aurífera reconfigurou a economia regional, mas Itabira do Campo manteve atividade com lavras como a Mina de Cata Branca e com a agropecuária. Em 1844, o desabamento de galerias nessa mina agravou a crise local; o quadro começa a se inverter na década de 1880, quando os trilhos da Estrada de Ferro Dom Pedro II chegam à região, atraindo curtumes, cotonifício, olarias, fábricas de fósforo e calçados e inaugurando as primeiras experiências siderúrgicas modernas, a exemplo da Usina Esperança, que ajudaram a substituir a antiga paisagem colonial por uma feição industrial.

O processo de urbanização e diversificação produtiva fortaleceu a emancipação: pela Lei estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, Itabira do Campo desmembrou-se de Ouro Preto e foi criado o Município de Itabirito, com instalação em 1924. Em 1938, ajustes territoriais redefiniram seus distritos. A partir de 1943, a chegada da Companhia Vale do Rio Doce consolidou a mineração de ferro como atividade estruturante, com efeitos econômicos, sociais e ambientais duradouros. Nas décadas seguintes, novas âncoras industriais reforçaram a base produtiva, como a Delphi (1996) e a Coca-Cola FEMSA (2015), sinalizando avanços na direção da diversificação.

Hoje, inserido no Quadrilátero Ferrífero e composto pelos distritos de Itabirito (sede), Acuruí, Bação e São Gonçalo do Monte, o Município combina vocação mineradora com dinamismo nos setores industrial e de serviços, ao mesmo tempo em que preserva e valoriza seu patrimônio cultural, como a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, o Morro do Cristo, Complexo Turístico da Estação e celebra tradições locais em eventos como a Julifest.

Assim, ao longo de mais de um século de emancipação, Itabirito construiu-se pela continuidade entre passado e presente: da formação aurífera à industrialização, da dependência mineral aos esforços de diversificação econômica e de sustentabilidade, reafirmando a memória coletiva como fundamento das escolhas do presente e das projeções para o futuro do Município.

1.2. Localização e aspectos logísticos

Itabirito localiza-se na região central de Minas Gerais, na microrregião de Ouro Preto, a 58,5 km de Belo Horizonte. O município possui área de 544,027 km² (dos quais 21,31 km²

urbanizados), população de 55.877 habitantes e densidade demográfica de 98,09 hab./km², segundo estimativas do IBGE para o ano de 2024.

Sua posição geográfica é estratégica, integrando o colar metropolitano da capital e sendo cortada pelas rodovias BR-040, BR-356 e MG-030, além de dispor de acesso ferroviário pela MRS Logística e pela Ferrovia do Aço (FCA), o que facilita o escoamento de cargas e a mobilidade regional entre a Região Metropolitana de Belo Horizonte e os polos históricos e industriais do entorno.

No eixo rodoviário, destacam-se estudos e ações para a pavimentação e a preparação do trecho da MG-030 entre Itabirito e Ouro Branco, medida voltada a desafogar o intenso fluxo hoje concentrado nas BRs-040 e 356 e a reduzir acidentes nessas vias. Complementarmente, as estradas vicinais que conectam Ribeirão do Eixo, Acuruí e Calado, cerca de 100 km, vêm recebendo intervenções para melhorar a trafegabilidade e o escoamento da produção local.

A malha municipal garante ligações entre a sede e os distritos de Bação, São Gonçalo do Monte e Acuruí, bem como conexões intermunicipais, com expansão urbana recente orientada para leste, em direção a Acuruí e à divisa com Ouro Preto.

Nesse contexto, as principais vias entre a área urbana e os distritos são pavimentadas, condição que viabiliza o transporte coletivo, embora alguns trechos inter-distritais ainda careçam de pavimentação.

O município mantém linhas contratadas (Brasantos e Serra Verde) e subsidia parte da tarifa, ampliando cobertura e regularidade do serviço, inclusive nos distritos.

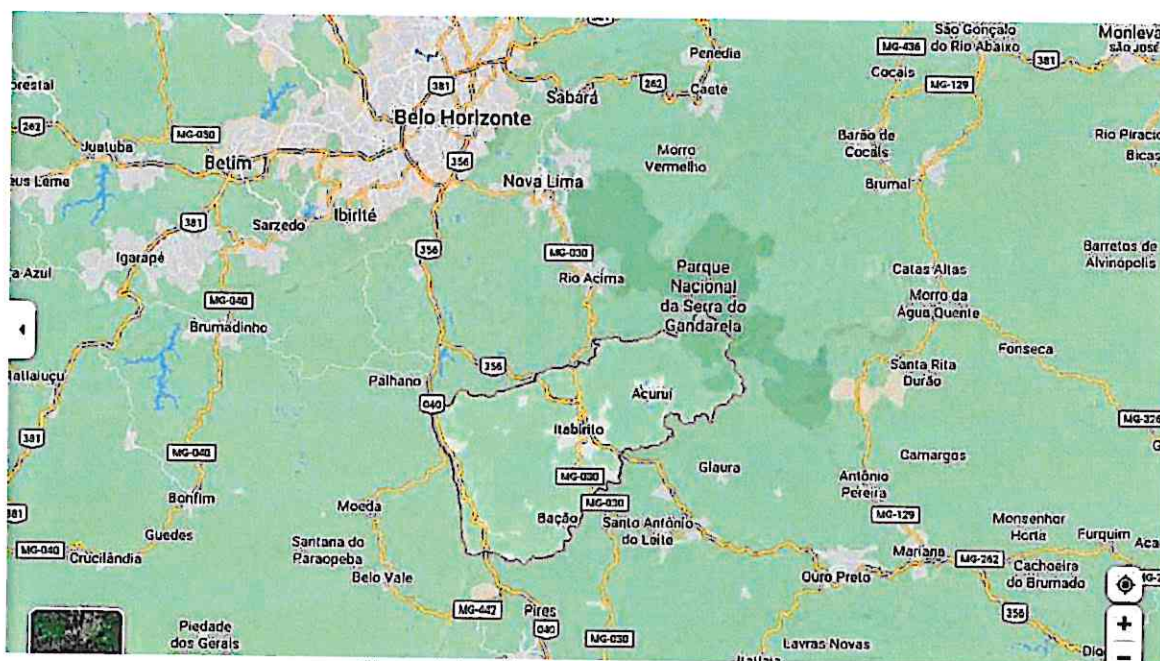


Figura 1: Localização geográfica de Itabirito.
Fonte: satélite do Google Maps-2021.

1.2 Distância Aproximada dos Principais Centros

Centros	Distância
Belo Horizonte	41262
Rio de Janeiro	435 Km
São Paulo	630 Km
Brasília	750 Km
Vitória	485 Km



Figura 2: Distância aproximada entre os principais centros e Itabirito.
Fonte: IBGE - Sistema Fecomércio

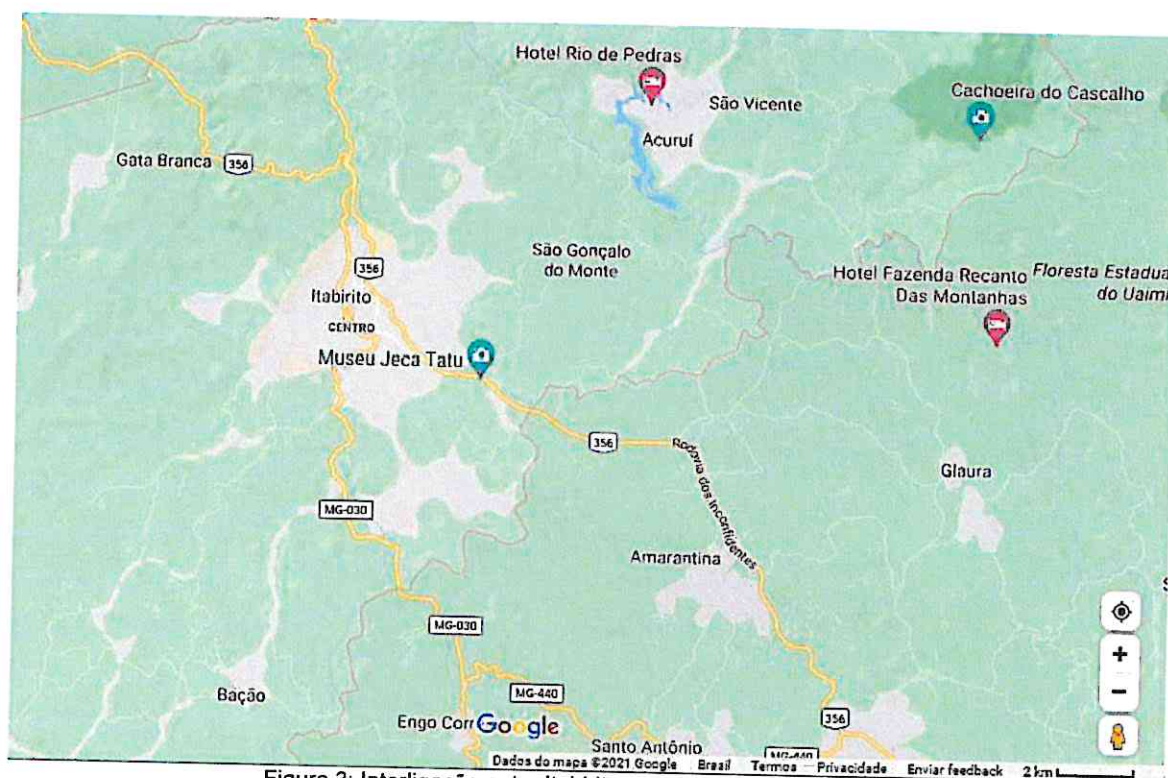


Figura 3: Interligação entre Itabirito e seus respectivos distritos.
Fonte: Google Maps.

Por fim, está em andamento o Plano de Mobilidade Urbana com horizonte de 50 anos, orientando investimentos para qualificar deslocamentos de pessoas e mercadorias, reforçando a atratividade logística do município para negócios, turismo e a integração com a capital e cidades vizinhas.

1.3. Aspectos demográficos

Contexto

A dinâmica demográfica de Itabirito resulta, essencialmente, da combinação entre migração e crescimento vegetativo. Por migração, entende-se a entrada de pessoas atraídas por oportunidades de trabalho e melhores condições de vida historicamente associadas à mineração, à indústria e aos serviços, além da proximidade com a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Já o crescimento vegetativo corresponde ao saldo entre nascimentos e

óbitos em determinado período, determinado, sobretudo, pelas taxas de fecundidade e mortalidade.

No plano histórico, o Brasil experimentou sucessivas ondas de crescimento populacional ligadas, primeiro, à colonização e ao tráfico de pessoas africanas escravizadas e, mais tarde, à imigração voluntária de diferentes origens. Em Minas Gerais, fluxos importantes ocorreram no século XVIII, no contexto do ouro, e, nacionalmente, intensificaram-se entre o fim do século XIX e o início do XX. A partir da segunda metade do século XX, a urbanização, o planejamento reprodutivo e a queda sustentada da fecundidade reduziram o ritmo de expansão populacional, fenômeno que se consolida no século XXI com o envelhecimento da população.

Nesse cenário, o país ainda colhe efeitos do chamado “bônus demográfico”, período em que a proporção de pessoas em idade ativa é relativamente elevada, tendência que tende a arrefecer com a redução da fecundidade e o aumento da expectativa de vida.

Em Itabirito, essa transição se expressa na reconfiguração gradual da pirâmide etária (estreitamento da base e alargamento do topo) e na importância dos fluxos migratórios vinculados à atividade econômica local. Esses movimentos têm implicações diretas para o planejamento de políticas públicas: ajustam a demanda por educação infantil e ensino fundamental, ampliam necessidades em saúde e assistência à pessoa idosa, e exigem respostas em habitação, mobilidade e qualificação profissional.

Em síntese, a estrutura demográfica é dinâmica e impõe ao Município a atualização contínua de suas estratégias, de modo a aproveitar os ganhos do período ativo e preparar-se para o envelhecimento populacional com sustentabilidade social e fiscal.

Análise da pirâmide etária e suas transformações

A pirâmide etária de Itabirito evidencia uma transição demográfica consistente com a tendência nacional de envelhecimento: redução do peso relativo das crianças, aumento inicial das coortes adultas e, em seguida, crescimento da população idosa. Essa dinâmica já era observável entre 2000 e 2010 e decorre, sobretudo, da queda sustentada da fecundidade e do aumento da longevidade:

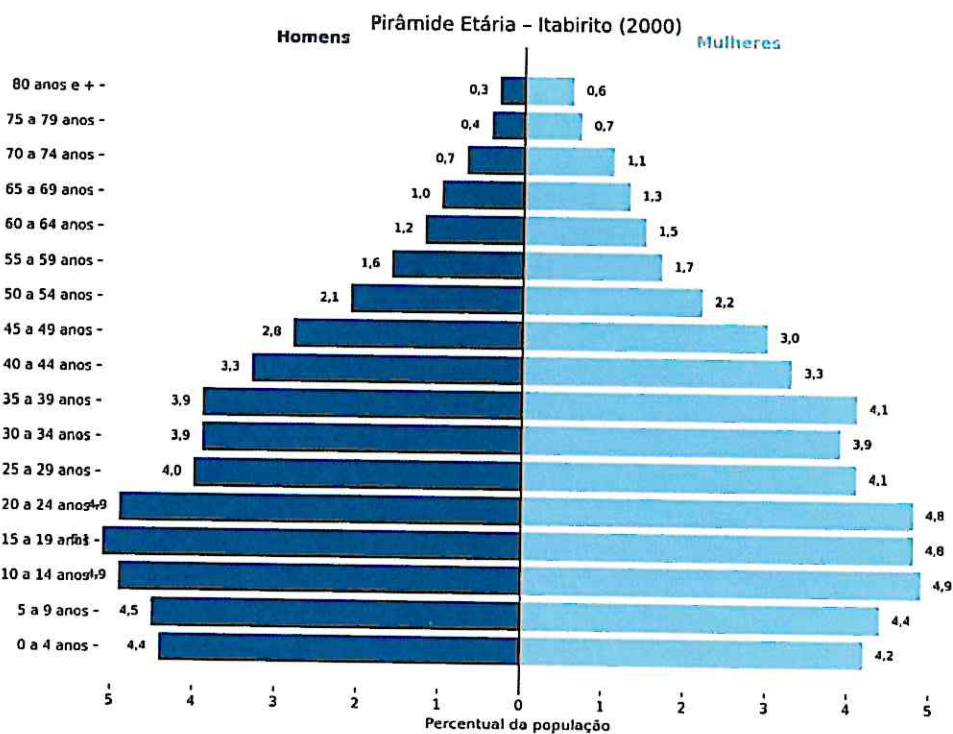


Figura 4: Pirâmide Etária do município de Itabirito (2000).
Fonte: IBGE e FJP (Fundação João Pinheiro)

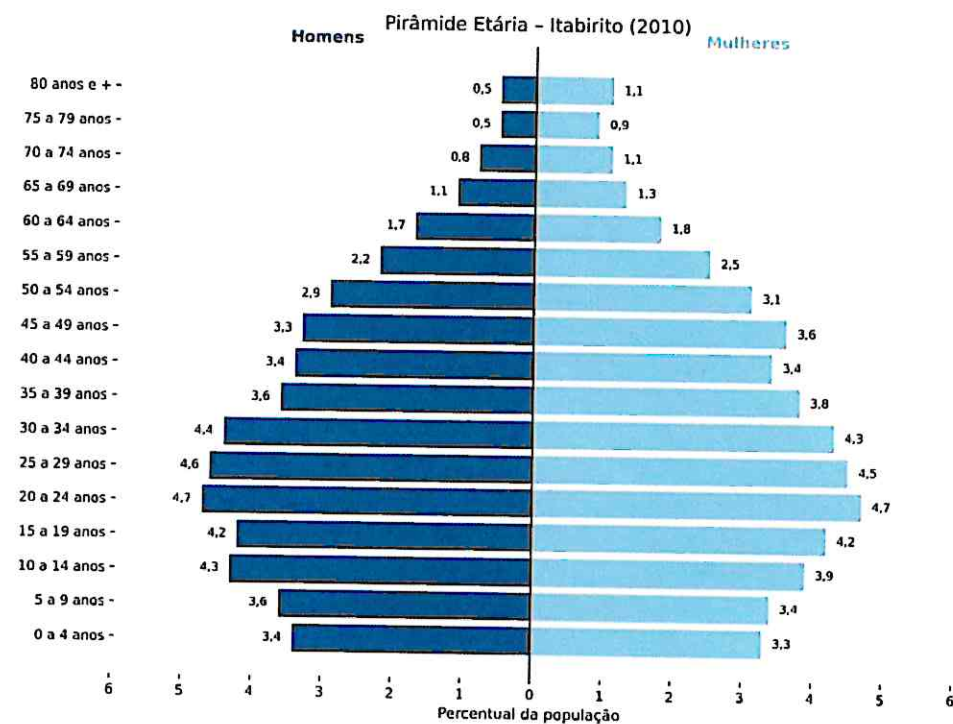
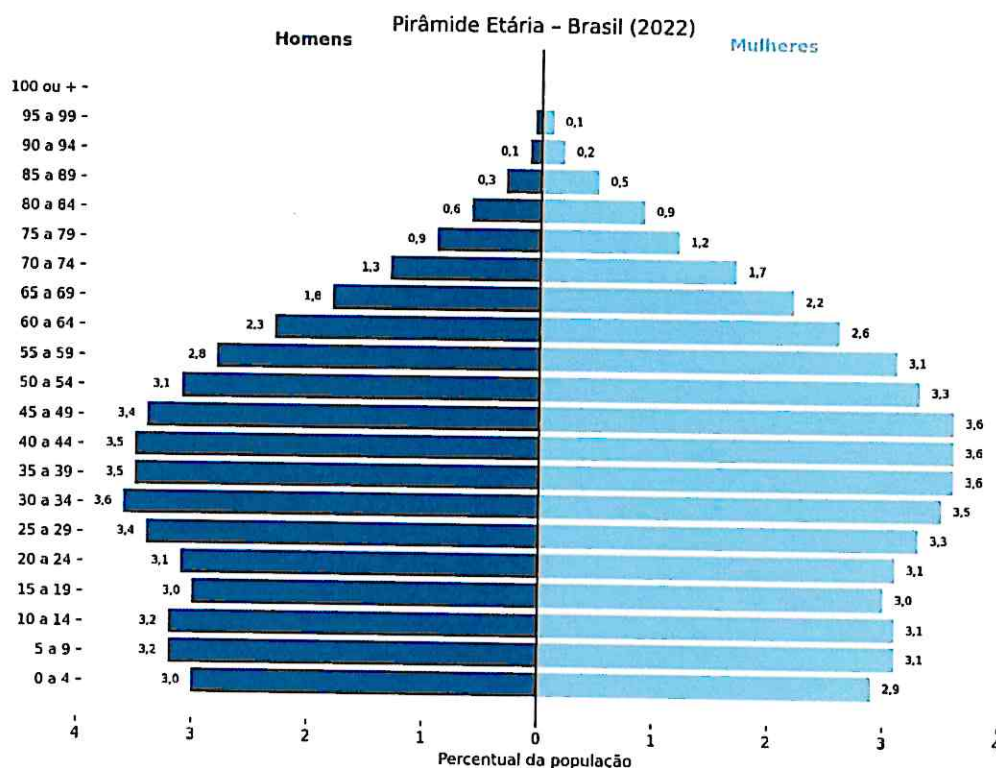


Figura 5: Pirâmide Etária do município de Itabirito (2010).
Fonte: IBGE e FJP (Fundação João Pinheiro).

Em 2022, o Censo registrou 53.365 habitantes e densidade de 98,09 hab./km², com a maior parte dos residentes concentrada no distrito-sede, quadro que reforça a necessidade de planejar serviços públicos à luz de um território amplo e heterogêneo. No recorte etário recente, a estrutura aproxima-se de um formato mais “retangular”, com estreitamento da base (0–14 anos) e alargamento gradual do topo (60+), padrão compatível com janelas de maior participação da população em idade ativa e, progressivamente, com o avanço da longevidade.



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Figura 6: Pirâmide Etária do município de Itabirito (2022).

Fonte: IBGE.

Os indicadores de dependência ilustram bem essa trajetória. Entre 1991 e 2010, a razão de dependência caiu de 0,61 para 0,41, sinalizando ganhos temporários de potencial produtivo (“bônus demográfico”).

Em 2022, esse indicador situa-se em torno de 48% (populações de 0–15 e 60+ em relação à idade ativa), refletindo um estágio de transição no qual a pressão relativa de crianças já é menor e a de idosos cresce de forma contínua:

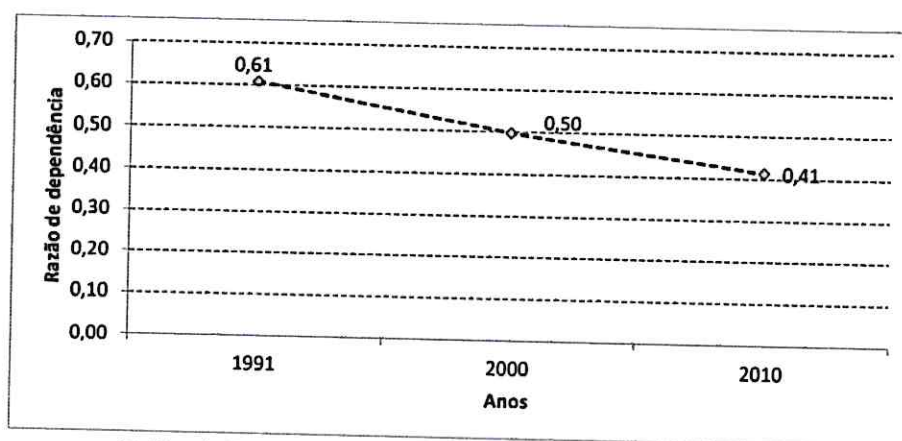


Gráfico 1: Razão da Dependência - Itabirito/MG - 1991/2000/2010.
Fonte: IBGE e FJP (Fundação João Pinheiro).

As projeções oficiais indicam que, de 2020 a 2030, o crescimento populacional tenderá a ser baixo (taxa média anual de 0,14%), com aprofundamento do envelhecimento entre 2020 e 2040, isto é, aumento do peso relativo das faixas de 60 anos ou mais e reelevação gradual da razão de dependência, à medida que as coortes numerosas de adultos envelhecem.

Esses movimentos exigem antecipação de políticas para a população idosa e readequações na rede de educação infantil e fundamental diante da menor proporção de crianças.

Período	Projeção		Taxa média Crescimento Geométrico
	Ano Inicial	Ano Final	
2010-2020	45.419	52.446	1,45
2020-2030	52.446	53.191	0,14
2030-2040	53.191	55.428	0,41

Tabela 1: Projeção Populacional e Taxa Média de Crescimento Geométrico Anual do município de Itabirito - MG - 2010/2020/2030/2040. Fonte: FJP (Fundação João Pinheiro).

Implicações para o PPAG 2026–2029:

- I - reforço da atenção primária e da rede de cuidados de longa duração, com foco em doenças crônicas e reabilitação;
- II - qualificação profissional contínua para manter a produtividade com uma força de trabalho proporcionalmente mais madura;
- III - planejamento habitacional e de mobilidade sensível ao envelhecimento (acessibilidade, transporte coletivo, calçadas seguras);
- IV - alocação eficiente na educação, ajustando vagas e infraestrutura ao arrefecimento da demanda nas séries iniciais.

1.4. Aspectos Econômicos

Atividade econômica

A atividade econômica de Itabirito apresenta elevada concentração na indústria extrativa e de transformação, com trajetória de crescimento robusta na última década e sinais recentes de diversificação. Em valores atualizados (preços de 2023), o PIB municipal atingiu R\$15,02 bilhões em 2021, patamar sustentado, sobretudo, pelo desempenho industrial.

No mesmo ano, a participação da indústria no PIB alcançou 71,2%, enquanto o comércio que havia registrado seu pico de participação em 2016 (31,4%), representou 21,5% em 2021. A administração pública manteve expansão estável e baixa volatilidade no período 2010–2021 (crescimento real de 69,9%), ao passo que a agropecuária segue com peso residual na estrutura produtiva, respondendo por apenas 0,06% do PIB em 2021:

Setores econômicos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Valor adicionado da Agropecuária (%)	0,33	0,27	0,28	0,25	0,21	0,25	0,29	0,12	0,08	0,16	0,10	0,06
Valor adicionado da Indústria (%)	60,9	64,0	62,1	65,8	62,0	54,1	52,2	60,3	61,4	44,7	61,6	71,2
Valor adicionado do comércio e demais serviços privados (%)	25,9	24,9	26,4	24,7	26,2	30,8	31,4	27,6	27,8	33,8	26,9	21,5
Valor adicionado da administração pública (%)	7,1	6,0	6,0	5,1	6,6	8,8	9,6	7,4	6,4	11,8	5,8	3,2
Impostos, líquidos de subsídios (%)	5,8	4,8	5,1	4,1	5,0	6,0	6,6	4,5	4,4	9,6	5,5	4,1
Produto Interno Bruto (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 2: Produto Interno Bruto (PIB). Participação dos setores de atividade econômica - Itabirito (2010-2021). Fonte: IBGE e FJP (Fundação João Pinheiro).

A dinâmica setorial recente evidencia dois movimentos relevantes. O primeiro é a sensibilidade do produto e da arrecadação ao ciclo mineral: a receita da CFEM respondeu, em média, por 21,9% da receita total entre 2020 e 2024, atingindo 30,8% em 2021, e recuando para 17,7% em 2024:

Ano	CFEM	Receita Total	Dependência (%)
2020	R\$ 94.548.619,99	R\$ 497.152.617,44	19,02
2021	R\$ 221.410.376,04	R\$ 718.979.919,62	30,80
2022	R\$ 163.521.672,28	R\$ 692.871.776,60	23,60
2023	R\$ 155.752.353,55	R\$ 852.584.046,94	18,27
2024	R\$ 148.178.245,85	R\$ 836.518.794,47	17,71
Média			21,88

Tabela 3: CFEM x Receita Total.
Fonte: SEPLAN/PMI.

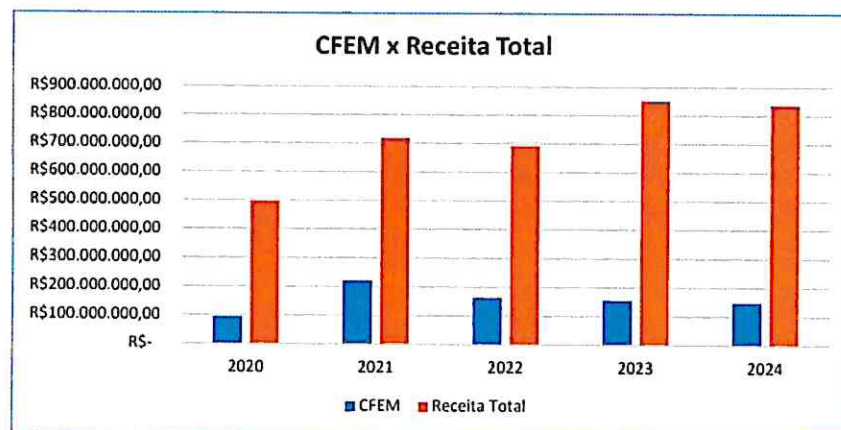


Gráfico 2: CFEM x Receita Total.
Fonte: SEPLAN/PMI.

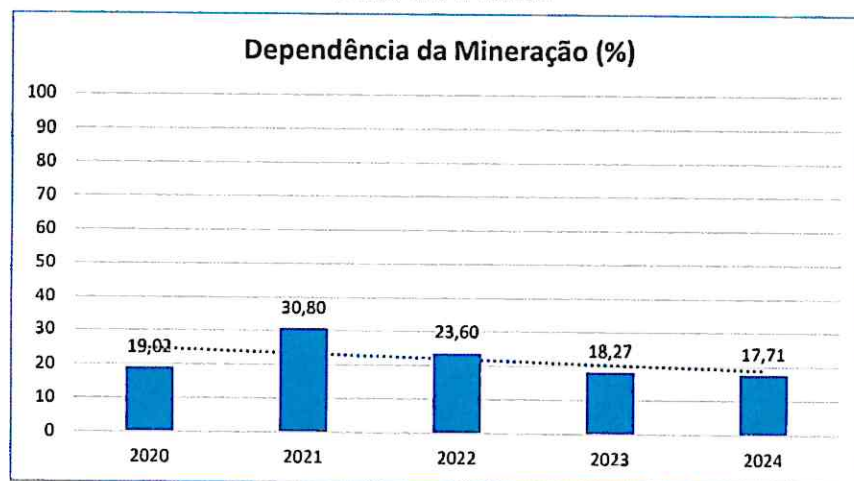


Gráfico 3: Dependência da Mineração (%).
Fonte: SEPLAN/PMI.

O segundo é a recomposição de atividades privadas não industriais: o comércio e outros serviços cresceram 209,7% entre 2010 e 2021, embora com quedas entre 2014 e 2016 e retomadas em 2016–2018 e 2019–2021.

Em paralelo, a base de empregos formais expandiu-se 72,5% no período 2010–2022 (de 12.640 para 21.807 vínculos), superando a própria expansão populacional (17,4%, de 45.449 para 53.365 habitantes), o que elevou a razão de postos de trabalho por mil habitantes de 278 para 409.

Uma análise mais detalhada sobre os empregos será feita no tópico seguinte.

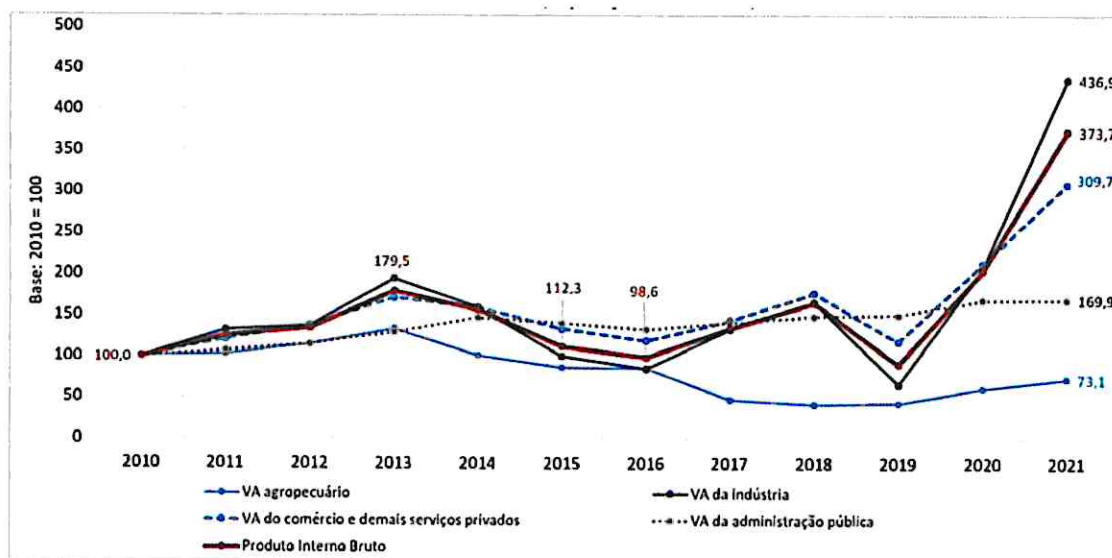


Gráfico 4: Evolução do índice de volume do Produto Interno Bruto (PIB) e grandes setores de atividade econômica - Itabirito - 2010-2021 (a preços de 2023). Fonte: IBGE e FJP (Fundação João Pinheiro).

Esse conjunto de evidências confirma a vocação industrial-minerária como âncora do crescimento, mas também a importância de reduzir a volatilidade associada ao ciclo de commodities. A política econômica local tem se orientado para ampliar a atração de investimentos em segmentos complementares, logística, alimentos e bebidas, manufaturas leves, tecnologia e turismo, com vistas a elevar o encadeamento produtivo, diversificar a base tributária e suavizar oscilações de arrecadação.

A manutenção de infraestrutura logística competitiva, a qualificação da mão de obra e o estímulo ao empreendedorismo são vetores críticos para sustentar ganhos de produtividade e valor agregado.

Do ponto de vista do planejamento fiscal, a elevada participação da CFEM torna prudente a constituição de reservas anticíclicas e o avanço de instrumentos de gestão de receitas voláteis. No mercado de trabalho, a expansão de vínculos formais sugere janela de oportunidade para programas de qualificação técnica e requalificação profissional, alinhados às demandas das cadeias industriais locais e às tendências de automação e digitalização. Em serviços, a estabilização do comércio em patamares mais baixos que os observados no pico de 2016 aponta para políticas de dinamização do varejo e de serviços empresariais, com foco em crédito, ambiente de negócios e integração com compras públicas.

Por fim, a leitura integrada de produto, emprego e arrecadação reforça três elementos para o PPAG 2026–2029:

- I - consolidar a competitividade do núcleo industrial com contrapartidas socioambientais e tecnológicas;
- II - acelerar a diversificação setorial para reduzir a dependência de receitas minerais;
- III - alinhar a qualificação da força de trabalho à trajetória de complexificação produtiva, aumentando a resiliência do crescimento e a capacidade do município de capturar valor ao longo do ciclo econômico.

Emprego

A estrutura do emprego formal em Itabirito apresentou forte expansão na última década, com ganhos em intensidade do trabalho e diversificação setorial. Entre 2010 e 2022, o estoque de vínculos formais cresceu 72,5%, de 12.640 para 21.807 postos, enquanto a razão de empregos por mil habitantes avançou de 278 para 409 (+46,9%), evidenciando um mercado de trabalho mais denso e dinâmico no território municipal:

SETOR	SUBSETOR	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EXTRATIVA MINERAL	Extrativa Mineral	897	1.011	2.368	2.333	1.956	2.007	2.192	2.046	2.395	2.446	2.559	2.760	3.005
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	TOTAL TRANSFORMAÇÃO	3.325	3.489	3.099	2.663	2.382	1.586	1.676	1.475	1.521	1.778	2.509	2.943	2.961
	Alimentos e Bebidas	265	229	251	286	454	622	613	582	565	637	802	871	1.006
	Indústria Mecânica	27	30	31	141	74	70	191	127	139	309	793	1.132	702
	Indústria Metalúrgica	916	863	863	773	645	483	505	405	496	451	489	514	550
	Indústria Química	70	78	76	12	25	25	22	21	20	19	28	17	272
	Indústria Têxtil	388	349	308	255	240	227	208	202	162	215	218	222	200
	Prod. Mineral Não Metálico	62	70	81	95	92	78	70	65	63	64	75	78	121
	Borracha, Fumo, Couros	89	70	61	40	59	23	26	26	26	36	42	37	35
	Elétrico e Comunicação	1	2	3	2	2	4	3	2	0	0	15	26	32
	Madeira e Mobiliário	33	49	42	32	37	42	26	31	38	35	35	36	31
	Papel e Gráf.	11	11	15	9	9	11	11	11	8	9	8	6	7
	Material de Transporte	1.463	1.738	1.363	1.018	745	1	1	3	4	3	4	4	5
	Indústria Calçados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SIUP	Serv. de Utilidade Pública	101	89	94	125	144	153	164	195	195	179	176	256	203
CONSTRUÇÃO	Construção Civil	1.032	1.310	1.307	5.510	3.110	543	460	861	964	1.474	4.040	3.094	3.891
COMÉRCIO	TOTAL COMÉRCIO	2.943	2.950	2.850	3.122	3.030	3.054	2.734	2.653	2.644	2.874	2.767	3.000	3.134
	Comércio Varejista	2.861	2.655	2.729	2.869	2.784	2.835	2.515	2.527	2.556	2.756	2.637	2.749	2.816
APU	Comércio Atacadista	82	95	121	253	266	219	219	126	88	118	130	251	318
	Administração Pública	2.069	2.122	2.147	2.776	3.066	2.529	2.812	3.064	3.224	3.357	3.324	3.262	3.315
SERVIÇOS	TOTAL SERVIÇOS	2.087	2.534	3.716	3.763	3.331	3.293	3.213	3.262	3.387	3.248	3.237	3.796	5.108
	Adm. Técnica Profissional	305	381	418	447	493	834	536	460	492	607	655	926	1.896
	Alojamento e alimentação	630	964	2.065	1.975	1.354	1.123	1.364	1.392	1.327	1.061	972	988	1.112
	Transporte e Comunicações	583	527	548	617	690	619	604	664	755	717	748	985	1.081
	Ensino	241	314	333	371	399	341	338	362	415	427	423	403	502
	Médicos Odontológicos Vet.	241	258	255	259	299	280	274	285	299	322	337	380	402
	Instituição Financeira	87	90	97	94	96	96	97	99	99	114	102	114	115
AGROPECUÁRIA	Agropecuária	186	190	155	134	124	143	167	177	145	141	145	165	178
TOTAL	Total	12.640	13.695	15.736	20.426	17.163	13.308	13.418	13.733	14.475	15.497	18.757	19.316	21.807

Tabela 4: Emprego formal em Itabirito por setor de atividade econômica - 2010-2022.

Fonte: Ministério do Trabalho. Elaboração: FJP (Fundação João Pinheiro).

Esse avanço teve um componente cíclico associado à mineração e aos investimentos em construção. Após oscilações no meio da década, a intensidade do emprego acelerou entre 2020 e 2022 (358, 364 e 409 vínculos por mil habitantes, respectivamente), em linha com o maior dinamismo da atividade extrativa na região.

Em 2022, a composição setorial do emprego formal confirma um perfil industrial-terciário. O maior peso pertenceu aos Serviços (23,4%), puxados por Atividades profissionais, científicas e técnicas/adm. técnica e profissional (8,7%); na sequência vieram Construção (17,8%) e Administração Pública (15,2%). Comércio respondeu por 14,4% (12,9 p.p. varejo; 1,5 p.p. atacado), Indústria Extrativa Mineral por 13,8% e Indústria de Transformação por 13,6% (com destaques para Alimentos e Bebidas 4,6%; Indústria Mecânica 3,2%; Metalurgia 2,5%; e Química 1,2%). Alojamento e Alimentação e Transporte e Comunicações perfizeram 5,1% e 5,0%, enquanto Agropecuária e SIUP somaram 0,8% e 0,9%, respectivamente:

SETOR	SUBSETOR	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
EXTRATIVA MINERAL	Extrativa Mineral	7,1	7,4	15,0	11,4	11,4	15,1	16,3	14,9	16,5	15,8	13,6	14,3	13,8
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	TOTAL TRANSFORMAÇÃO	26,3	25,5	19,7	13,0	13,9	11,9	12,5	10,7	10,5	11,5	13,4	15,2	13,6
	Alimentos e Bebidas	2,1	1,7	1,6	1,4	2,6	4,7	4,6	4,2	3,9	4,1	4,3	4,5	4,6
	Indústria Mecânica	0,2	0,2	0,2	0,7	0,4	0,5	1,4	0,9	1,0	2,0	4,2	5,9	3,2
	Indústria Metalúrgica	7,2	6,3	5,5	3,8	3,8	3,6	3,8	2,9	3,4	2,9	2,6	2,7	2,5
	Indústria Química	0,6	0,6	0,5	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	1,2
	Indústria Têxtil	3,1	2,5	2,0	1,2	1,4	1,7	1,6	1,5	1,1	1,4	1,2	1,1	0,9
	Prod. Mineral Não Metálico	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6
	Borracha, Fumo, Couros	0,7	0,5	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
	Elétrico e Comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
	Madeira e Mobiliário	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1
	Papel e Gráf	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
	Material de Transporte	11,6	12,7	8,7	5,0	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Indústria Calçados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SIUP	Serv. de Utilidade Pública	0,8	0,6	0,6	0,6	0,8	1,1	1,2	1,4	1,3	1,2	0,9	1,3	0,9
CONSTRUÇÃO	Construção Civil	8,2	9,6	8,3	27,0	18,1	4,1	3,4	6,3	6,7	9,5	21,5	16,0	17,8
COMÉRCIO	TOTAL COMÉRCIO	23,3	21,5	18,1	15,3	17,8	22,9	20,4	19,3	18,3	18,5	14,8	15,5	14,4
	Comércio Varejista	22,6	20,8	17,3	14,0	16,2	21,3	18,7	18,4	17,7	17,8	14,1	14,2	12,9
	Comércio Atacadista	0,6	0,7	0,8	1,2	1,5	1,6	1,6	0,9	0,6	0,8	0,7	1,3	1,5
APU	Administração Pública	16,4	15,5	13,6	13,6	17,9	19,0	21,0	22,3	22,3	21,7	17,7	16,9	15,2
SERVIÇOS	TOTAL SERVIÇOS	16,5	18,5	23,6	18,4	19,4	24,7	23,9	23,8	23,4	21,0	17,3	19,7	23,4
	Adm. Técnica Profissional	2,4	2,8	2,7	2,2	2,9	6,3	4,0	3,3	3,4	3,9	3,5	4,8	8,7
	Alojamento e alimentação	5,0	7,0	13,1	9,7	7,9	8,4	10,2	10,1	9,2	6,8	5,2	5,1	5,1
	Transporte e Comunicações	4,6	3,8	3,5	3,0	4,0	4,7	4,5	4,8	5,2	4,6	4,0	5,1	5,0
	Ensino	1,9	2,3	2,1	1,8	2,3	2,6	2,5	2,6	2,9	2,8	2,3	2,1	2,3
	Médicos Odontológicos Vet.	1,9	1,9	1,6	1,3	1,7	2,1	2,0	2,1	2,1	2,1	1,8	2,0	1,8
	Instituição Financeira	0,7	0,7	0,6	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,5	0,6	0,5
AGROPECUÁRIA	Agropecuária	1,5	1,4	1,0	0,7	0,7	1,1	1,2	1,3	1,0	0,9	0,8	0,9	0,8
TOTAL	Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 5: Distribuição percentual do emprego formal em Itabirito por setor de atividade econômica - 2010-2022(%).
Fonte: Ministério do Trabalho. Elaboração: FJP (Fundação João Pinheiro).

No recorte de longo prazo, a Indústria Extrativa Mineral foi um dos vetores de geração de postos: os vínculos saltaram de 897 (2010) para 3.005 (2022), avanço de 235%, superando com folga o ritmo do estado e de outros polos mineradores.

Além do crescimento absoluto, o emprego extrativo por mil habitantes em Itabirito passou de 20 para 56 entre 2010 e 2022 (+185,3%), reforçando a centralidade do segmento na base produtiva municipal:

Especificação		2010	2016	2021	2022	Variação (%)		
						2022/2021	2022/2016	2022/2010
Municípios mineradores selecionados	Brumadinho	556	1.370	2.214	2.479	12,0	80,9	345,9
	Conceição do Mato Dentro	65	1.424	1.691	1.800	8,4	26,4	279,2
	Congonhas	2.542	5.161	7.233	7.169	-0,9	38,9	182,0
	Itabira	11.860	8.869	4.806	4.737	-1,4	-46,6	-60,1
	Itaícuçu	2.160	1.077	2.231	2.291	2,7	112,7	6,1
	Nova Lima	986	5.361	8.150	8.083	-0,8	50,8	719,8
	Total MMS	18.169	23.262	26.325	26.559	0,9	14,2	46,2
Região Geográfica Imediata	Barão de Cocais	3	121	448	502	12,1	314,9	16.633,3
	Catas Altas	64	50	657	700	6,5	1.300,0	993,8
	Itabirito	897	2.192	2.760	3.005	8,9	37,1	235,0
	Mariana	1.154	1.059	2.290	2.228	-2,7	110,4	93,1
	Ouro Preto	1.157	3.530	3.924	3.932	0,2	11,4	239,8
	Santa Bárbara	726	1.271	1.768	1.671	-5,5	31,5	130,2
Total RGI		4.001	8.223	11.847	12.038	1,6	46,4	200,9
Minas Gerais		50.027	58.166	69.927	71.372	2,1	22,7	42,7

Tabela 6: emprego formal da atividade Extrativa Mineral em Itabirito, Municípios mineradores selecionados, RGI de Santa Bárbara - Ouro Preto e Minas Gerais - 2010/2016/2021/2022.
Fonte: Ministério do Trabalho. Elaboração: FJP (Fundação João Pinheiro).

Especificação		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Municípios mineradores selecionados	Brumadinho	16	24	55	59	58	38	36	49	48	51	48	54	64
	Conceição do Mato Dentro	4	6	16	38	85	91	79	83	85	90	95	97	78
	Congonhas	52	56	65	70	88	86	98	123	116	126	118	130	136
	Itabira	108	116	99	97	90	82	76	36	35	36	37	39	42
	Itatiaiuçu	218	252	196	200	174	131	100	136	148	161	183	196	177
	Nova Lima	12	11	75	68	66	60	59	22	65	72	77	84	72
Total MMS		60	66	80	80	82	74	71	54	64	69	71	76	75
Região Geográfica Imediata	Barão de Cocais	0,1	0,1	0,1	1,1	1,5	2,4	3,9	4,0	4,2	4,6	9,9	13,5	16,3
	Catas Altas	13	22	22	18	15	5	10	31	52	57	91	120	128
	Itabirito	20	22	50	49	40	41	44	41	47	47	49	52	56
	Mariana	21	24	25	29	29	18	49	42	42	39	37	36	36
	Ouro Preto	16	24	52	51	52	29	48	40	42	46	48	52	53
	Santa Bárbara	26	38	43	43	43	40	42	42	43	49	54	55	55
Total RGI		17	22	37	37	36	29	33	38	39	41	43	46	47
Minas Gerais		2,6	2,8	3,2	3,2	3,1	2,9	2,8	2,8	2,8	3,0	3,0	3,3	3,5

Tabela 7: Emprego formal por mil habitantes da atividade Extrativa Mineral em Itabirito, Municípios mineradores selecionados, RGI de Santa Bárbara - Ouro Preto e Minas Gerais - 2010-2022.

Fonte: Ministério do Trabalho. Elaboração: FJP (Fundação João Pinheiro).

A Indústria de Transformação preserva papel relevante e diversificado. Além de cadeias tradicionais (alimentos e bebidas, metalurgia, mecânica e química), observa-se a incorporação de práticas de economia circular, a exemplo da Fábrica de Blocos do Pico, unidade que aproveita rejeitos da mineração para produzir insumos à construção civil, sinalizando oportunidades de emprego tecnológico e ambientalmente orientado.

O terciário sustenta a capilaridade do mercado de trabalho local. Em 2021, Comércio e Serviços concentravam 82,7% dos estabelecimentos formais, 56,1% do pessoal ocupado e 42,9% da massa salarial do município, evidenciando a densidade de micro e pequenas firmas e a vocação de Itabirito como polo regional de consumo e serviços especializados. No comércio, havia 597 unidades (31,1% do total municipal), empregando 17% do pessoal ocupado, enquanto nos serviços destacam-se Transporte, armazenagem e correio, Atividades administrativas/serviços complementares, Atividades profissionais, científicas e técnicas e Alojamento e alimentação.

Entre os serviços, a logística tem peso estratégico: 154 empresas de transporte e armazenagem atuavam no município em 2021, com cerca de 13,9% do pessoal ocupado do setor e forte encadeamento com mineração, metalurgia, alimentos e máquinas e equipamentos, sustentando empregos em toda a cadeia de suprimentos.

Além do volume, a remuneração média é competitiva: em 2021, o salário médio mensal no setor formal de Itabirito equivalia a 2,6 salários mínimos (acima da média de Minas Gerais, 2,5), com R\$ 682,5 milhões pagos em salários e outras remunerações e 21.097 pessoas ocupadas no universo CEMPRE (18.843 assalariados).

Na escala regional (RGI Santa Bárbara–Ouro Preto), o município liderava em participação do pessoal ocupado total e assalariado formais:

Indicador	Unidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Unidades locais (1)	unidade	1.956	2.067	2.180	2.242	2.304	2.195	1.942	1.777	1.760	1.925	1.890	1.920
Número de empresas atuantes	unidade	1.914	2.019	2.129	2.191	2.249	2.146	1.896	1.728	1.714	1.878	1.836	1.867
Pessoal ocupado total	pessoas	14.308	15.350	17.857	22.499	19.058	15.066	14.702	14.986	16.104	17.315	21.598	21.097
Pessoal ocupado assalariado	pessoas	11.723	12.559	15.078	20.024	16.727	12.980	12.941	13.115	14.090	15.010	19.192	18.843
Sócios e proprietários	pessoas	2.585	2.791	2.779	2.475	2.331	2.086	1.761	1.871	2.014	2.305	2.406	2.254
Salário médio mensal	salários mínimos	2,2	2,4	2,2	2,7	3,2	2,4	2,4	2,5	2,6	2,5	2,4	2,6
Salários e outras remunerações	R\$ 1.000	178.222	207.326	263.759	420.949	553.547	348.321	355.021	408.776	433.897	496.596	563.040	682.524

Tabela 8: Número de unidades locais, empresas e outras organizações atuantes, pessoal ocupado total, salário e outras remunerações e salário médio mensal, Itabirito/MG, 2010-2021.
Fonte: IBGE. Elaboração: FJP (Fundação João Pinheiro).

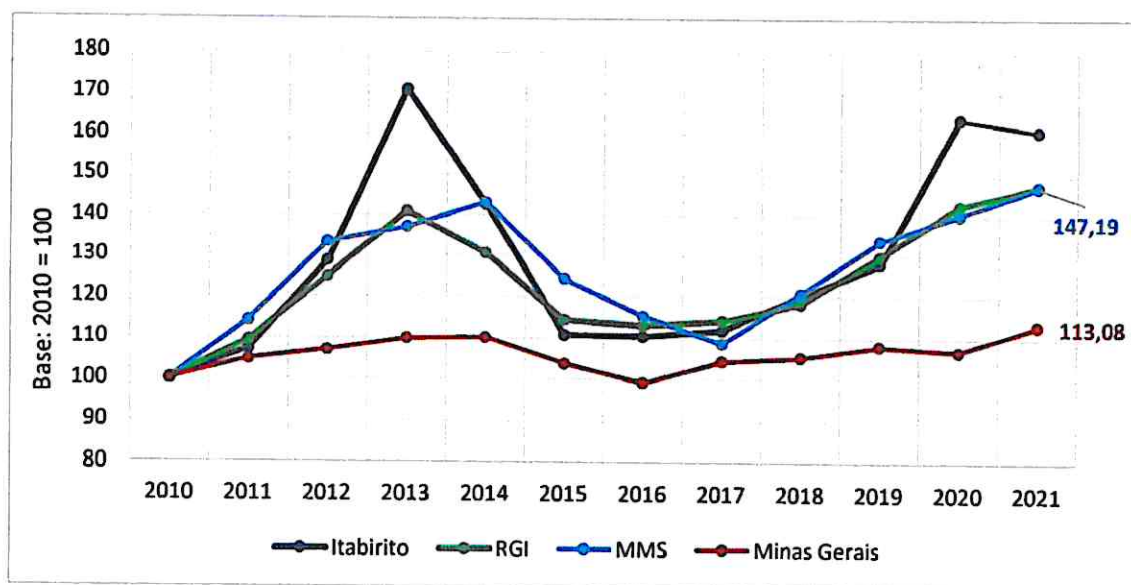


Gráfico 5: Evolução do índice de volume do quantitativo de pessoal ocupado assalariado - Itabirito, RGI Santa Barbara - Ouro Preto, Municípios mineradores selecionados e Minas Gerais - 2010-2021. Fonte: IBGE. Elaboração: FJP (Fundação João Pinheiro).

Do ponto de vista qualitativo, persiste o desafio de elevar a escolaridade da força de trabalho. Em 2022, apenas 11% dos trabalhadores formais possuíam nível superior completo, o segundo menor percentual entre municípios mineradores comparáveis, embora Itabirito figure bem na escolaridade média (ensino médio completo). Essa lacuna educacional limita a produtividade e o acesso a ocupações de maior conteúdo tecnológico, especialmente em serviços profissionais e manufaturas de maior complexidade:

Especificação		Baixa			Média			Alta		
		2010	2016	2022	2010	2016	2022	2010	2016	2022
Municípios mineradores selecionados	Brumadinho	52,6	32,1	31,0	36,1	53,6	58,3	11,3	14,3	12,7
	Conceição do Mato Dentro	58,4	26,3	26,1	34,8	53,6	59,2	6,9	20,2	14,8
	Congonhas	39,6	33,7	19,5	49,4	52,0	65,7	11,1	14,3	14,8
	Itabira	37,9	28,5	27,0	52,5	58,3	60,3	9,6	13,2	12,8
	Itaiaçu	45,7	32,6	32,5	43,9	49,0	55,7	10,3	18,5	11,8
	Nova Lima	47,0	26,5	20,9	37,5	49,8	55,8	15,4	23,7	13,3
MMS		43,4	28,7	24,0	44,6	53,1	58,3	12,0	18,2	17,8
Região Geográfica Imediata	Barão de Cocais	42,9	33,3	31,7	42,4	51,2	58,1	14,7	15,5	10,2
	Catas Altas	49,4	37,1	23,0	38,3	45,4	61,8	12,3	17,6	15,3
	Itabirito	48,5	24,7	27,8	44,7	61,4	61,2	6,8	14,0	11,0
	Mariana	43,7	33,0	27,9	41,7	50,8	58,0	14,6	16,2	14,1
	Ouro Preto	42,0	28,5	23,5	42,2	54,0	57,9	15,8	17,5	18,6
	Santa Bárbara	55,9	34,8	24,4	35,3	52,4	63,5	8,8	12,8	12,1
RGI		45,8	29,7	26,8	42,1	54,6	59,4	12,1	15,7	13,8

Tabela 9: Escolaridade dos trabalhadores de Itabirito, Municípios mineradores selecionados, RGI Santa Bárbara - Ouro Preto e Minas Gerais - 2010/2016/2022.

Fonte: Ministério do Trabalho. Elaboração: FJP (Fundação João Pinheiro).

A leitura integrada dos indicadores sugere um mercado de trabalho robusto e cada vez mais urbano-industrial, com três alavancas principais:

- I - mineração como âncora geradora de vagas diretas e indiretas;
- II - construção civil como resposta a ciclos de investimento e expansão urbana;
- III - serviços empresariais e logísticos como “tecido conector” do sistema produtivo. A Administração Pública mantém participação estável e relevante (15,2% dos empregos em 2022), amortecendo ciclos econômicos com menor volatilidade.

Para a sustentação de um crescimento com maior valor agregado, duas frentes se destacam: qualificação e requalificação profissional (elevação de escolaridade e certificações técnicas alinhadas às demandas de serviços profissionais, TICs, logística 4.0 e manutenção industrial) e inovação/setores verdes (economia circular, eficiência energética e encadeamentos com a transformação mineral), potencializando empregos formais de melhor remuneração.

Por fim, recomenda-se o acompanhamento sistemático dos seguintes elementos no planejamento municipal:

- (a) estoque de empregos formais e empregos por mil habitantes;
- (b) distribuição setorial de vínculos;
- (c) massa salarial e salário médio;
- (d) escolaridade dos trabalhadores;
- (e) estabelecimentos por seção CNAE.

Esses instrumentos permitirão monitorar, com base em RAIS/CAGED e CEMP/IBGE, a efetividade de políticas de diversificação e qualificação do trabalho em Itabirito.

Pobreza, desigualdade e renda

A avaliação recente da pobreza, da desigualdade e da renda em Itabirito revela um quadro socioeconômico relativamente favorável no contexto regional, sustentado por elevada geração de riqueza e por indicadores distributivos relativamente melhores que os observados em municípios vizinhos. Como ponto de partida, o Censo 2022 fixou a população em 53.365 habitantes e densidade de 98,09 hab./km²; o Índice de Desenvolvimento Humano municipal permanece em patamar alto (0,730), com desempenho de 0,737 em renda, 0,828 em longevidade e 0,638 em educação, compondo a base demográfica e social sobre a qual se interpretam as dinâmicas de renda e

vulnerabilidade local.

Pelo lado da renda, Itabirito destaca-se por um PIB per capita muito acima das médias de referência: 110% superior à média da microrregião de Ouro Preto, 535% acima da média estadual e 435% acima da média nacional.

Entre 2010 e 2021, o PIB per capita cresceu 207%, sinalizando vigor na geração de renda local e sustentação de níveis salariais relativamente elevados. Em termos absolutos, o PIB de 2021 alcançou R\$15,02 bilhões (a preços de 2023) e o PIB per capita foi de R\$283.395, reforçando a robustez do tecido produtivo municipal:

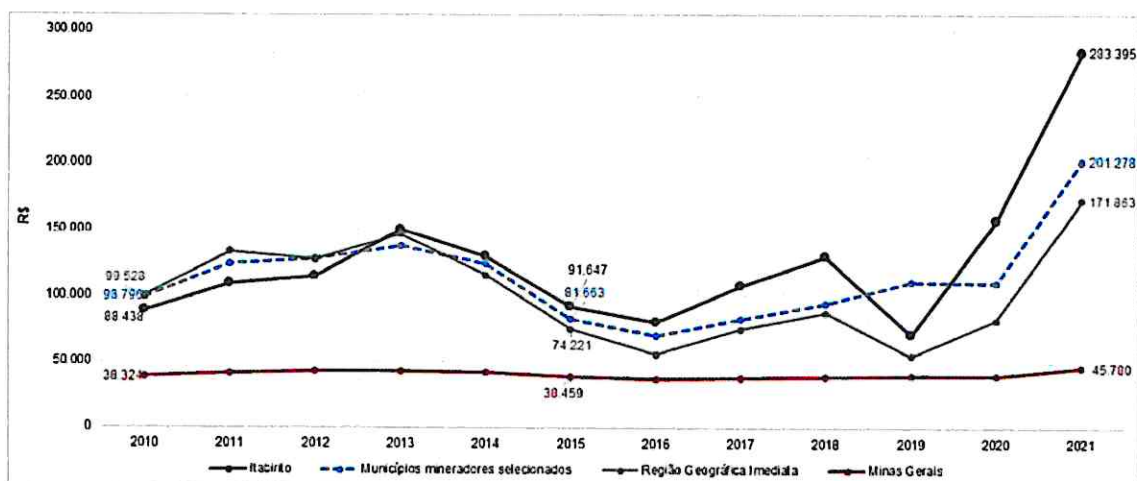


Gráfico 6: Evolução do Produto Interno Bruto per capita de Itabirito, Minas Gerais, Municípios Mineradores selecionados (MMS) e Região Geográfica Imediata (RGI) de Santa Bárbara - Ouro Preto - 2010-2021 (R\$ a preços de 2023). Fonte: IBGE. Elaboração: FJP.

Do ponto de vista distributivo, o município apresenta índice de Gini da renda domiciliar per capita inferior ao de Ouro Preto e Mariana, sugerindo menor desigualdade relativa no grupo de comparação. Em paralelo, o indicador de “população de baixa renda” figura como o menor entre as cidades avaliadas, o que é coerente com a combinação de forte base industrial, encadeamentos no setor de serviços e massa salarial relevante:

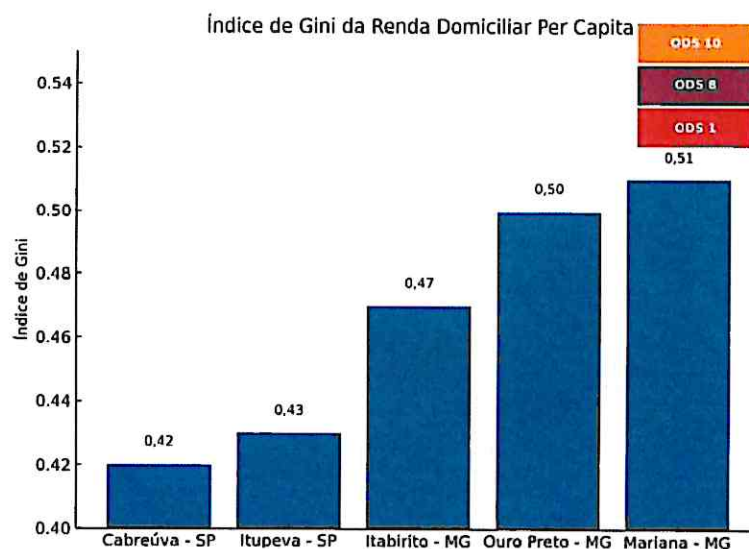


Gráfico 7: Índice Gini da Renda Domiciliar per capita. Fonte: IGMA.

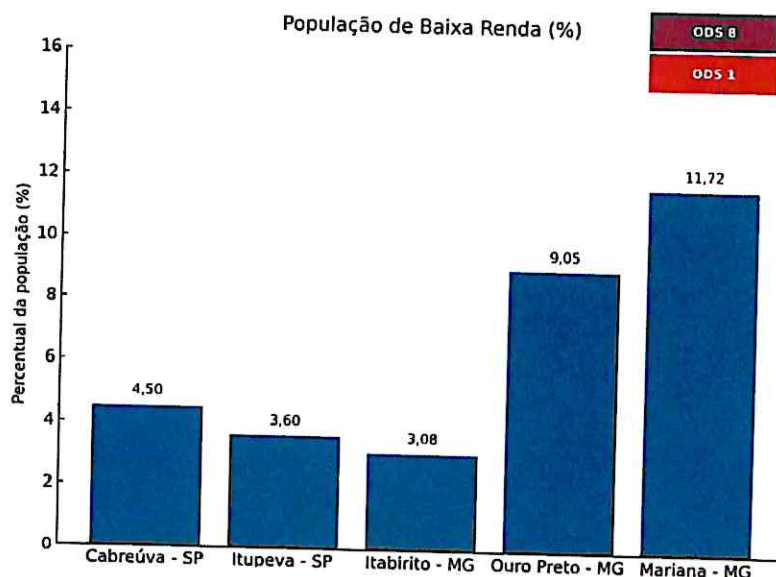


Gráfico 8: Percentual da População de Baixa Renda. Fonte: IGMA.

Os sinais microeconômicos do mercado de trabalho ajudam a explicar esse desempenho. Em 2021, o setor formal reunia 1.867 empresas e outras organizações (1.920 unidades locais) e ocupava 21.097 pessoas, das quais 89,3% assalariadas. O salário médio mensal alcançou 2,6 salários mínimos, ligeiramente acima da média de Minas Gerais (2,5), o que reforça um diferencial positivo de rendimentos do trabalho no município (vide gráfico 4.53 no tópico anterior).

Ainda assim, há nuances que demandam atenção. O indicador de “população ocupada” (proporção de pessoas ocupadas na população total) é maior que o das cidades vizinhas, mas apresentou recuo em relação a 2020, o que, se persistir, pode limitar ganhos distributivos futuros e pressionar segmentos mais vulneráveis. Monitorar a trajetória pós-pandemia desse indicador é essencial para evitar reemergência de vulnerabilidades:

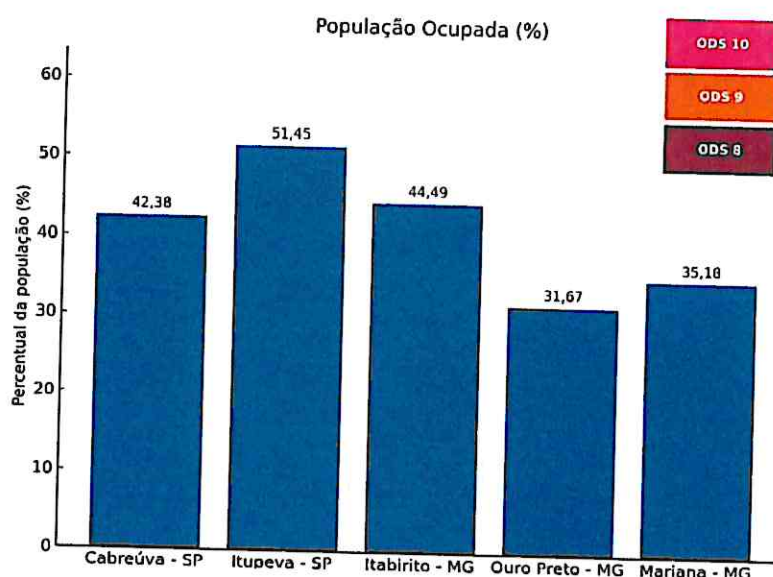


Gráfico 9: Percentual de população ocupada. Fonte: IGMA.

Em termos comparativos, o salário médio mensal em Itabirito supera o de Mariana e é inferior ao de Ouro Preto, espelhando um “corredor” regional de rendas atrelado a perfis setoriais e ocupacionais distintos. Essa hierarquia reforça a importância de políticas de qualificação e de diversificação produtiva para capturar rendas mais altas e reduzir disparidades intrarregionais:

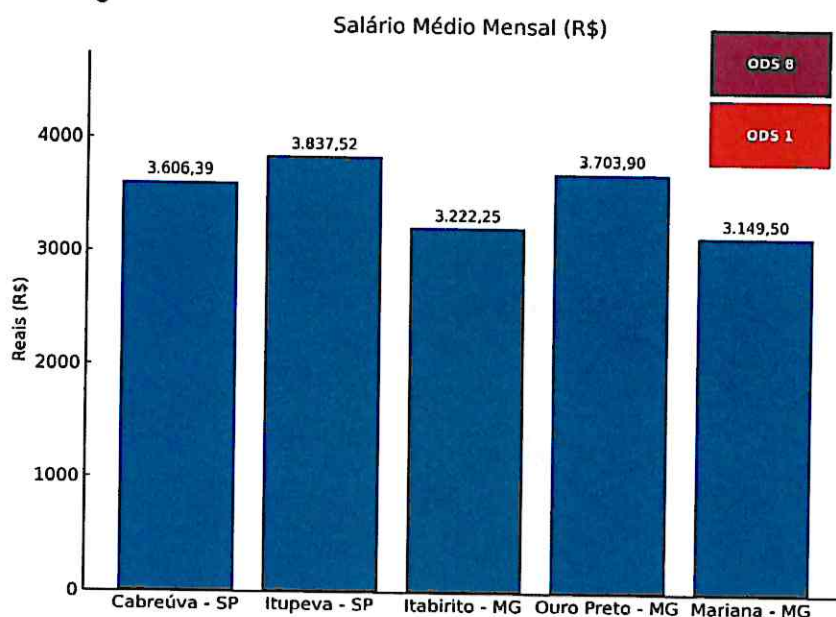


Gráfico 10: valor do salário médio mensal. Fonte: IGMA.

No campo da desigualdade de oportunidades, a escolaridade segue como condicionante crítico da renda. Apenas 9,4% da população de 25 anos ou mais concluiu o ensino superior, percentual baixo que limita a mobilidade de rendimentos de longo prazo e reduz a capacidade de o município ocupar ocupações de maior valor agregado em cadeias intensivas em conhecimento. Esse gargalo educacional, se não mitigado, tende a perpetuar bolsões de renda mais baixa e a manter diferenças salariais entre grupos.

A leitura integrada do IDH corrobora esse diagnóstico: o subíndice de educação (0,638) ficou aquém dos componentes de renda (0,737) e longevidade (0,828), sugerindo que, embora a renda média e as condições de saúde sustentem níveis altos de desenvolvimento humano, a consolidação de ganhos distributivos passa por elevar a formação educacional e reduzir as lacunas de qualificação, sobretudo no ensino médio e superior.

Outro vetor relevante para a equidade é a estabilidade do emprego formal e a continuidade do crescimento do pessoal ocupado. Entre 2010 e 2021, o total de pessoas ocupadas no setor formal cresceu cerca de 47,5%, com expansão mais forte do assalariamento, sinalizando capacidade do mercado de trabalho local de incluir trabalhadores e sustentar massa salarial, um dos pilares da redução de pobreza (vide gráfico 4.53 no tópico anterior).

Em síntese, a fotografia atual de Itabirito combina:

- I - renda média elevada e PIB per capita em forte posição relativa;
- II - desigualdade de renda menor que a de municípios vizinhos e menor proporção de população de baixa renda no conjunto avaliado;
- III - um mercado de trabalho formal com salários médios acima da referência estadual. Os desafios residem em reverter a perda recente na proporção de ocupados, ampliar a

qualificação (dada a baixa taxa de conclusão de ensino superior) e manter políticas ativas que protejam grupos vulneráveis do risco de pobreza, especialmente em fases de desaceleração do ciclo econômico.

1.5. Infraestrutura urbana

A infraestrutura urbana de Itabirito apresenta avanços relevantes em saneamento, mobilidade e gestão de riscos, com desafios pontuais em drenagem, segurança pública e conectividade digital. O Município dispõe de Plano Municipal de Saneamento (2014) em revisão e operação própria de água e esgoto pelo SAAE, o que favorece padronização de indicadores e planejamento contínuo. No abastecimento, a cobertura urbana alcança 95,5% dos domicílios, com 98,09% dos lares dispondo de água canalizada em ao menos um cômodo. Informações do SAAE apontam atendimento a 99% da população – incluindo área rural – com água de boa qualidade, consumo médio de 231,6 litros/hab./dia e custo de R\$2,91/m³. Houve, porém, oscilação recente: enquanto 2018–2019 registraram cobertura total, o mais recente balanço do plano “Itabirito 2050” indica leve recuo, mantendo padrão alto em comparação regional.

No esgotamento sanitário, os resultados são consistentes, ainda que heterogêneos entre fontes e anos. O SAAE reporta atendimento a 87% da população, com 80,19% do esgoto coletado e 86,9% do coletado efetivamente tratado (SNIS 2020). O relatório de planejamento estratégico do município registra 84,67% da população com acesso a esgotamento e 66,25% de tratamento do esgoto coletado, estimando cerca de 15% do esgoto gerado sem coleta nem tratamento. A diferença decorre de metodologias e recortes temporais distintos, mas ambos os referenciais confirmam patamar elevado e metas explícitas de expansão (90% de cobertura até 2030):

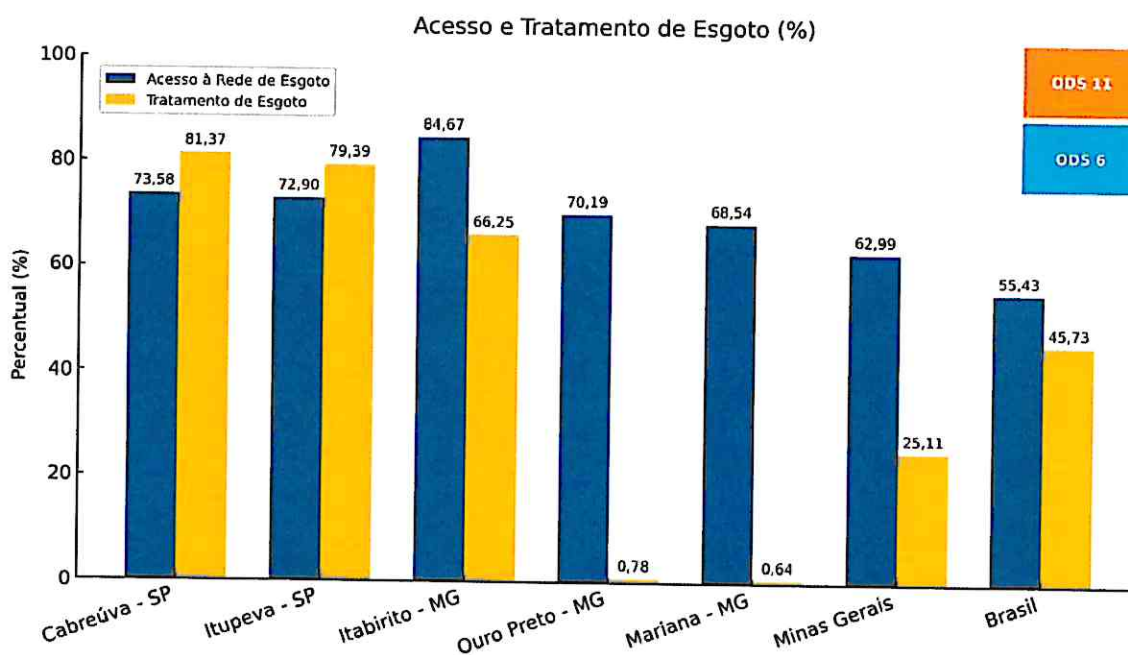


Gráfico 11: percentual de acesso ao tratamento de esgoto. Fonte: IGMA.

A gestão de resíduos sólidos é realizada pela Prefeitura na área urbana e rural, com coleta

seletiva presente em 100% dos bairros e destinação a aterro licenciado. Recicláveis são enviados à associação de catadores contratada, e o Município integra consórcio (Rio Ipiranga) com programa de resíduos em fase de conclusão. Há registro de 35 toneladas/dia coletadas e de problemas localizados com descarte irregular de resíduos da construção civil, o que justifica ampliar fiscalização e logística reversa. Em termos de cobertura, estima-se que ~2% do lixo domiciliar não seja coletado (IGMA), enquanto o SNIS aponta 87,52% de atendimento da população urbana, discrepância explicada por coberturas e bases distintas.

A drenagem urbana e o manejo de águas pluviais constituem o principal gargalo estrutural. O Município não dispõe de Plano Diretor de Drenagem (DMAPU) e registra pontos de alagamento em razão de rede antiga, assoreamento e entupimento de bocas de lobo, agravados pela posição topográfica do centro em vale. Eventos de cheias significativas são relatados em ciclos decenais, ainda que com normalização rápida, e há investimentos em curso e Plano de Risco de inundações e endemias geológicas.

Em mobilidade, está em andamento o Plano de Mobilidade Urbana com horizonte de 50 anos, que orienta integração sede–distritos e ligações intermunicipais. O sistema de transporte coletivo combina linhas contratadas (Brasantos e Serra Verde) e operação privada complementar; grande parte da tarifa é subsidiada pelo Município, o que melhorou a cobertura, inclusive nos distritos. Persistem entraves de calçadas e postes na área central, demanda elevada por vagas e necessidade de pavimentação de trechos inter-distritais. A estratégia contempla obras na MG-030 (Itabirito–Ouro Branco) para aliviar sobrecargas nas BRs-040/356 e intervenções em estradas vicinais (Ribeirão do Eixo, Acuruí e Calado, ~100 km) para fluidez e escoamento.

A expansão territorial recente, 32 loteamentos aprovados entre 2005 e 2017, somando 5.967 lotes, sobretudo em áreas periféricas e vazios urbanos, pressiona infraestrutura viária, drenagem e serviços urbanos, além de elevar a demanda por estacionamentos (rotativo internalizado pelo Município em 2023). O planejamento de adensamento qualificado e a priorização de eixos com infraestrutura instalada são essenciais para reduzir custos operacionais de redes e ampliar a eficiência do transporte público.

Na conectividade digital, o acesso à banda larga fixa por 100 habitantes está abaixo de municípios próximos (Mariana possui mais que o dobro), o que limita inclusão digital e serviços intensivos em dados. A meta 2030 é elevar o indicador para 51,69 acessos/100 habitantes. O deslocamento casa-trabalho permanece favorável (91,28% realizam o trajeto em menos de 1 hora), meta a ser mantida até 2030.

No eixo de sustentabilidade, o Município apresenta estrutura para gestão de riscos (Brigada Municipal, Defesa Civil e Guarda Municipal) e evolução positiva na recuperação de materiais, ainda com desafio no aumento de emissões de CO₂, fato que demanda políticas de eficiência energética, mobilidade de baixas emissões e manejo adequado de resíduos de construção.

A segurança pública compõe a leitura da infraestrutura urbana por sua influência direta sobre o uso do espaço e a mobilidade. Indicadores recentes apontam taxas de homicídios e de mortes por arma de fogo superiores às de Ouro Preto e Mariana, e crescimento na taxa de mortes no trânsito desde 2020. O programa “Segurança em Foco: Itabirito para Você” prevê reforço do videomonitoramento integrado, ações educativas e centrais de

atendimento para participação social, além de capacitação contínua das forças locais.

O pilar “Infraestrutura e Mobilidade Urbana”, no IGMA, melhorou desde 2020, apesar de pequena queda (-0,01) no indicador de abastecimento de água e percepção pública de que o pilar ainda é o mais crítico. As diretrizes pactuadas nas oficinas de 2023 incluem: criar acessos alternativos aos bairros; investir em drenagem para mitigar alagamentos; fortalecer transporte público; garantir segurança hídrica; e ampliar a eficácia operacional da Prefeitura. Essas ações convergem com metas 2030 de cobertura de água (98%), esgoto (90% da população atendida e aumento de 60,27 p.p. na razão esgoto tratado/água consumida), coleta domiciliar (100% com frequência semanal) e banda larga.

1.6. Educação

O sistema educacional de Itabirito apresenta avanços consistentes em cobertura, estabilidade de fluxo e qualificação docente, com desafios concentrados no ensino médio e na distorção idade-série do ensino fundamental. A taxa de atendimento encontra-se universalizada no fundamental e na pré-escola: desde 2014, o município atingiu a meta do PNE de 100% para 4–5 anos e, em 2022, a frequência dos jovens de 15–17 anos chegou a 96,5%, embora apenas 68,4% estejam no ensino médio na etapa adequada à idade, indicando um gargalo de transição e conclusão. Entre as crianças de 0–3 anos, a cobertura cresceu e superou a meta do PNE de 50% antes de 2024:

Ano	Taxa de atendimento por grupo etário			Taxa de escolarização líquida	
	0 a 3 anos	4 e 5 anos	15 a 17 anos	Ensino fundamental	Ensino médio
2010	10,1	79,0	87,4	99,4	41,1
2011	10,1	75,7	87,5	91,7	41,5
2012	14,7	73,8	87,6	87,7	41,6
2013	28,2	95,2	80,8	96,5	48,3
2014	34,0	100,0	80,4	100,0	46,4
2015	37,3	100,0	83,7	100,0	54,1
2016	38,1	100,0	86,7	100,0	60,9
2017	39,7	100,0	87,5	100,0	60,3
2018	42,9	100,0	86,6	100,0	61,7
2019	38,7	100,0	81,1	100,0	59,9
2020	43,3	100,0	82,4	100,0	60,7
2021	37,8	100,0	80,3	100,0	57,0
2022	51,5	100,0	96,5	100,0	68,4

Tabela 10: Taxa de atendimento e taxa de escolarização líquida - Itabirito, 2010-2022.

Fonte: FJP (Fundação João Pinheiro).

A oferta escolar é predominantemente urbana, o que impõe logística de acesso às famílias dos distritos e áreas rurais. Em 2022, todas as escolas estaduais (5) e a federal localizavam-se na área urbana, e, entre as 12 municipais, apenas 3 eram rurais. No ensino fundamental, a oferta dos anos finais e todo o ensino médio concentram-se na sede, reforçando a necessidade de transporte escolar/estudantil e estratégias de permanência.

Quanto ao fluxo, o abandono é nulo nos anos iniciais do fundamental e “eficientemente pequeno” nos anos finais, porém a distorção idade-série supera a de cidades comparáveis, sinalizando trajetórias de retenção e atraso especialmente na transição para os anos finais. A prioridade, portanto, é reduzir a defasagem idade-série com reforço de aprendizagem e acompanhamento longitudinal:

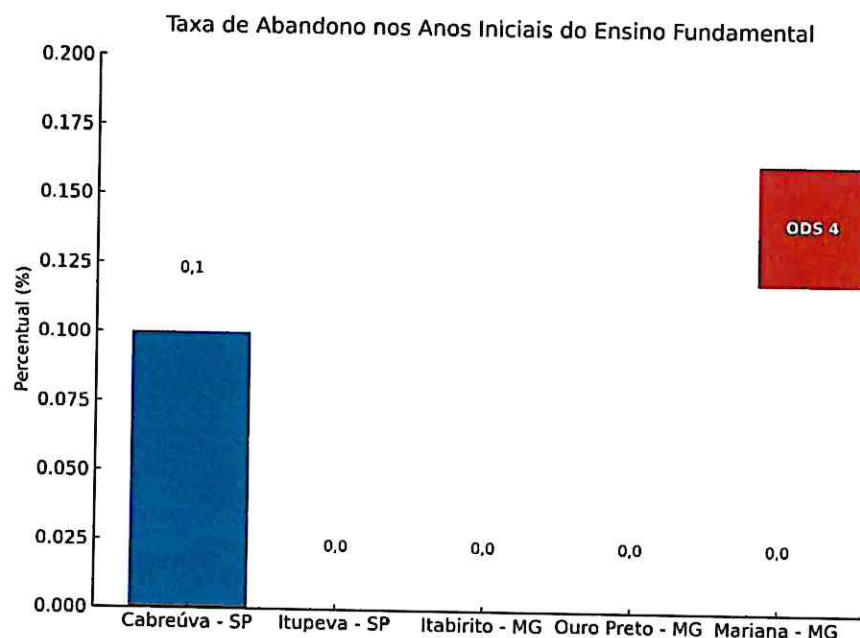


Gráfico 12: taxa de abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Fonte: IGMA.

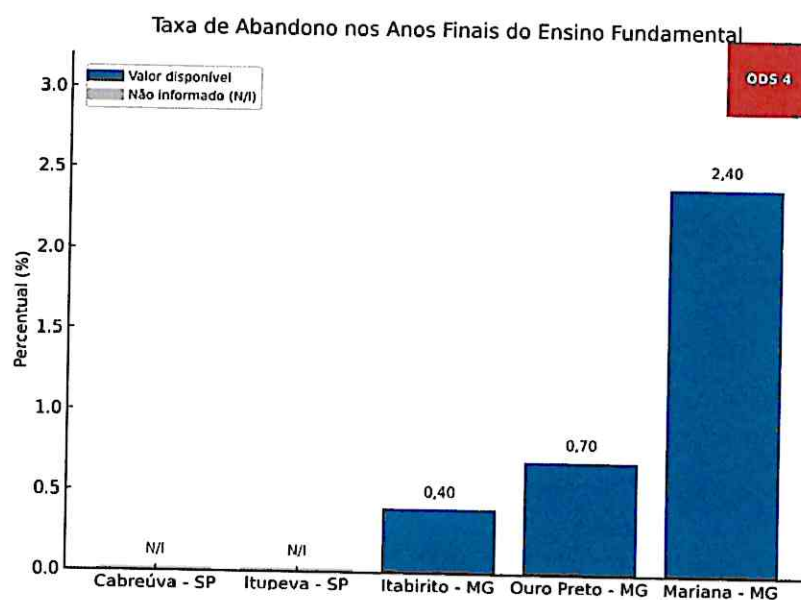


Gráfico 13: taxa de abandono nos anos finais do Ensino Fundamental. Fonte: IGMA.

Nos resultados de aprendizagem, Itabirito apresenta desempenho superior ao do estado no conjunto da rede pública (SAEB), com estabilidade nas proficiências do 5º ano entre 2015–2019 e leve piora em língua portuguesa no 9º ano, quadro revertido em parte pela rede municipal em matemática.

Em 2021, houve queda generalizada, coerente com os efeitos do ensino remoto emergencial. Esses sinais, combinados ao IDEB, indicam boa base nos anos iniciais e maior fragilidade nos anos finais e no ensino médio:

Localização/Rede de ensino	Ensino Fundamental				Ensino Médio	
	5º ano		9º ano		3º ano ⁽¹⁾	
	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa
Minas Gerais – Rede Pública						
2015	228,40	217,04	260,05	255,18	265,17	262,96
2017	231,83	223,82	258,21	257,05	271,59	268,49
2019	232,58	219,72	262,00	257,92	278,74	277,84
2021	216,69	210,25	256,29	258,51	268,66	273,83
Itabirito – Rede Pública						
2015	250,98	234,96	279,53	273,44	-	-
2017	251,21	237,27	286,60	281,64	298,01	291,08
2019	250,72	237,02	280,79	269,38	298,40	282,89
2021	233,32	220,45	275,13	276,67	275,81	276,34
Itabirito – Rede Estadual						
2015	249,77	229,69	268,59	262,32	-	-
2017	246,28	235,66	275,88	272,78	288,86	284,71
2019	247,67	240,24	262,84	255,43	290,33	277,65
2021	232,39	218,60	262,66	268,49	275,81	276,34
Itabirito – Rede Municipal						
2015	251,24	236,11	288,63	282,68	-	-
2017	252,47	237,68	292,94	286,87	-	-
2019	251,41	236,29	291,14	277,43	-	-
2021	233,52	220,85	281,72	281,30	-	-

Tabela 11: Médias de proficiência no Saeb por rede de ensino - Itabirito e Minas Gerais - 2015, 2017, 2019 e 2021.
Fonte: Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

O IDEB confirma esse descompasso: a cidade se destaca regionalmente nos anos iniciais, mas registra queda de 0,6 ponto nos anos finais e nota de 4,1 no ensino médio em 2021, inferior à referência estadual e muito abaixo do patamar desejável de proficiência e fluxo. Esse conjunto sugere foco imediato na recomposição de aprendizagens e no encurtamento de trajetórias prolongadas no final do fundamental e no médio:

Localização/Nível de ensino	Ideb Observado				Metas Projetadas				
	2015	2017	2019	2021	2013	2015	2017	2019	2021
Minas Gerais - Rede Pública									
Ensino Fund. - Anos iniciais	6,1	6,3	6,3	5,9	5,6	5,9	6,1	6,4	6,6
Ensino Fund. - Anos finais	4,6	4,5	4,7	5,1	4,4	4,8	5,0	5,3	5,6
Ensino Médio ⁽¹⁾	3,5	3,6	4,0	4,0	4,0	4,4	4,8	5,0	5,3
Itabirito - Rede Estadual									
Ensino Fund. - Anos iniciais	6,9	6,9	7,0	6,3	6,1	6,3	6,5	6,8	7,0
Ensino Fund. - Anos finais	4,5	4,9	4,4	5,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7
Ensino Médio	-	4,2	4,0	4,1	-	-	-	4,4	4,6
Itabirito - Rede Municipal									
Ensino Fund. - Anos iniciais	6,7	6,6	6,4	6,2	5,9	6,2	6,4	6,6	6,9
Ensino Fund. - Anos finais	5,4	5,6	5,0	5,6	4,8	5,2	5,4	5,7	5,9
Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itabirito - Rede Federal									
Ensino Médio	-	6,6	5,6	-	-	-	-	6,7	6,9

Tabela 12: Ideb observado e metas projetadas para a rede pública de Minas Gerais e Itabirito - 2015-2021. Fonte: Inep.

Do lado da capacidade instalada, a adequação da formação docente na rede municipal é um ponto forte: 87,8% dos professores do ensino fundamental lecionam com formação superior compatível com a disciplina, patamar associado a maiores probabilidades de ganho de aprendizagem. A despeito disso, o “custo da ineficiência” por aluno, tempo adicional na rede sem aprendizagem equivalente, é alto em comparação regional, o que reforça a necessidade de calibrar intervenções pedagógicas para elevar produtividade do gasto:

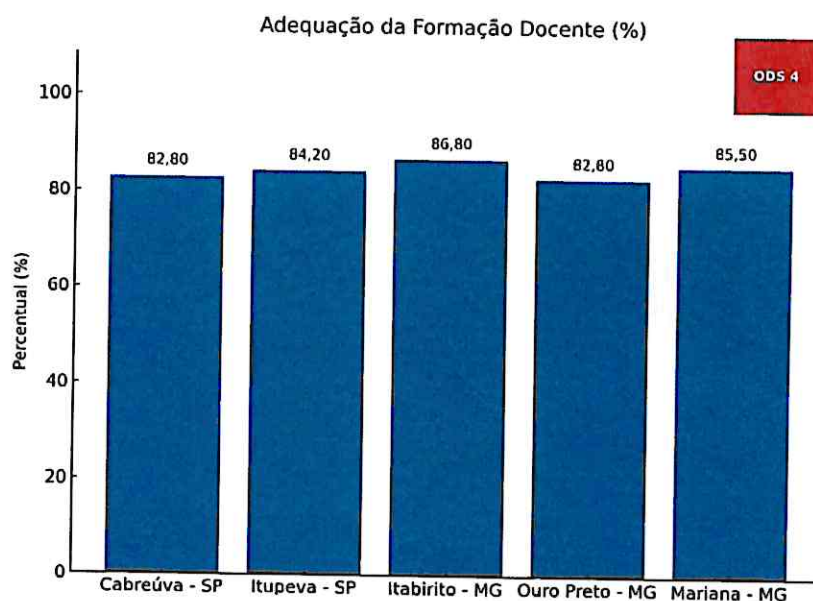


Gráfico 14: percentual de docentes com formação adequada. Fonte: IGMA.

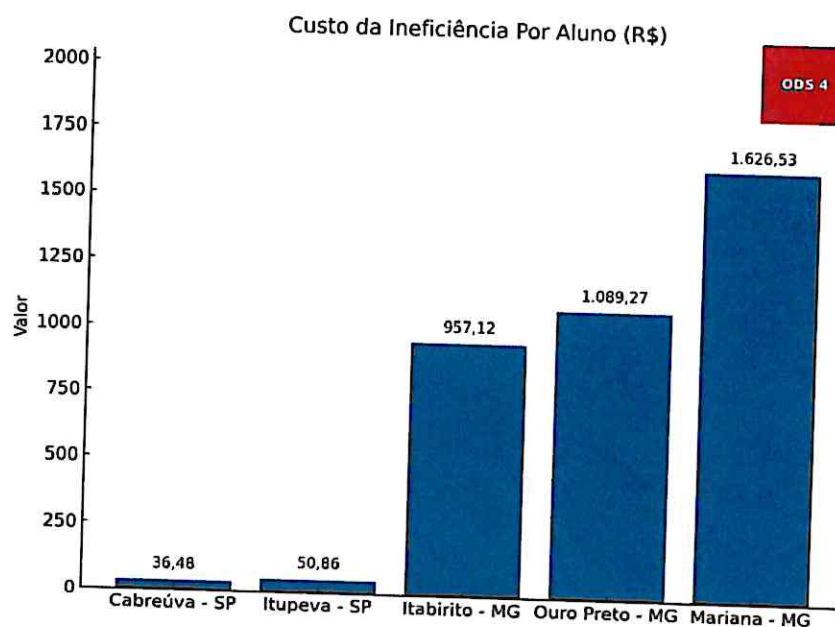


Gráfico 15: custo da ineficiência por aluno. Fonte: IGMA.

A governança e o financiamento educacional são aderentes às exigências legais: o município supera o mínimo constitucional em MDE e aplica 100% dos recursos do FUNDEB, com mais de 90% destinados ao magistério. Essa disciplina orçamentária, somada às parcerias com SEBRAE (trilhas empreendedoras), Sicredi (educação financeira) e PSE (saúde na escola), amplia externalidades positivas sobre permanência e transição para o mundo do trabalho:

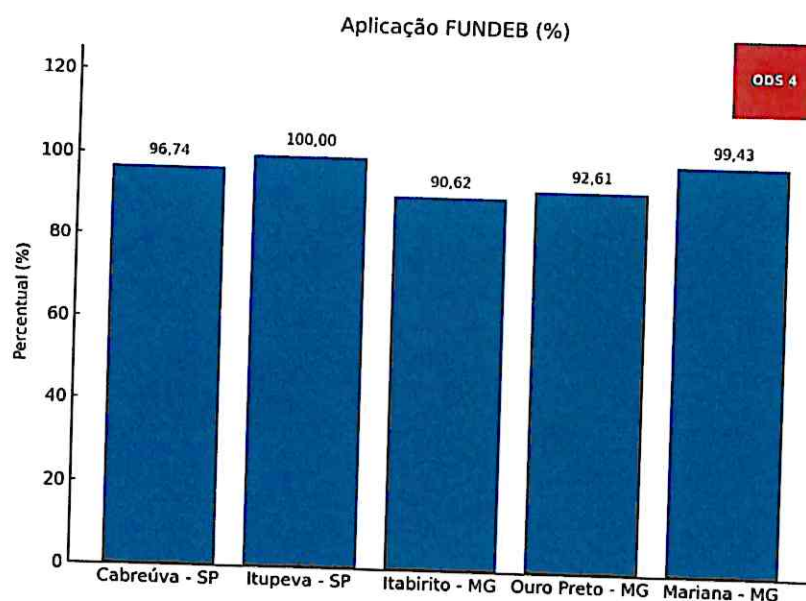


Gráfico 16 percentual aplicado ao FUNDEB. Fonte: IGMA.

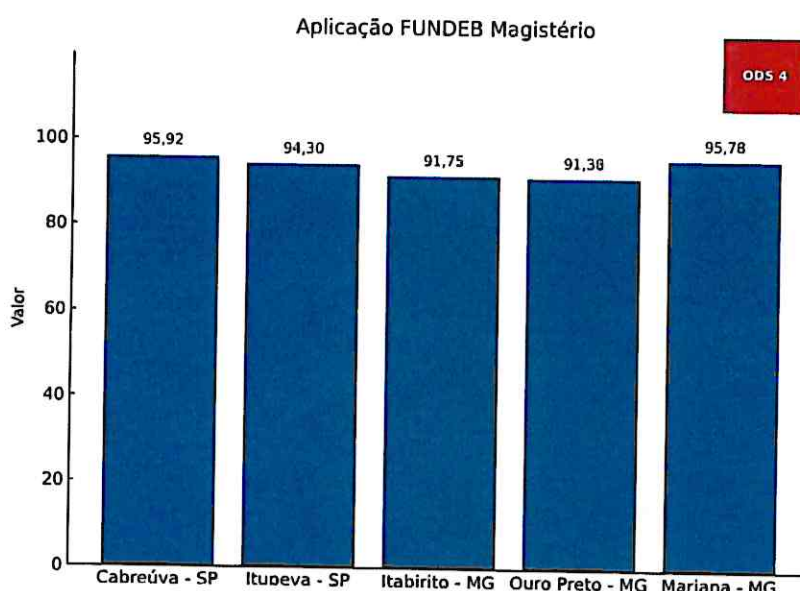


Gráfico 17: valor aplicado ao FUNDEB Magistério. Fonte: IGMA.

No ensino médio, os resultados das escolas estaduais variam e, em geral, ficam abaixo das metas projetadas, inclusive após a pandemia; o IFMG – Campus avançado de Itabirito apresenta desempenho superior ao das escolas estaduais, ainda que abaixo das metas e com queda entre 2017–2019. Esses achados reforçam a importância de uma agenda conjunta município-estado-IFMG para o segmento, articulando reforço de base, orientação profissional e itinerários formativos.

A alfabetização e o capital humano adulto condicionam o desempenho educacional de longo prazo. Em Itabirito, 4% da população de 15 anos ou mais permanece analfabeta, valor baixo em termos relativos, mas que demanda vigilância, sobretudo em territórios vulneráveis. A expectativa de anos de estudo é a segunda melhor da região (inferior apenas a Ouro Preto), o que sugere trajetória ascendente de escolarização das novas coortes.

No campo da política docente, há diretriz de valorização (piso nacional implementado e incentivo à formação continuada), incluindo oferta, em 2024, de curso de pós-graduação (UFMG) com 180–200 vagas. A demanda por formações mais curtas e foco em tecnologia foi identificada, assim como a necessidade de qualificação de jovens para o primeiro emprego, sugerindo a pertinência de trilhas flexíveis, certificações modulares e integração com educação profissional.

Em síntese, Itabirito está bem posicionado no cenário educacional regional, com estrutura, recursos e gestão eficientes. No entanto, é necessário converter essa base em resultados de aprendizagem superiores e traçar trajetórias mais rápidas e qualitativas para os seus estudantes, evitando que “acesso” seja apenas o primeiro passo, e sim parte de uma jornada efetivamente bem-sucedida.

1.7. Saúde

A avaliação da saúde em Itabirito exige a leitura combinada de resultados assistenciais, capacidade instalada e desempenho da Atenção Primária, com base nas séries históricas do IMRS/FJP (2010–2020) e nos indicadores IGMA (atualizados em 16/10/2023). Em 2023,

a cobertura da Atenção Primária (equipes ESF/EAP) alcançou 100% da população, um patamar alinhado às melhores práticas de organização do cuidado e fundamental para a coordenação das redes assistenciais:

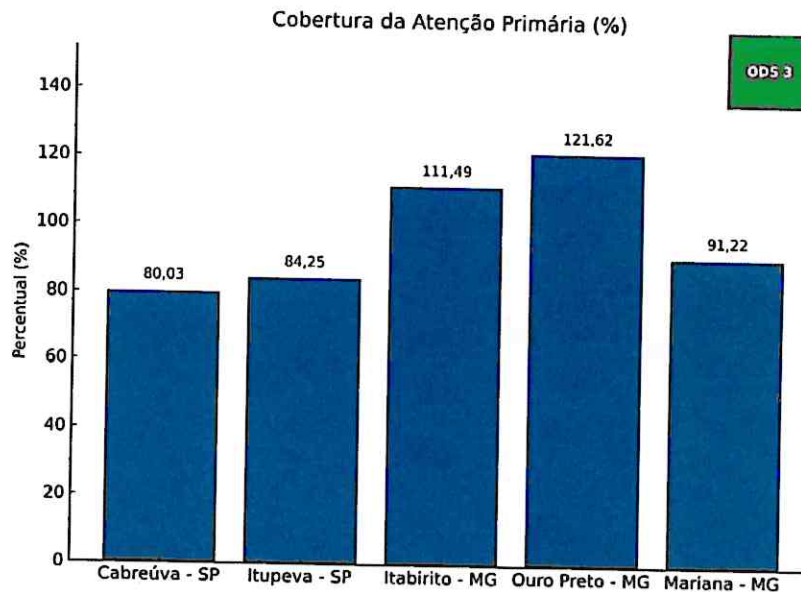


Gráfico 18: percentual de cobertura na Atenção Primária. Fonte: IGMA.

A série histórica, contudo, evidencia que essa cobertura não foi linear: a participação da ESF em Itabirito oscilou na década anterior, com melhora até 2018 (≈89%) e recuo em 2020 (≈71%), movimento que ajuda a explicar inversões pontuais em resultados sensíveis à Atenção Primária. O ganho recente até 100% sugere retomada e consolidação do modelo, devendo ser mantido com estabilidade de equipes e ampliação do acesso em territórios mais vulneráveis:

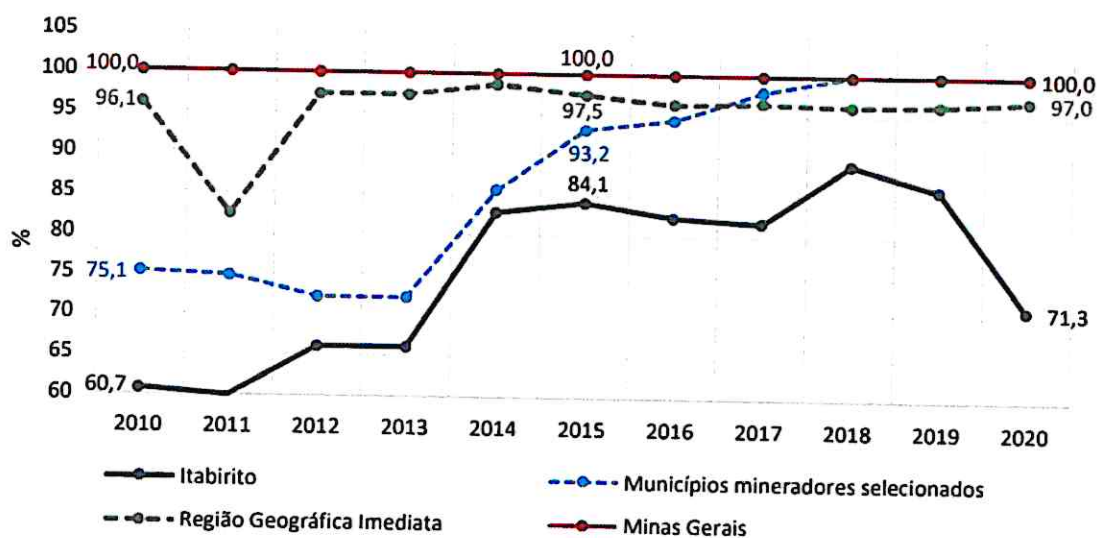


Gráfico 19: proporção da população atendida pelo Estratégia de Saúde da Família - Itabirito, RGI, MMS e Minas Gerais, 2010-2020. Fonte: FJP.

No bloco de resultados, a proporção de internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (CSAP) permaneceu, ao longo do período 2010–2020, em patamar geralmente mais favorável do que a Região Geográfica Imediata, os Municípios Mineradores Seleccionados e o próprio estado, variando em Itabirito entre cerca de 21,9% e 14%. A leitura indica efetividade da APS na contenção de internações evitáveis, com espaço para redução adicional rumo à meta de referência ($\leq 20\%$):

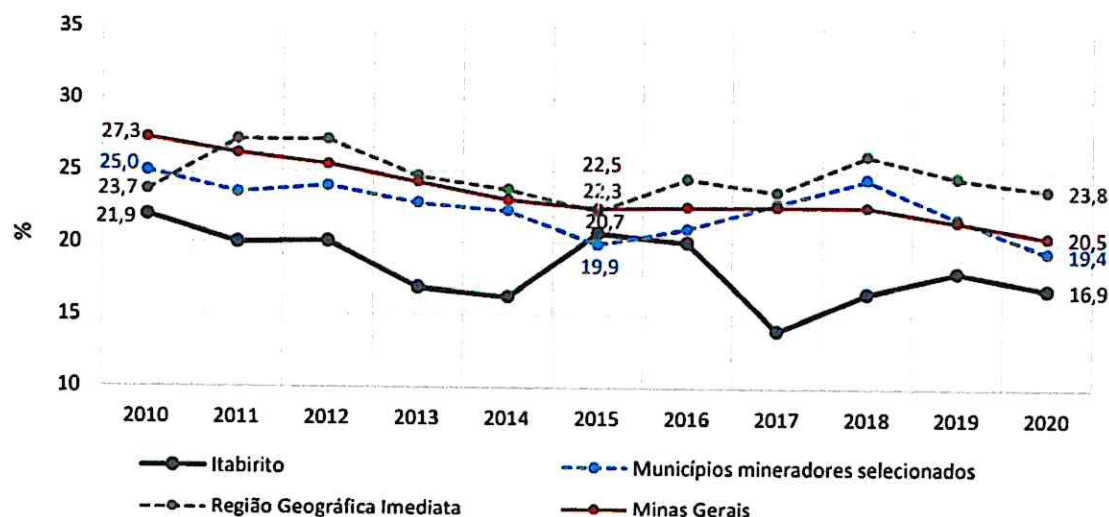


Gráfico 20: proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Primária - Itabirito, RGI, MMS e Minas Gerais - 2010-2020. Fonte: FJP.

Entre as causas de morte, as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (30–69 anos) requerem atenção: a taxa em Itabirito atingiu 335,4 por 100 mil em 2017 e 371,3 por 100 mil em 2018, recuando nos anos seguintes ($\approx 292,6$ em 2019; $\approx 299,1$ em 2020). A tendência recente é de estabilização em patamar inferior ao pico de 2018, mas ainda elevada para padrões desejáveis, reforçando a necessidade de manejo de risco e cuidado longitudinal na APS:

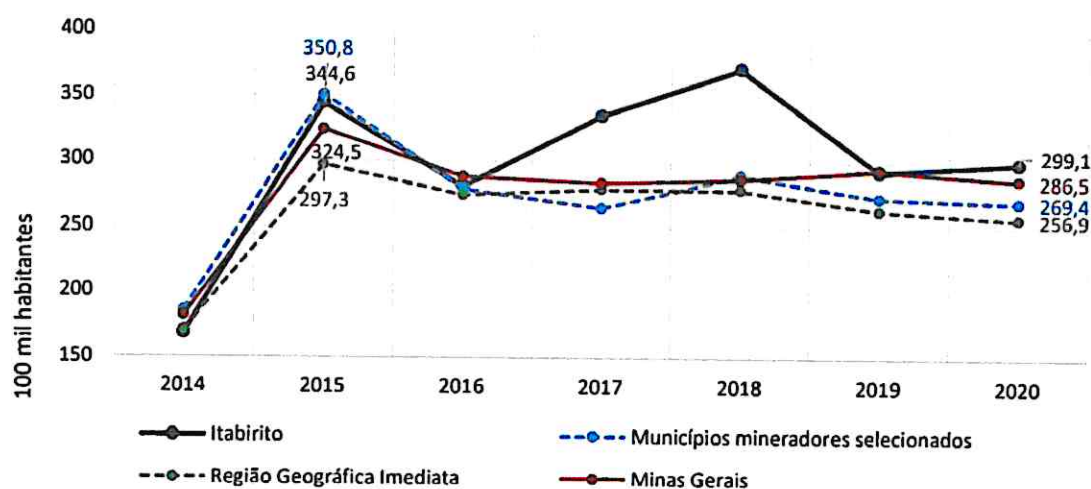


Gráfico 21: taxa de mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis - Itabirito, RGI, MMS e Minas Gerais, 2010-2020. Fonte: FJP.

A mortalidade infantil continua como marcador crítico. Em 2023, a taxa estimada foi de 10,77 óbitos por mil nascidos vivos, acima da recomendação internacional de ≤ 3 por mil,

sinalizando urgência em estratégias perinatais (pré-natal oportuno/qualificado, vigilância de óbitos, transporte sanitário e leito neonatal de referência). A região já havia atingido níveis considerados “baixos” (<20 por mil) em 2010, o que reforça a factibilidade de novos avanços locais:

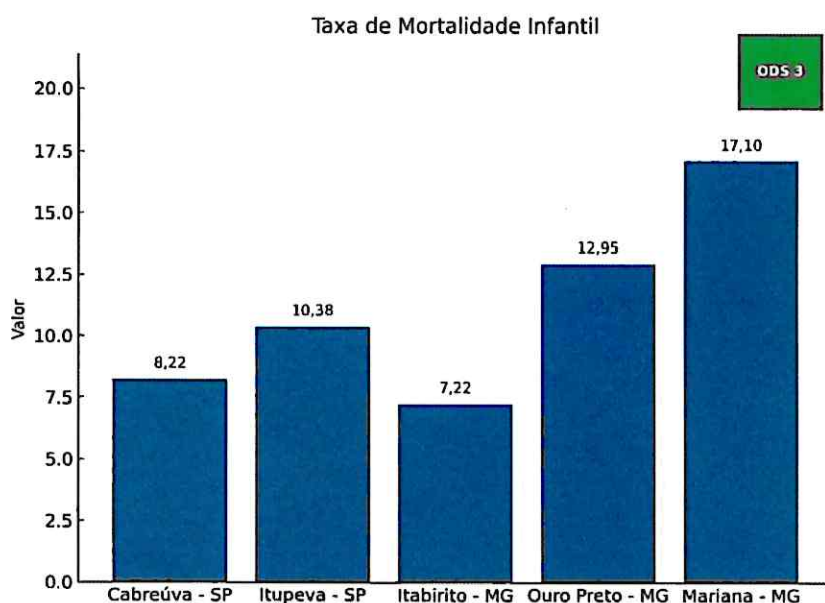


Gráfico 22: taxa de mortalidade infantil. Fonte: IGMA.

A cadeia de prevenção exige cobertura vacinal adequada. Em Itabirito, a cobertura global caiu em 2021, recuperou-se em 2022 e, ainda assim, permanece cerca de 30 pontos percentuais abaixo de Ouro Preto e Mariana. O retorno a patamares homogêneos entre imunobiológicos e faixas etárias é crítico para reduzir eventos evitáveis e o risco de reintrodução de doenças:

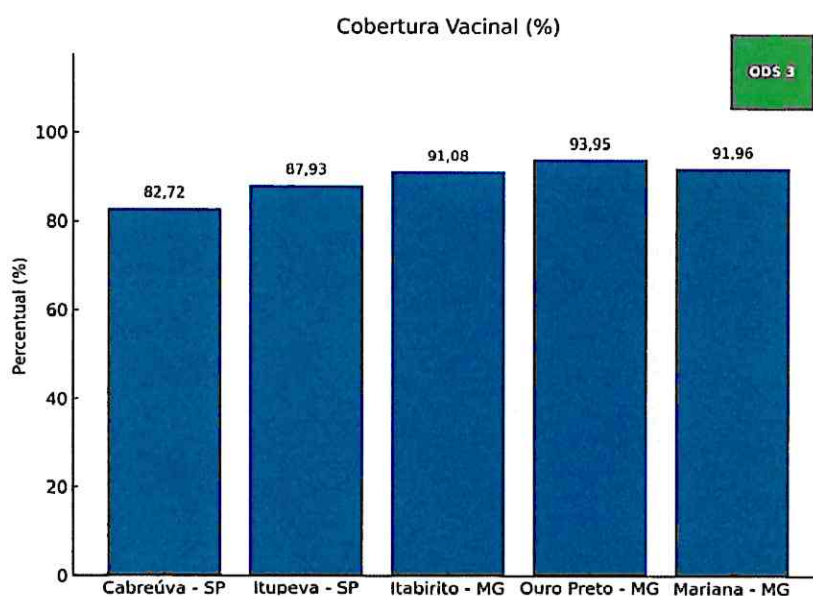


Gráfico 23: percentual de cobertura vacinal. Fonte: IGMA.

A capacidade instalada mostra gargalos. Itabirito dispõe de menos leitos SUS por mil habitantes e menos profissionais de saúde por mil habitantes que os municípios de referência regional (Ouro Preto e Mariana), o que restringe a resolutividade local em média e alta complexidade e pressiona o encaminhamento. A política de contratação/consórcios e a qualificação de serviços ambulatoriais especializados podem mitigar o desequilíbrio:

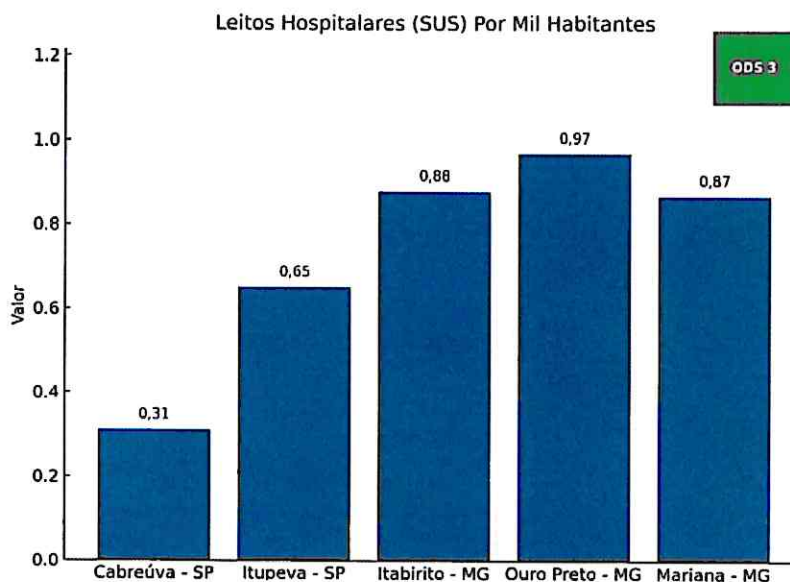


Gráfico 24: número de leitos hospitalares no SUS por mil habitantes. Fonte: IGMA.

No financiamento, o município aplica percentual de recursos próprios acima do mínimo constitucional de 15%, embora abaixo do observado na região. Em paralelo, o Indicador Sintético Final (ISF) do Previnir Brasil permanece inferior aos pares regionais, mas com trajetória de crescimento, dois sinais que, combinados, sugerem capacidade de ganho de desempenho se o foco recair sobre processos-chave (cadastro qualificado, indicadores materno-infantis, controle de crônicos):

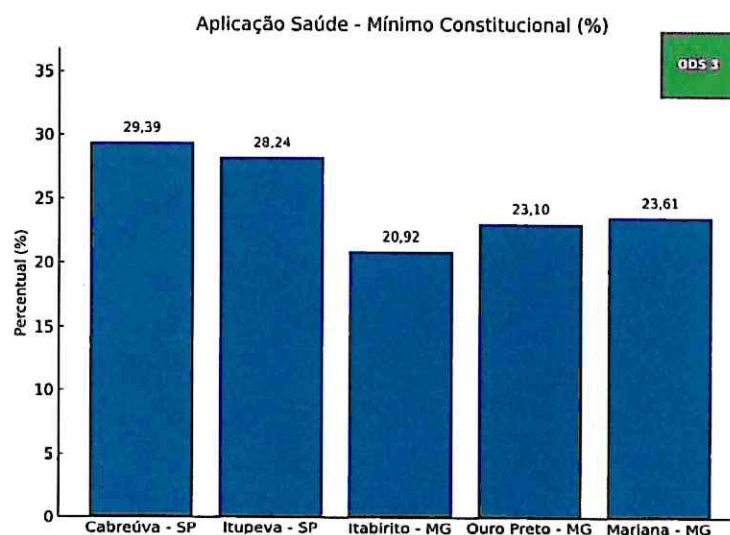


Gráfico 25: percentual aplicado em Saúde - Mínimo Constitucional. Fonte: IGMA.

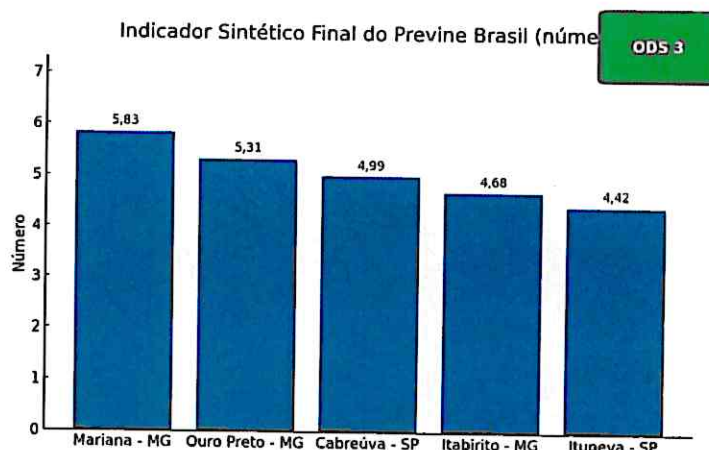


Gráfico 26: Previne Brasil. Fonte: IGMA.

A consistência do cuidado materno-infantil segue prioritária. As boas práticas internacionais indicam que 100% das gestantes deveriam realizar 7 ou mais consultas de pré-natal, com início precoce e exames recomendados; manter monitoramento sistemático deste indicador, junto da razão de partos hospitalares e da qualificação da atenção neonatal, é decisivo para reduzir a mortalidade infantil e a proporção de partos cesáreos desnecessários.

Como horizonte, o plano estratégico municipal fixa metas factíveis até 2030: elevar o pilar Saúde e Bem-Estar no IGMA para 54,89; alcançar pelo menos 1 leito SUS por mil habitantes; ampliar o ISF do Previne Brasil para 5,63; reduzir internações por causas evitáveis na rede SUS para 35,01 por mil habitantes; e diminuir a mortalidade infantil para 8 por mil. Tais metas demandam continuidade de investimentos, expansão da força de trabalho e integração assistencial com a rede regional.

Em síntese, o quadro atual combina:

- I - cobertura plena da Atenção Primária em 2023;
- II - desempenho assistencial relativamente favorável em CSAP;
- III - desafios persistentes em mortalidade infantil e DCNT;
- IV - lacunas de capacidade instalada;
- V - necessidade de recompor/elevar cobertura vacinal e ISF. A agenda de curto prazo deve concentrar-se em acelerar ganhos em mortalidade infantil, DCNT e imunização com gestão orientada por dados e equilíbrio estrutural. Com isso, o município pode superar desafios históricos e alcançar patamares mais altos de "bem-estar completo" conforme preconiza a OMS.

2. DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS

2.1. Contexto nacional

Conforme a Agência Câmara de Notícias, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União para 2026 (PLN 2/25) mapeia os riscos fiscais a que o governo federal está exposto. No caso das demandas judiciais, o total estimado com base em dados de 2024 é de R\$2,6 trilhões. As ações classificadas como de risco “possível” recuaram 18,7%, e as de risco “provável”, 45,1%.

De acordo com o anexo da LDO, as despesas decorrentes de ações judiciais contra a União vêm crescendo. Em 2023 houve um pico de pagamentos, R\$151,9 bilhões, em razão de decisão do STF sobre a necessidade de quitar precatórios (dívidas com decisão judicial definitiva).

Até 2026, o STF também autorizou o governo a excluir do resultado primário parte dos gastos com precatórios. Essa despesa, porém, voltará a ser integralmente computada na meta a partir de 2027, quando está previsto o desembolso de R\$124,3 bilhões; para 2029, a projeção é de R\$144 bilhões.

O estoque da Dívida Ativa da União alcançou R\$3 trilhões em 2024, referente a 7 milhões de contribuintes. Desse montante, cerca de 78% são tratados como perdas. A expectativa é recuperar R\$658,5 bilhões em até 15 anos.

O envelhecimento populacional deve elevar a pressão por expansão dos serviços de saúde e reduzir a pressão por gastos em educação. Para 2025–2035, estima-se uma demanda adicional de R\$93 bilhões em saúde e uma queda de R\$22,7 bilhões em educação.

O crescimento da dívida pública é preocupante, pois aumenta a parcela mais sensível para o Tesouro, a indexada à Selic, taxa básica de juros, e ao câmbio. A taxa Selic anual está em 15%, o maior patamar desde julho de 2006.

Ainda segundo a LDO da União, os indicadores macroeconômicos podem ser assim resumidos:

Parâmetros	2025	2026	2027	2028	2029
PIB real (%)	2,31	2,5	2,59	2,56	2,59
PIB em reais (R\$ trilhões)	12,70	13,70	14,70	15,70	16,70
IPCA (%)	4,9	3,5	3,1	3	3
Taxa Selic (%)	14,02	12,56	10,09	8,27	7,27
Câmbio (R\$/US\$)	5,9	5,97	5,91	5,9	5,9
Salário Mínimo (R\$)	1.518	1.630	1.724	1.823	1.925
Massa salarial (%)	10,37	7,54	7,03	6,43	6,08
Despesas obrigatórias 2026 (R\$ trilhões)	2,10	2,40	2,50	2,70	2,80
Despesas discricionárias 2026 (R\$ bilhões)	221,2	208,3	122,2	59,5	8,9

Tabela 13: parâmetros macroeconômicos da LDO 2026. Fonte: PLN 2/25.



Observa-se que, no período pós-pandemia, a aceleração da inflação levou o Bz a elevar rapidamente a taxa de juros em 2022, mantendo-a em patamar elevado, o que tem suste. Ainda assim, a inflação permaneceu elevada, o que tem suste. manutenção da taxa básica até sua convergência à meta definida pelo Banco Centra.

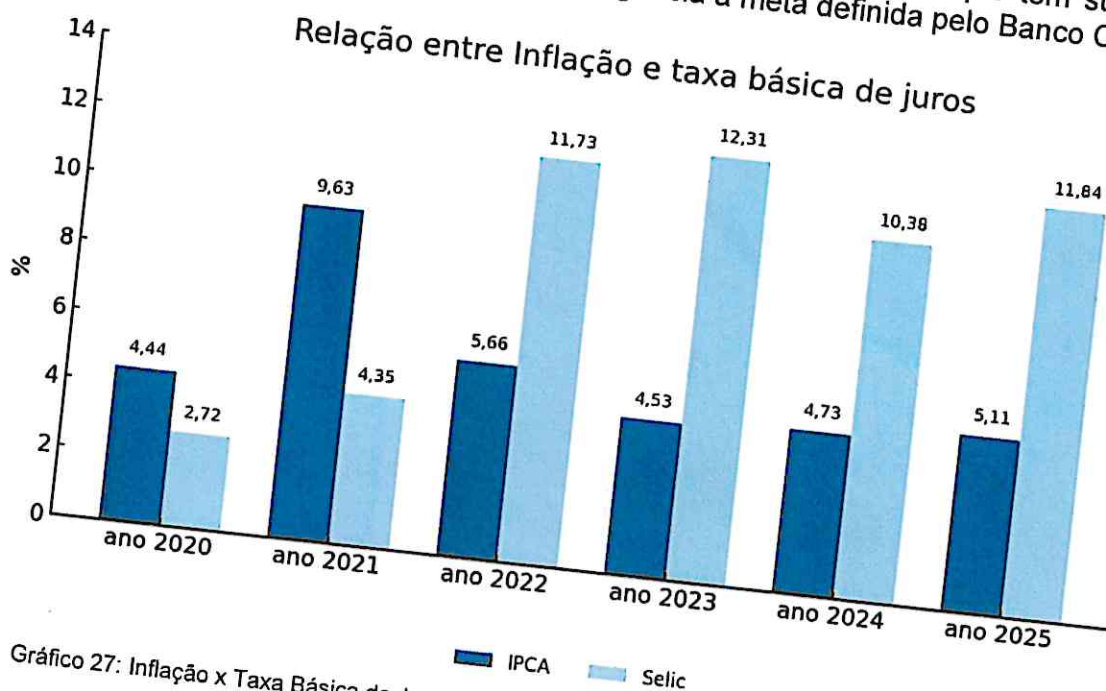


Gráfico 27: Inflação x Taxa Básica de Juros. Fonte: <https://sicalc.receita.economia.gov.br/sicalc/selic/consulta>.

A manutenção da taxa Selic em 15% ao ano eleva o custo do serviço da dívida e pressiona o crescimento do endividamento público, cujo estoque é estimado em R\$8,5 trilhões ao final deste ano.



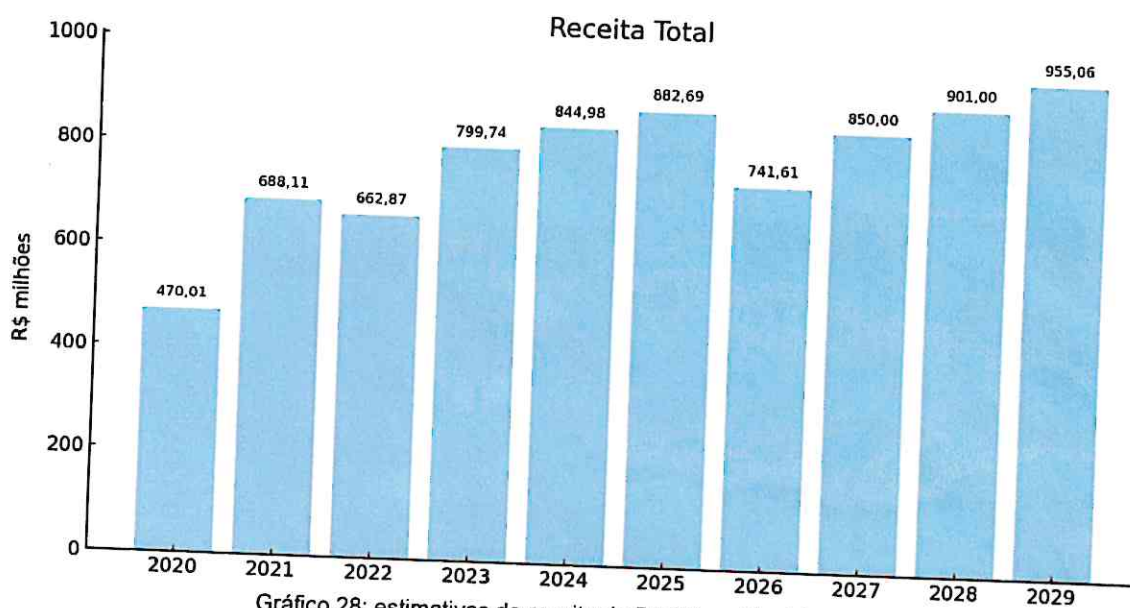
Em junho de 2024, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 7 trilhões. Mesmo com a alta no mês passado, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no início de fevereiro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFI) subiu 2,99%, passando de R\$ 7,361 trilhões em maio para R\$ 7,581 trilhões em junho. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 154,62 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis prefixados. Além disso, a dívida interna subiu por causa da apropriação de R\$ 65,13 bilhões em juros.

Figura 7: notícia sobre a Dívida Pública.
Fonte: site Agencia Brasil.

2.2. Receitas

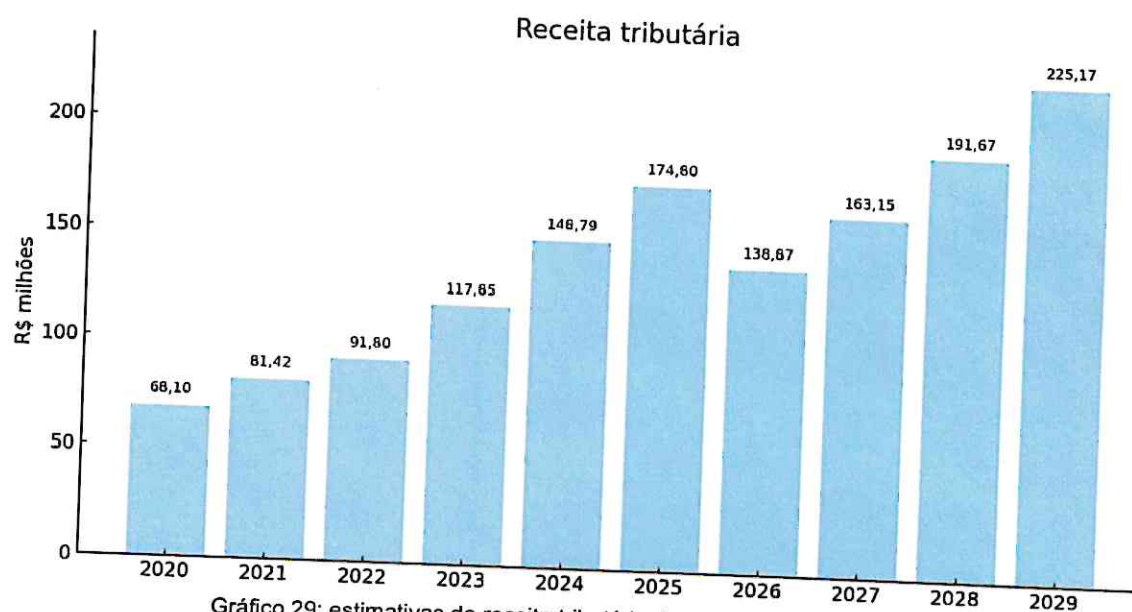
Receita Total



Fonte: Siconfi.

Em que pese as estimativas normais de crescimento para o ano de 2025, a estimativa para o ano de 2026, com base no comportamento da receita de 2025, não é otimista. A queda geral estimada é de 10% em relação à receita realizada em 2024. Se a previsão para o ano de 2025 é de crescimento regular em relação ao ano anterior, isso significa que a frustração da arrecadação é ainda maior.

Receita Tributária



Fonte: Siconfi.

A previsão da receita tributária para o ano de 2026 apresenta uma queda, com base no comportamento de 2025. A principal receita afetada pelas perspectivas não positivas é o ISS, que é impactado tal como o ICMS. Este é um indicador de que o arrefecimento da atividade minerária afeta diretamente a arrecadação do ICMS e do ISSQN, não apenas a CFEM.

Receita de transferências

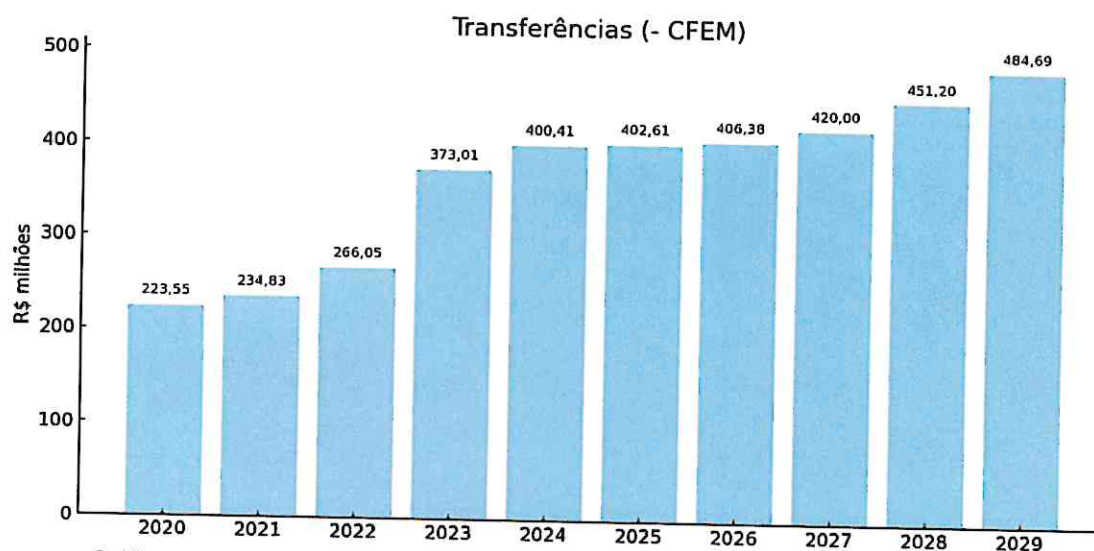


Gráfico 30: estimativas de transferências da Prefeitura Municipal de Itabirito. Fonte: Siconfi.

O principal responsável pela queda nas transferências de forma geral é o ICMS. Os indicadores apontam uma recuperação lenta, mas tudo depende de como o governo federal irá conduzir a macroeconomia, visto que a ameaça de rompimento com a maior economia do planeta poderá trazer consequências muito prejudiciais à economia nacional e, por conseguinte, à arrecadação.

Receita da CFEM

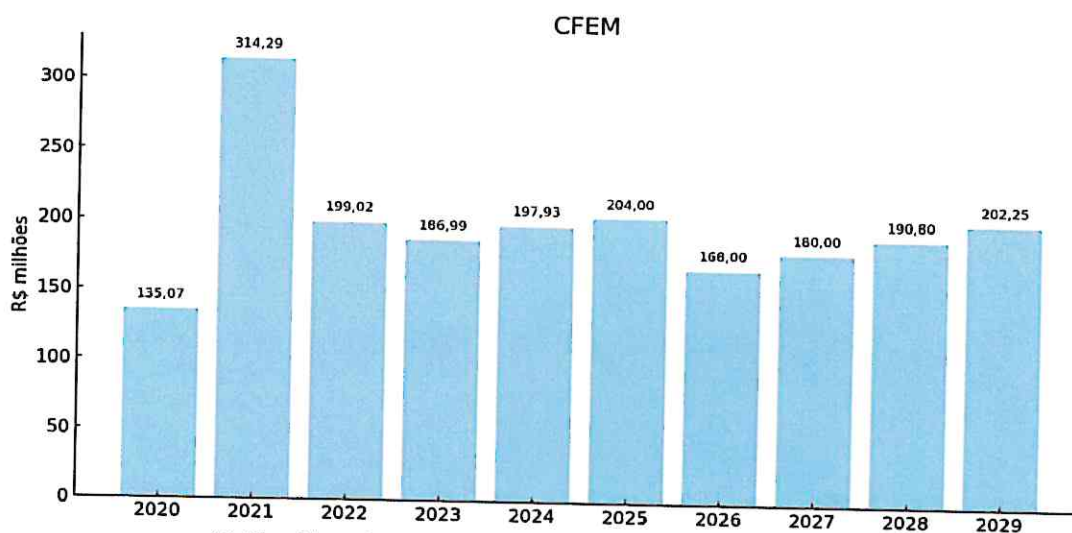


Gráfico 31: estimativas de arrecadação da CFEM. Fonte: Siconfi.

A arrecadação da CFEM depende das vendas de minério. Em 2024, as vendas de minério pela mineradora Vale para a China representou 50% de sua receita. Isso quer dizer que a crise imobiliária na China, que reduziu a importação de minério afetou diretamente a Vale e, consequentemente, o repasse da CFEM. O cenário incerto do minério faz com que o preço desta *commodity* se comporte de maneira volátil, sendo desafiador fazer uma previsão certa dessa compensação do minério.

Receita do FUNDEB

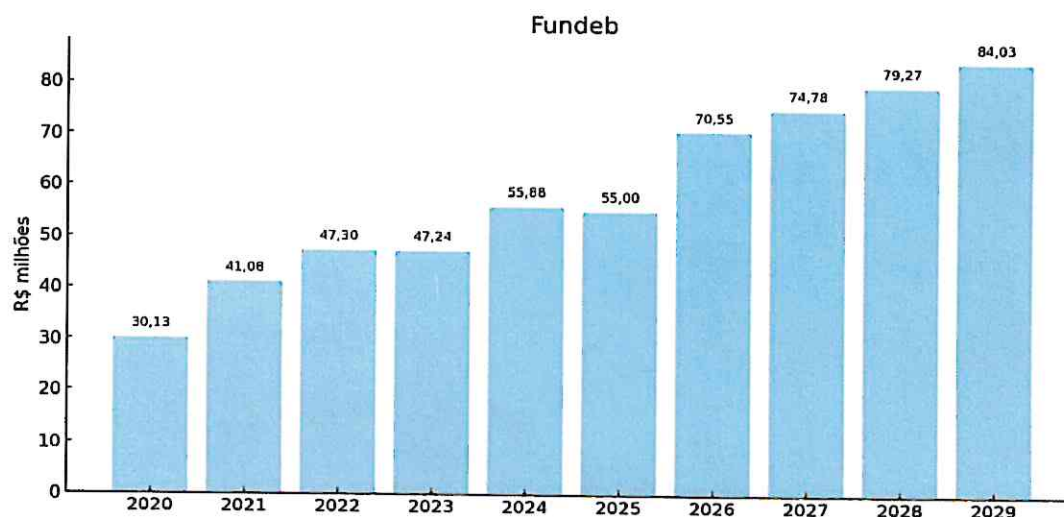


Gráfico 32: estimativas de receita do FUNDEB. Fonte: Siconfi.

As perspectivas de repasse do Fundeb são otimistas em virtude da crescente participação da União nos repasses e à manutenção (e até mesmo o aumento) do número de alunos da rede municipal de ensino. Todavia, tudo depende da definição do valor mínimo anual por aluno, que para 2026 está previsto em torno de R\$8.500,00.

2.3. Despesas

Receita Corrente Líquida e despesas com pessoal

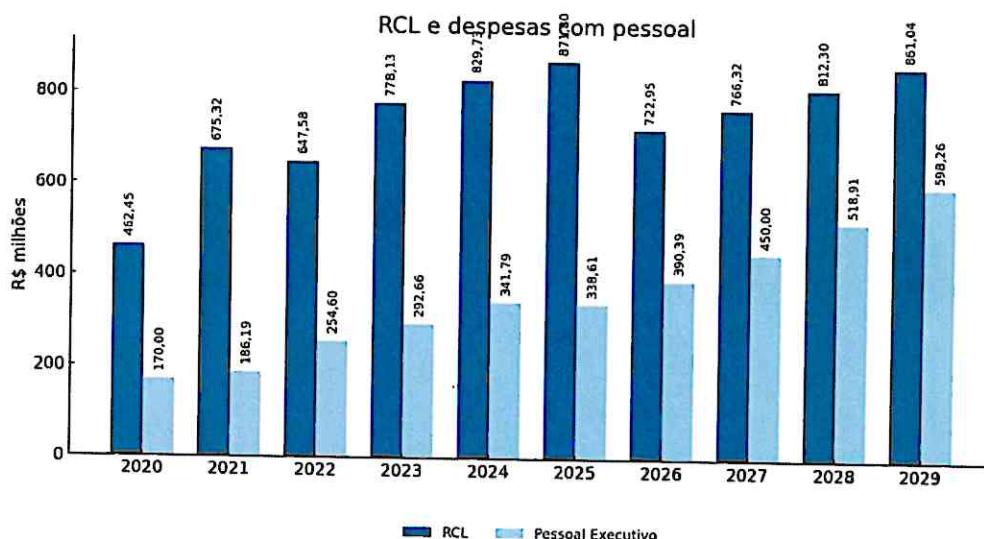


Gráfico 33: RCL e despesa com pessoal. Fonte: Siconfi.

Um indicador preocupante é o gasto com pessoal, pois, ao mesmo tempo em que a perspectiva de arrecadação diminui, os gastos com pessoal não recuam, apenas aumentam. A reforma administrativa, atrelada à ampliação de vagas, em contraposição à queda na arrecadação, faz com que o índice de gastos com pessoal cresça. Caso a redução na arrecadação não seja revertida, medidas como a não convocação de novos concursados e o corte de pessoal poderão ser necessárias para manter o índice abaixo do limite prudencial de 51,30% da RCL.

Despesas por categoria econômica

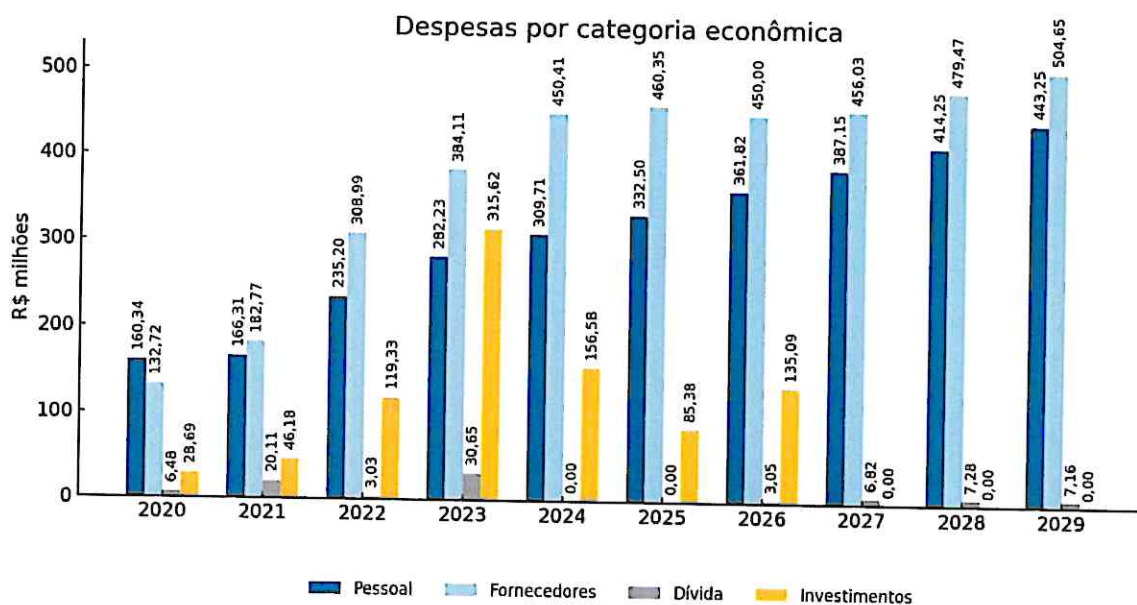


Gráfico 34: despesa por categoria econômica. Fonte: Siconfi.

Os dados evidenciam que o aumento dos gastos com pessoal, aliado à manutenção da máquina pública, reduz a capacidade de realização de investimentos. Entretanto, é necessário considerar que há um limite para os investimentos, uma vez que todo

investimento implica, inevitavelmente, em despesas de manutenção. Caso a gestão pública concentre-se apenas em ampliar os investimentos, chegará o momento em que não haverá receita suficiente para custear a manutenção de todos os bens e serviços implantados, tornando necessária a inativação de parte deles. Por essas razões, o Município deve assegurar uma estrutura mínima de capital capaz de garantir a qualidade dos serviços públicos nas estruturas já existentes.

CIGOVBIH Cronograma de desembolso		Anexo à Proposta Firme Valores em R\$ 1,00	
PROponente	Município de Itabirito	Informações Financeiras	Períodos
Nº SIAPP	0	Taxas e Valores	Assinatura mai/25
PROGRAMA	Saneamento Para Todos	encargos	Nº Liberações 24
MODALIDADE	Abastecimento Urbano	Financiamento 44.804.340,68	Prazo Carência 12
EMPENHAMENTO	0	Contrapartida 2.358.123,20	Prazo Amortização 120
		Investimento 47.162.463,88	Prazo Total 132
		Indicador TR	
INST. AUT. GESTOR DA APLIC.	0		

ANO	Contrapartida	Liberações previstas	Amortização (a)	Reembolsos anuais, juros e demais encargos e comissões (b)	Total (a+b)
2025	491.275,67	9.334.237,64	-	196.018,99	196.018,99
2026	1.179.061,60	22.402.170,34	1.138.977,37	1.909.212,65	3.048.190,02
2027	687.785,93	13.067.932,70	3.310.818,54	3.508.572,40	6.819.390,94
2028	-	-	3.800.539,09	3.476.830,82	7.277.369,91
2029	-	-	4.034.948,02	3.125.217,42	7.160.165,44
2030	-	-	4.283.814,79	2.751.917,27	7.035.732,06
2031	-	-	4.548.031,11	2.355.592,79	6.903.623,90
2032	-	-	4.828.543,72	1.934.823,88	6.763.367,60
2033	-	-	5.126.357,73	1.468.102,86	6.614.460,59
2034	-	-	5.442.540,25	1.013.829,07	6.456.369,33
2035	-	-	5.778.224,23	510.303,11	6.288.527,34
2036	-	-	2.511.545,84	56.697,68	2.568.243,52
2037	-	-	-	-	-
2038	-	-	-	-	-
2039	-	-	-	-	-
2040	-	-	-	-	-
2041	-	-	-	-	-
2042	-	-	-	-	-
2043	-	-	-	-	-
2044	-	-	-	-	-
2045	-	-	-	-	-
2046	-	-	-	-	-
2047	-	-	-	-	-
2048	-	-	-	-	-
2049	-	-	-	-	-
2050	-	-	-	-	-
2051	-	-	-	-	-
2052	-	-	-	-	-
2053	-	-	-	-	-
2054	-	-	-	-	-
Totais	2.358.123,20	44.804.340,68	44.804.340,68	22.327.118,96	67.131.459,64

Figura 8: amortização da dívida pública de longo prazo. Fonte: Caixa Econômica Federal.

As despesas com juros e amortização da dívida pública de longo prazo foram estimadas conforme a planilha da operação de crédito adotada pela Caixa Econômica Federal.

Despesas do Poder Legislativo

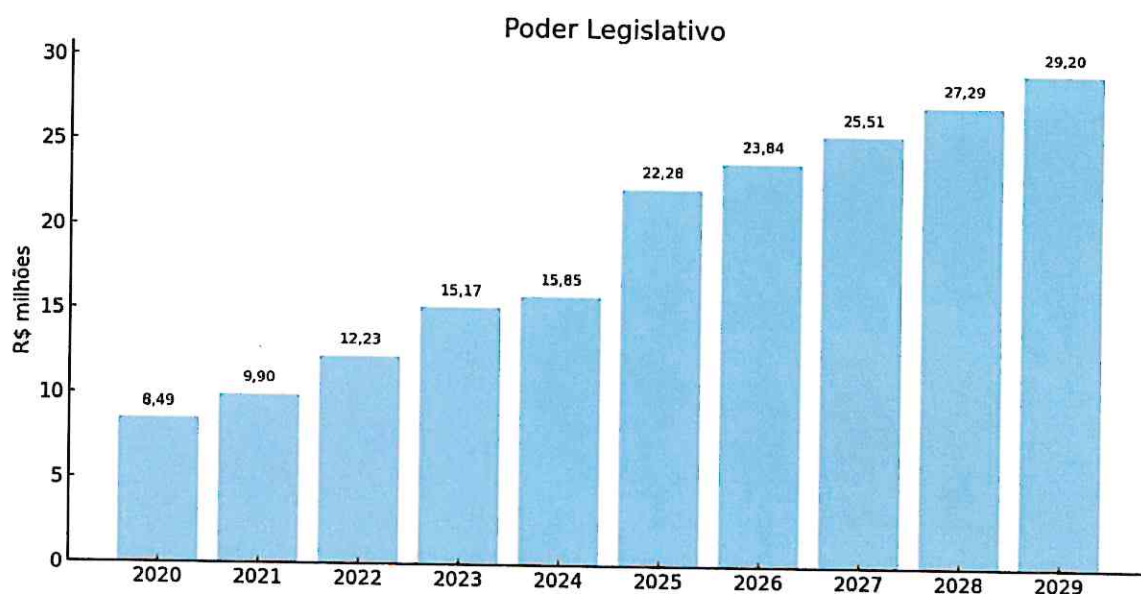


Gráfico 35: projeção de despesas do Poder Legislativo. Fonte: Siconfi

As despesas do Legislativo Municipal foram estimadas com base no comportamento da realização da despesa, e não no limite do art. 29-A da CR/88. Adotar esse limite constitucional significaria a supressão de políticas públicas essenciais do Município.

Despesas das três secretarias mais dispendiosas

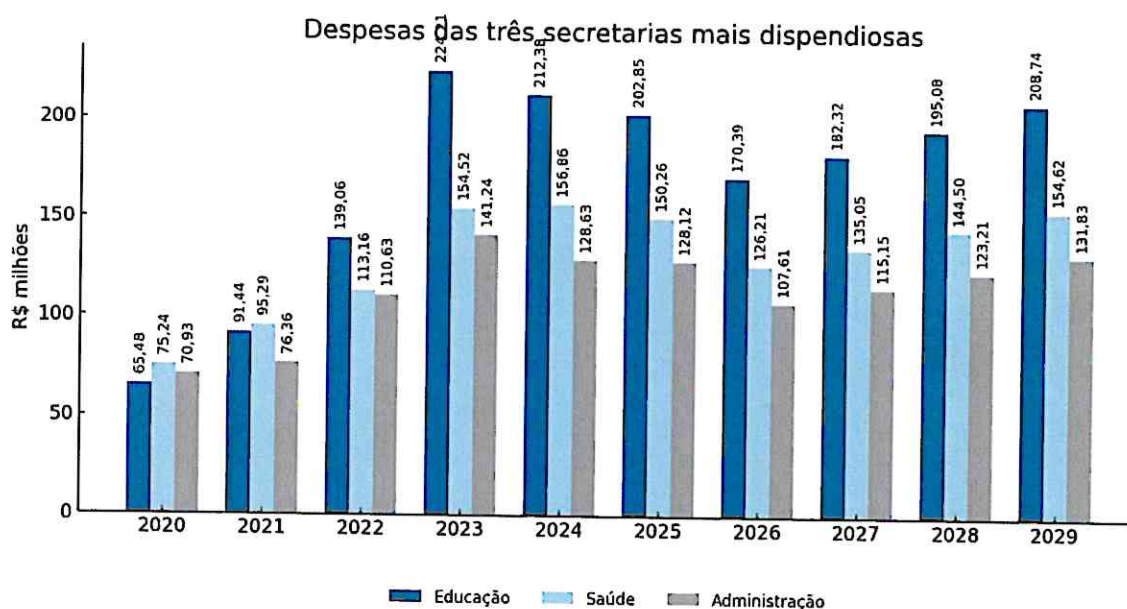


Gráfico 36: projeção de despesas das três secretarias com mais gastos. Fonte: Siconfi.

As secretarias municipais de Educação, Saúde e Administração são as que mais consomem recursos do orçamento público municipal. Em contraposição ao expressivo aumento observado em 2023, verificou-se um movimento reverso nos dois anos seguintes, o qual precisa ser mantido para assegurar o cumprimento dos patamares de admissibilidade orçamentária e financeira.

Despesas nas outras secretarias

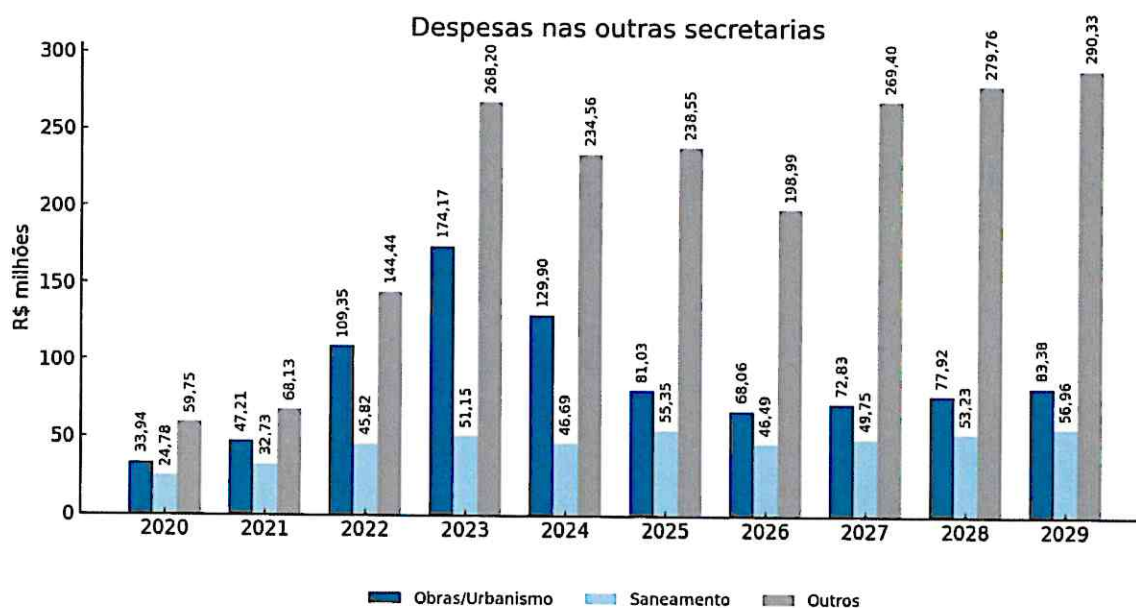


Gráfico 37: projeção de despesas das outras secretarias. Fonte: Siconfi.

Percebe-se, no gráfico acima, um aumento expressivo dos gastos em outras secretarias no ano de 2023, o que requer um arrefecimento nos anos seguintes para que seja possível o retorno ao equilíbrio.

Despesa total

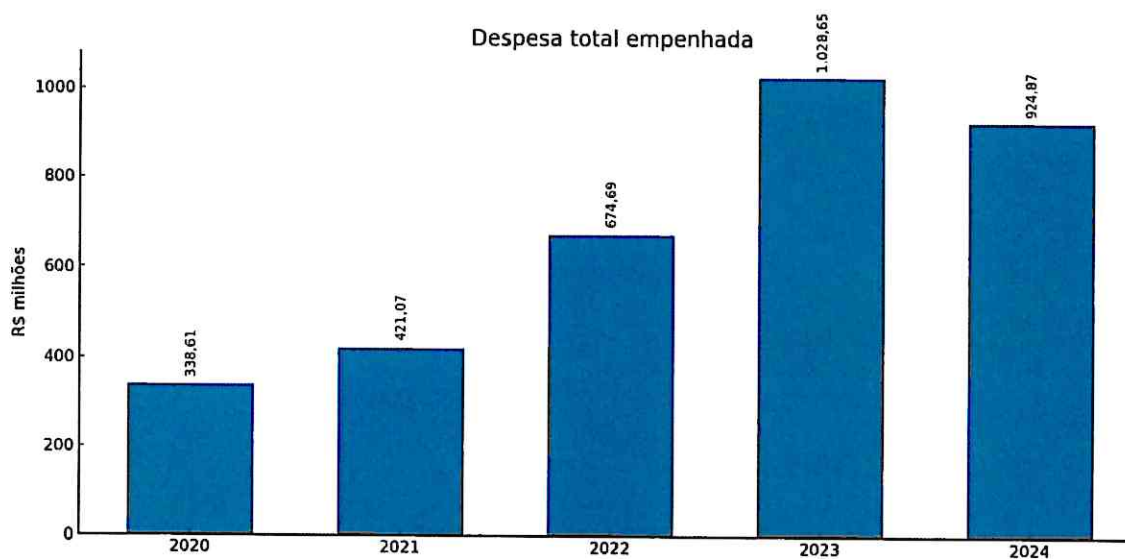


Gráfico 38: tendência de empenho da despesa. Fonte: Siconfi.

Em que pese o total da despesa empenhada incluir o superávit, a tendência é de que a despesa se mantenha no mesmo patamar da receita durante os anos de vigência do PPAG 2026-2029.

2.3.7. Relação entre despesa e superávit do ano anterior

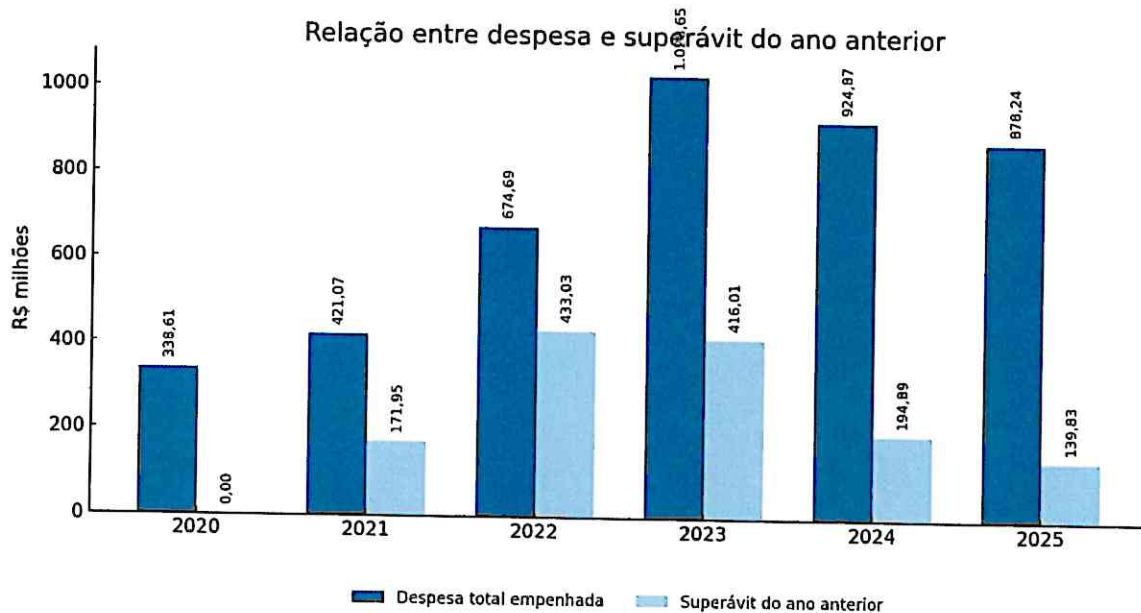


Gráfico 39: despesa x superávit. Fonte: TCE/MG.

Este gráfico mostra a relação entre a despesa empenhada e o uso do superávit financeiro do balanço patrimonial do ano anterior. Verifica-se que, desconsiderando a despesa empenhada com o superávit, a despesa empenhada em cada ano permanece compatível com a receita realizada no respectivo exercício.

3. CENÁRIO MACROECONÔMICO

3.1. Análise da Conjuntura Econômica

A conjuntura econômica brasileira atual combina desaceleração suave da atividade com inflação ainda acima da meta, política monetária restritiva e melhora do mercado de trabalho. Em 2024, o PIB cresceu 3,4% e somou R\$11,7 trilhões, com investimento de 17,0% do PIB e poupança de 14,5%. No 1º tri de 2025, o PIB trimestral alcançou R\$3,02 trilhões a preços correntes, sinalizando continuidade de expansão, porém em ritmo mais moderado ao longo do ano:

	2023.IV	2024.I	2024.II	2024.III	2024.IV
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior	3,2	2,6	3,0	3,3	3,4
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores	3,2	2,8	2,7	3,1	3,4
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior	2,4	2,6	3,3	4,0	3,6
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	0,4	1,0	1,3	0,7	0,2

Tabela 14: PIB a preços de mercado. Fonte: IBGE.

A inflação vem cedendo na margem, mas permanece acima do centro da meta (3%). Em julho de 2025, o IPCA variou 0,26% no mês e acumulou 5,23% em 12 meses; alimentação ajudou a moderar o índice, enquanto habitação (energia) pressionou. As expectativas de mercado indicam IPCA de 5,05% em 2025 e 4,41% em 2026, ainda acima do objetivo do Banco Central:

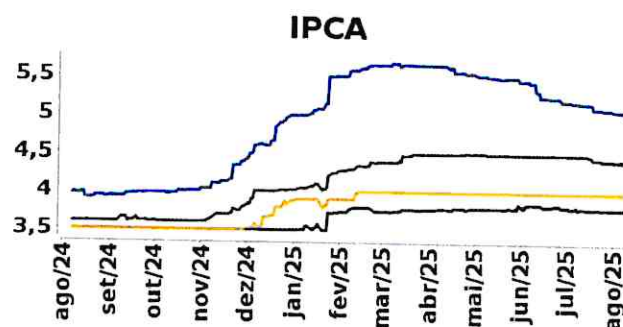


Gráfico 40: variação IPCA. Fonte: Banco Central.

Período	Taxa
Julho de 2025	0,26%
Junho de 2025	0,24%
Julho de 2024	0,38%
Acumulado no ano	3,26%
Acumulado nos últimos 12 meses	5,23%

Tabela 15: variação IPCA. Fonte: Banco Central.

Em resposta, a política monetária permanece contracionista: a taxa Selic foi elevada ao patamar de 15% a.a. em junho e mantida em julho de 2025, com indicação de pausa prolongada para assegurar a convergência da inflação. Esse nível de juros tende a conter o consumo financiado e o investimento privado nos próximos trimestres:

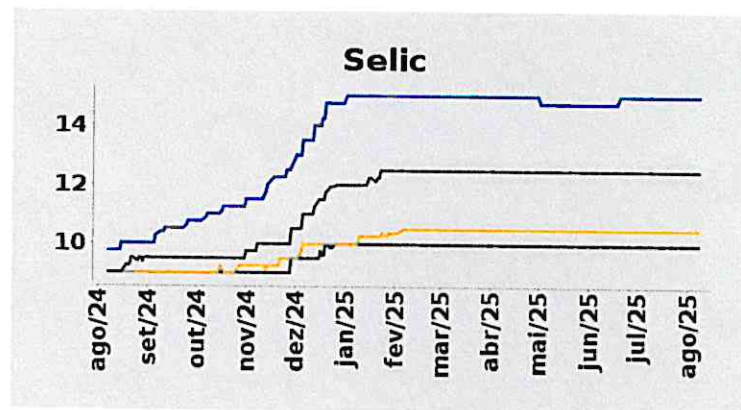
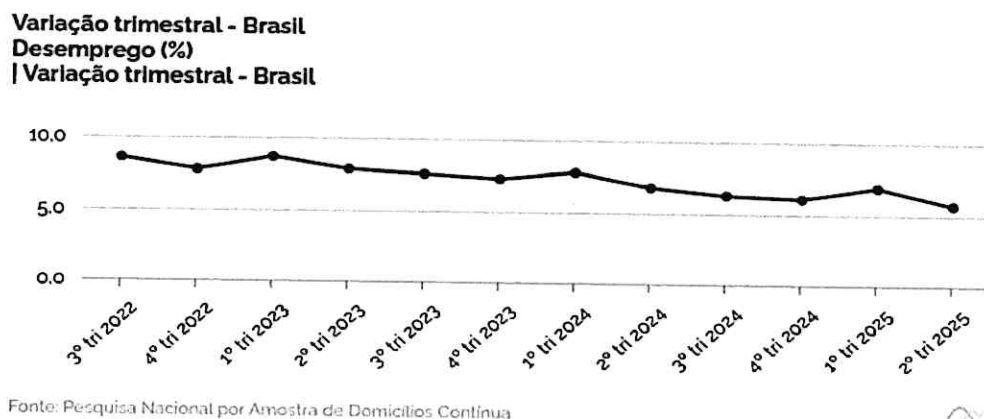


Gráfico 41: variação da taxa Selic. Fonte: Banco Central.

Apesar do aperto monetário, o mercado de trabalho segue resiliente: a taxa de desocupação caiu a 5,8% no 2º tri de 2025 (menor nível da série iniciada em 2012), com 6,3 milhões de desocupados e subutilização em 14,4%. O bom emprego sustenta a massa de rendimentos reais e atenua a desaceleração do consumo das famílias:



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Gráfico 42: variação trimestral do desemprego no Brasil.
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

No campo fiscal, há melhora do primário e elevação do custo nominal da dívida. O Governo Central encerrou 2024 com déficit primário de R\$ 11 bilhões ($\approx 0,09\%$ do PIB), dentro da meta do novo arcabouço (LC 200/2023). Em 2025, o primário acumula superávit até abril, mas a despesa com juros, pressionada pela Selic, mantém a dívida bruta em trajetória ascendente no curto prazo (DBGG estimada em $\sim 79\%$ do PIB em 2025).

O câmbio estabilizou-se recentemente na casa de R\$/US\$5,40 após forte volatilidade no 2º semestre de 2024, refletindo incertezas externas e fiscais. A taxa média diária oscilou entre 5,39 e 5,45 entre 12 e 15 de agosto de 2025.

Para economias locais intensivas em mineração — como Itabirito —, a dinâmica das commodities permanece vetor-chave. O minério de ferro (62% Fe, CFR China) gira próximo

de US\$102/t em agosto de 2025, pouco acima do nível de um ano atrás, indicando sustentação de receitas vinculadas à cadeia mineral, ainda que com volatilidade associada ao ciclo chinês e à geopolítica:

Iron Ore 62% Fe, CFR China (TSI) Swa US@TIO.1:CMX

PRICE (USD) TODAY'S CHANGE SHARES TRADED 1 YEAR CHANGE 52 WEEK RANGE
101.59 0.00 / 0.00% -- ↑ +3.08% -- --

Data delayed at least 30 minutes, as of Aug 15 2025 22:38 BST.

Figura 9: variação do preço do minério de ferro.

Fonte: <https://markets.ft.com/data/commodities/tearsheet/summary?c=Iron+ore>

A projeção de crescimento para 2025 situa-se entre 2,1% e 2,4% (Banco Central/Ipea), com desaceleração ante 2024. O Focus indica mediana de 2,23% para o PIB em 2025 e câmbio de R\$/US\$5,60, enquanto o FMI trabalha com expansão de 2,3% e alerta para riscos externos (tarifas e desaceleração global). Para 2026, as estimativas convergem para algo ao redor de 2,0%:

	Observado				Previsto			
	2023	2024	2024-T3	2024-T4	2025-T1		2025	2026
			Trim. Ano anterior	Trim. Ano anterior	Trim. Ano anterior	Trim. Anterior dessazonalizado		
PIB	3,2	3,4	4,0	3,6	3,0	1,5	2,4	2,0
Agropecuária	16,3	-3,2	-0,8	-1,5	10,5	9,1	7,0	2,3
Indústria	1,7	3,3	3,6	2,5	2,5	0,3	2,1	2,0
Serviços	2,8	3,7	4,1	3,4	2,0	0,8	1,9	1,9
Consumo das famílias	3,2	4,8	5,5	3,7	2,4	0,9	2,3	2,2
Consumo do governo	3,8	1,9	1,3	1,2	2,0	0,7	2,3	2,1
FBCF	-3,0	7,3	10,8	9,4	5,4	0,6	3,5	2,3
Exportações de bens e serviços	8,9	2,9	2,1	-0,7	0,5	2,5	3,2	3,5
Importações de bens e serviços	-1,2	14,7	17,7	16,0	11,0	3,5	5,0	4,0

Tabela 16: percentual das taxas de crescimento do PIB e de seus componentes. Fonte: Dimac/Ipea.

As implicações para o planejamento municipal para o quadriênio 2026–2029 são extremamente abrangentes. No entanto, quatro delas se destacam: (i) IPCA mais alto que a meta e emprego forte tendem a sustentar arrecadação real de ISS/ICMS, mas juros elevados e crédito restrito moderam o ciclo de investimentos privados, implicando na receita corrente; (ii) Preços do minério na faixa de US\$ 90–110/t favorecem a CFEM, porém com risco de oscilação — prudente adotar reservas anticíclicas para que as receitas vinculadas à mineração não sejam tão impactadas; (iii) Selic alta encarece operações de crédito e pode implicar em custos financeiros maiores ao adquirir empréstimos ou nos juros da dívida atual; (iv) O Real mais depreciado eleva custos de insumos importados (energia, combustíveis, equipamentos), mas melhora competitividade exportadora de cadeias ligadas ao minério e metalurgia.

Riscos Externos — desaceleração da China e eventuais tarifas adicionais dos EUA sobre produtos brasileiros podem reduzir preços/volumes exportados; choque negativo de commodities e apertos financeiros globais são riscos baixistas.

Riscos Internos — execução do arcabouço fiscal e das medidas de receita é condição para ancorar expectativas e abrir espaço à queda de juros; retrocessos regulatórios e maus investimentos em infraestrutura podem afetar a produtividade.

Em suma, a economia nacional entrou em 2025 com fundamentos mistos: crescimento moderado, inflação acima da meta porém em trajetória de desinflação, juros elevados e emprego forte. Para Itabirito, o cenário recomenda prudência fiscal, foco em produtividade e resiliência a choques de commodities, de modo a sustentar receitas e investimentos prioritários no horizonte do PPAG 2026–2029.

4. VISÃO DE FUTURO DO MUNICÍPIO E VALORES

A Visão de Futuro de Itabirito para o PPAG 2026–2029 explicita o que o município pretende e pode alcançar no horizonte do plano, orientando a estratégia de desenvolvimento local. Sua formulação resulta da análise da trajetória e da situação atual de Itabirito, da leitura de tendências e incertezas nos contextos regional, nacional e global e das diretrizes legitimadas nas urnas.

“Continuar no rumo certo: transformar Itabirito em uma cidade de oportunidades que inova, preserva e acolhe, criando um futuro extraordinário para todos”

Essa visão sintetiza um futuro desejável e exequível, com resultados observáveis e mensuráveis por indicadores e metas do plano. Constitui referência comum para governo e sociedade, expressando a convergência das aspirações sobre a cidade que queremos em 2029. Ao mesmo tempo inspiradora e pragmática, a Visão de Futuro orienta a priorização de políticas, programas e investimentos, integra os eixos estratégicos do PPAG e confere unidade às ações governamentais necessárias para transformar esse propósito em realidade.

Valores da Visão de Futuro do município em 2029

Inovação

A inovação, no âmbito municipal, deve ser compreendida como um processo dinâmico e multifacetado, capaz de impulsionar transformações em diferentes áreas da sociedade. Em Itabirito, esse atributo torna-se essencial para orientar políticas públicas, iniciativas comunitárias e investimentos privados, de modo a criar condições favoráveis ao desenvolvimento equilibrado e sustentável. Nesse sentido, inovar significa adotar práticas que conciliem crescimento econômico, preservação ambiental e promoção da qualidade de vida dos cidadãos.

O município, ao incorporar a inovação em sua visão de futuro para o PPAG 2026–2029, reforça o compromisso de modernizar a gestão pública, ampliar o acesso a serviços mais eficientes e fomentar a criatividade e o empreendedorismo local. A inovação, aqui, não se limita ao uso de tecnologias digitais, mas também envolve novas formas de organização, governança participativa e soluções sociais que ampliem as oportunidades de inclusão e equidade.

A colaboração entre governo, setor privado, instituições acadêmicas e comunidades é um

pilar estratégico nesse processo. Essa integração favorece a geração de conhecimento, o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis e a criação de um ambiente urbano mais resiliente e preparado para os desafios futuros. Assim, a inovação consolida-se como vetor de transformação para que Itabirito avance em direção a um modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e socialmente justo.

Acolhimento

O bem-estar da população constitui um pilar essencial para a construção de comunidades saudáveis e resilientes. Em Itabirito, esse atributo reflete o compromisso de assegurar condições de vida dignas e equilibradas, que se traduzem em acesso universal a serviços de saúde de qualidade, educação inclusiva, espaços verdes e de convivência, segurança cidadã e mobilidade urbana sustentável. Promover o bem-estar significa, portanto, ir além da oferta de serviços básicos: trata-se de criar oportunidades para que cada pessoa possa viver com dignidade, desenvolver seu potencial e usufruir plenamente da cidade.

Nesse contexto, a participação ativa da comunidade nas decisões locais é elemento central para fortalecer o sentimento de pertencimento e a corresponsabilidade na construção de políticas públicas. A valorização das vozes dos cidadãos contribui para que o planejamento municipal seja mais sensível às demandas reais da sociedade, resultando em ações mais eficazes e transformadoras.

Investir no bem-estar, por sua vez, é investir no futuro sustentável de Itabirito. Isso significa criar ambientes urbanos acolhedores, que favoreçam a convivência social, o equilíbrio ambiental e a prosperidade econômica, consolidando um município mais justo, inclusivo e feliz para todas as gerações.

Oportunidades

As oportunidades representam um elemento central para a construção de um futuro mais justo e próspero em Itabirito. Ao assumir esse atributo em sua visão de futuro, o município reafirma o compromisso de promover um crescimento equitativo, que valorize o potencial humano, estimule a inclusão social e amplie as condições para que todos tenham acesso a caminhos de desenvolvimento pessoal e coletivo. Criar oportunidades significa fortalecer políticas públicas capazes de reduzir desigualdades, estimular a inovação e abrir novos horizontes para diferentes segmentos da população.

A diversificação econômica surge como componente estratégico nesse processo, ampliando a resiliência do município frente a oscilações de mercado e assegurando bases sólidas para o desenvolvimento sustentável. Paralelamente, investir em educação de qualidade e em programas de capacitação profissional é fundamental para preparar os cidadãos para as demandas de um mercado de trabalho em constante transformação, impulsionado pela tecnologia e pela economia verde.

Dessa forma, a geração de oportunidades transcende o campo econômico, alcançando também as esferas social e cultural, ao valorizar talentos locais, fomentar o empreendedorismo e estimular a participação ativa da comunidade. Ao consolidar um ambiente que possibilite escolhas e caminhos diversos, Itabirito fortalece sua capacidade de promover prosperidade compartilhada e de construir uma sociedade mais inclusiva, inovadora e preparada para o futuro.

Preservação

Preservar o meio ambiente é um compromisso que norteia a visão de futuro de Itabirito e reafirma a responsabilidade do município em garantir qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. A sustentabilidade ambiental, nesse sentido, não se limita a proteger os recursos naturais, mas busca promover o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação dos ecossistemas.

Ao investir em tecnologias verdes, estimular práticas produtivas sustentáveis e adotar políticas de uso racional dos recursos, Itabirito fortalece sua resiliência diante das mudanças climáticas e contribui para a redução de impactos ambientais. Preservar significa também proteger a biodiversidade local, valorizar o patrimônio natural e incentivar a educação ambiental como ferramenta de conscientização e engajamento comunitário.

Assim, a preservação se consolida como elemento estratégico para um futuro mais equilibrado e sustentável, no qual o crescimento do município caminha lado a lado com o cuidado com a natureza. Essa escolha assegura não apenas o bem-estar imediato da população, mas também a construção de um legado de respeito ambiental para as próximas gerações.

5. PILARES, EIXOS TEMÁTICOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS

5.1. Pilar Governança, Eficiência fiscal e Transparência

O pilar Governança, Eficiência Fiscal e Transparência orienta a atuação do Município para assegurar equilíbrio das contas públicas, qualidade do gasto e prestação de serviços com integridade e controle social. Trata-se de pilar transversal, que organiza regras, processos e evidências para priorizar recursos, qualificar entregas e sustentar a confiança da sociedade.

Diretrizes e prioridades

O pilar prioriza:

- I - sustentabilidade da dívida e resultado fiscal;
- II - ampliação da autonomia de receitas e modernização arrecadatória;
- III - aumento da capacidade de investimento com seleção de projetos por critérios socioeconômicos;
- IV - qualidade e eficiência do gasto, com compras públicas modernas;
- V - integridade, transparência ativa, dados abertos e participação social;
- VI - transformação digital de processos e serviços;
- VII - gestão de pessoas orientada a resultados, com dimensionamento do quadro e profissionalização da administração.

Entregas estruturantes

Para materializar as diretrizes, o Município implementará: revisão e padronização de despesas e contratos; conformidade ao Plano de Contas e fortalecimento do controle interno, auditoria e gestão de riscos; melhoria do cadastro tributário, cobrança e

atendimento ao contribuinte; governança do RPPS e monitoramento de despesas de pessoal; orçamento e investimentos baseados em evidências, com carteira de projetos e matriz de benefícios e riscos; compras públicas com planejamento anual, padronização de itens e critérios de eficiência/ESG; expansão do governo digital e simplificação regulatória (balcão único, licenciamento on-line); e ampliação da transparência, da linguagem cidadã e dos canais de participação.

Acompanhamento e metas

O desempenho do pilar será monitorado por indicadores públicos e comparáveis, com metas anuais e divulgação contínua: endividamento líquido; autonomia fiscal; capacidade de investir (%); investimento per capita (R\$); resultado fiscal (%); índice de transparência (%); aderência ao plano de contas; relação de servidores por 100 habitantes; proporção de comissionados (%); classificação da capacidade de pagamento (Capag); mulheres eleitas; despesa do Legislativo por habitante; score IEG-M e variação; despesa de pessoal do Executivo sobre a receita (%); e regularidade do pagamento ao RPPS (fontes locais e IGMA).

Com essa orientação, Itabirito reforça a solvência, a previsibilidade e a capacidade de investimento, melhora a experiência do cidadão e cria ambiente favorável ao desenvolvimento, garantindo accountability e resultados duradouros para toda a população.

Eixo temático “Transparência”

Objetivos estratégicos

Objetivo Estratégico 1: Fortalecer a Integridade e a Governança Pública

Promover políticas permanentes de ética, integridade e compliance na administração municipal, assegurando a aplicação de normas e práticas de governança que garantam a legalidade, a responsabilidade fiscal e a confiança da população nas instituições públicas.

Objetivo Estratégico 2: Expandir a Transparência e o Acesso à Informação

Ampliar o uso de tecnologias digitais e sistemas de informação para assegurar a transparência ativa e passiva, disponibilizando dados e atos públicos em plataformas acessíveis e compreensíveis, garantindo à população o direito ao acompanhamento das políticas e ao uso eficiente dos recursos públicos.

Objetivo Estratégico 3: Ampliar a Participação e o Controle Social

Criar e fortalecer espaços de participação cidadã, como conselhos, audiências públicas e plataformas colaborativas, que possibilitem o acompanhamento direto das decisões governamentais, estimulando o engajamento social e a corresponsabilidade no processo de planejamento e gestão pública.

Objetivo Estratégico 4: Assegurar a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos

Garantir que os recursos municipais sejam administrados com responsabilidade e eficácia,

por meio de mecanismos de controle, otimização de despesas e prestação de contas acessível à população, assegurando sua aplicação exclusiva em benefício do bem-estar coletivo e do desenvolvimento sustentável do município.

6.1.1.2. Indicadores e Metas

Indicador: Nota geral do pilar de Governança, Eficiência Fiscal e Transparência

Meta 2029: Elevar a pontuação do Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA) para 75,53 no pilar de Governança, Eficiência Fiscal e Transparência.

Indicador: Índice de Transparência

Meta 2029: Garantir 85,55% no índice de transparência da gestão pública por meio da qualidade e consistência dos dados fiscais e contábeis de Itabirito.

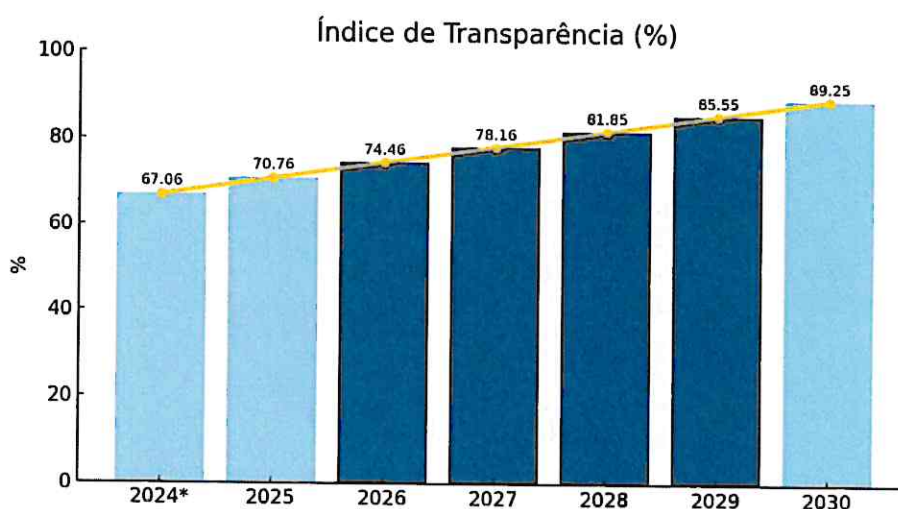


Gráfico 43: metas do índice de transparência. Fonte: IGMA.

Eixo temático “Administração Eficiente”

Objetivos estratégicos

Objetivo Estratégico 5: Fortalecer a sustentabilidade fiscal e a eficiência da gestão financeira

Promover a autonomia financeira do município por meio do aumento da arrecadação própria, da otimização dos gastos públicos e da diversificação das fontes de financiamento, assegurando estabilidade econômica e ampliando a capacidade de investimento em projetos de desenvolvimento local.

Indicadores e Metas

Indicador: Autonomia Fiscal (R\$)

Meta 2029: Elevar a relação do total de receitas próprias do município sobre o total de receitas provenientes de transferências intergovernamentais para R\$ 0,52 a cada R\$ 1,00.

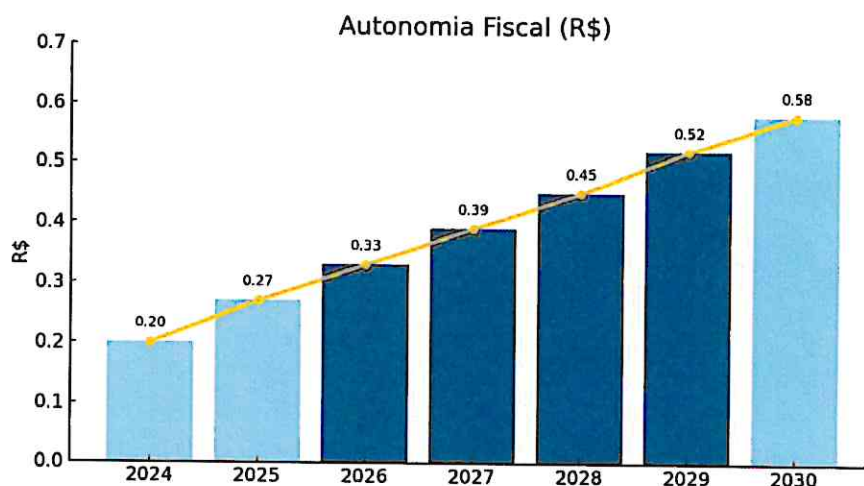


Gráfico 44: metas de autonomia fiscal em valores. Fonte: IGMA.

Indicador: Capacidade de Investir (%)

Meta 2029: Aumentar a parcela disponível da receita corrente após o pagamento das despesas correntes para 47,15%.

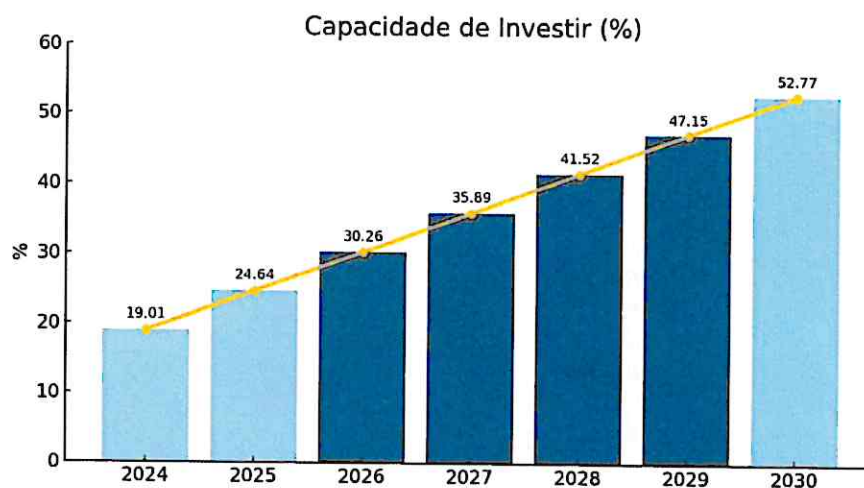


Gráfico 45: metas do percentual da capacidade de investir. Fonte: IGMA.

Indicador: Resultado fiscal (%)

Meta 2029: Aumentar para 35,44% a receita total poupada após o pagamento das despesas correntes e investimentos.



Gráfico 46: metas do resultado fiscal. Fonte: IGMA.

Indicador: Relação de servidores por 100 habitantes (número)

Meta 2029: Reduzir 42,28% a quantidade de servidores públicos municipais.



Gráfico 47: metas de número de servidores por 100 habitantes. Fonte: IGMA.

Indicador: Proporção de comissionados sobre o quadro de servidores (%)

Meta 2029: Diminuir os cargos comissionados da prefeitura para 5,50% em relação à quantidade total de servidores públicos.

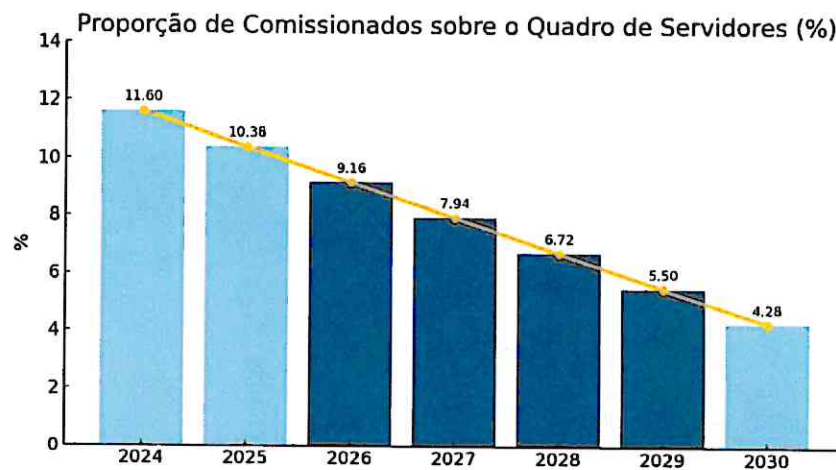


Gráfico 48: projeção de redução de comissionados no quadro de servidores. Fonte: IGMA.

Indicador: Despesa com legislativo por habitante (R\$)

Meta 2029: Reduzir as despesas com o funcionamento dos órgãos legislativos de Itabirito em R\$ 84,80.

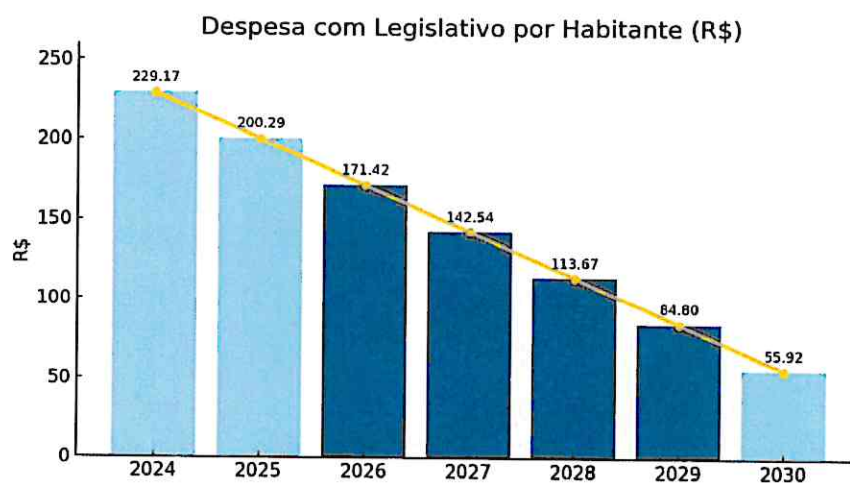


Gráfico 49: previsão de redução da despesa do Poder Legislativo por habitante. Fonte: IGMA.

Indicador: Despesa de pessoal executivo sobre receita (%)

Meta 2029: Diminuir o gasto total com pessoal do poder executivo em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) do município para 29,52%.



Gráfico 50: expectativa de redução no percentual de despesa com pessoal sobre a receita. Fonte: IGMA.

Indicador: Endividamento líquido (%)

Meta 2029: Reduzir a dívida consolidada líquida do município sobre a sua receita corrente anual líquida para -239,88%.

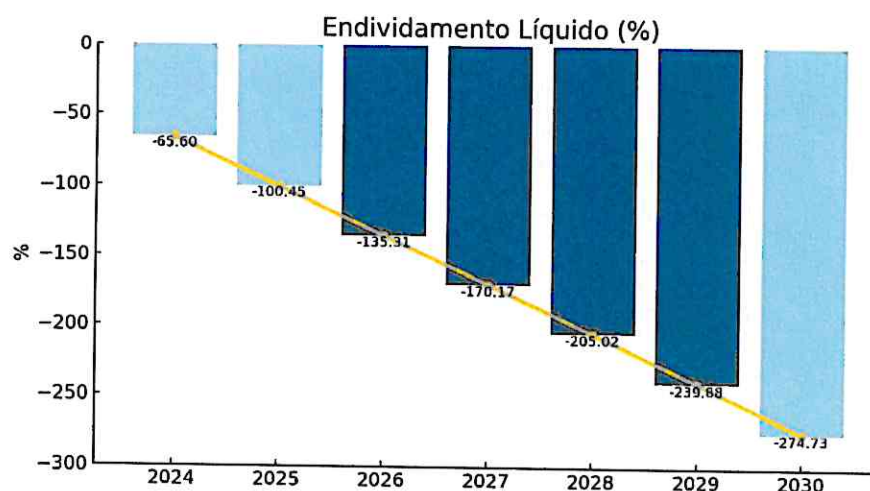


Gráfico 51: previsão de redução no percentual de endividamento líquido. Fonte: IGMA.

Eixo temático “Planejamento Estratégico”

Objetivos Estratégicos

Objetivo estratégico 6: Consolidar a cultura de governança e planejamento de longo prazo

Institucionalizar práticas de gestão pública orientadas para resultados, fortalecidas pelo planejamento estratégico, de modo a assegurar eficiência administrativa, responsabilidade fiscal, transparência e alinhamento das políticas públicas às necessidades da população, garantindo a continuidade e a sustentabilidade das ações governamentais.

Indicadores e Objetivos

Indicador: Percentual de projetos estruturantes executados (%)

Meta 2029: Aumentar o índice de eficiência da gestão por meio da execução de 25% dos projetos estruturantes do Planejamento Estratégico.



Gráfico 52: projeção de aumento do percentual de execução dos projetos estruturantes. Fonte: IGMA.

5.2. Pilar Educação

O pilar Educação orienta a atuação do Município para garantir acesso, permanência e aprendizagem com equidade, preparando os estudantes para os desafios tecnológicos, sociais e ambientais e fortalecendo a cidadania. A área é percebida positivamente pela população, mas exige foco em gargalos específicos: abandono nos anos finais do EF e do EM, custo da ineficiência por aluno, gasto por aluno por ponto do IDEB e acesso à educação infantil. Ao mesmo tempo, a rede tem ampliado investimentos e adotado tecnologias educacionais. Esses elementos compõem a base para elevar a qualidade do ensino e assegurar formação integral.

Diretrizes e prioridades

O pilar prioriza: (i) elevar a qualidade do ensino com foco em resultados de aprendizagem (IDEB) e melhoria contínua; (ii) garantir inclusão e equidade, com acessibilidade e atendimento educacional especializado; (iii) ampliar o acesso e a permanência, especialmente na educação infantil e nos anos finais do ensino fundamental; (iv) reduzir a distorção idade-série e recompor aprendizagens ao longo das transições escolares; (v) fortalecer a formação e a adequação da formação docente; (vi) expandir o ensino técnico/tecnológico e diversificar itinerários, em parceria com instituições de ensino e sociedade civil; (vii) qualificar a gestão e a produtividade do gasto educacional, reduzindo o custo da ineficiência e o gasto por ponto do IDEB; (viii) promover a inovação pedagógica com uso de tecnologias educacionais.

Entregas estruturantes

Para materializar as diretrizes, o Município implementará: ampliação e qualificação da oferta na educação infantil (0–5 anos) e melhoria da infraestrutura escolar; programas de permanência e prevenção do abandono nos anos finais e no ensino médio; políticas de recomposição de aprendizagens e acompanhamento longitudinal para reduzir a distorção idade-série; formação continuada e elevação da adequação da formação docente; integração de tecnologias educacionais em sala de aula; parcerias com instituições de ensino e entidades do terceiro setor para ensino técnico/tecnológico e inclusão; aperfeiçoamento da logística de acesso e do transporte estudantil; e governança do gasto para reduzir custo da ineficiência e otimizar o investimento por resultado.

Acompanhamento e metas

O desempenho do pilar será monitorado por indicadores públicos e comparáveis, com metas anuais e divulgação contínua: analfabetismo (15+), expectativa de anos de estudo, taxas de abandono nos anos iniciais e finais do EF, IDEB (anos iniciais e finais do EF), distorção idade-série, acesso à educação infantil, adequação da formação docente, gasto por aluno por ponto do IDEB, custo da ineficiência por aluno, aplicação em educação – mínimo constitucional, aplicação FUNDEB e aplicação FUNDEB magistério.

Com essa orientação, Itabirito consolida uma educação municipal de excelência, inclusiva e orientada a resultados, elevando a qualidade do ensino, reduzindo desigualdades e promovendo a formação integral dos estudantes — condição essencial para o desenvolvimento humano e para o futuro da cidade.

Eixo temático “Excelência”

Objetivos estratégicos

Objetivo Estratégico 7: Assegurar educação de qualidade, inclusiva e equitativa

Garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem efetiva de todos os alunos da rede municipal, por meio da oferta de ensino de excelência em ambientes seguros, acessíveis e com infraestrutura adequada, contribuindo para a formação plena das futuras gerações.

Indicadores e Metas

Indicador: Nota geral do pilar de Educação

Meta 2029: Manter a pontuação de 69,53 do Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA) no pilar de Educação.

Indicador: Resultado IDEB anos iniciais Ensino Fundamental

Meta 2029: Alcançar a pontuação de 6,5 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

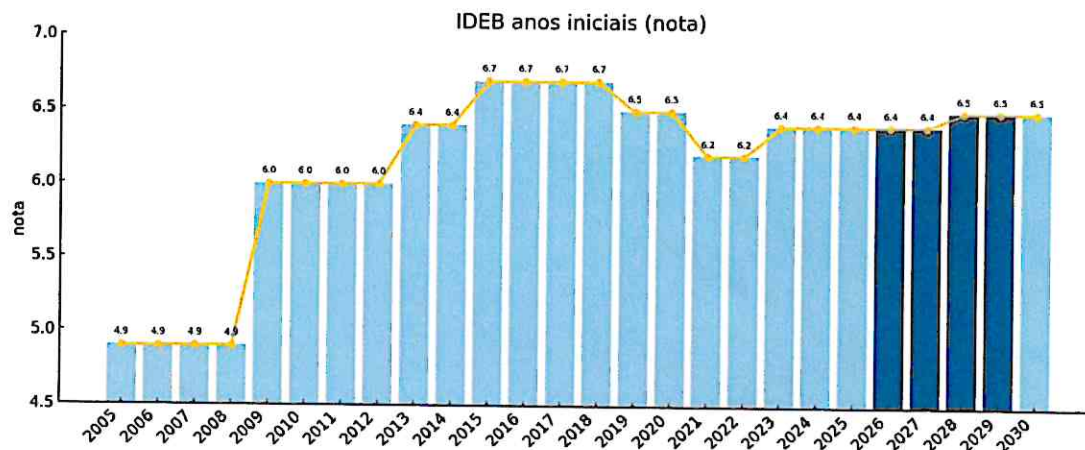


Gráfico 53: pontuação no IDEB nos anos iniciais e metas. Fonte: IBGE e IGMA.

Indicador: Qualidade de ensino da rede estadual dos anos finais (IDEB)

Meta 2029: Promover a transição fluida dos anos iniciais aos anos finais da rede estadual, aumentando para 5,7 a nota do IDEB dos anos finais.

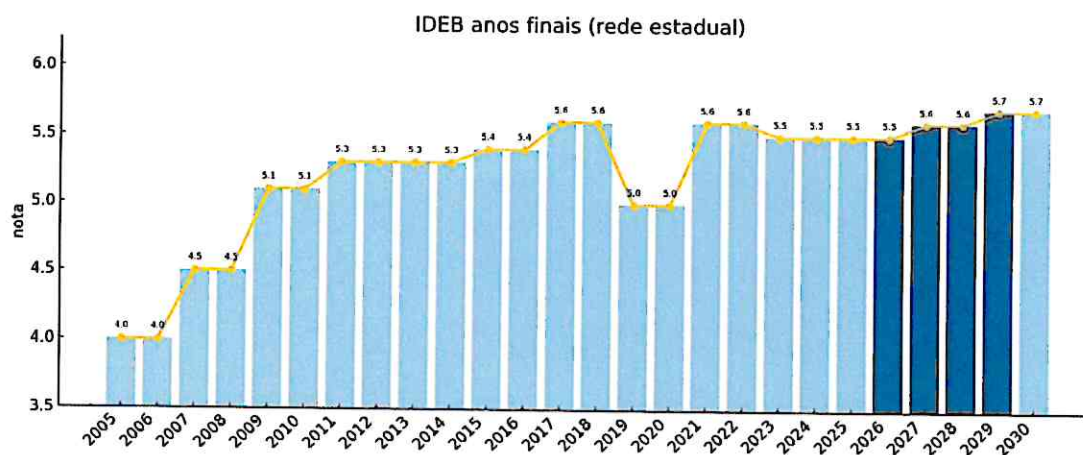


Gráfico 54: pontuação no IDEB nos anos finais e metas. Fonte: IBGE e IGMA.

Indicador: Qualidade de ensino no Ensino Médio (IDEB)

Meta 2029: Promover a transição fluida dos anos finais ao Ensino Médio, aumentando para 4,8 a nota do IDEB dos anos finais.

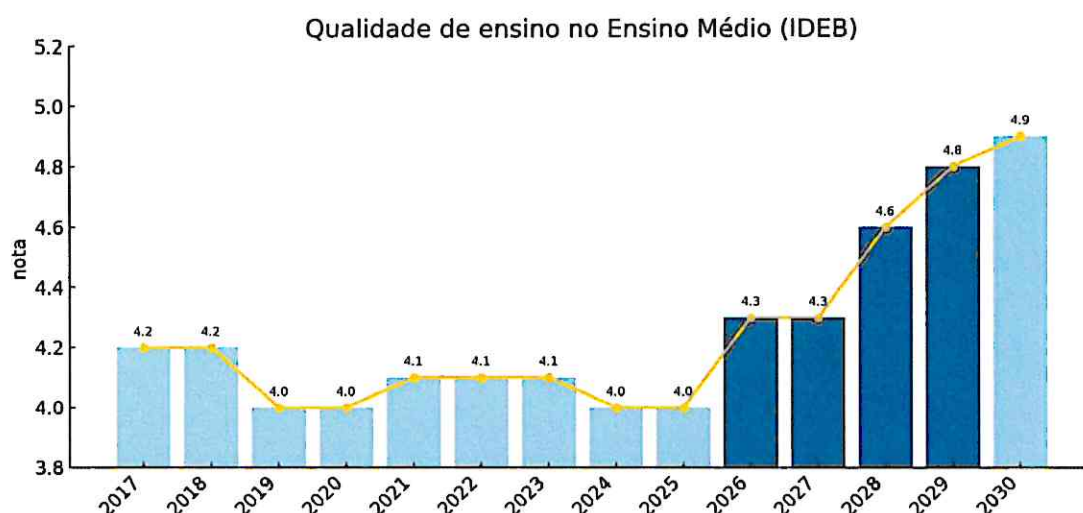


Gráfico 55: previsão de ampliação da qualidade no Ensino Médio. Fonte: IGMA.

Indicador: Aplicação educação – mínimo constitucional (%)

Meta 2029: Aumentar para 30,48% o percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculada à educação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

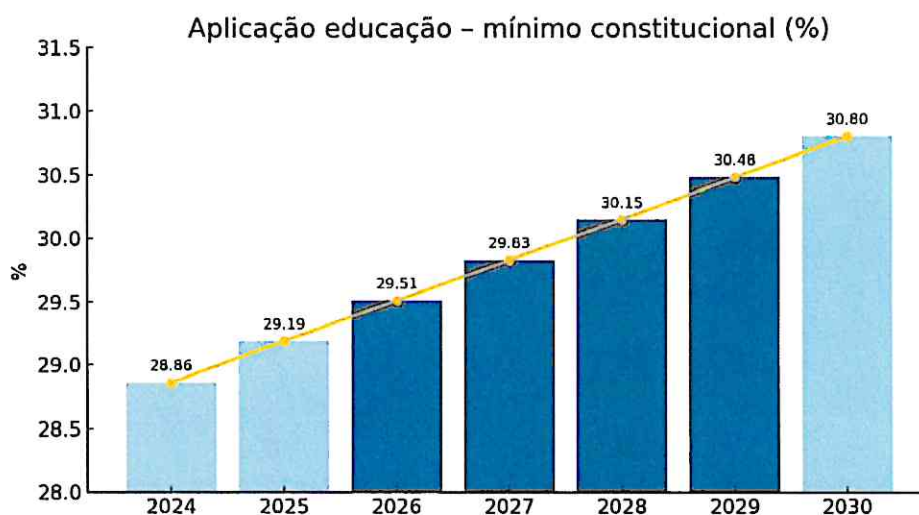


Gráfico 56: metas de ampliação da aplicação do mínimo constitucional na Educação. Fonte: IGMA.

Indicador: Expectativa de anos de estudo (anos)

Meta 2029: Elevar o número médio de anos de estudo dos alunos de todos os níveis de ensino, até completarem 18 anos, para 10,13 anos.



Gráfico 57: expectativa de elevação do número médio de anos de estudos. Fonte: IGMA.

Indicador: Gasto com educação por aluno por ponto do IDEB (R\$)

Meta 2029: Aprimorar a eficiência do investimento educacional ao reduzir o gasto por aluno para R\$ 1.752,85, em consonância com a média dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede municipal de ensino.

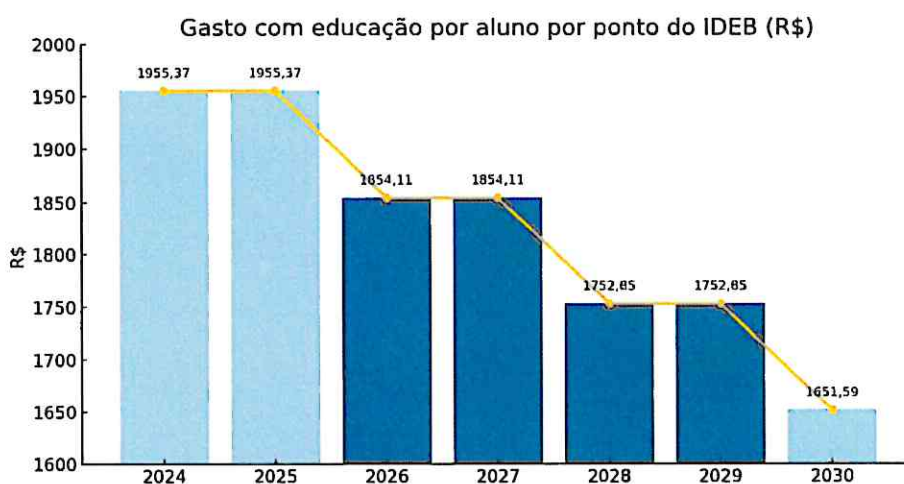


Gráfico 58: meta de aprimoramento do gasto por aluno por ponto no IDEB. Fonte: IGMA.

Indicador: Adequação da formação docente (%)

Meta 2029: Aumentar para 90,47% a proporção de docentes do Ensino Fundamental da rede municipal com formação superior na mesma área da disciplina que lecionam.

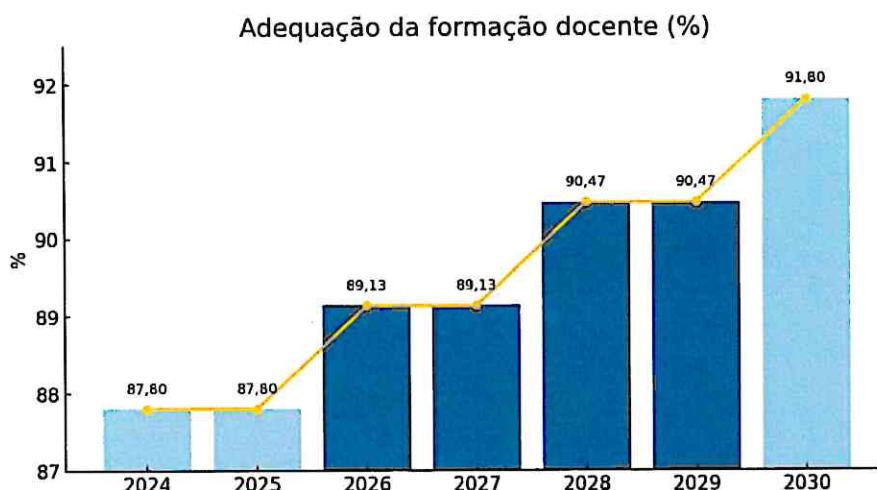


Gráfico 59: metas do percentual de adequação da formação docente. Fonte: IGMA.

Eixo temático “Inclusão”

Objetivos Estratégicos

Objetivo estratégico 8: Valorizar a diversidade e promover a igualdade no ambiente escolar

Assegurar políticas educacionais que valorizem a diversidade, previnam e enfrentem todas as formas de discriminação e garantam ambientes escolares seguros, respeitosos e justos, favorecendo o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

Indicadores e Metas

Indicador: Distorção idade-série Ensino Fundamental (%)

Meta 2029: Aumentar para 90,47% a proporção de docentes do Ensino Fundamental da rede municipal com formação superior na mesma área da disciplina que lecionam.

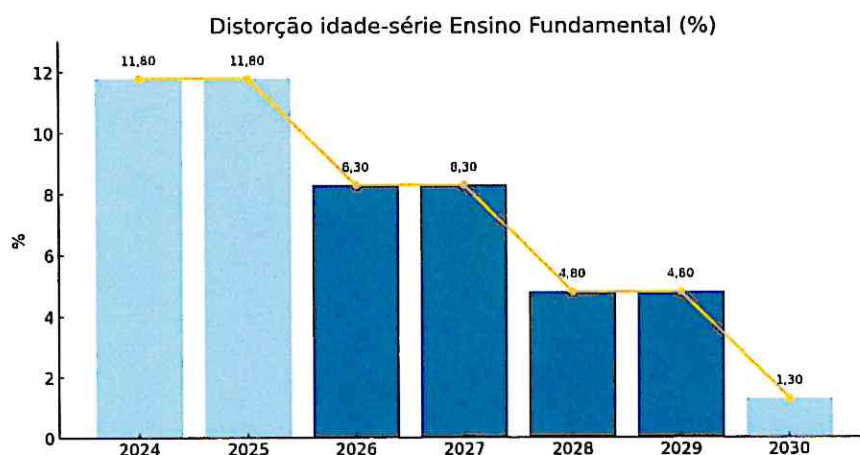


Gráfico 60: projeção da redução da distorção idade-série no Ensino Fundamental. Fonte: IGMA.

Indicador: Escola com acessibilidade (%)

Meta 2029: Aumentar para 50% a acessibilidade nas escolas públicas.

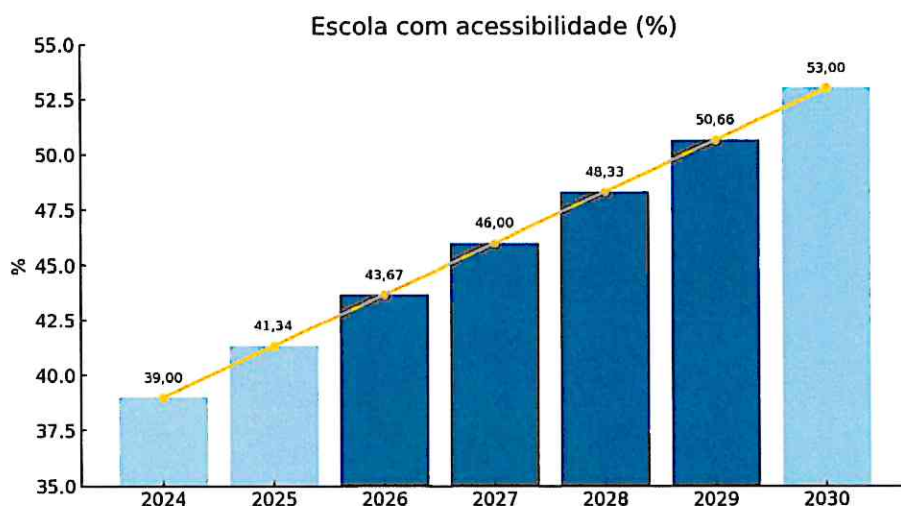


Gráfico 61: previsão percentual de escolas com acessibilidade na rede pública. Fonte: IGMA.

Indicador: Taxa de abandono anos finais do Ensino Fundamental (%)

Meta 2029: Reduzir aproximadamente 25% a taxa de alunos que deixou de frequentar a escola nos anos finais dos Ensino Fundamental.

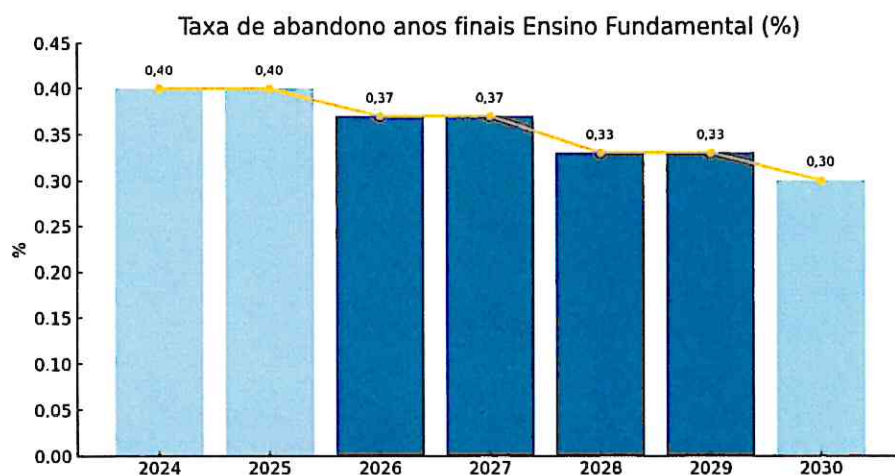


Gráfico 62: expectativa de redução da taxa de abandono nos anos finais do Ensino Fundamental. Fonte: IGMA.

Indicador: Custo da ineficiência por aluno (R\$)

Meta 2029: Reduzir o custo médio por aluno da rede que não conseguiu permanecer no sistema educativo ou não foi promovido com qualidade para o ano de ensino seguinte, resultando em um prolongamento do tempo na rede sem um ganho significativo de aprendizado.

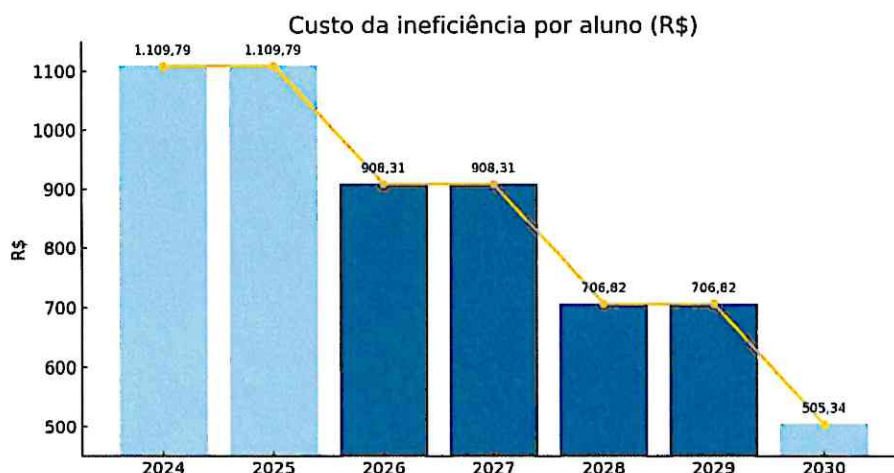


Gráfico 63: redução no custo da ineficiência por aluno. Fonte: IGMA.

5.3. Pilar Saúde e Bem-estar

O pilar Saúde e Bem-estar orienta a atuação do Município para garantir atenção integral, preventiva e resolutiva ao longo de todo o ciclo de vida, reduzindo desigualdades de acesso e qualificando a experiência do usuário no SUS. O diagnóstico municipal sinaliza avanços — como cobertura de Atenção Primária a 100% e expectativa de vida de 74 anos — e desafios que exigem resposta imediata: mortalidade infantil acima do recomendado, queda relativa de leitos e menor densidade de profissionais por habitante, além de cobertura vacinal aquém do necessário e aplicação em saúde inferior à média regional. Essa combinação demanda foco em promoção da saúde, cuidado coordenado por linhas de cuidado e gestão baseada em evidências para recuperar indicadores e sustentar ganhos de bem-estar.

Diretrizes e prioridades

O pilar prioriza: (i) fortalecer a Atenção Primária à Saúde, aumentando a resolutividade das equipes e o desempenho no Previne Brasil; (ii) reduzir a mortalidade infantil e qualificar o cuidado materno-infantil (pré-natal, puerpério, aleitamento e vigilância de óbitos); (iii) recuperar a cobertura vacinal com busca ativa, ampliação de horários e estratégias móveis de imunização; (iv) ampliar o acesso regulado e a qualidade da atenção especializada e hospitalar, com foco em urgência/emergência e leitos; (v) qualificar o cuidado de condições crônicas e a saúde mental, com acompanhamento longitudinal e apoio matricial; (vi) promover longevidade ativa e estilos de vida saudáveis (atividade física, alimentação adequada e ambientes saudáveis); (vii) aperfeiçoar a assistência farmacêutica, a logística de insumos e a saúde digital (prontuário eletrônico e telessaúde); (viii) reforçar a vigilância em saúde e a resposta a riscos sanitários e ambientais (endemias, zoonoses e eventos extremos).

Entregas estruturantes

Para materializar as diretrizes, o Município implementará: expansão e qualificação de equipes da ESF/ESB e apoio matricial; linha de cuidado materno-infantil com pré-natal de alto risco referenciado, comitês de mortalidade e seguimento do binômio mãe-bebê; plano de recuperação de coberturas vacinais (calendário atualizado, salas de vacina fortalecidas,

vacinação extramuros e fins de semana); central de regulação com protocolos clínicos, gestão de filas e pactuação regional de leitos e serviços; fortalecimento da rede de urgência e emergência; programa de cuidados de condições crônicas e saúde mental com estratificação de risco e planos terapêuticos; aprimoramento da assistência farmacêutica (disponibilidade de medicamentos essenciais e logística); prontuário eletrônico integrado ao e-SUS/PEC, telessaúde e painéis de monitoramento; ações de promoção da saúde e envelhecimento ativo em territórios (Academia da Saúde, visitas domiciliares e educação em saúde); e gestão orçamentária por resultados para elevar a eficiência do gasto em saúde.

Acompanhamento e metas

O desempenho do pilar será monitorado por indicadores públicos e comparáveis, com metas anuais e divulgação contínua: cobertura da Atenção Primária (%); Indicador Sintético Final – Previne Brasil; taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos); cobertura vacinal (%; por imunógeno e esquema completo); expectativa de vida ao nascer (anos); leitos hospitalares por 1.000 habitantes; profissionais de saúde por 1.000 habitantes; e aplicação em saúde – mínimo constitucional (%).

Com essa orientação, Itabirito fortalece a prevenção e a resolutividade do cuidado, reduz internações e óbitos evitáveis, recupera coberturas essenciais e amplia a qualidade de vida da população — entregando um sistema de saúde mais equânime, eficiente e centrado no cidadão.

Eixo temático “Qualidade de vida”

Objetivos estratégicos

Objetivo estratégico 9: Fortalecer a rede de cuidados em saúde física e mental

Garantir políticas públicas integradas que assegurem atenção contínua à saúde física e mental, com foco na prevenção e na promoção da qualidade de vida, priorizando grupos vulneráveis, fortalecendo a rede de proteção social e ampliando a inclusão em todas as dimensões da vida comunitária.

Indicadores e Metas

Indicador: Nota geral do pilar de Saúde e Bem-estar

Meta 2029: Elevar a pontuação do Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA) para 54,89 no pilar de Saúde e Bem-estar.

Indicador: Leitos hospitalares (SUS) por mil habitantes (números)

Meta 2029: Alcançar a margem de 0,98 leito hospitalar conveniado ou contratado pelo SUS para cada mil habitantes da cidade.



Gráfico 64: aumento do número de leitos hospitalares por mil habitantes. Fonte: IGMA.

Indicador: Desnutrição infantil (%)

Meta 2029: Reduzir a 0,29 o percentual de crianças menores de 5 anos com desnutrição aguda.

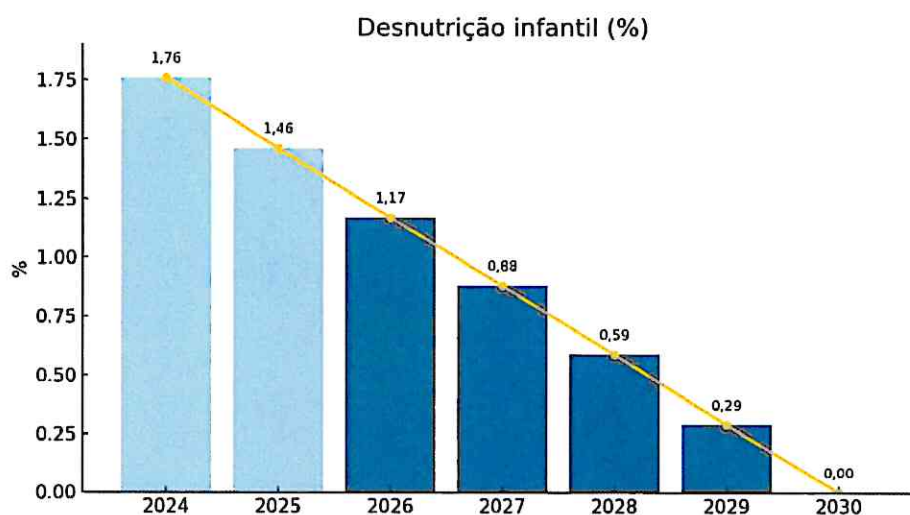


Gráfico 65: previsão de redução no percentual de desnutrição infantil. Fonte: IGMA.

Indicador: Profissionais da saúde (SUS) por mil habitantes (número)

Meta 2029: Contar com a presença de 28,08 profissionais de saúde para atender ao SUS a cada mil habitantes.

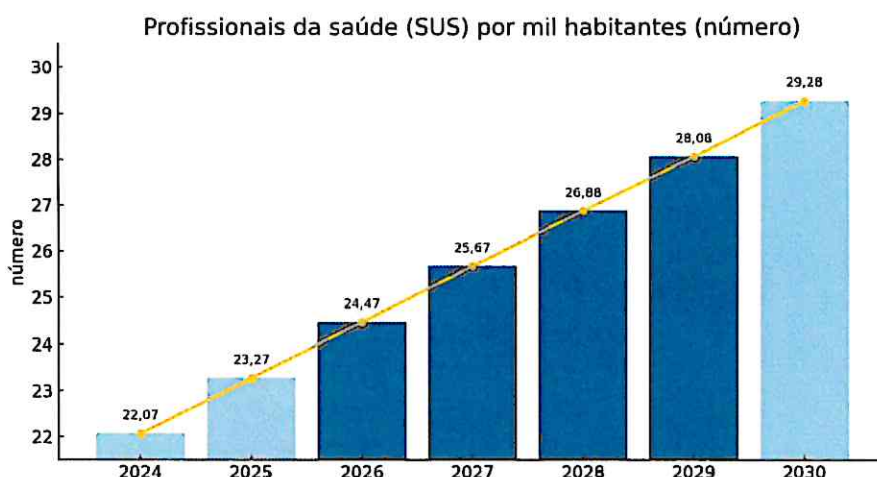


Gráfico 66: aumento no número de profissionais da saúde. Fonte: IGMA.

Indicador: Indicador Sintético Final do Previne Brasil (número)

Meta 2029: Elevar o valor do Indicador Sintético Final do Previne Brasil para 5,47, a partir do progresso no desempenho de um conjunto de sete indicadores selecionados da atenção primária.



Gráfico 67: previsão de elevação no Previne Brasil. Fonte: IGMA.

Indicador: Morbidade hospitalar SUS (internações por mil habitantes)

Meta 2029: Diminuir para 37,07 a quantidade de internações na rede SUS geradas por doenças a cada mil habitantes.

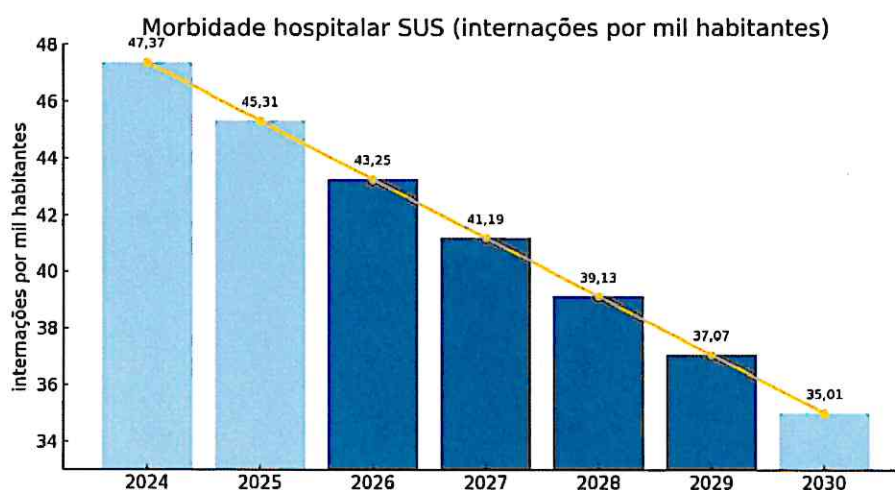


Gráfico 68: redução de internações no SUS. Fonte: IGMA.

Indicador: Gasto por habitante em saúde por expectativa de vida (R\$)

Meta 2029: Diminuir o valor gasto com a aplicação dos recursos financeiros na área da saúde por habitante por ano de expectativa de vida para R\$ 19,97.



Gráfico 69: metas de redução no gasto por habitante em saúde por expectativa de vida. Fonte: IGMA.

Indicador: Aplicação saúde – mínimo constitucional (%)

Meta 2029: Aumentar para 30,44 o percentual dos recursos próprios do município aplicados em saúde.

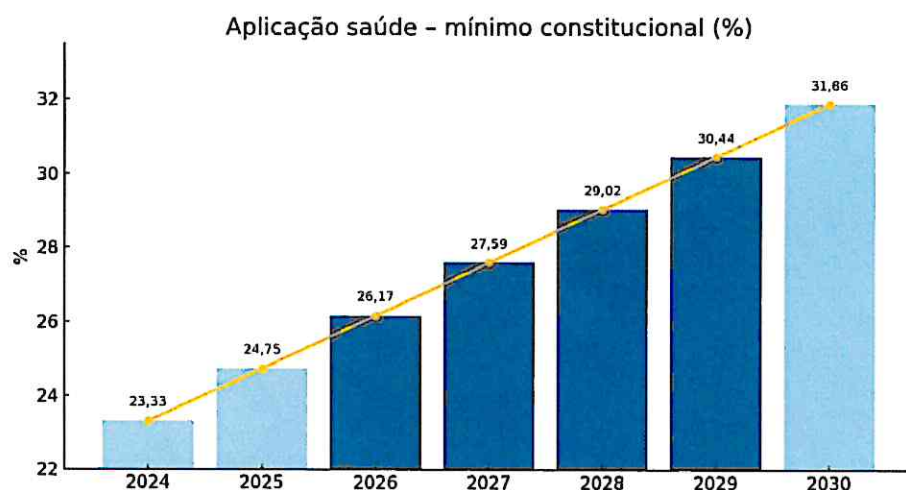


Gráfico 70: metas de aumento na aplicação do mínimo constitucional em Saúde. Fonte: IGMA.

Eixo temático “Longevidade”

Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico 10: Ampliar e modernizar a rede de atenção à saúde

Ampliar e modernizar a infraestrutura e a rede de atenção à saúde, assegurando o acesso equitativo, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados, de forma a atender às demandas crescentes da população e fortalecer a assistência integral em todas as suas dimensões.

Objetivo Estratégico 11: Transformar o sistema de saúde com inovação e gestão eficiente

Promover a transformação do sistema de saúde por meio da inovação tecnológica e da gestão moderna e eficiente, adotando práticas sustentáveis e resolutivas que garantam atendimento ágil, inclusivo e preparado para os desafios presentes e futuros.

Indicadores e Metas

Indicador: Taxa de mortalidade infantil (número por mil nascidos vivos)

Meta 2029: Reduzir para 8,84 o número de crianças que morrem antes de completar um ano de vida, a cada mil bebês nascidos vivos.

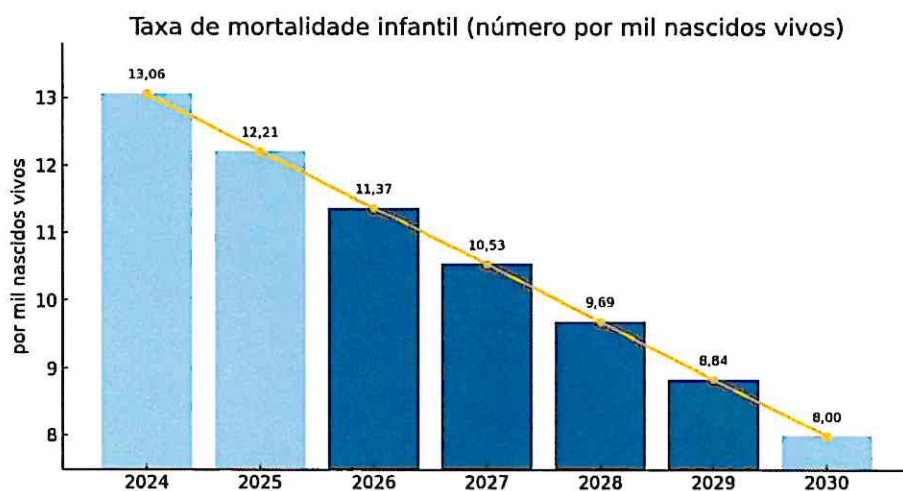


Gráfico 71: meta de redução na taxa de mortalidade infantil. Fonte: IGMA.

Indicador: Óbitos por causas evitáveis (%)

Meta 2029: Atenuar 15,16 pontos percentuais na proporção de óbitos que poderiam ter sido evitados em decorrência da prestação de serviços de saúde efetivos.

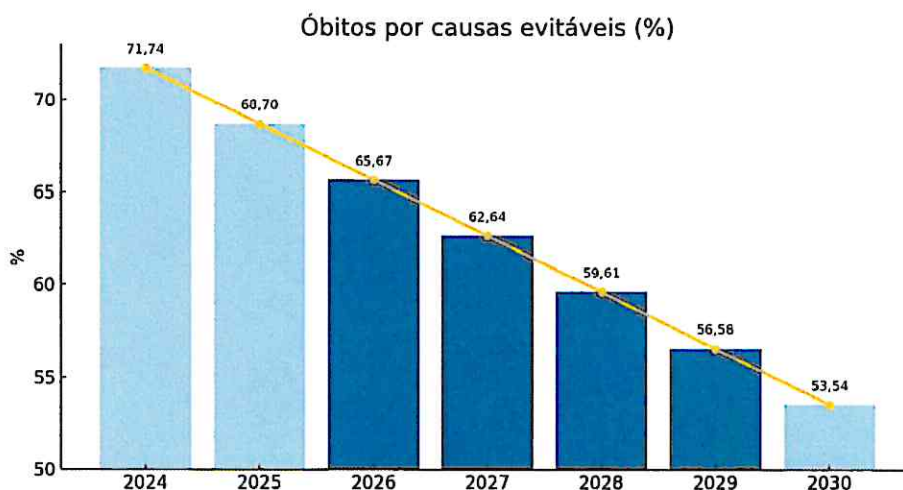


Gráfico 72: redução no percentual de óbitos por causas evitáveis. Fonte: IGMA.

Indicador: Expectativa de vida ao nascer (anos)

Meta 2029: Elevar a expectativa de vida em 2,29 anos, resultando em uma média de 76,97 anos de vida esperada para que um recém-nascido possa viver em Itabirito.



Gráfico 73: metas de aumento na expectativa de vida ao nascer. Fonte: IGMA.

Indicador: Mortalidade por mil habitantes (número)

Meta 2029: Reduzir para 5,11 o número total de óbitos na cidade por ano a cada mil habitantes residentes.



Gráfico 74: projeção de redução na mortalidade. Fonte: IGMA.

Indicador: Expectativa de vida ao nascer (anos)

Meta 2029: Elevar a expectativa de vida em 2,29 anos, resultando em uma média de 76,97 anos de vida esperada para que um recém-nascido possa viver em Itabirito.



Gráfico 75: projeção de aumento na expectativa de vida ao nascer. Fonte: IGMA.

Indicador: Mortalidade por mil habitantes (%)

Meta 2029: Aumentar 23,64 pontos percentuais na proporção de doses aplicadas da dose indicada (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) na população-alvo.

5.4. Infraestrutura e Mobilidade Urbana

O pilar Infraestrutura e Mobilidade Urbana orienta a atuação do Município para prover uma cidade conectada, acessível e resiliente, integrando planejamento territorial, saneamento, drenagem, espaços públicos, habitação e transporte. A agenda combina atualização do Plano Diretor, universalização do acesso à água e esgoto, requalificação de praças e vias, e modernização da mobilidade com soluções inteligentes — priorizando modos ativos e o transporte coletivo, com acessibilidade universal e foco em segurança viária.

Diretrizes e prioridades

O pilar prioriza: (i) revisar e atualizar o Plano Diretor, harmonizando uso do solo, macrozoneamento e instrumentos urbanísticos com as necessidades atuais e futuras; (ii) universalizar o saneamento com expansão de redes, melhoria do tratamento e redução de perdas, integrando drenagem urbana e proteção de mananciais; (iii) qualificar a mobilidade com transporte coletivo eficiente, informação em tempo real, semáforos inteligentes, faixas exclusivas e rede cicloviária conectada; (iv) garantir acessibilidade universal em calçadas, equipamentos públicos e transporte, eliminando barreiras físicas e comunicacionais; (v) modernizar a infraestrutura urbana com redes subterrâneas e iluminação pública eficiente (Reluz), preservando a paisagem e a segurança viária; (vi) ampliar a habitação e a regularização fundiária, articulando políticas urbanas e serviços urbanos; (vii) fortalecer a zeladoria da cidade (limpeza, conservação de praças e jardins) e a gestão de obras e serviços; (viii) aperfeiçoar a governança urbana com revisão de marcos legais e instrumentos, participação social e monitoramento contínuo.

Entregas estruturantes

Para materializar as diretrizes, o Município implementará: revisão do Plano Diretor com diagnóstico, participação social e mapas atualizados; carteira de obras de saneamento (ampliação de redes de água e esgoto, novas ETEs, drenagem e redução de perdas) e proteção de mananciais; requalificação de praças e parques com desenho universal; implantação de abrigos de ônibus acessíveis com informação em tempo real; semáforos inteligentes e sistema de transporte integrado com pagamento digital; corredores/faixas exclusivas e novas ciclovias conectando bairros e áreas centrais; programa de acessibilidade com padronização de calçadas, rampas, sinalização tátil/sonora e auditorias periódicas; “Cidade sem Fios” (aterramento de redes) e eficiência luminotécnica (Reluz/LED); ações de zeladoria urbana e fiscalização; e agenda de habitação e regularização fundiária articulada aos serviços urbanos.

Acompanhamento e metas

O desempenho do pilar será monitorado por indicadores públicos e comparáveis, com metas anuais e divulgação contínua: domicílios atendidos com água e esgoto, perdas na distribuição e ocorrências de alagamento; extensão de redes implantadas; tempo médio de viagem e de espera em pontos de ônibus, velocidade média em eixos prioritários, redução de congestionamentos e implantação de ciclovias; pontos de ônibus com abrigo e informação em tempo real; auditorias/adequações de acessibilidade e calçadas padronizadas; iluminação pública eficiente implantada; índice de atendimento das solicitações de fiscalização; percentual de projetos arquitetônicos institucionais elaborados; áreas mapeadas para regularização fundiária; e redução do déficit habitacional.

Com essa orientação, Itabirito melhora a qualidade e a sustentabilidade da infraestrutura, torna a mobilidade mais segura e eficiente, amplia a acessibilidade e valoriza os espaços públicos — criando um ambiente urbano funcional, inclusivo e preparado para o crescimento com bem-estar para toda a população.

Eixo temático “Infraestrutura de excelência”

Objetivos Estratégicos

Objetivo estratégico 12: Desenvolver e modernizar a infraestrutura urbana e integrar a mobilidade sustentável

Desenvolver e modernizar a infraestrutura urbana, com melhorias contínuas na mobilidade, ampliando e integrando o transporte público, a malha cicloviária e as soluções de mobilidade sustentável, assegurando desempenho, segurança viária, redução de emissões e capacidade de atendimento ao crescimento da cidade.

Objetivo Estratégico 13: Expandir o saneamento básico e implementar drenagem resiliente

Ampliar a cobertura e a eficiência dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e implementar sistemas avançados de drenagem e manejo de águas pluviais,

promovendo a gestão eficiente de recursos hídricos, mitigação de alagamentos e adaptação às mudanças climáticas, com foco na proteção da saúde pública.

Indicadores e Metas

Indicador: Nota geral do pilar de infraestrutura e mobilidade urbana

Meta 2029: Elevar a pontuação do Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA) para 82,50 no pilar de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.

Indicador: Acesso à rede de esgoto (%)

Meta 2029: Assegurar que 89,56% da população itabiricense seja atendida com esgotamento sanitário.

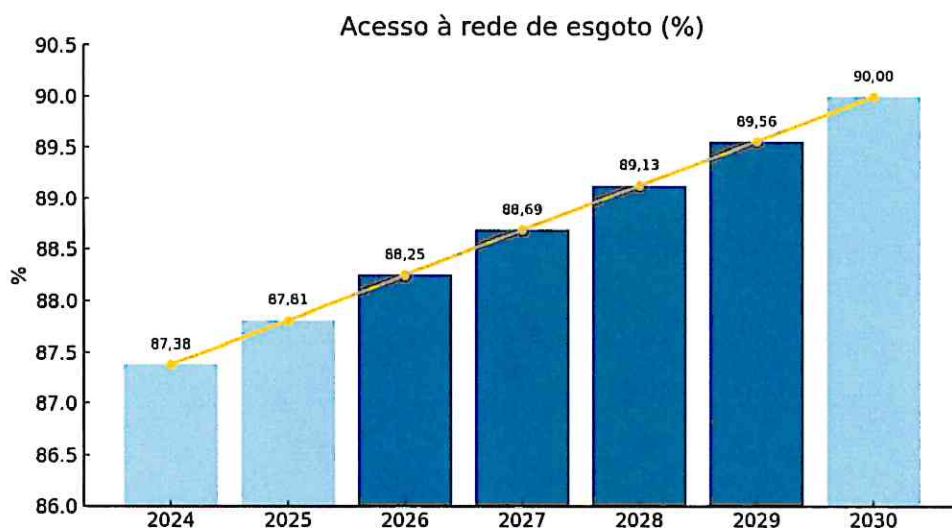


Gráfico 76: metas de aumento no acesso à rede de esgoto. Fonte: IGMA.

Indicador: Abastecimento de água (%)

Meta 2029: Conceder abastecimento de água a 97,96% da população.

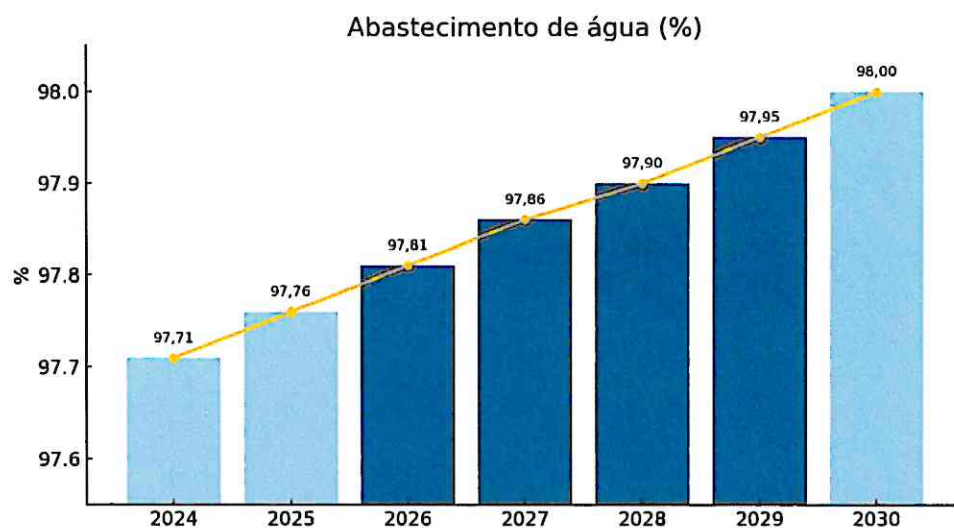


Gráfico 77: metas de aumento no abastecimento de água. Fonte: IGMA.

Indicador: Tratamento de Esgoto (%)

Meta 2029: Aumentar 59,86 pontos percentuais na razão entre esgoto tratado e água consumida em Itabirito.

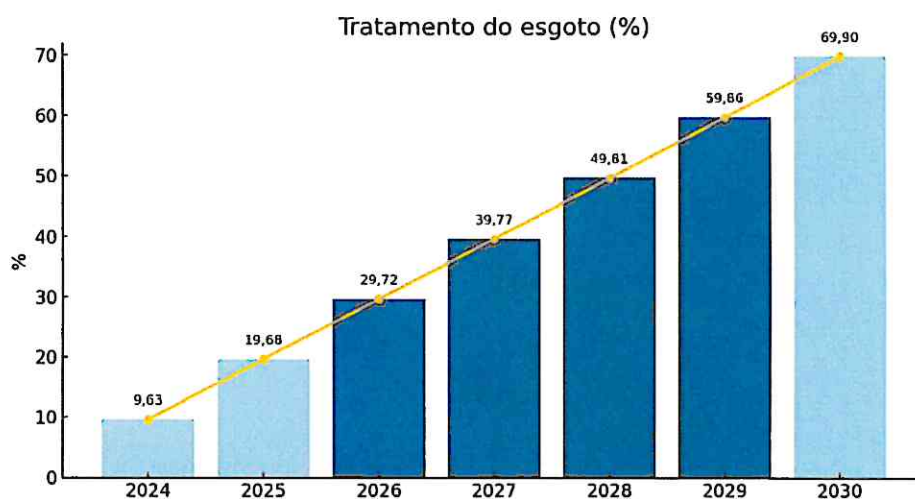


Gráfico 78: projeção de aumento percentual no tratamento de esgoto. Fonte: IGMA.

Indicador: Acesso à banda larga fixa por 100 habitantes (número)

Meta 2029: Elevar para 51,69 o número de acessos à banda larga fixa a cada 100 habitantes da cidade.



Gráfico 79: aumento no acesso à banda larga. Fonte: IGMA.

Eixo temático “Higiene”

Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico 14: Estruturar a limpeza urbana e aprimorar a gestão de resíduos sólidos

Estruturar e aprimorar a gestão integrada de resíduos sólidos (coleta, triagem, reciclagem e disposição final) e padronizar, regulamentar e fiscalizar as práticas de limpeza e manutenção de vias e espaços públicos, promovendo eficiência operacional, sustentabilidade e educação ambiental.

Indicadores e Metas

Indicador: Coleta de lixo domiciliar

Meta 2029: Garantir que 100% da população seja atendida com coleta regular de pelo menos uma vez por semana.

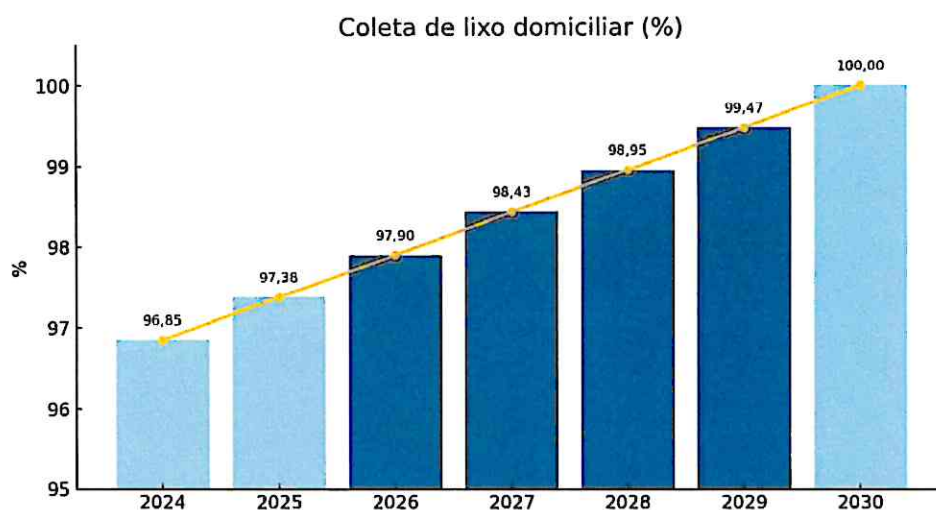


Gráfico 80: aumento percentual na coleta de lixo domiciliar. Fonte: IGMA.

Eixo temático “Acessibilidade”

Objetivos Estratégicos

Objetivo estratégico 15: Garantir a acessibilidade universal e qualificar os espaços públicos

Garantir acessibilidade para todas as pessoas por meio da adequação de calçadas e travessias, eliminação de barreiras arquitetônicas, qualificação do mobiliário e da sinalização urbana e ampliação do acesso a áreas de lazer e equipamentos públicos, assegurando inclusão, uso seguro e equitativo dos espaços urbanos.

Indicadores e Metas

Indicador: Deslocamento casa-trabalho em menos de 1 hora (%)

Meta 2029: Manter o percentual de 91,28% da população que faz o caminho casa-trabalho em menos de uma hora.

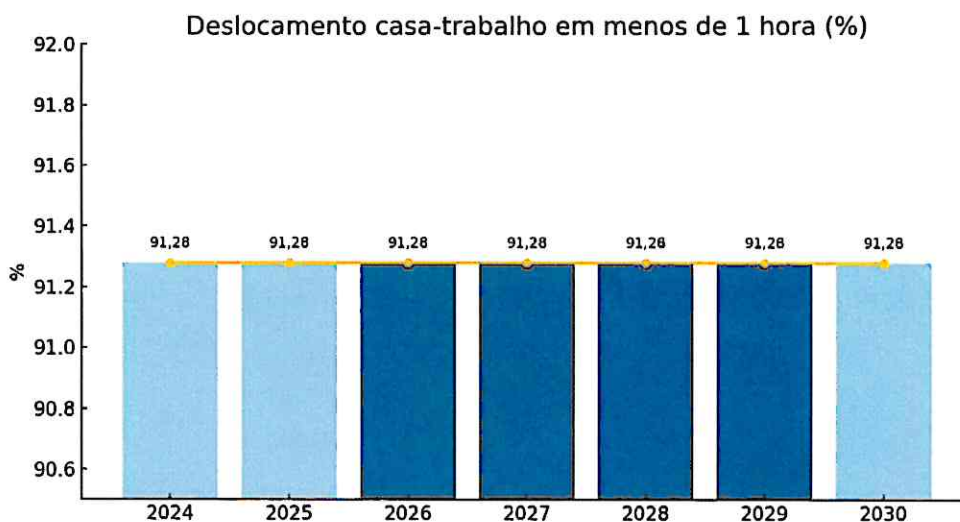


Gráfico 81: metas de tempo no deslocamento casa-trabalho. Fonte: IGMA.

5.5. Pilar Sustentabilidade

O pilar Sustentabilidade orienta a atuação do Município para conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e resiliência climática, com uso responsável dos recursos naturais, saneamento básico eficiente, gestão integrada de resíduos e infraestrutura verde de qualidade. O diagnóstico aponta capacidades já instaladas — como cobertura integral de coleta seletiva urbana — e frentes de melhoria: recuperar a taxa de reciclagem, reduzir perdas na distribuição de água e elevar a segurança hídrica; além de avançar em governança ambiental, mitigação/adaptação climática e qualidade do ar. A referência de desempenho setorial segue o IGMA, no qual Itabirito busca alcançar patamar comparável aos municípios líderes no pilar de Sustentabilidade.

Diretrizes e prioridades

O pilar prioriza: (i) proteger mananciais, restaurar APPs e ampliar a infraestrutura verde (parques, corredores ecológicos e arborização urbana); (ii) estruturar a gestão integrada de resíduos, com coleta, triagem, reciclagem, compostagem, logística reversa e fortalecimento de cooperativas, promovendo economia circular; (iii) implementar a transição climática: inventário e gestão de emissões de GEE, eficiência energética, energias renováveis, soluções baseadas na natureza e aumento de cobertura vegetal; (iv) garantir água e saneamento com eficiência: reduzir perdas, ampliar tratamento e reuso de água, e integrar drenagem urbana; (v) fortalecer a resiliência e a gestão de riscos (Defesa Civil), com monitoramento, prevenção de desastres e controle de erosões; (vi) aperfeiçoar a governança ambiental (código ambiental, licenciamento on-line, fiscalização e PSA) e a transparência de resultados; (vii) promover mobilidade e consumo de baixo carbono, com estímulo à frota de baixa emissão e melhoria da qualidade do ar; (viii) ampliar educação e engajamento ambiental (CEA, escolas e territórios), integrando comunidades às ações de sustentabilidade.

Entregas estruturantes

Para materializar as diretrizes, o Município implementará: programa de proteção hídrica (redução de perdas, ampliação/modernização de tratamento, reuso e aproveitamento de

águas pluviais, drenagem integrada e proteção de mananciais); criação/consolidação de unidades de conservação, restauração de APPs e mapeamento/recuperação de nascentes; inventário e gestão de GEE com metas anuais e arborização estratégica; fortalecimento da economia circular (expansão da coleta seletiva, usina de triagem e compostagem e projeto de usina termoquímica), com apoio às cooperativas; código ambiental e licenciamento on-line com fiscalização orientada a risco e instrumentos econômicos (PSA); programas de educação ambiental (CEA, compostagem nas escolas) e campanhas de mobilização; e ações de resiliência e prevenção a desastres (controle de erosões/voçorocas e monitoramento).

Acompanhamento e metas

O desempenho do pilar será monitorado por indicadores públicos e comparáveis, com metas anuais e divulgação contínua: nota geral do pilar de Sustentabilidade (IGMA); arborização urbana (%); recuperação de materiais recicláveis (%); perdas de água na distribuição (%); consumo médio de água (l/hab/dia); segurança hídrica (ISH-U); emissões de GEE per capita e inventário atualizado; frota com baixa emissão (%); nascentes mapeadas e protegidas (%); APPs restauradas (%); unidades de conservação criadas/em funcionamento (nº); população atendida com coleta seletiva (%) e peso da coleta seletiva (t); cooperativas de catadores fortalecidas (nº); licenciamento ambiental on-line implantado (%) e Código Ambiental elaborado (%); participantes/ações do CEA e escolas com compostagem (nº).

Com essa orientação, Itabirito preserva seus ativos naturais, reduz riscos climáticos e ambientais, melhora a eficiência do saneamento e dos resíduos, e mobiliza a sociedade para resultados sustentáveis — fortalecendo a qualidade de vida hoje e para as próximas gerações.

Eixo temático “Preservação”

Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico 16: Proteger e restaurar ecossistemas e ampliar a infraestrutura verde

Promover a conservação da biodiversidade por meio da implementação de planos de preservação, restauração de áreas degradadas, criação e consolidação de unidades de conservação e corredores ecológicos, além da ampliação de áreas verdes urbanas e do monitoramento ambiental, assegurando serviços ecossistêmicos e qualidade de vida.

Objetivo Estratégico 17: Estruturar a gestão integrada de resíduos e impulsionar a economia circular

Gerenciar e expandir as capacidades de coleta, triagem, reciclagem, compostagem e tratamento de resíduos, com responsabilização compartilhada e logística reversa, reduzindo a geração na fonte e a destinação a aterros, elevando a eficiência operacional e mitigando impactos socioambientais por meio de educação ambiental contínua.

Objetivo Estratégico 18: Implementar a transição climática para a neutralidade de carbono e fortalecer a resiliência

Estabelecer metas e programas de mitigação e adaptação climática, incluindo inventário e gestão de emissões de GEE, eficiência energética e energias renováveis, soluções baseadas na natureza, manejo sustentável de recursos hídricos e arborização urbana para sequestro de carbono, com governança, monitoramento e transparência dos resultados.

Indicadores e Metas

Indicador: Nota geral do pilar de Sustentabilidade

Meta 2029: Elevar a pontuação do Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA) para 75,03 no pilar de Sustentabilidade.

Indicador: Arborização urbana (%)

Meta 2029: Possibilitar que 90,19% da população tenha seus domicílios urbanos envoltos por arborização.

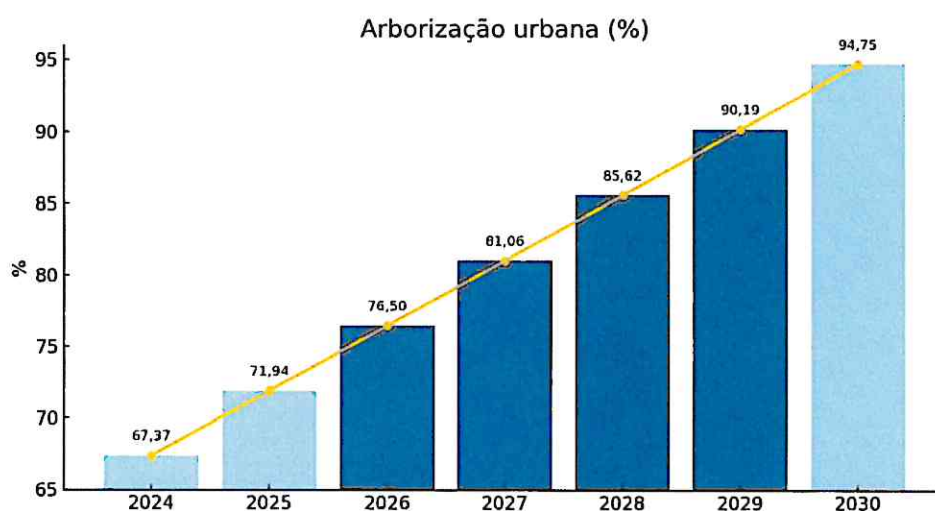


Gráfico 82: projeção do aumento percentual da arborização urbana. Fonte: IGMA.

Indicador: Recuperação de materiais recicláveis (%)

Meta 2029: Atingir 7,08% de materiais recicláveis secos recuperados frente à massa total de RDO (Resíduos Sólidos Domiciliares) e RPU (Resíduos Sólidos Públicos) coletados no município.



Gráfico 83: aumento percentual na recuperação de materiais recicláveis. Fonte: IGMA.

Indicador: Perdas na distribuição de água (%)

Meta 2029: Reduzir para 23,18% o volume de água perdida na distribuição frente ao que foi disponibilizado pelo SAAE.

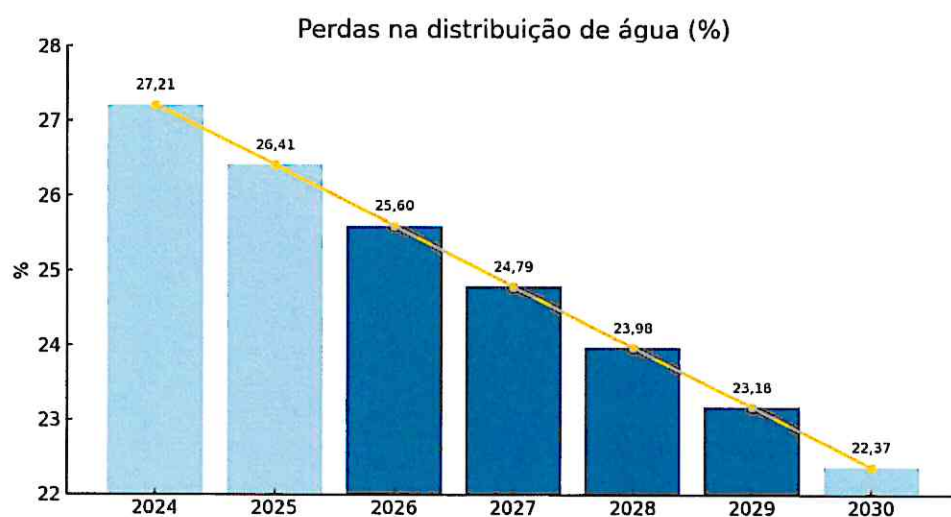


Gráfico 84: expectativa de redução de perdas na distribuição de água. Fonte: IGMA.

Indicador: Veículos com baixa emissão de poluentes (%)

Meta 2029: Aumentar para 0,32% a proporção de veículos com baixa emissão de poluentes registrados no município pela sua frota total de veículos.

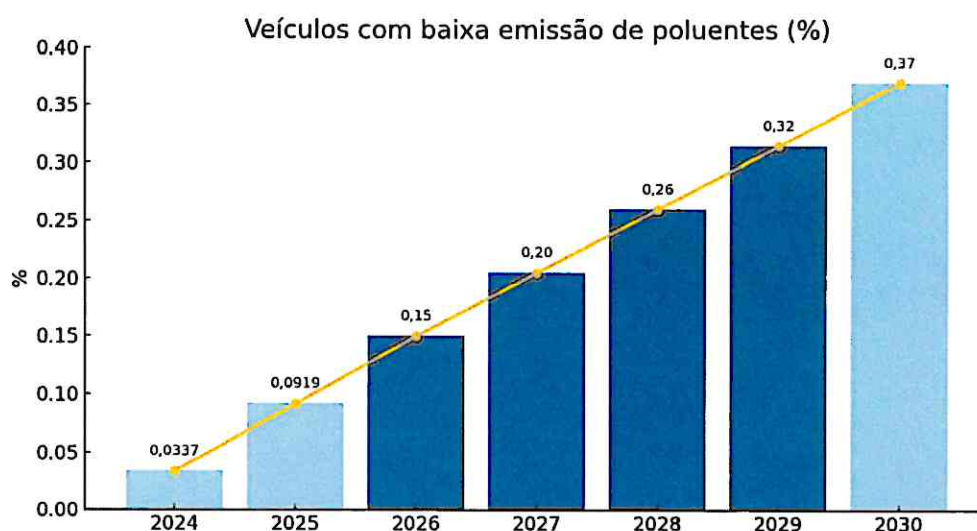


Gráfico 85: metas de aumento percentual de veículos com baixa emissão de poluentes na frota. Fonte: IGMA.

Indicador: Emissão de gases de efeito estufa por habitante (número)

Meta 2029: Reduzir para 3,58 a estimativa de emissão de gases de efeito estufa pela população itabiricense.

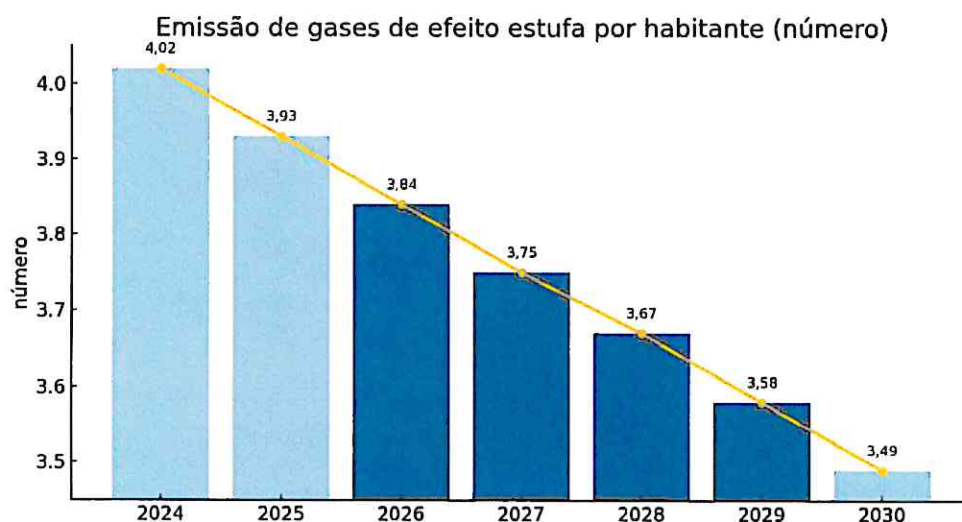


Gráfico 86: metas de redução na emissão de gases estufa. Fonte: IGMA.

Indicador: Consumo médio de água (L/hab./dia)

Meta 2029: Reduzir 19,49% do consumo médio per capita de água por dia em Itabirito.

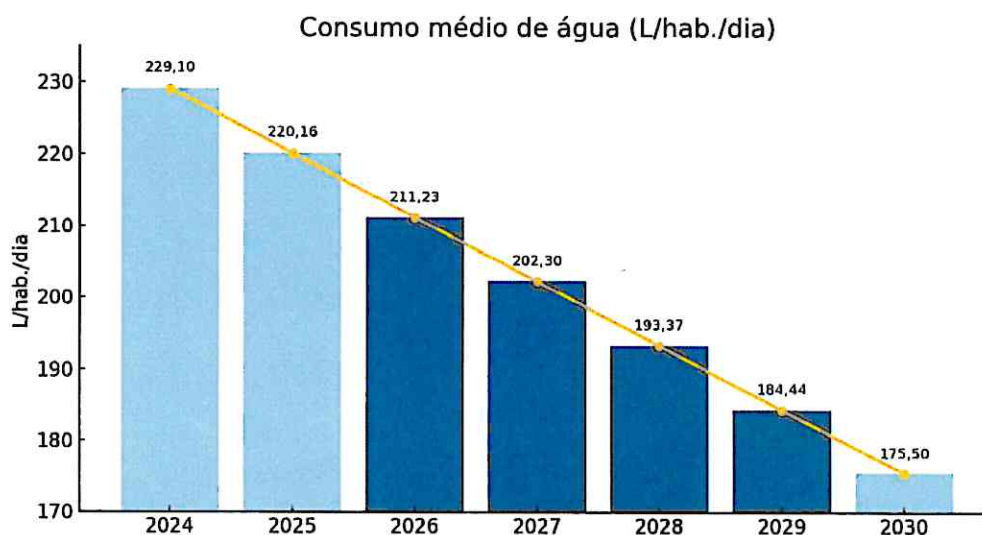


Gráfico 87: previsão de redução do consumo médio de água. Fonte: IGMA.

5.6. Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública

O pilar Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública orienta a atuação do Município para diversificar a base produtiva, ampliar emprego e renda, reduzir vulnerabilidades sociais e fortalecer a segurança cidadã. O diagnóstico evidencia ativos institucionais e instrumentos já existentes (como fundo de desenvolvimento, CEPEP/SINE e agenda local de desenvolvimento), ao lado de desafios que pedem resposta coordenada: dependência relativa da mineração, queda recente da população ocupada, baixa proporção de jovens com ensino médio concluído, e níveis de violência e sinistralidade no trânsito acima do desejável. A resposta estratégica combina inclusão produtiva, ambiente de negócios favorável, desenvolvimento do turismo e da economia criativa, proteção social ativa e prevenção da violência — para sustentar crescimento com coesão social.

Diretrizes e prioridades

O pilar prioriza: (i) diversificar a economia e fortalecer cadeias locais, atraindo investimentos e desenvolvendo APLs, turismo e economia criativa; (ii) promover empreendedorismo e melhoria do ambiente de negócios, com simplificação, atendimento ao MEI/MPE e compras públicas locais; (iii) qualificar a força de trabalho e ampliar a inserção produtiva (CEPEP/SINE, formação técnica, 1º emprego, aprendizagem e requalificação); (iv) reduzir vulnerabilidades sociais com proteção social ativa (CRAS/CREAS) e políticas para mulheres, juventude, população idosa e pessoas com deficiência; (v) ampliar a renda do trabalho e a formalização, incentivando a inovação, a economia digital e arranjos cooperativos; (vi) fortalecer a segurança pública e a ordem urbana com integração entre Guarda Municipal, Defesa Civil e forças estaduais, policiamento comunitário e prevenção; (vii) promover cultura, esporte e lazer como vetores de desenvolvimento humano e prevenção de violências; (viii) instituir governança multissetorial (conselhos/câmaras setoriais) com metas, monitoramento e transparência de resultados.

Entregas estruturantes

Para materializar as diretrizes, o Município implementará: Agenda de Desenvolvimento

Econômico Local com governança e carteira de projetos; operacionalização do fundo de desenvolvimento com regras claras e foco em inovação, MEI/MPE e diversificação; fortalecimento do CEPEP/SINE (intermediação, qualificação sob demanda e programas de 1º emprego e de requalificação); Sala do Empreendedor e balcão único para simplificação e formalização; política de compras públicas para MPEs (planejamento anual, cota reservada e capacitação de fornecedores); programa de turismo e economia criativa (rotas, calendário de eventos, capacitação e sinalização); editais de fomento à cultura e ao esporte de base; plano municipal de inclusão produtiva articulado ao SUAS (portas de entrada e de saída, com acompanhamento familiar); plano municipal de segurança e prevenção (diagnóstico por território, policiamento comunitário, videomonitoramento, iluminação de pontos críticos, educação para o trânsito e fiscalização integrada); e fortalecimento da Defesa Civil com protocolos, treinamento e comunicação de risco.

Acompanhamento e metas

O desempenho do pilar será monitorado por indicadores públicos e comparáveis, com metas anuais e divulgação contínua: população de baixa renda (%); jovens que concluíram o ensino médio (%); pessoas com ensino médio completo (%); salário médio (R\$); população ocupada (%); empresas/MEIs formalizados (nº); tempo de colocação via SINE (dias); taxa de homicídios (por 100 mil); taxa de mortes por arma de fogo (por 100 mil); taxa de mortes no trânsito (por 100 mil); atendimentos/encaminhamentos do SUAS (nº e % com inserção produtiva); participação de MPEs nas compras públicas (%); e nota geral do pilar de Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública nos painéis comparativos.

Com essa orientação, Itabirito acelera a geração de oportunidades, reduz desigualdades, melhora a segurança e cria um ambiente de negócios dinâmico e inclusivo — convertendo crescimento econômico em bem-estar social e prosperidade compartilhada.

Eixo temático “Avanço Social”

Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico 19: Fortalecer a coesão social, a cultura e a participação cidadã

Ampliar iniciativas culturais, esportivas e comunitárias por meio de parcerias estratégicas e editais, garantindo acesso inclusivo a equipamentos e programações, estimulando o pertencimento territorial, a inovação social e os mecanismos de participação e controle social na formulação de políticas públicas.

Objetivo Estratégico 20: Promover a inclusão produtiva e qualificar a força de trabalho

Articular programas de capacitação técnica e profissional, estágios, aprendizagem e intermediação de mão de obra, com foco em jovens, mulheres e grupos vulneráveis, integrando economia solidária, microcrédito e apoio ao primeiro negócio, para elevar a empregabilidade e a renda das famílias.

Indicadores e Metas

Indicador: Nota geral do pilar de Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública

Meta 2029: Elevar a pontuação do Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA) para 80,24 no pilar de Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública.

Indicador: Jovens que completaram o Ensino Médio (%)

Meta 2029: Elevar a proporção de jovens com idades entre 18 e 20 anos que concluíram o ensino médio no município para 47,28%.

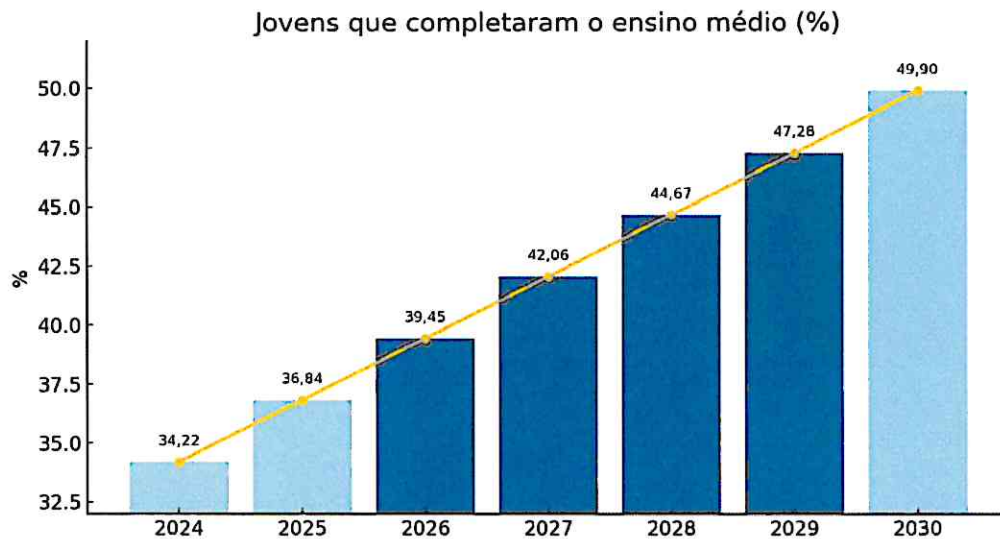


Gráfico 88: aumento percentual de conclusão no ensino médio. Fonte: IGMA.

Indicador: Salário médio mensal (R\$)

Meta 2029: Aumentar para R\$ 4.098,12 o salário médio mensal dos trabalhadores formais do município.

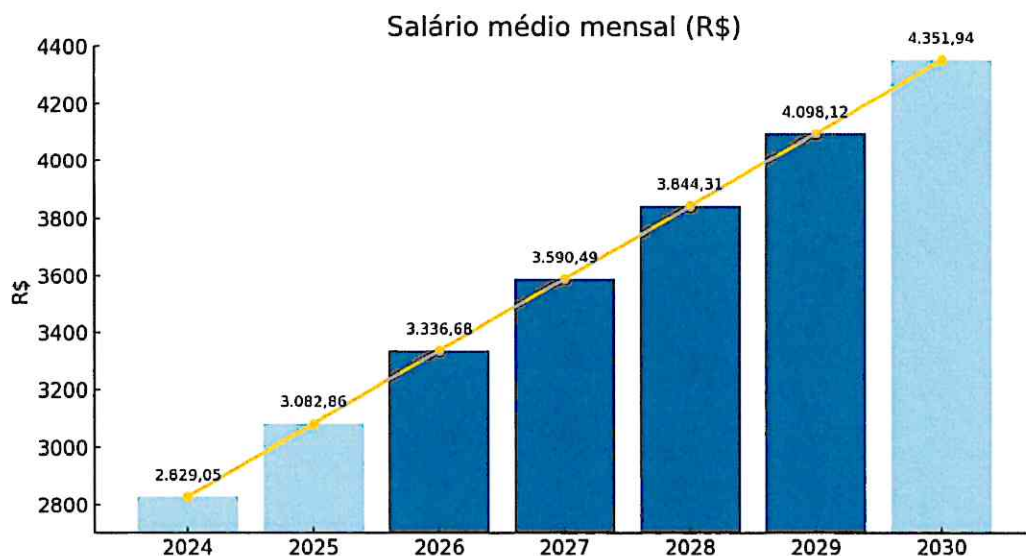


Gráfico 89: metas de aumento do salário médio mensal dos trabalhadores formais do município. Fonte: IGMA.

Indicador: Índice Gini da renda domiciliar per capita (número)

Meta 2029: Reduzir o índice Gini da renda domiciliar per capita para 0,43, promovendo maior igualdade de renda e oportunidades para todos os estados sociais.

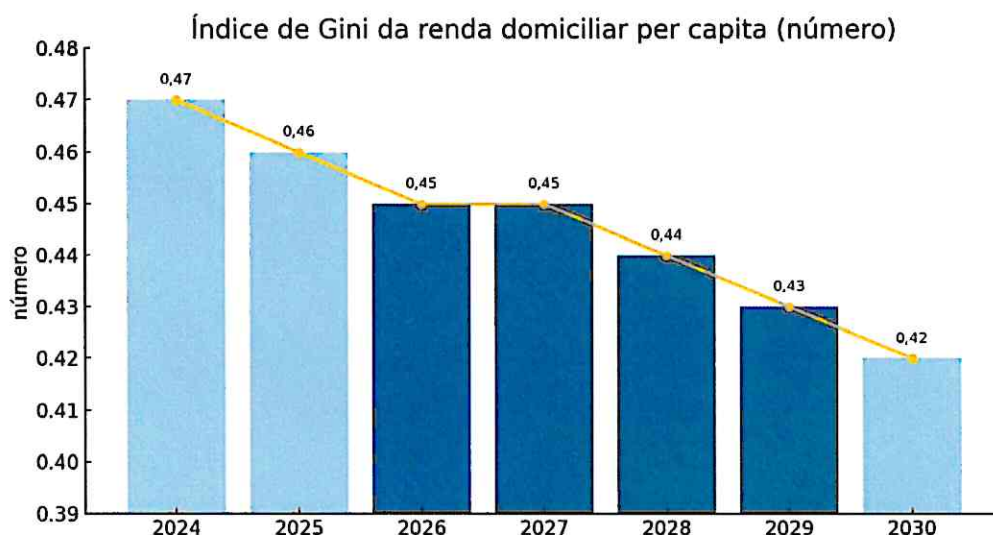


Gráfico 90: expectativa de redução no índice Gini. Fonte: IGMA.

Indicador: Pessoas que completaram o Ensino Superior (%)

Meta 2029: Melhorar a taxa de conclusão do ensino superior da população acima de 25 anos de Itabirito para 11,42%.

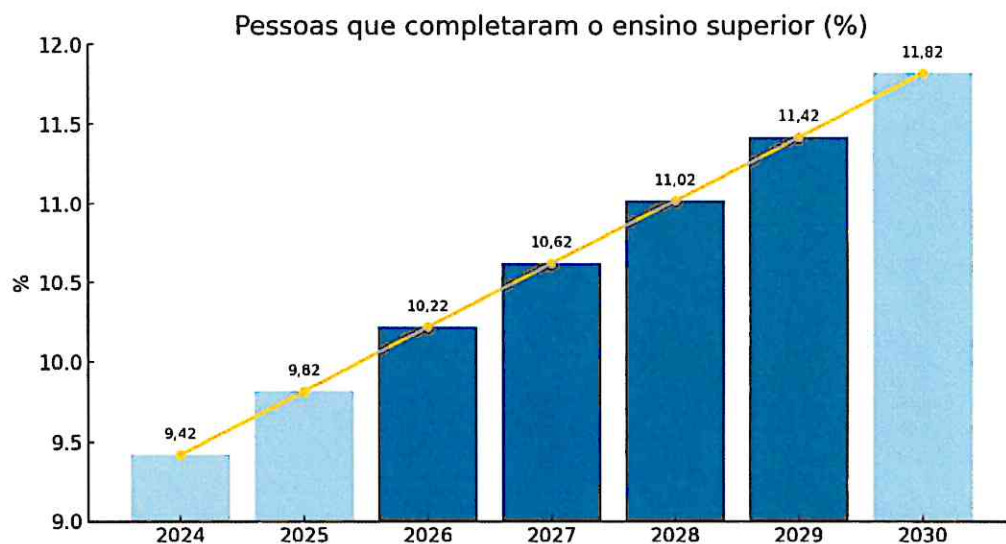


Gráfico 91: metas de aumento da população com ensino superior. Fonte: IGMA.

Indicador: População ocupada (%)

Meta 2029: Aumentar 22,88% a taxa de ocupação formal da população na cidade de Itabirito.

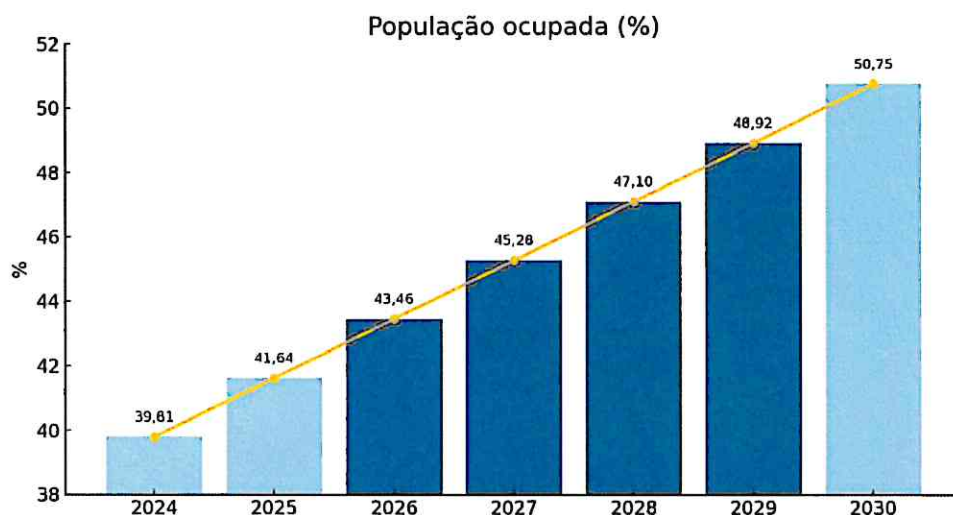


Gráfico 92: previsão de aumento da população com ocupação formal. Fonte: IGMA.

Eixo temático “Segurança”

Objetivos Estratégicos

Objetivo estratégico 21: Garantir a ordem pública, a segurança cidadã e a resiliência urbana

Integrar Guarda Municipal, trânsito e Defesa Civil com demais forças, expandindo videomonitoramento, iluminação e fiscalização urbana, com ações de prevenção à violência, ordenamento do uso do solo e do comércio, educação para o trânsito e planos de gestão de riscos e emergências, assegurando ambiente seguro ao convívio e à atividade econômica.

Indicadores e Metas

Indicador: Taxa de homicídios (número por 100 mil hab.)

Meta 2029: Reduzir a violência e garantir o direito à vida por meio da diminuição do número de homicídios na cidade para 4,79 a cada 100 mil habitantes.

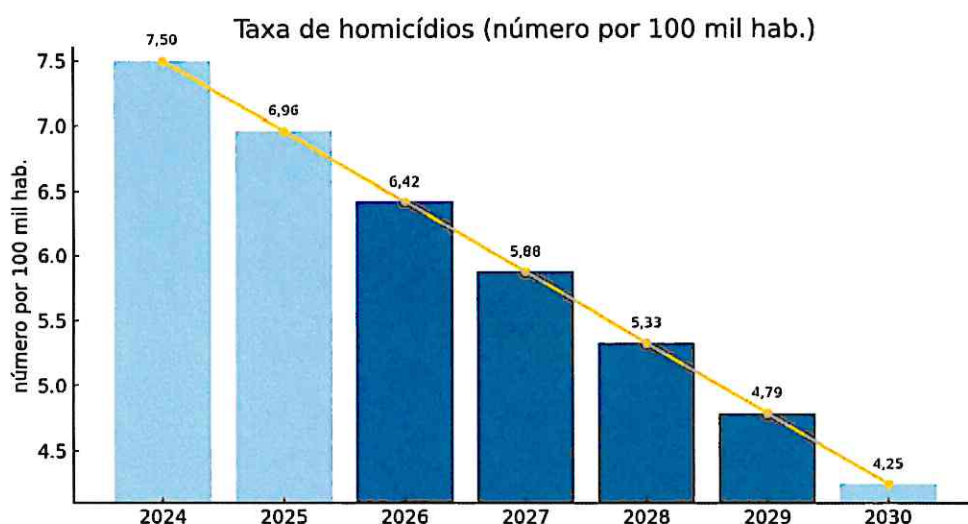


Gráfico 93: expectativa de redução na taxa de homicídios. Fonte: IGMA.

Indicador: Taxa de mortes por arma de fogo (número por 100 mil hab.)

Meta 2029: Diminuir a taxa de mortalidade por arma de fogo no município para 2,12 óbitos a cada 100 mil habitantes.

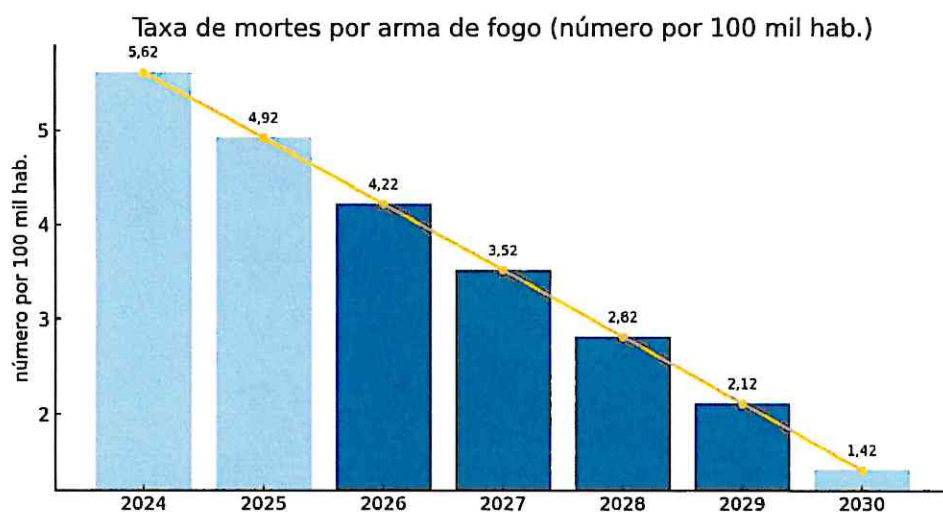


Gráfico 94: expectativa de redução na taxa de mortes por arma de fogo. Fonte: IGMA.

Eixo temático “Empreendedorismo”

Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico 22: Fomentar e acelerar o empreendedorismo, a inovação e o agronegócio sustentável

Estruturar políticas de apoio a MPEs, MEIs e cooperativas, com desburocratização, compras públicas, crédito orientado, incubação e assistência técnica, impulsionando

cadeias produtivas urbanas e rurais (inclusive agroindustrialização e economia criativa), para ampliar a formalização, a produtividade e a geração de emprego e renda.

Eixo temático “Avanço Econômico”

Objetivos Estratégicos

Objetivo Estratégico 23: Atrair investimentos e diversificar a matriz econômica local

Promover a prospecção ativa de investimentos, a formação de clusters e parcerias público-privadas, com instrumentos de promoção econômica e incentivos alinhados a critérios de sustentabilidade, de modo a ampliar oportunidades de negócios, reduzir vulnerabilidades setoriais e fortalecer a competitividade territorial.

Objetivo Estratégico 24: Desenvolver a infraestrutura econômica e simplificar o ambiente de negócios

Expandir e qualificar distritos/condomínios industriais, logística e conectividade digital, assegurando oferta de energia, água, saneamento e acesso viário, bem como modernizar licenciamento e serviços digitais (balcão único), conferindo previsibilidade **regulatória e eficiência operacional ao investidor e ao empreendedor.**

6. PROGRAMAS E OBJETIVOS DO PPAG 2026-2029

Sob essa ótica, os Programas definidos têm origem no Plano de Governo do atual Prefeito, Sr. Élio da Mata, apresentado à população por ocasião da última eleição, e orientam a concentração dos esforços da Administração Municipal para a promoção de transformações sociais, econômicas, ambientais e institucionais.

Dentre os compromissos assumidos, a Prefeitura de Itabirito estruturou 46 Programas prioritários, vinculados a 28 Projetos Estratégicos, compreendidos como empreendimento capazes de mobilizar recursos financeiros e humanos com vistas à transformação e ao desenvolvimento das áreas consideradas essenciais.

Cada Programa encontra-se devidamente delimitado em seus objetivos, resultados, público-alvo, prazos, metas, indicadores e órgãos competentes, conforme detalhado a seguir.



6.1. Relação de programas

CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	DESCRIÇÃO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORDENADOR DE DESPESA	CÓDIGO DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA
02024001	ADMINISTRAÇÃO	José Bernardo	0422	Programa de Administração Geral
02024001	ADMINISTRAÇÃO	José Bernardo	0472	Programa de Previdência do Servidor
02038001	AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO RURAL	Rainer Tawyr	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.
02022001	ASSESSORIA JURÍDICA CONSULTIVA	Celina Rodrigues	0491	Programa de Apoio Técnico Consultivo
02022002	ASSESSORIA JURÍDICA CONTENCIOSA	Alexandre Sampaio	0492	Programa de Representação Judicial e Extrajudicial
01001001	CÂMARA MUNICIPAL	Marcio de Oliveira	0131	Programa Ação Legislativa
02035001	COMUNICAÇÃO	Bianca Galo	0431	Programa de Comunicação Social
02023001	CONTROLADORIA GERAL	Daniela Orlandi	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria, Ouvidoria e Transparência
02032001	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Patrícia Nonato	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico
02034001	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Veridiane Souza	0801	Programa de Desenvolvimento e Assistência Proteção Básica
02034001	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Veridiane Souza	0802	Programa de Desenvolvimento e Assistência da Média e Alta Complexidade
02034001	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Veridiane Souza	0841	Programa de Gestão de Desenvolvimento, Assistência Social e Direitos Humanos
02034001	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Veridiane Souza	0844	Programa de Gestão Programa Bolsa Família - Cadastro Único
02026001	EDUCAÇÃO	Iracema Mapa	1222	Programa de Gestão da Educação



02026001	EDUCAÇÃO	Iracema Mapa	1261	Programa de Ensino Fundamental
02026001	EDUCAÇÃO	Iracema Mapa	1265	Programa de Educação Infantil
02026001	EDUCAÇÃO	Iracema Mapa	1262	Programa de Apoio ao Ensino Médio
02026001	EDUCAÇÃO	Iracema Mapa	1266	Programa de Educação de Jovens e Adultos
02026001	EDUCAÇÃO	Iracema Mapa	1267	Programa de Educação Especial
02026001	EDUCAÇÃO	Iracema Mapa	1272	Programa de Previdência da Educação
02026001	EDUCAÇÃO	Iracema Mapa	1253	Programa de Gestão de Transporte Educacional
02027001	ESPORTE E LAZER	Eduardo Reis	2712	Programa de Desenvolvimento e Democratização do Desporto, do Lazer e da Promoção da Saúde
02025001	FAZENDA E TRIBUTAÇÃO	Elisangela Lima	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente
02025001	FAZENDA E TRIBUTAÇÃO	Elisangela Lima	0423	Programa de Gestão Contábil e Financeira
02025001	FAZENDA E TRIBUTAÇÃO	Elisangela Lima	2846	Programa de Encargos Especiais
02025001	FAZENDA E TRIBUTAÇÃO	Elisangela Lima	9999	Reserva de Contingência
02021001	GABINETE DE GOVERNO	Orlando Caldeira	0425	Programa de Apoio à Administração Pública
02039001	GESTÃO DE FROTAS	Arnaldo Pereira	2682	Programa de Gestão de Frotas
02033001	MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Frederico Leite	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental
02030001	OBRAS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURA	Matheus Amui	1551	Programa de Obras e Infraestrutura



02028001	PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO	Júnia Melillo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio
02028001	PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO	Júnia Melillo	1395	Programa de Turismo
02037001	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Débora Aguiar	0421	Programa de Planejamento e Orçamento
02031001	POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÃO	Amanda Santos	1552	Programa de Serviços Urbanos
02031001	POLÍTICAS URBANAS E HABITAÇÃO	Amanda Santos	1582	Programa de Habitação
03001001	SAAE	Heloísa Cavallieri	1722	Administração do Saneamento Básico Municipal
03001001	SAAE	Heloísa Cavallieri	1711	Sistemas de Saneamento Básico Rural
03001001	SAAE	Heloísa Cavallieri	1712	Sistemas de Saneamento Básico Urbano
03001001	SAAE	Heloísa Cavallieri	1741	Plano de Proteção, Conservação e Controle Ambiental
03001001	SAAE	Heloísa Cavallieri	9999	Reserva de Contingência Autarquia
02029001	SAÚDE	Cleusa Claudino	1001	Programa de Atenção Básica
02029001	SAÚDE	Cleusa Claudino	1002	Programa de Especialidades Médicas
02029001	SAÚDE	Cleusa Claudino	1003	Programa de Suporte Profilático e Terapêutico
02029001	SAÚDE	Cleusa Claudino	1004	Programa de Vigilância em Saúde
02029001	SAÚDE	Cleusa Claudino	1022	Programa de Gestão da Saúde



02029001	SAÚDE	Cleusa Claudino	1072	Programa de Previdência da Saúde
02036001	SEGURANÇA, PREVENÇÃO E MOBILIDADE URBANA	Admilson Santiago	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito

Tabela 17: relação entre programas e peças orçamentárias. Fonte: SEPLAN/PMI.

6.2. Articulação dos principais instrumentos da Gestão

A relação entre os Instrumentos de Planejamento voltados para o curto prazo, os quais incluem a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, bem como os de longo prazo, como o PPAG e o Planejamento Estratégico, confere um viés estratégico e relacionado às políticas de Governo, o que amplia o alcance dos resultados advindos das políticas públicas adotadas pela Administração Pública.

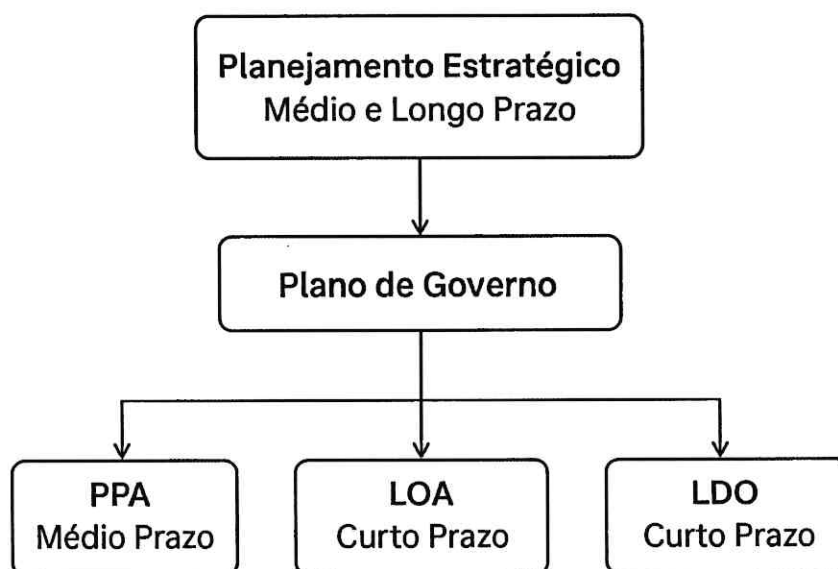


Figura 10: relação entre os Instrumentos de Planejamento. Fonte: SEPLAN/PMI.

Assim, mediados por esses três instrumentos, os orçamentos anuais são construídos como fruto de uma visão estratégica plurianual, garantida pelos programas que integram, de modo simultâneo o Planejamento Estratégico, o PPA, a LOA e a LDO, elucidado na figura abaixo.

6.3. Integração do PPAG 2026-2029 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU

A Agenda 2030, pactuada pelos países membros da ONU, estabelece um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam governos na promoção do desenvolvimento humano e sustentável até 2030. No âmbito municipal, esses objetivos e suas metas funcionam como instrumentos de planejamento e gestão: ajudam a identificar onde e como as políticas públicas podem melhorar a qualidade de vida da população e, por isso, devem ser apropriados e ajustados à realidade local de cada ente federativo. Itabirito adota essa diretriz no PPAG 2026–2029, explicitando que a Agenda 2030 é referência de conteúdo e de método para o desenho das prioridades e resultados do plano.

A adição da ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial, nasceu como iniciativa brasileira de adoção voluntária de um novo objetivo para enfrentar o racismo estrutural e suas desigualdades, anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 78ª Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2023. O governo federal a define como objetivo voltado a promover a igualdade étnico-racial, com atenção especial a povos

indígenas e à população negra, no âmbito da Agenda 2030, em articulação com os 17 ODS já existentes. A justificativa central é que, para um desenvolvimento sustentável justo, é preciso colocar o combate ao racismo no centro das políticas públicas, horizonte reiterado em documentos e eventos oficiais desde então. Portanto, a ODS 18 foi assimilada na elaboração do PPAG 2026-2029 do município.

Os 18 ODS são organizados em quatro eixos: social, econômico, ambiental e institucional, que espelham as principais frentes de atuação municipal. Essa estrutura favorece a leitura integrada do plano, pois conecta programas e ações a resultados sociais (como combate à pobreza, saúde e educação), econômicos (trabalho decente e crescimento), ambientais (água, saneamento, clima, biodiversidade) e institucionais (cidades resilientes, consumo responsável, instituições eficazes e parcerias).

No aspecto metodológico, a Lei do PPAG 2026-2029 prevê que cada programa seja vinculado a um ou mais ODS, detalhando indicadores, metas anuais, unidades de medida e periodicidade de acompanhamento. Trata-se de uma integração “de desenho” (estrutural) e “de gestão” (metas, monitoramento e avaliação), garantindo coerência entre visão de longo prazo, objetivos estratégicos e programação plurianual orientada aos ODS.

Por fim, a integração entre PPAG, LDO e LOA garante que as prioridades associadas aos ODS não permaneçam apenas como intenções, mas sejam traduzidas em alocação de recursos e metas físicas e financeiras anuais. Ao atrelar programas, indicadores e metas às diretrizes de governo e ao conjunto dos ODS, o Município consolida um modelo de gestão orientado por resultados, com capacidade de mostrar, ano a ano, o quanto se avança rumo às metas da Agenda 2030.

Em síntese, o PPAG 2026–2029 de Itabirito integra os ODS como referência estratégica, metodológica e operacional: define eixos aderentes à Agenda 2030, traduz objetivos em programas com indicadores e metas anuais, institui governança de monitoramento e avaliação e assegura engrenagem orçamentária compatível. Com isso, alinha visão de futuro, prioridades setoriais e entrega de resultados concretos, o que é indispensável para que a cidade contribua, de forma mensurável, para o cumprimento local das metas globais até 2030.



Figura 11: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fonte: ONU.

6.4. Conceito de Projetos, Planos e Programas

Os projetos estruturantes são esforços temporários que objetivam um resultado único de longo prazo. Eles têm início e fim definidos e devem estar diretamente alinhados com a visão, dado que são realizados para atingir objetivos estratégicos específicos.

Caracterizam-se pela sua singularidade e pela definição clara de objetivos, escopo, recursos, riscos, cronograma e restrições. A construção dos projetos envolve uma análise profunda do ambiente interno e externo, incluindo a identificação de oportunidades e ameaças, bem como forças e fraquezas internas.

Os planos, programas e projetos definidos para o município de Itabirito abrangem os seis pilares do IGMA, e todos os Programas definidos no Plano Plurianual e são direcionados para mudanças significativas e crescimento sustentável, visando a melhoria da infraestrutura, dos serviços públicos e da qualidade de vida dos cidadãos.

6.5. Método para construção dos projetos

A elaboração dos planos, programas e projetos estruturantes do município de Itabirito foi conduzida com base em uma análise minuciosa e fundamentada para a construção do Planejamento Estratégico. Inicialmente, foram promovidas reuniões com os pontos focais da gestão e durante esses encontros, foram identificados os projetos considerados relevantes para cada Secretaria, conforme sua área de atuação no município.

A partir dessa relação, foi realizada uma avaliação criteriosa das necessidades de Itabirito, selecionando e ajustando os projetos propostos pelas Secretarias. Em seguida, com o intuito de alinhar os projetos aos pilares estratégicos, foram definidos atributos específicos para cada pilar, promovendo uma maior correspondência entre as iniciativas e os pilares definidos.

Além disso, cada projeto foi orientado a um novo objetivo estratégico, desenvolvido de forma mais ampla e abrangente. Após a revisão e as adequações finais dos projetos, foi elaborado um escopo preliminar que descreve, de maneira concisa, o propósito de cada projeto.



Figura 12: carteira de projetos do Planejamento Estratégico. Fonte: SEPLAN/PMI.

6.6. Integração do Planejamento Estratégico ao PPAG 2026-2029

O município de Itabirito vem avançando na consolidação de uma gestão pública moderna, eficiente e orientada a resultados. Nesse sentido, foi adotada a metodologia de vinculação do Planejamento Estratégico Municipal ao Plano Plurianual Governamental (PPAG), assegurando que os projetos prioritários definidos pela Administração sejam traduzidos em programas, ações e metas de médio prazo.

No processo em andamento, foram vinculados 28 projetos estratégicos a todos os programas do PPAG, promovendo a integração entre os objetivos de longo prazo do município e os instrumentos de planejamento orçamentário exigidos pela legislação. Essa vinculação permite que cada ação prevista no PPAG esteja diretamente relacionada aos compromissos estratégicos assumidos pela gestão, garantindo coerência, transparência e maior efetividade na aplicação dos recursos públicos.

A adoção dessa metodologia traz benefícios concretos para a população e para a cidade. Ao alinhar os projetos estratégicos ao PPAG, o município fortalece a capacidade de priorizar investimentos, acompanhar resultados e medir impactos de forma objetiva. Isso significa que as políticas públicas passam a ser implementadas de maneira mais organizada, com clareza nos objetivos e eficiência na utilização dos recursos.

Para a sociedade, os ganhos se traduzem em serviços públicos de melhor qualidade, maior previsibilidade das ações governamentais e fortalecimento da confiança na administração municipal. Para a cidade, significa a construção de um modelo de gestão orientado para resultados, com foco no desenvolvimento sustentável, na justiça fiscal e no bem-estar coletivo.

Assim, a vinculação do Planejamento Estratégico ao PPAG reafirma o compromisso de Itabirito com uma gestão pública inovadora, participativa e transparente, que transforma a estratégia em ação e entrega resultados concretos para todos os cidadãos.

SECRETARIA	COD. PROGRAMA DO PPAG	PROGRAMA DO PPAG	PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	Telemonitoramento do Cidadão
Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	Telemonitoramento do Cidadão
Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	Telemedicina
Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	Sistema Integrado de Saúde
Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	Conexões que transformam
Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	Estruturação Curricular
Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	Tempo Integral de Qualidade
Educação	1267	Programa de Educação Especial	Estruturação Curricular
Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	Integração da Robótica no Ensino
Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	Justiça Fiscal
Desenvolvimento Social	0841	Programa de Gestão de Desenv, Assistência Social e Direitos Humanos	Conexões que transformam
Desenvolvimento Social	0841	Programa de Gestão de Desenv, Assistência Social e Direitos Humanos	Portal da Transparência Avançado
Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	Internet para todos

Patrimônio, Cultura e Turismo	1395	Programa de Turismo	Conexões que transformam
Administração	0422	Programa de Administração Geral	Cidade sem Fios
Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	Conexões que transformam
Políticas Urbanas e Habitação	0882	Programa de Habitação	Habitação Popular
Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	Habitação Popular
Políticas Urbanas e Habitação	0882	Programa de Habitação	Revisão e Atualização do Plano Diretor
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1552	Programa de Serviços Urbanos	Itabirito sem Barreiras
Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	Cidade sem Fios
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	EcoGestão: Por um Ambiente Sustentável
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	Projeto Reluz
Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	EcoGestão: Por um Ambiente Sustentável
Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	Sistema de Avaliação dos Resultados
Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	Centro de Operação Integrado
Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	Revisão e Atualização do Plano Diretor
Obras, Serviços e Infraestrutura	1551	Programa de Obras e Infraestrutura	Mobilidade Dinâmica

Obras, Serviços e Infraestrutura	1551	Programa de Obras e Infraestrutura	Itabirito sem Barreiras
Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	Mobilidade Dinâmica
Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	Acessibilidade no Município
Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	Itabirito sem Barreiras
Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	Acessibilidade no Município
Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	Itabirito sem Barreiras
Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	Itabirito sem Barreiras
Gabinete de Governo	0425	Programa de Apoio à Administração Pública	Mobilidade Dinâmica
Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	Mobilidade Dinâmica
Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	Itabirito sem Barreiras
Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	Hub de Inovação
Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	Programa Cooperar
Patrimônio, Cultura e Turismo	1395	Programa de Turismo	EcoGestão: Por um Ambiente Sustentável
Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Projeto Reluz
Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	EcoGestão: Por um Ambiente Sustentável

Gabinete de Governo	0425	Programa de Apoio à Administração Pública	Prefeitura Interativa
Administração	0422	Programa de Administração Geral	Sistema de Avaliação dos Resultados
Administração	0422	Programa de Administração Geral	Auditoria Eficiente
Controladoria Geral	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria, Ouvidoria e Transparência	Auditoria Eficiente
Controladoria Geral	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria, Ouvidoria e Transparência	Prefeitura Interativa
Controladoria Geral	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria, Ouvidoria e Transparência	Portal da Transparência Avançado
Administração	0422	Programa de Administração Geral	Sistema de Avaliação dos Resultados
Controladoria Geral	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria, Ouvidoria e Transparência	Sistema de Avaliação dos Resultados
Planejamento e Orçamento	0421	Programa de Planejamento e Orçamento	EcoGestão: Por um Ambiente Sustentável
Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	Justiça Fiscal
Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	Aplicativo Cidadão Fiscal
Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	Portal da Transparência Avançado
Desenvolvimento Social	0841	Programa de Gestão de Desenv, Assistência Social e Direitos Humanos	Prefeitura Interativa
Administração	0422	Programa de Administração Geral	Justiça Fiscal

Tabela 18: tabela de vinculação entre o PPAG e o Planejamento Estratégico. Fonte: SEPLAN/PMI.

6.7. Desdobramento dos programas do PPAG

O município de Itabirito vem avançando na consolidação de uma gestão pública moderna, eficiente e orientada a resultados. Nesse sentido, foi adotada a metodologia de vinculação do Planejamento Estratégico Municipal ao Plano Plurianual Governamental (PPAG), assegurando que os projetos prioritários definidos pela Administração sejam traduzidos em programas, ações e metas de médio prazo.

1. Programa de Administração Geral



Diagnóstico do programa

Assessoramento ao Gabinete do Governo Municipal e a todas as Secretarias nas ações que visem a melhoria na gestão pública.

Estabelecimento de normas, ações e políticas de supervisão da gestão administrativa com apoio geral no gerenciamento dos serviços de contratações e licitações públicas, suprimentos, serviços gerais, normas do arquivamento municipal, gestão de peticionamento e protocolo, vigilância patrimonial e portarias, gerenciamento do patrimônio público municipal, monitoramento e gerenciamento de necrópoles, gestão de terminal rodoviário, serviços da infraestrutura de tecnologia da informação, atuando na gestão de pessoas visando o desenvolvimento e a valorizações dos servidores públicos com foco na estratégia organizacional, atuando nos serviços e avanços tecnológicos da tecnologia da informação.

Estabelecer interface com outros órgãos do Poder Executivo Estadual e Federal e Legislativo para demandas de atendimento ao cidadão Itabiricense.

Objetivo do programa

Modernizar os serviços desenvolvendo a cultura do consumo consciente aumentando a transparência dos processos e o controle das rotinas administrativas;

Garantir que os novos processos sejam eletrônicos, reduzindo custos e tempo de tramitação;

Digitalizar e gerir documentos eletrônicos para aumentar a transparência e controle da rotina administrativa;

Promover o desenvolvimento do corpo gerencial da Administração Municipal através da implementação de programas de capacitação em gestão por resultados;

Prover a administração de mão de obra suficiente em termos quantitativos e para atender à demanda da sociedade por meio dos serviços públicos;

Ampliação da infraestrutura lógica, física, de recursos humanos e processos relacionados, necessários para atender ao conjunto de sistemas de informação e para garantir a continuidade da prestação de serviços, gerir os serviços de segurança e medicina do trabalho, gerir e atuar nos direitos dos benefícios dos servidores, no ingresso e vida funcional e atuar na gestão da folha de pagamento, promover a

qualidade de vida dos servidores e o desempenho da carreira implantando processos para prestação e manutenção de serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC , mantendo atualizado e padronizado o ambiente de desktop da PMI;

Coordenação das licitações da PMI, Controle e gestão das contratações de locação de imóveis;

Controle dos bens móveis e imóveis; Implementação de novo modelo de gestão de suprimentos e logística na PMI;

Gerir as ações de conservação e manutenção dos Prédios Públicos exceto prédios públicos da saúde e educação;

Garantir o acesso aos serviços prestados e aos espaços disponibilizados pelos serviços de Necrópoles Municipais, aprimorando a qualidade do atendimento ao público, a gestão operacional(segurança, manutenção e administração), ao mesmo tempo em que se procura minimizar os impactos ambientais decorrentes da atividade;

Modernizar e promover a inovação do Terminal Rodoviário;

Gerir o Centro Municipal Administrativo, atuar em parceria com as outras secretarias na oferta dos serviços públicos nos distritos através da administração regional.

Indicadores

- Número de jovens contratados como aprendiz ou estagiário;
- Número de pontos públicos de Wi-Fi gratuito instalados;
- Percentual de compras públicas realizadas com fornecedores locais;
- Disponibilidade dos serviços e aplicação voltados ao cidadão;
- Disponibilidade dos serviços e aplicação voltados ao servidor público;
- Número de servidores homenageados anualmente no evento Prata da Casa;
- Percentual de demandas atendidas de cargos e servidores (concurso + PSP ACE e ACS);
- Número de horas de capacitações ofertadas;
- Número de formações realizadas para servidores da superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas;
- Número de EPIs distribuídos aos servidores.

2. Programa de Previdência do Servidor



Diagnóstico do programa

Manutenção da obrigação patronal previdenciária da Administração Pública.

Objetivo do programa

Manter o pagamento da obrigação patronal previdenciária dos servidores do Município, exceto saúde e educação.

3. Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio



Diagnóstico do programa

Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, com a formação, qualificação, fomento e apoio ao produtor rural, abastecimento e inspeção. Incrementar tecnologias para o desenvolvimento do agronegócio, promovendo a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a intensificação da produção agropecuária, a mitigação e adaptação das mudanças climáticas, enfrentamento da insegurança alimentar no município apoiando e beneficiando as condições de vulnerabilidade social.

Assegurar a sanidade vegetal, a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, contribuindo para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade itabiritense por meio de certificação e fiscalização. Promover a transformação digital da economia, a geração de oportunidades de trabalho, visando a superação dos desafios econômicos sociais e ambientais por meio da aplicação do conhecimento técnico científico.

Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação através da cooperação regional. Promover interface de desenvolvimento sustentável do agronegócio com desenvolvimento econômico na oferta de feiras, encontros e assistência técnica em parceria com órgãos do poder Executivo Estadual e Federal.

Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária valorizando o bioma local. Gerir as ações de fomento de negócios, parcerias público-privado em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Parque Agropecuário Tarcísio Bretas Filho.

Objetivo do programa

Promover o fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio sustentável, com foco na formação, qualificação e apoio ao produtor rural, no incremento tecnológico, na segurança alimentar e sanitária, na valorização do bioma local e na redução das desigualdades sociais, garantindo inclusão socioeconômica, geração de trabalho e renda, transformação digital, desenvolvimento científico e tecnológico, além da cooperação regional e institucional, em benefício da sociedade itabiritense.

Indicadores

- Nº eventos Dia de Campo realizado;
- Percentual de produtores capacitados em práticas sustentáveis;
- Área de produção agrícola utilizando técnicas agroecológicas/controle integrado de pragas e doenças;
- Número de produtores beneficiados por incentivos para práticas sustentáveis;
- Nº de cursos de capacitação oferecidos aos produtores, técnicos e público urbano;
- Percentual de produtores atendidos pela patrulha agrícola mecanizada;
- Índice de conversão de vacinação de brucelose inadimplente;

- Total de mudas de hortaliças distribuídas anualmente.

4. Programa de Apoio Técnico Consultivo



Diagnóstico do programa

Representação dos interesses do Município nas atividades jurídico-administrativas e técnico-consultivas, bem como assessorar o Poder Executivo na condução das atividades preventiva e repressiva referente aos atos de corrupção e de improbabilidade administrativa.

Objetivo do programa

Coordenar e aprovar pareceres jurídicos, exceto aqueles de natureza contenciosa e fiscal.

5. Programa de Representação Judicial e Extrajudicial



Diagnóstico do programa

Representação, planejamento, coordenação e execução das atividades contenciosas do Município, incluindo as ações judiciais, inclusive de natureza fiscal e a coordenação do NAJUR - Núcleo Jurídico e do PROCON.

Objetivo do programa

Defender judicial e extrajudicialmente os interesses legítimos do Município, promovendo a redução da litigiosidade através de mecanismos extrajudiciais e de uma estrutura preventiva para pronta resposta naquilo em que o Município for judicialmente demandado.

6. Programa Ação Legislativa



Diagnóstico do programa

Manutenção e cumprimento do princípio Constitucional da autonomia dos poderes.

Objetivo do programa

Legislar sobre matérias de competência do município e fiscalizar todos os atos do Poder Executivo Municipal.

7. Programa Comunicação Social



Diagnóstico do programa

Os cidadãos devem ser constantemente informados sobre a destinação dos recursos públicos e sobre os Programas de Governo a fim de garantir que os mesmos sejam beneficiados. Dessa forma o programa visa divulgar essas informações, ampliar a transparência e o controle social das ações de governo.

Objetivo do programa

Formular e coordenar a Política Municipal de Comunicação Social de modo a divulgar informações sobre as ações e programas da Prefeitura, atrações e eventos de interesse social, de forma tempestiva, precisa e transparente.

Indicadores

- N° de visualizações de páginas no site da PMI;
- Índice de envio de releases à imprensa;
- Taxa de resposta das redes sociais (Instagram);
- Alcance nas redes sociais (Instagram).

8. Programa de Controle Geral, Auditoria, Ouvidoria e Transparência



Diagnóstico do programa

Coordenação e execução da comprovação da legalidade e da avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos próprios por entidades de direito privado através da Comissão de Avaliação e Monitoramento e o desenvolvimento de mecanismos de prevenção e combate à corrupção, zelando pelo cumprimento do Sistema Municipal de Integridade e Anticorrupção e Fortalecimento das Ouvidorias Públicas tornando-as eficiente e online com interação e resultados eficientes.

Objetivo do programa

Controlar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, auditar, fiscalizar e desenvolver mecanismos de ampla transparência e promover as ações das Ouvidorias.

Indicadores

- Realizar a Semana Municipal da Integridade, Transparência e Combate a Corrupção;
- Nota do município no PNTP (Programa Nacional de Transparência Pública);
- Índice de satisfação com o atendimento da Ouvidoria Municipal;
- Índice de resolubilidade das manifestações;
- Média do tempo de resposta das manifestações;
- Horas dedicadas a capacitação profissional da CTGM;
- Percentual de implementação do Plano de Ação do Programa de Integridade;
- Índice de atendimento às orientações recebidas dos órgãos de controle externos (PNCP- Programa Nacional de Combate a Corrupção);
- Elevar o Grau de maturidade das auditorias internas e aprimorar os processos internos para aumentar eficiência e qualidade dos trabalhos;
- Aumentar a efetividade da atividade de auditoria interna;
- Atuação com uso de tecnologias inovadoras;
- Estabelecer parcerias estratégicas com órgãos de controle;

- Fomentar o papel pedagógico e a conscientização por meio do projeto "Diálogo com a Controladoria".

9. Programa de Desenvolvimento Econômico



Diagnóstico do programa

Planejamento e execução da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o fomento a pesquisa, a inovação e ao empreendedorismo, bem como manter Itabirito como pólo atrativo de grandes eventos e, ainda, empenhar ações que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social local.

Crescimento do fluxo turístico e aumento da taxa de permanência na cidade. Implementação da Política de Investimento em qualificação profissional e geração de emprego.

Gestão municipalizada dos programas da política pública de trabalho promovido pelos entes federados.

Objetivo do programa

Estimular o desenvolvimento econômico de Itabirito e apoiar os empreendimentos na cidade, oferecendo um ambiente favorável ao negócio de alto valor agregado e nas indústrias do conhecimento, atuando de forma estruturada e articulada com os diversos agentes econômicos, regionais, nacionais e internacionais para consolidar a cidade de Itabirito como um centro de excelência em empreendedorismo.

Planejar e executar as Políticas de Desenvolvimento Econômico e de qualificação profissional e geração de emprego.

Fomentar a abertura de escolas profissionalizantes na cidade, bem como ofertar cursos de qualificação e monitoramento de egressos dos cursos, aumentando a possibilidade de inserção do público-alvo no mercado de trabalho formal e em oportunidades de geração de trabalho e renda.

Indicadores

- Número de famílias atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social incluídas em programas de capacitação e emprego;
- Taxa de crescimento de formalização pequenos negócios (MEI) no município;
- Número de participantes em formações para qualificação profissional e inclusão produtiva no município;
- Taxa de empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos;
- Taxa de formalização de novos negócios do total de participantes dos cursos da Sala do Empreendedor / SENAI / SEBRAE;
- Investimento per capita em cursos técnicos e de qualificação;
- Taxa de crescimento do PIB per capita;
- Percentual de novos negócios formalizados;
- Número de startups ou negócios inovadores apoiados pelo HUB de Inovação;

- Taxa de crescimento das vagas ofertadas pelo SINE;
- Taxa de novos empréstimos concedidos do FUNDI;
- Percentual de MEIs beneficiados com recursos do FUNDI.

10. Programa de Desenvolvimento e Assistência – Proteção Básica

Diagnóstico do programa



A proteção social básica destina-se à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social, discriminações de gênero, étnicas, por idade, por deficiências.

Objetivo do programa

Prover serviços, programas, projetos e benefícios, em especial para famílias, indivíduos e grupos, que deles necessitem, contribuindo com a inclusão dos usuários, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais.

Garantir o fortalecimento da função protetiva da família, prevenindo a ruptura de seus vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria da qualidade de vida.

Garantir a efetividade do acompanhamento adequado dos usuários do BPC na Escola.

Combater a fome, promover a segurança alimentar e nutricional, reduzir a pobreza e a extrema pobreza.

Estimular a emancipação sustentável das famílias que vivem em situação de pobreza.

Garantir a efetividade nos cadastramentos das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e garantir a gestão eficiente do programa a fim de melhorar o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGDM-PBF).

Garantir condições de moradia segura, por meio de insumos e serviços e parcerias com demais entes federativos e instituições; garantir espaço físico adequado para a oferta dos serviços do CRAS.

Indicadores

- Nº de equipamentos para atendimentos as demandas de assistência social construídos / reformados / ampliados;
- Número de famílias acompanhadas pelo técnico mensalmente nos CRAS;
- Número de famílias inscrita cadastradas no CadÚnico;
- Quantidade de benefícios sociais deferidos (BPC e bolsa família).

11. Programa de Desenvolvimento e Assistência – Média e Alta Complex.



Diagnóstico do programa

A proteção social especial destina-se à população que está em situação de risco social ou pessoal decorrente da violação de direitos, Garantia ao direito da criança e adolescente a prioridade absoluta à Gestão da Política de Atendimento. Garantia ao direito da pessoa idosa.

Objetivo do programa

Garantir o apoio, orientação e acompanhamento de famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios, a incidência de violação de direitos;

Prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.

Garantir às crianças e aos adolescentes que necessitam de proteção integral, devido aos vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

Prover serviços, programas, projetos e benefícios, em especial para famílias, indivíduos e grupos, que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, e ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substância psicoativa, cumprimento de medida socioeducativa, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Garantir os direitos das crianças e adolescentes por meio das políticas públicas setoriais, executadas conforme as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e pelo CMDCA.

Garantir espaço físico adequado para a oferta dos serviços do CREAS.

Viabilizar formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, proporcionando-lhe integração às demais gerações e criar estratégias para defender os idosos da violação a seus direitos, em virtude de ação ou omissão da sociedade ou do Estado, de omissão ou abuso da família, do curador ou da entidade de atendimento ou, ainda, de sua condição pessoal.

Indicadores

- Nº de famílias acompanhadas no CREAS por técnico.

12. Programa de Gestão de Desenvolvimento, Assistência Social e Direitos Humanos



Diagnóstico do programa

A Coordenação da Política de Assistência Social, cumpre o papel de planejar e coordenar as ações viabilizando a articulação entre programas, projetos, serviços e benefícios para a população.

O Programa de Direitos Humanos visa à proteção do direito à vida e à integridade física dos indivíduos, à liberdade e à igualdade perante a lei, com o fomento de uma cultura de direitos humanos.

Objetivo do programa

Melhorar a qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados à população em situação de vulnerabilidade e risco social. Planejar, gerir, monitorar e avaliar a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município, visando sua consolidação como estratégia organizada da Política de Assistência Social ampliando seu acesso e conhecimento por parte da população.

Viabilizar o aprimoramento e estrutura da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito do município, viabilizar a capacitação dos Conselheiros Municipais de Assistência Social e garantir a implementação da Vigilância Socioassistencial, visando atender o Pacto de Aprimoramento do SUAS.

Transferir recursos financeiros públicos, através de parceria, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014, às organizações da sociedade civil que prestem serviços da Política de Assistência Social tipificados.

Tutelar os Direitos Humanos em âmbito municipal e subsidiar e direcionar as ações governamentais neste sentido, a partir de normativas, programas, projetos, dentre outros instrumentos.

Indicadores

- Número de famílias beneficiadas deferimento dos benefícios eventuais (cartão cesta, agricultura, natalidade).
- Nº de famílias acompanhadas no CREAS por técnico.

13. Programa de Gestão da Educação



Diagnóstico do programa

Coordenação da execução da política educacional e pedagógica do Município, visando à garantia do direito ao acesso, permanência e aprendizagem na educação básica e ao cumprimento dos preceitos e princípios constitucionais.

Objetivo do programa

Formular e definir ações para implementação das diretrizes da Política Educacional do Município, integrando a Educação com outras políticas municipais e com instituições da sociedade civil.

Indicadores

- Taxa de frequência escolar das crianças atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social;
- Taxa de acesso à creche e escola das crianças das famílias atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social;
- Percentual de escolas com cardápio adequado nutricionalmente;
- IDEB - anos finais;
- IDEB - anos iniciais;
- Taxa de evasão escolar no ensino fundamental;
- Percentual de alunos com desempenho adequado nas avaliações nacionais;
- Ampliação do número de escolas com oferta de vagas em tempo integral;

14. Programa de Ensino Fundamental



Diagnóstico do programa

Universalização do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Educação, consolidando programas, projetos e outras ações que visem o fortalecimento de uma educação de qualidade social, ampliando e qualificando a Política de Educação Integral.

Objetivo do programa

Criar vagas na Educação Fundamental para ampliação do atendimento. Implantar um Plano de Trabalho Pedagógico Integrado para o atendimento da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental com intuito de aproximar as propostas pedagógicas e dar continuidade ao percurso da aprendizagem destas crianças, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular.

Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino fundamental, por meio do provimento adequado de infraestrutura física, serviços e abastecimento de material de consumo, capacitação de servidores, dentre outros.

Alcançar as metas estabelecidas pelos indicadores da educação.

Indicadores

- Percentual de alunos do Ensino Fundamental com Proficiência Média;
- Percentual de escolas com salas de leitura e laboratórios;
- Número de bolsas e auxílios concedidos anualmente.

15. Programa de Educação Infantil

Diagnóstico do programa



Universalização da oferta de Ensino Infantil no Município com qualidade.

Objetivo do programa

Criar vagas na Educação Infantil para ampliação do atendimento. Implantar um Plano de Trabalho Pedagógico Integrado para o atendimento da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental com intuito de aproximar as propostas pedagógicas e dar continuidade ao percurso da aprendizagem destas crianças, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular.

Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino infantil por meio do provimento adequado de infraestrutura física, serviços e abastecimento de material de consumo, capacitação de servidores, dentre outros.

Alcançar as metas estabelecidas pelos indicadores da educação.

Indicadores

- Percentual de atendimento da demanda da Educação Infantil de 0 a 3 anos;
- Percentual de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola;
- Percentual de profissionais da educação infantil capacitados;
- Percentual de unidades de educação infantil com infraestrutura adequada.

16. Programa de Apoio ao Ensino Médio

Diagnóstico do programa



Apoio as ações do Ensino Médio no Município que promovam a qualidade aos alunos.

Objetivo do programa

Apoiar o desenvolvimento do ensino médio visando aumentar a oferta e acessibilidade do mesmo a população de Itabirito. Fomentar a inovação e promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

17. Programa de Educação de Jovens e Adultos

Diagnóstico do programa



Universalização da oferta da Educação de Jovens e Adultos no Município com qualidade.

Objetivo do programa

Promover uma educação de qualidade e que contribua para a permanência e aprendizagem dos estudantes da EJA, criando estratégias e meios com vistas a

diminuir a evasão escolar e assegurar a ampliação ao direito à educação a todos os cidadãos.

Indicadores

- Percentual de professores da EJA capacitados;
- Percentual de evasão nas turmas de EJA.

18. Programa de Educação Especial

Diagnóstico do programa

Universalização da oferta da Educação Especial no Município com qualidade para que os alunos que por deficiência física, motora ou mental, ou por problemas cognitivos e de aprendizagem, não conseguem acompanhar o ensino regular e por isso precisam ter uma Educação Especial, sendo inseridos nas necessidades educativas especiais.



Objetivo do programa

Oferecer diferentes alternativas de atendimento ao aluno com deficiência, tendo em vista sua inclusão social e promover sistematicamente uma política de Educação Inclusiva que considere as diversidades e as condições de equidade, na promoção da cidadania nos ambientes de convivência escolar.

Indicadores

- Percentual de professores capacitados em inclusão e diversidade;
- Percentual de alunos com deficiência atendidos no AEE;
- Percentual de escolas com acessibilidade física e pedagógica;
- Percentual de monitores qualificados para AEE - Atendimento Educacional Especializado;
- Percentual de escolas com acessibilidade universal.

19. Programa de Previdência da Educação

Diagnóstico do programa

Manutenção da obrigação patronal previdenciária da Educação.

Objetivo do programa

Manter o pagamento da obrigação patronal previdenciária dos servidores Municipais da área de Educação.



20. Programa de Gestão de Transporte Escolar

Diagnóstico do programa

Planejamento, coordenação e execução do gerenciamento e da manutenção da frota educacional do município.



Objetivo do programa

Promover a contínua melhoria dos serviços de Transportes Educacional da Prefeitura de Itabirito.

Gerir a Frota de Veículos Educacionais.

Coordenar a oferta do serviço de transporte escolar.

21. Programa de Desenvolvimento e Democratização do Desporto, do Lazer e da Promoção da Saúde**Diagnóstico do programa**

Planejamento, direção, execução, controle, avaliação e monitoramento das atividades setoriais a cargo do Município que visem ao desenvolvimento social, por meio de ações relacionadas aos esportes e ao lazer, com implantação de políticas de valorização da memória e história do esporte no município.

Objetivo do programa

Fomentar o acesso à prática esportiva educacional, de participação, de rendimento e de lazer, visando a promoção da saúde, a redução das desigualdades sociais e a democratização da prática das atividades esportivas e de lazer.

Indicadores

- Proporção de vagas ocupadas em relação às vagas disponíveis nas atividades da Escola de Esportes e do Programa Movimento;
- Quantidade de eventos realizados pela SEMEL conforme o calendário unificado da Prefeitura;
- Controle da eficiência operacional dos espaços esportivos e de lazer.

22. Programa de Gestão Tributária e Eficiente**Diagnóstico do programa**

As leis do direito financeiro exigem eficiência do ente federativo na cobrança dos seus próprios tributos.

Objetivo do programa

Promover o fomento da arrecadação própria em ao menos o dobro da inflação de cada ano de vigência do PPAG, analisando pelos valores constantes sem a elevação da carga tributária com foco na economicidade de forma consciente, valorizando o servidor público, modernizando a gestão.

Ampliar a capacidade de investimento da administração pública.

Indicadores

- Aumento real da arrecadação tributária;
- Autonomia fiscal;
- Capacidade de investir (EBTIDA) ;
- Investimento público;
- Receita Corrente Líquida;
- Aumentar a arrecadação de ISSQN.

23. Programa de Gestão Contábil e Financeira



Diagnóstico do programa

Planejamento, organização, direção, coordenação, execução, controle e avaliação da política pública e a administração fiscal, bem como a gestão dos recursos financeiros, as atividades contábeis relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial da administração direta e dos fundos municipais.

Controlar a captação e a renegociação de operações de crédito junto ao sistema financeiro e demais organismos financiadores.

Promover a melhoria dos serviços prestados à população, modernizando processos, capacitando o corpo técnico.

Objetivo do programa

Dar capacidade ao Município de fazer investimentos com eficiência e equilíbrio das contas do governo e ajuste fiscal. Valorização do servidor público, modernização dos processos, capacitação permanente.

Indicadores

- Aumento da Receita sem aumento de impostos;
- Arrecadação da Dívida Ativa.

24. Programa de Encargos Especiais



Diagnóstico do programa

Supervisão e execução dos procedimentos referentes às normas de finanças relativas à gestão fiscal e verificar o cumprimento das formalidades dos atos relacionados ao processamento e ao pagamento das despesas municipais.

Objetivo do programa

Manter o pagamento da dívida e encargos do Município. Engloba despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, portanto, uma agregação neutra.

Indicadores

- Percentual de imóveis atualizados no Cadastro Imobiliário;
- Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico - PJ e PF;
- Aumentar a Adimplência do IPTU;
- Capacitação Permanente da Equipe SMFTR.

25. Programa da Reserva de Contingência

Diagnóstico do programa

Coordenação e execução do passivo contingente e outros riscos imprevistos na Administração Pública.



Objetivo do programa

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

26. Programa de Apoio à Administração Pública

Diagnóstico do programa

Coordenação das atividades de apoio às Políticas de Governo e apoio técnico, logístico e operacional para funcionamento do Gabinete de Governo Municipal. Planejamento e coordenação dos órgãos e entidades do Poder Executivo com o objetivo de uma gestão compartilhada efetiva.



Relações Institucionais com promoção, projeção e posicionamento nacional e internacional de Itabirito, bem como o estabelecimento de atração de investimentos e implementação das ações do programa de Integridade em conjunto com a Controladoria Geral.

Objetivo do programa

Executar as ações e serviços de apoio e suporte de natureza política, técnico-administrativa, visando ao cumprimento das atribuições institucionais na execução das políticas públicas a cargo do Município.

Indicadores

- Participação do município em eventos nacionais e internacionais.

27. Programa de Gestão de Frotas

Diagnóstico do programa

Planejamento, coordenação e execução do gerenciamento e da manutenção da frota oficial do município.



Objetivo do programa

Promover a contínua melhoria dos serviços de Transportes da Prefeitura de Itabirito; Gerir a Frota de Veículos oficiais e alugados; coordenar a oferta do serviço de transporte escolar em parceria com a Secretaria de Educação.

Indicadores

- Índice de disponibilidade física de veículos e equipamentos – IDF.

28. Programa de Preservação e Conservação Ambiental

Diagnóstico do programa

Elaboração e implementação da Política Ambiental do Município, visando promover a proteção, a conservação e a melhoria da qualidade de vida da população, coordenando, elaborando e executando a política de recursos hídricos e de proteção e preservação da biodiversidade em âmbito municipal, em parceria com os comitês e subcomitês de bacias afetos ao Município.

Objetivo do programa

Formular, implementar e avaliar a política ambiental do município.

Exercer o controle sobre atividades desenvolvidas por empresas, órgãos públicos, outros tipos de organizações e pela população, que possam vir comprometer a sustentabilidade do meio ambiente e dos recursos naturais.

Conscientizar as empresas, órgãos públicos e instituições de ensino, outras organizações e a população, da necessidade de conservação e preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos de superfície e do subsolo.

Indicadores

- Quantidade de atendimentos do serviço de coleta de resíduos do Programa Mutirão de Combate à Dengue, Chikungunya e Zika Vírus;
- Número de ações desenvolvidas nas escolas. Abordando o Plano De Ação Climática e o Plano da Mata Atlântica como temas centrais dentro do programa de educação ambiental implantado;
- Percentual de corpos hídricos monitorados;
- Número de vistorias anuais em áreas de risco ambiental, áreas verdes e demais áreas sensíveis ambientalmente;
- Percentual de corpos hídricos monitorados que possam estar em desconformidade com indicadores de despoluição. de acordo com a meta 2034;
- Plano Municipal de Recursos Hídricos elaborado e em execução;
- Percentual das nascentes mapeadas e protegidas;
- Número de reuniões e ações integradas com comitês de bacias;
- Percentual das APPs restauradas e recuperadas;



- Áreas verdes com ações socioambientais dentro do programa redes que curam;
- Percentual de elaboração do Código Ambiental Municipal;
- Percentual de implantação do licenciamento online;
- Porcentagem de elaboração do Projeto de Instalação da Usina de Triagem e Compostagem no Aterro Sanitário;
- Peso da coleta seletiva;
- Percentual da população atendida com coleta seletiva;
- Empreitadas de manutenção (jardinagem, pintura e pequenos reparos) realizada em espaços públicos;
- Quantidade de solicitações formais atendidas de serviço de coleta de entulhos e outros resíduos;
- Gerenciamento e manutenção dos cercamentos das áreas verdes públicas;
- N° de instrumentos de incentivos a visitação do Parque Ecológico;
- Percentual de ações cumpridas, considerando Plano Municipal de e Resiliência Climática aprovado em 2023;
- Porcentagem do Projeto de Regularização de vazão do rio Itabirito;
- Número de cooperativas de catadores fortalecidas;
- Percentual das escolas municipais com programas de compostagem;
- N° de cursos de capacitação ofertados para os servidores da SEMAM (EAD ou presencial);
- N° de participantes nas atividades desenvolvidas do Centro de Educação Ambiental (CEA);
- Implantação de Unidades de Conservação;
- Adoção de ações que fomentem a redução de emissões relevantes de gases de efeito estufa;
- Plantio de mudas de árvores no município;
- Inventário de emissões de GEE elaborado e atualizado;
- Área total protegida /reflorestada em APPs hídricas;
- Volume investido em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- Número de unidades de conservação criadas e em funcionamento;
- Número de autos de infração e fiscalizações ambientais anuais;
- Redução de áreas com erosão crítica mapeadas (voçorocas). Percentual de focos erosivos os quais já deverão apresentar plano de recuperação em análise ou em execução.;
- Redução dos casos de ocupação irregular e desmatamento em encostas;
- Percentual de implantação de Banco de Sementes Nativas, para início de funcionamento.

29. Programa de Obras e Infraestrutura

Diagnóstico do programa



Implementação da Política governamental para o Plano de Obras e Infraestrutura do Município, bem como a relativa ao planejamento e à execução dos serviços de drenagem, iluminação, melhoria das vias, construção, reconstrução, conservação e manutenção dos prédios públicos, visando sempre à excelência do atendimento aos munícipes.

Diagnóstico do programa

Executar e fiscalizar obras que resultem na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e promover a constante manutenção e conservação dos prédios públicos.

Diagnóstico do programa

- Valor investido anualmente em obras de prevenção;
- Quilômetros de estradas vicinais recuperadas/com manutenção;
- Quilômetros de vias urbanas requalificadas ou recapeadas;
- Quantidade de CBUQ utilizados nas operações tapa-buraco no período;
- Obras Finalizadas x Planejadas;
- Percentual dos prédios públicos com acessibilidade universal.

30. Programa de Cultura, Arte e Patrimônio

Diagnóstico do programa



Planejamento, coordenação, controle e fomento das atividades culturais, por meio que valoriza as manifestações culturais que expressam a diversidade, preserva e valoriza o patrimônio cultural material e imaterial do município, promovendo a proteção cultural, turística e histórica.

Objetivo do programa

Fortalecer a institucionalidade da política cultural do município, com a implementação dos instrumentos institucionais faltantes que compõem o Sistema Municipal de Cultura.

Garantir continuidade e ampliar: o orçamento para a cultura; a oferta de cursos, áreas de atuação e atendimentos; o Fundo Municipal de Cultura e a Lei de Incentivo à Cultura do Município, adequando-os todos às demandas crescentes e à dinâmica da sociedade e do campo da cultura; ampliar e requalificar o conjunto de equipamentos culturais do município, adequando-os às demandas específicas de diversos segmentos e do cidadão itabiricense.

Descentralizar a política cultural para outras regiões do município.

Melhorar a divulgação, com uso de diversas mídias, visando à promoção, o debate público e o esclarecimento acerca das atividades culturais do Município.

Promover a diversidade cultural.

Promover a sensibilização e a capacitação dos gestores e dos grupos culturais.

Promover o investimento na pesquisa acerca da dinâmica da cultura, da história, da memória e do patrimônio, visando à criação e manutenção de base de dados, o apoio às políticas e ao desenvolvimento da economia da cultura.

Promover a proteção do patrimônio em suas múltiplas dimensões (Leis,

equipamentos, educação patrimonial ampliada, pesquisa, entre outros), promovendo o apoio ao intercâmbio artístico.

Criar mecanismos que promovam o acesso à fruição e ao consumo de bens culturais.

Indicadores

- Credenciamento Artístico (participação plural dos artistas locais nos eventos do município);
- Número de Ensaios da Casa de Cultura;
- Número de alunos (crianças, jovens e adultos) atendidos no Projeto de formação e capacitação cultural e artística do município;
- Número de atividades realizadas pelos Programas de Difusão Biblioteca e Leitura;
- Números de Escolas atingidas por ano dentro do Programa de Difusão Biblioteca e Leitura;
- Percentual de alunos atingidos por ano dentro do Programa Conhecendo Itabirito;
- Percentual de alunos atingidos por ano dentro do Programa Caminhando com o Pé na Estrada;
- Percentual de participantes atingidas por ano dentro do Programa Caminhadas na Natureza;
- Percentual de Empreendimentos envolvidos por ano dentro do Programa Caminhadas na Natureza;
- Percentual de bairros atendidos pelo Projeto de formação e capacitação cultural e artística do município;
- Posição do município no Programa ICMS Cultural;
- Número de bens protegidos e registrados no município;
- Percentual de cumprimento do plano de atualização dos inventários.

31. Programa de Turismo

Diagnóstico do programa



Planejamento, estruturação, organização, normalização, fiscalização e promoção do município como um destino turístico de qualidade, viabilizando o processo de desenvolvimento sustentável do turismo, visando o crescimento da atividade turística e o desenvolvimento econômico e social.

Objetivo do programa

Aprimorar a utilização dos patrimônios histórico, cultural e natural de Itabirito para o turismo, estruturando e diversificando a oferta turística do município, promovendo a qualificação da mão de obra e a integração da comunidade local, fortalecendo a gestão pública do setor e incentivando a pesquisa científica, de modo a ampliar a demanda, criar condições para geração de empregos e garantir infraestrutura adequada e eficiente para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Indicadores

- Percentual de prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastur;

32. Programa de Planejamento e Orçamento



Diagnóstico do programa

Articulação, coordenação e atualização do sistema municipal de planejamento e gestão, com a finalidade de assegurar a direcionalidade da gestão institucional e a eficiência e eficácia no cumprimento de objetivos e metas definidas pelo Poder Executivo.

Elaboração de estudos, pesquisas e diagnósticos de natureza econômica, necessários ao processo de planejamento.

Promoção e coordenação das Metas e Compromissos de Gestão em articulação com as secretarias municipais, com vistas a implementação de políticas públicas com desenvolvimento de novas tecnologias e inovação para melhorias dos serviços públicos, visando o cumprimento do planejamento estratégico do município e o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivos do programa

Consolidar um sistema municipal de planejamento e orçamento moderno, integrado e orientado por resultados, assegurando a direcionalidade da gestão institucional e a efetividade das políticas públicas.

Articular, coordenar e atualizar permanentemente os instrumentos de planejamento e gestão.

Elaborar estudos, pesquisas e diagnósticos de natureza econômica; e promover a cooperação intersetorial na definição e acompanhamento das Metas e Compromissos de Gestão.

Gerir de forma eficiente o processo orçamentário municipal por meio do PPAG, LDO e LOA, assegurando o acompanhamento e a avaliação do orçamento da Prefeitura Municipal de Itabirito sob os aspectos gerencial, legal, escritural e social.

Apoiar e coordenar a Junta Orçamentária e Financeira nas tomadas de decisões, estabelecer diretrizes para o orçamento temático e acompanhar as metas do Observatório de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo maior transparência, inovação e sustentabilidade na gestão pública.

Indicadores

- Índice de aplicação dos recursos públicos das emendas impositivas vinculadas as políticas públicas;
- Índice de eficiência da gestão por meio da execução das Metas e compromissos vinculados ao Plano de Governo;

- Índice de utilização do percentual de suplementação;
- Cumprimento do Plano de Governo vinculado as ODS.

33. Programa de Serviços Urbanos

Diagnóstico do programa



Coordenação, articulação, regulação, regularização urbana e fundiária, fiscalização e execução das políticas de planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável e para o cumprimento da função social da propriedade, considerando as normas e regulamentos do Plano Diretor.

Prestar serviços urbanos necessários para se ter uma cidade adequada e sustentável com a limpeza de logradouros públicos, preservação de praças e jardins contribuindo para a higiene e saúde, melhoria do aspecto visual e incentivo ao uso dos logradouros públicos pela população.

Objetivo do programa

Programar, organizar, orientar, administrar, executar e controlar as atividades de elaboração e deliberação de projetos arquitetônicos necessários à execução de obras e serviços públicos. Nortear e controlar as intervenções particulares no âmbito da urbanização considerando as normas e regulamentos vigentes do Plano Diretor.

Garantir a continuidade dos serviços urbanos prestados à população, tais como manter a cidade limpa, por meio da preservação e conservação de logradouros públicos.

Indicadores

- Índice de atendimento das solicitações formais de fiscalização;
- Ampliação e revisão dos instrumentos e Legislações Municipais vinculadas à Política Urbana e Habitação;
- Percentual de Projetos Arquitetônicos Institucionais Elaborados;
- Mapeamento das áreas com potencial para regularização fundiária e/ou instauração de novos processos de Reurb-s no município.

34. Programa de Habitação

Diagnóstico do programa



Organização, coordenação e implementação das políticas, projetos, programas e ações de amparo e proteção à criança e ao adolescente, à mulher e ao idoso, de habitação e moradia, exceto a melhoria habitacional e doação de material a cargo da Proteção Social Básica.

Objetivo do programa

Reduzir o déficit habitacional, com ênfase na promoção do acesso às moradias seguras, dignas e regularizadas para famílias de baixa renda.

Viabilizar o acesso ao pré cadastro de famílias para habitação de interesse social.

Indicadores

- Ampliação e revisão dos instrumentos e Legislações Municipais vinculadas à Política Urbana e Habitação;
- Redução do número referente ao déficit habitacional diagnosticado no PLHIS;

35. Administração do Saneamento Básico Municipal



Diagnóstico do programa

A Administração do SAAE agrega função gerencial relacionada à definição de metas para o futuro desempenho organizacional e a decisão sobre tarefas e recursos necessários para alcançá-las; define os procedimentos para a contratação de pessoal, compra de bens e serviços; satisfaz as demandas dos cidadãos e das partes operacionais dos sistemas de saneamento em busca de garantir seu funcionamento; controla e organiza agrupamento de tarefas em departamentos e alocação de recursos para os departamentos, lidera a função administrativa que envolve o uso de influência para motivar os empregados para atingir as metas da organização; Trabalha a favor do interesse público, e dos direitos e interesses dos cidadãos relacionados aos seguimentos do saneamento. Com o aumento no atendimento de novos eixos do saneamento, há necessidade de contratação de servidores, ampliação e construção de novas unidades, implantação de um posto de atendimento avançado na URBE DU BR 040 para melhoria das condições de trabalho dos servidores e atendimento ao público em geral.

Objetivo do programa

Manter e melhorar a estrutura administrativa do SAAE.

Indicadores

- Índices de satisfação dos clientes externo.

36. Sistemas de Saneamento Básico Rural



Diagnóstico do programa

O abastecimento de água nos distritos é realizado, quase que na sua totalidade, através de captação subterrânea. A água é captada no subsolo e bombeada para reservatórios, a seguir passa por um sistema de desinfecção e, posteriormente, é distribuída para a população. Somente o distrito de Acuruí conta com captação superficial e sistema de tratamento convencional, reservatórios e distribuição. Novos sistemas de abastecimento de água deverão ser construídos visando o aumento da cobertura do abastecimento de água nas localidades. Os distritos não contam com sistema de esgotamento sanitário coletivo. Os efluentes gerados são encaminhados, em sua maioria, para fossas negras, que não proporcionam o correto tratamento do esgoto proveniente das residências. Apenas uma pequena quantidade de casas

possui fossa séptica. Será necessário a implantação de sistemas de esgotamento adequados, para tal deverão ser construídas redes coletoras e estações de tratamento de esgoto. Nos distritos não existem dispositivos de drenagem de águas pluviais para realizar a drenagem urbana nas localidades, em todas elas existe a necessidade de diagnóstico da atual situação para definição e implantação de dispositivos que colem e encaminhem a água da chuva sem causar problemas às estradas e aos moradores do distrito.

Objetivo do programa

Atingir e manter a universalização do abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais nas áreas rurais.

Indicadores

- Índice de Atendimento Total de Água;
- Índice de Atendimento Total de Esgoto Referido aos Municípios Atendidos com Água;
- Índice de Atendimento Total de Drenagem Referido a Área Urbana do Município.

37. Sistemas de Saneamento Básico Urbano



Diagnóstico do programa

O sistema de abastecimento de água do município de Itabirito possui uma estação de tratamento de água na sede, uma unidade de tratamento de água na URBE – DU BR040, unidades de reservação, adutoras, estações elevatórias e malha de distribuição. O SAAE atende a 99,98% da população, no entanto, o sistema de abastecimento de água de Itabirito encontra-se em sua capacidade limite, necessitando da implantação de novos sistemas de captação, tratamento, elevação, adução, reservação e distribuição para garantir o abastecimento de água futuro para a população urbana. O SAAE de Itabirito possui sistema de coleta para aproximadamente 87% da população da sede, sendo que a estação de tratamento de esgoto de Itabirito, projetada para tratar 60% do esgoto gerado na sede, está operando próximo do seu limite, tratando cerca de 58% do esgoto coletado. No núcleo urbano URBE – DU BR040, com grande potencial de crescimento populacional, não existe sistemas de coleta e tratamento do esgoto, as residências utilizam sistemas estáticos de tratamento (fossas). É essencial a instalação de novas redes para afastamentos dos esgotos visando a ampliação dos índices de coleta, assim como trechos de interceptores, sistemas de elevação e ampliação da Estação de Tratamento para a correta destinação dos efluentes da sede. O SAAE de Itabirito não conta com plano de manutenção e ampliação das redes de coleta de águas pluviais, os serviços de limpeza e desobstrução das redes são executados conforme a demanda. Sendo assim, o sistema possui diversas áreas caracterizadas pelo extravasamento das redes em função do subdimensionamento e de sua obstrução, ocasionada pelo arraste de detritos, terra e lixo para seu interior. Pode-se citar, da mesma forma, a quantidade de efluentes domésticos que são lançados nas redes de drenagem de Itabirito, pois ainda não foram instalados todos os interceptores que direcionariam o esgoto gerado para o tratamento na ETE. Desta forma se faz necessário considerar que ainda existem domicílios da cidade que não estão ligados às redes coletoras de esgoto, lançando os efluentes na rede de drenagem. Há a necessidade de se eliminar as interferências

das redes de drenagem e das redes de esgoto.

Objetivo do programa

Atingir e manter a universalização do abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais nas sedes urbanas

Indicadores

- Índice de Atendimento Total de Água;
- Índice de Atendimento Total de Esgoto Referido aos Municípios Atendidos com Água;
- Índice de Atendimento Total de Drenagem Referido a Área Urbana do Município.

38. Plano de Proteção, Conservação e Controle Ambiental



Diagnóstico do programa

As captações de água superficiais e subterrâneas estão situadas em áreas bem preservadas e monitoradas pela autarquia e as obras de saneamento, assim como as manutenções, são sempre realizadas após licenciamentos ambientais prévios, buscando sustentabilidade. Para manter o equilíbrio ambiental, faz-se necessária a conservação das áreas de preservação existentes e a recuperação das áreas degradadas, principalmente aquelas que se situam no entorno das captações para a manutenção da recarga hídrica, além de evitar o carreamento de material, deslizamento de terra e contaminação dos cursos d'água. Desta forma, prevê-se ações de preservação, conservação e recuperação das áreas de influência no saneamento.

Objetivo do programa

Preservar e recuperar áreas de influência ao Saneamento.

Indicadores

- Percentual de esgoto tratado no município;
- Redução dos pontos de lançamento irregular de esgoto;
- Redução das perdas de água na rede de distribuição.

39. Programa de Reserva de Contingência da Autarquia



Diagnóstico do programa

Coordenação e execução do passivo contingente e outros riscos imprevistos na Autarquia.

Objetivo do programa

Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

40. Programa de Atenção Básica

Diagnóstico do programa



Promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e cuidados paliativos, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território, sendo a principal porta de entrada e centro de comunicação das Redes de Atenção à Saúde - RAS, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.

Objetivo do programa

Promover o cuidado integral na Atenção Primária à Saúde de forma humanizada, oportuna, resolutiva, preventiva, segura, de qualidade, fortalecendo a estratégia de Saúde da Família e assegurando ao usuário o acesso universal, equânime e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS.

Indicadores

- Prevalência de crianças menores de 5 anos com desnutrição;
- Percentual de gestantes em acompanhamento nutricional regular;
- Número de gestantes acompanhadas com pré-natal completo;
- Taxa de mortalidade materna;
- Número de capacitações realizadas com profissionais;
- Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica;
- Taxa de mortalidade neonatal;
- Percentual de crianças com calendário vacinal completo;
- Taxa de detecção de tuberculose;
- Percentual de acompanhamento das pessoas vivendo com HIV/AIDS;
- Índice de infestação do Aedes aegypti;
- Proporção de obesidade na população em adultos;
- Percentual de pessoas com hipertensão ou diabetes em acompanhamento regular;
- Número de pessoas atendidas pelos grupos de tabagismo;
- Número de pessoas atendidas em grupos de apoio à dependência química;
- Número de capacitações para servidores municipais da saúde mental;
- Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas;
- Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos;
- Proporção de consultas de média e alta complexidade por habitante.

41. Programa de Especialidades Médicas

Diagnóstico do programa



Oferta de ações e serviços especializados de média e alta complexidade na atenção secundária e terciária, a fim de fomentar a continuidade da assistência, com uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, por meio das redes de atenção à saúde buscando a integralidade no atendimento e a ampliação do acesso.

Objetivo do programa

Ampliar a cobertura assistencial. Implantação do Modelo de Atendimento Rápido na UPA24h, implantação da gestão da qualidade e segurança do paciente.

Melhoria da infraestrutura da unidade.

Assumir as responsabilidades da habilitação da gestão plena dos serviços de média e alta complexidade relativas à seleção, contratação, cadastramento, estabelecimento de contratos, regulação, controle e avaliação, com a implementação de Unidades de Terapia Intensiva - UTI. Transferir recursos para os consórcios públicos para prestação de serviços na área de saúde visando a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a implementação do serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU.

Facilitar e garantir o acesso e a oferta de tecnologia de maior complexidade regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades eficiência, eficácia efetividade e qualidade técnico científico.

Regular o acesso da população referenciada garantindo o atendimento ambulatorial e hospitalar na rede do SUS e também controlar e avaliar as ações do SUS.

Indicadores

- Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante.

42. Programa de Suporte Profilático e Terapêutico

Diagnóstico do programa



Universalização da assistência farmacêutica, fazendo com que as farmácias do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam reconhecidas como estabelecimento de saúde de referência na prestação de serviços farmacêuticos para a população, com consequente melhoria do acesso, uso racional dos medicamentos, bem como maior integração com os outros serviços da rede de atenção à saúde. O acesso aos medicamentos é essencial para a efetivação do direito a saúde, sem terapia medicamentosa, os agravos de saúde podem evoluir, levando à necessidade de procedimentos terapêuticos mais complexos, ou mesmo, ocasionar óbitos evitáveis.

Objetivo do programa

Universalização da assistência farmacêutica, fazendo com que as farmácias do Sistema Único de Saúde (SUS) sejam reconhecidas como estabelecimento de saúde de referência na prestação de serviços farmacêuticos para a população, com consequente melhoria do acesso, uso racional dos medicamentos, bem como maior integração com os outros serviços da rede de atenção à saúde. O acesso aos medicamentos é essencial para a efetivação do direito a saúde, sem terapia medicamentosa, os agravos de saúde podem evoluir, levando à necessidade de procedimentos terapêuticos mais complexos, ou mesmo, ocasionar óbitos evitáveis.

43. Programa de Vigilância em Saúde



Diagnóstico do programa

Promoção, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, constituindo-se em espaço de articulação de conhecimentos e técnicas e o desenvolvimento de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços do interesse da saúde.

Objetivo do programa

Desenvolver a análise permanente da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações que visam o controle de determinantes, riscos e danos à saúde das populações que vivem nos territórios sanitários, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde, bem como realizar monitoramento sistemático do estado de saúde no território tendo como estratégia prioritária a efetivação das ações de Vigilância em Saúde no Município.

Indicadores

- Taxa de mortalidade.

44. Programa de Gestão em Saúde



Diagnóstico do programa

Coordenação e desenvolvimento das atividades referentes à normatização, planejamento, avaliação de resultados, planos, projetos, programas e ações de saúde nas áreas de promoção, assistência à saúde coletiva, participação popular, controle social gerindo a administração na conformidade com o Sistema Único de Saúde - SUS no âmbito do Município de Itabirito. Parceria com o Estado visando a implementação do Instituto Médico Legal no Município de Itabirito.

Diagnóstico do programa

Promover a gestão da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA/Sistema Único de Saúde - SUS-Itabirito com a estruturação dos seus recursos disponíveis para garantir que a mesma se configure num processo dinâmico, eficiente, participativo e integrado com as políticas do Sistema Único de Saúde e com as necessidades da sociedade Itabirentense, bem como atender as demandas encaminhadas em tempo hábil por meio do Sistema Ouvidor SUS referentes aos serviços ofertados e instituições, prestadoras de serviço do SUS do Município. Implementação da gestão de custos.

Indicadores

- Prevalência de Diabetes Mellitus;
- Número de estabelecimentos fiscalizados por ano;
- Redução da prevalência de fumantes na população;

- Número de escolas com ações de prevenção ao tabaco;
- Cobertura vacinal para crianças < 2 anos para vacinas Pentavalente (3ª dose), pneumocócica 10-Valente (2ª), Poliomielite (3ª) e Tríplice Viral (1ª);
- Garantir a completa informatização das ações e serviços de saúde.

45. Programa de Previdência da Saúde

Diagnóstico do programa



Manutenção da obrigação patronal previdenciária da Saúde.

Diagnóstico do programa

Manter o pagamento da obrigação patronal previdenciária dos servidores Municipais da área de Saúde.

46. Programa de Segurança Pública e Trânsito

Diagnóstico do programa



Planejamento, coordenação e execução das políticas municipais de segurança, prevenção e mobilidade urbana. Integração do poder público municipal com os órgãos de segurança de outros níveis federativos que atuem no Município.

Objetivo do programa

Planejar, coordenar e executar as políticas municipais de segurança, prevenção e mobilidade urbana.

Indicadores

- Percentual de áreas de risco mapeadas;
- Número de famílias vulneráveis inseridas no sistema de alerta;
- Percentual de comunidades com plano de contingência ativo;
- Tempo médio de resposta a emergências;
- Total de acidentes de trânsito;
- Número de campanhas de trânsito anuais realizadas;
- Número de escolas com ações educativas sobre trânsito;
- Total de atividades preventivas da Guarda Municipal;
- Percentual de atendimento da Guarda Municipal a solicitações;
- Total de reclamações em relação transporte coletivo;
- Percentual de atendimento a solicitações referentes a vistorias da Defesa Civil;
- Total de ocorrências de danos ao patrimônio público;
- Total de furtos ao patrimônio público;
- Total de roubos ao patrimônio público;
- Percentual de atendimento da Brigada a solicitações;
- Aumento dos recursos investidos em prevenção de desastres;
- Percentual de bairros monitorados com ações preventivas;
- Índice de Campanhas de Proteção da Defesa Civil nas escolas;
- Número de campanhas de desarmamento e combate ao tráfico realizadas;

- Número de campanhas contra o uso de linhas cortantes.

47. Programa de Gestão do Bolsa Família - CadÚnico



Diagnóstico do programa

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica da população, sendo o mesmo utilizado para a seleção de beneficiários e integração em serviços e programas sociais dos governos federal, estadual e municipal.

Objetivo do programa

O objetivo do Cadastro Único para Programas Sociais é o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias de baixa renda, garantindo a seleção de forma qualificada para esse público ter o acesso serviços e políticas públicas.

Indicadores

- Número de famílias inscrita cadastradas no CadÚnico;
- Quantidade de benefícios sociais deferidos (BPC e bolsa família),

7. INDICADORES DO PPAG 2026-2029

A adoção de indicadores e a definição de metas para os programas previstos no Plano Plurianual Governamental (PPAG) constituem instrumentos essenciais para a boa governança pública, pois possibilitam o acompanhamento sistemático das ações governamentais e a aferição de seus resultados concretos ao longo do tempo.

A mensuração por meio de indicadores garante maior transparência na execução das políticas públicas, permitindo à sociedade, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle avaliar de forma objetiva a efetividade das iniciativas implementadas pelo Executivo. Além disso, possibilita a correção de eventuais desvios de percurso, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente e orientada para resultados.

O estabelecimento de metas anuais promove o alinhamento entre planejamento e execução, conferindo clareza sobre os objetivos a serem alcançados em cada exercício e fortalecendo o processo de monitoramento e avaliação. Essa prática contribui para o aprimoramento contínuo da gestão pública, assegurando que os programas não se limitem a intenções declaradas, mas avancem em direção a entregas concretas que impactem positivamente a vida da população.

Dessa forma, a vinculação dos programas do PPAG a indicadores e metas se revela medida imprescindível para consolidar uma gestão pública orientada por resultados, reforçar a eficiência administrativa e ampliar a confiança da sociedade nas instituições públicas.



Área	Programa do PPAG	Descrição do Programa do PPAG	ODS	Indicador	Unidade de Medida	Periodicidade de Atualização	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	8	Número de jovens contratados como aprendiz ou estagiário	Decimal	Anual	95%	97%	97%	100%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	9	Número de pontos públicos de Wi-Fi gratuito instalados	Percentual	Anual	80%	90%	95%	100%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	10	Percentual de compras públicas realizadas com fornecedores locais	Percentual	Anual	10%	10%	10%	10%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	16	Disponibilidade dos serviços e aplicação voltados ao cidadão	Percentual	Anual	70%	80%	90%	100%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	16	Disponibilidade dos serviços e aplicação voltados ao servidor público	Percentual	Anual	90%	92%	95%	100%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	8	número de servidores homenageados anualmente no evento Prata da Casa	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	8	percentual de demandas atendidas de cargos e servidores (concurso + PSP ACE e ACS)	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	4	número de horas de capacitações ofertadas	Percentual	Anual	50%	60%	80%	100%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	4	número de formações realizadas para servidores da superintendência de Gestão Estratégica de Pessoas	Percentual	Anual	60%	80%	100%	100%
Secretaria Municipal de Administração	0422	Programa de Administração Geral	3	número de EPIs distribuídos aos servidores	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Nº eventos Dia de Campo realizado	Unidade	Anual	1	1	1	1
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Percentual de produtores capacitados em práticas sustentáveis	Percentual	Semestral	10%	10%	20%	20%
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Área de produção agrícola utilizando técnicas agroecológicas/controlado integrado de pragas e doenças.	Percentual	Semestral	5%	10%	15%	20%
Secretaria Municipal de Agronegócio e	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento	2	Número de produtores beneficiados por incentivos para práticas sustentáveis	Unidade	Semestral	50	100	150	200



Desenvolvimento Rural		Sustentável do Agronegócio								
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2002	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Número de variedades crioulas utilizadas no município/PANCs.	Unidade	Semestral	9	10	11	12
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2004	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Realização anual da Feira de Troca de Sementes	Unidade	Anual	1	1	1	1
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2005	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Parcerias com instituições de pesquisa e ensino	Nº de Instituições	Semestral	1	2	4	5
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Nº de cursos de capacitação oferecidos aos produtores, técnicos e público urbano.	Unidade	Mensal	12	12	12	12
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Percentual de produtores atendidos pela patrulha agrícola mecanizada	Percentual	Semestral	90%	90%	90%	90%
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2005	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	2	Número de feiras municipais ativas	Unidade	Semestral	2	2	2	2
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	3	Índice de conversão de vacinação de brucelose inadimplente	Percentual	Semestral	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2005	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	11	Total de mudas frutíferas, ornamentais e nativas distribuídas anualmente	Unidade	Anual	8000	8000	8000	8000
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2005	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	11	Volume de adubo distribuído para agricultura familiar	Quilos	Trimestral	2000	5000	5000	5000
Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2005	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	12	Total de análises de solos realizadas	Unidade	Mensal	80	100	100	100



Secretaria Municipal de Agronegócio e Desenvolvimento Rural	2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	15	Total de mudas de hortaliças distribuídas anualmente	Unidade	Anual	116.891	150.000	150.000	150.000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	0801	Programa de Desenvolvimento e Assistência Proteção Básica	1	Nº de equipamentos para atendimentos as demandas de assistência social construídos / reformados / ampliados	Unidade	Anual	1	1	1	-
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	0801	Programa de Desenvolvimento e Assistência Proteção Básica	1	Número de famílias acompanhadas pelo técnico mensalmente nos CRAS.	Unidade	Mensal	160	150	120	100
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	0801	Programa de Desenvolvimento e Assistência Proteção Básica	1	Nº de famílias acompanhadas no CREAS por técnico	Unidade	Mensal	90	65	80	75
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	0801	Programa de Desenvolvimento e Assistência Proteção Básica	1	Número de famílias inscrita cadastradas no CadÚnico	Unidade	Anual	5000	5500	6000	6500
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	0801	Programa de Desenvolvimento e Assistência Proteção Básica	12	Número de famílias beneficiadas deferimento dos benefícios eventuais (cartão cesta, agricultura, natalidade)	Unidade	Anual	10000	9000	8500	8000
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	0801	Programa de Desenvolvimento e Assistência Proteção Básica	1	Quantidade de benefícios sociais deferidos (BPC e bolsa família)	Unidade	Anual	5500	6000	6500	7000
Secretaria Municipal de Comunicação	0431	Programa de Comunicação Social	16	Nº de visualizações de páginas no site da PMI	Nº absolutos	Mensal	200000	225000	250000	275000
Secretaria Municipal de Comunicação	0431	Programa de Comunicação Social	16	Índice de envio de releases à imprensa	Nº absolutos	Mensal	20	25	30	35
Secretaria Municipal de Comunicação	0431	Programa de Comunicação Social	16	Taxa de resposta das redes sociais (Instagram)	Percentual	Mensal	50,00%	60,00%	70,00%	80,00%
Secretaria Municipal de Comunicação	0431	Programa de Comunicação Social	16	Alcance nas redes sociais (Instagram)	Nº absolutos	Mensal	111825	117416	123287	129451
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Realizar a Semana Municipal da Integridade, Transparência e Combate a Corrupção	Unidade	Anual	1	1	1	1
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Nota do município no PNTP (Programa Nacional de Transparência Pública)	Unidade	Anual	Prata	Ouro	Ouro	Diamante



Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Índice de satisfação com o atendimento da Ouvidoria Municipal	Percentual	Mensal	60%	70%	80%	85%
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Índice de resolubilidade das manifestações	Percentual	Anual	60%	65%	70%	75%
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Média do tempo de resposta das manifestações	Dias	Anual	40	35	30	30
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Horas dedicadas a capacitação profissional da CTGM	Horas	Anual	20	30	40	50
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Percentual de implementação do Plano de Ação do Programa de Integridade	Percentual	Anual	10%	25%	50%	70%
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Índice de atendimento às orientações recebidas dos órgãos de controle externos (PNCP- Programa Nacional de Combate a Corrupção)	Percentual	Anual	30%	40%	50%	60%
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Elevar o Grau de maturidade das auditorias internas e aprimorar os processos internos para aumentar eficiência e qualidade dos trabalhos	Percentual	Anual	Índice atingimento KPA'S para Certificação Nível II- 100%	Índice atingimento KPA'S para Certificação Nível III- 20%	Índice de atingimento KPA'S para Certificação Nível III- 40%	Índice de atingimento KPA'S para Certificação Nível III- 60%
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Aumentar a efetividade da atividade de auditoria interna	Percentual	Anual	50%	55%	60%	65%
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Atuação com uso de tecnologias inovadoras	Percentual	Anual	1	2	3	4
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Estabelecer parcerias estratégicas com órgãos de controle	Unidade	Anual	2	3	3	4
Controladoria Geral do Município	0424	Programa de Controle Geral, Auditoria e Transparência	16	Fomentar o papel pedagógico e a conscientização por meio do projeto "Diálogo com a Controladoria"	Unidade	Anual	2	3	4	5
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	1	Credenciamento Artístico (participação plural dos artistas locais nos eventos do município)	Unidade	Anual	80	80	80	80



Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	1	Número de Ensaios da Casa de Cultura	Unidade	Anual	-	10	15	20
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	4	Número de alunos (crianças, jovens e adultos) atendidos no Projeto de formação e capacitação cultural e artística do município	Unidade	Anual	300	400	450	500
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	4	Número de atividades realizadas pelos Programas de Difusão Biblioteca e Leitura	Unidade	Anual	6	9	9	9
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	4	Números de Escolas atingidas por ano dentro do Programa de Difusão Biblioteca e Leitura	Unidade	Anual	31	31	31	31
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	4	Percentual de alunos atingidos por ano dentro do Programa Conhecendo Itabirito	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	4	Percentual de alunos atingidos por ano dentro do Programa Caminhando com o Pé na Estrada	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	4	Percentual de participantes atingidas por ano dentro do Programa Caminhadas na Natureza	Percentual	Anual	40%	20%	20%	20%
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	4	Percentual de Empreendimentos envolvidos por ano dentro do Programa Caminhadas na Natureza	Unidade	Anual	65%	15%	10%	10%
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	8	Percentual de prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastur	Percentual	Anual	40%	20%	20%	20%
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	8	Percentual de bairros atendidos pelo Projeto de formação e capacitação cultural e artística do município	Percentual	Anual	60%	10%	10%	10%
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	10	Posição do município no Programa ICMS Cultural	Posição ranking	Anual	11º	11º	11º	11º
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	11	Número de bens protegidos e registrados no município	Unidade	Anual	32	33	34	35
Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo	1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio	11	Percentual de cumprimento do plano de atualização dos inventários	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	1	Número de famílias atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social incluídas em programas de capacitação e emprego	Unidade	Anual	50 famílias capacitadas por ano	55 famílias capacitadas por ano	61 famílias capacitadas por ano	67 famílias capacitadas por ano
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	1	Taxa de crescimento de formalização pequenos negócios (MEI) no município	Percentual	Anual	5%	5%	5%	5%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	4	Número de participantes em formações para qualificação profissional e inclusão produtiva no município	Unidade	Anual	480	510	530	550
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	4	Taxa de empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos	Percentual	Anual	50%	55%	60%	65%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	4	Taxa de formalização de novos negócios do total de participantes dos cursos da Sala do Empreendedor / SENAI / SEBRAE	Percentual	Anual	50%	55%	60%	65%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	5	Investimento per capita em cursos técnicos e de qualificação	Valor	Anual	R\$ 2.000,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.420,00	R\$ 2.662,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	8	Taxa de crescimento do PIB per capita	Percentual	Anual	3,25%	3,25%	3,25%	3,25%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	8	Percentual de novos negócios formalizados	Percentual	Anual	9%	8%	9%	10%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	8	Número de startups ou negócios inovadores apoiados pelo HUB de Inovação	Unidade	Anual	25	30	35	40
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	8	Taxa de crescimento das vagas ofertadas pelo SINE	Percentual	Anual	-	4%	5%	6%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	8	Taxa de novos empréstimos concedidos do FUNDI	Percentual	Anual	-	8%	10%	12%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2391	Programa de Desenvolvimento Econômico	8	Percentual de MEIs beneficiados com recursos do FUNDI	Percentual	Anual	5%	10%	15%	20%



Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	1	Taxa de frequência escolar das crianças atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social	Percentual	Anual	95%	96%	96%	96%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	1	Taxa de acesso à creche e escola das crianças das famílias atendidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	2	Percentual de escolas com cardápio adequado nutricionalmente	Percentual	Anual	98%	98%	99%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	IDEB - anos finais	Índice	Bienal	-	-	-	-
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	IDEB - anos iniciais	Índice	Bienal	-	-	-	-
Secretaria Municipal de Educação	1261	Programa de Ensino Fundamental	4	Percentual de alunos do Ensino Fundamental com Proficiência Média	Percentual	Anual	90%	91%	92%	93%
Secretaria Municipal de Educação	1265	Programa de Educação Infantil	4	Percentual de atendimento da demanda da Educação Infantil de 0 a 3 anos	Percentual	Anual	92%	94%	96%	98%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	Taxa de evasão escolar no ensino fundamental	Percentual	Anual	2%	2%	2%	2%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	Percentual de alunos com desempenho adequado nas avaliações nacionais	Percentual	Anual	60%	60%	60%	60%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	Percentual de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola	Percentual	Anual	99%	99%	99%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	Percentual de profissionais da educação infantil capacitados	Percentual	Anual	80%	85%	85%	90%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	Percentual de unidades de educação infantil com infraestrutura adequada	Percentual	Anual	90%	90%	95%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de professores capacitados em inclusão e diversidade	Percentual	Anual	80%	85%	85%	90%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de alunos com deficiência atendidos no AEE	Percentual	Anual	80%	85%	85%	90%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de escolas com acessibilidade física e pedagógica	Percentual	Anual	99%	99%	99%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de professores da EJA capacitados	Percentual	Anual	99%	99%	99%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de evasão nas turmas de EJA	Percentual	Semestral	10%	9%	8%	7%



Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de aplicação do FUNDEB	Percentual	Anual	90%	90%	90%	90%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de aplicação do FUNDEB Magistério	Percentual	Anual	80%	80%	80%	80%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	Ampliação do número de escolas com oferta de vagas em tempo integral	Unidade	Anual	1	2	2	1
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	Percentual de monitores qualificados para AEE - Atendimento Educacional Especializado	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1222	Programa de Gestão da Educação	4	Percentual de escolas com acessibilidade universal	Percentual	Anual	90%	92%	94%	95%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de escolas com salas de leitura e laboratórios	Percentual	Anual	80%	85%	85%	90%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de escolas com plano de segurança e gestão de riscos	Percentual	Anual	99%	99%	99%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de escolas com espaços de lazer e convivência	Percentual	Anual	99%	99%	99%	100%
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Número de bolsas e auxílios concedidos anualmente	Unidade	Anual	300	300	300	300
Secretaria Municipal de Educação	1267	Programa de Educação Especial	4	Percentual de professores com pós-graduação	Percentual	Anual	40%	45%	50%	60%
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	2712	Programa de Desenvolvimento e Democratização do Desporto, do Lazer e da Promoção da Saúde	3	Proporção de vagas ocupadas em relação às vagas disponíveis nas atividades da Escola de Esportes e do Programa Movimento	Percentual	Semestral	50%	60%	75%	85%
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	2712	Programa de Desenvolvimento e Democratização do Desporto, do Lazer e da Promoção da Saúde	3	Quantidade de eventos realizados pela SEMEL conforme o calendário unificado da Prefeitura	Percentual	Anual	70%	75%	85%	95%
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	2712	Programa de Desenvolvimento e Democratização do Desporto, do Lazer e da Promoção da Saúde	3	Controle da eficiência operacional dos espaços esportivos e de lazer	Percentual	Anual	70%	75%	85%	90%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	0423	Programa de Gestão Contábil e Financeira	16	Aumento da Receita sem aumento de impostos	Percentual	Anual	5%	7%	9%	10%



Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	2846	Programa de encargos especiais	16	Ranking da qualidade fiscal - CAPAG	Percentual	Anual	0%	2%	3%	5%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	17	Aumento real da arrecadação tributária	Percentual	Anual	4%	4%	5%	5%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	17	Autonomia fiscal	Percentual	Anual	10%	10%	10%	10%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	17	Capacidade de investir (EBTIDA)	Percentual	Anual	5%	5%	5%	5%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	17	Investimento público	R\$/ per capita	Anual	563.26	563.26	563.26	563.26
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	17	Receita Corrente Líquida	Percentual	Anual	0%	2%	3%	5%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	2846	Programa de encargos especiais	17	Percentual de endividamento (%)	Percentual	Anual	6%	6%	6%	6%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	2846	Programa de encargos especiais	17	Percentual de imóveis atualizados no Cadastro Imobiliário	Percentual	Anual	10%	10%	10%	10%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	2846	Programa de encargos especiais	17	Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico - PJ e PF	Percentual	Anual	40%	50%	60%	70%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	0423	Programa de Gestão Contábil e Financeira	16	Arrecadação da Dívida Ativa	Percentual	Anual	10%	10%	10%	10%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	0429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente	17	Aumentar a arrecadação de ISSQN	Percentual	Anual	5%	6%	7%	10%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	2846	Programa de encargos especiais	17	Aumentar a Adimplência do IPTU (Contribuinte Fiel)	Percentual	Anual	5%	5%	5%	5%
Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação	2846	Programa de encargos especiais	17	Capacitação Permanente da Equipe SMFTR	Pontos	Anual	10	10	10	10
Gabinete de Governo Municipal	0425	Programa de Apoio à Administração Pública	16	Participação do município em eventos nacionais e internacionais	Unidade	Anual	7	8	9	10



Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1552	Programa de Serviços Urbanos	3	Quantidade de atendimentos do serviço de coleta de resíduos do Programa Mutirão de Combate à Dengue, Chikungunya e Zika Vírus	Unidade	Semestral	30	25	25	25
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	3	Número de ações desenvolvidas nas escolas. Abordando o PLANO DE AÇÃO CLIMÁTICA E O PLANO DA MATA ATLÂNTICA como temas centrais dentro do programa de educação ambiental implantado.	Unidade	Semestral	25	50	50	50
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	3	Percentual de corpos hídricos monitorados	Percentual	Semestral	10%	35%	50%	75%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	3	Número de vistorias anuais em áreas de risco ambiental, áreas verdes e demais áreas sensíveis ambientalmente	Unidade	Semestral	20	40	45	45
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	6	Percentual de corpos hídricos monitorados que possam estar em desconformidade com INDICADORES DE DESPOLUIÇÃO, de acordo com a meta 2034	Percentual	ANUAL	25%	15%	10%	0%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	6	Plano Municipal de Recursos Hídricos elaborado e em execução	Percentual	Semestral	25%	50%	75%	100%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	6	Percentual das nascentes mapeadas e protegidas	Percentual	Semestral	25%	50%	75%	100%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	6	Número de reuniões e ações integradas com comitês de bacias	Unidade	Anual	4	5	6	6
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	6	Percentual das APPs restauradas e recuperadas	Percentual	Semestral	25%	30%	50%	70%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	8	Áreas verdes com ações socioambientais dentro do programa redes que curam	Unidade	Semestral	3	3	3	3



Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	11	Percentual de elaboração do Código Ambiental Municipal	Percentual	Anual	10%	50%	100%	100%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	11	Percentual de implantação do licenciamento online	Percentual	Mensal	50%	75%	85%	100%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	11	Porcentagem de elaboração do Projeto de Instalação da Usina de Triagem e Compostagem no Aterro Sanitário	Percentual	Trimestral	10%	30%	70%	100%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	11	Porcentagem de elaboração do Projeto de Instalação da Usina Termoquímica no Aterro Sanitário	Percentual	Trimestral	10%	30%	70%	100%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	11	Peso da coleta seletiva	Unidade	Semestral	768	775	800	825
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1552	Programa de Serviços Urbanos	11	Percentual da população atendida com coleta seletiva	Percentual	Mensal	85%	88%	90%	100%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1552	Programa de Serviços Urbanos	11	Empreitadas de manutenção (jardinagem, pintura e pequenos reparos) realizada em espaços públicos	Unidade	Semestral	450	495	545	600
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	11	Quantidade de solicitações formais atendidas de serviço de coleta de entulhos e outros resíduos	Unidade	Semestral	4000	4400	4840	5324
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	11	Gerenciamento e manutenção dos cercamentos das áreas verdes públicas	KM	Mensal	2	5	7	10
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	11	Nº de instrumentos de incentivos à visitação do Parque Ecológico	Unidade	Semestral	2	3	3	3
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e	1841	Programa de Preservação e	12	PERCENTUAL DE AÇÕES CUMPRIDAS, CONSIDERANDO	Percentual	Mensal	10%	20%	30%	50%



Desenvolvimento Sustentável		Conservação Ambiental		Plano Municipal de e Resiliência Climática aprovado em 2023.						
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	12	Porcentagem do Projeto de Regularização de vazão do rio Itabirito	Percentual	Anual	10%	30%	60%	80%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	12	Número de cooperativas de catadores fortalecidas	Unidade	Semestral	2	3	3	4
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	12	Percentual das escolas municipais com programas de compostagem	Percentual	Anual	20%	45%	60%	100%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	12	Nº de cursos de capacitação ofertados para os servidores da SEMAM (EAD ou presencial)	Unidade	Semestral	5	15	20	20
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	13	Nº de participantes nas atividades desenvolvidas do Centro de Educação Ambiental (CEA)	Unidade	Semestral	600	1000	1000	1000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	13	Implantação de Unidades de Conservação	Unidade	Anual	2	1	1	-
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	13	Adoção de ações que fomentem a redução de emissões relevantes de gases de efeito estufa	Tonelada/Ano	Anual	500	500	600	800
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	13	Plantio de mudas de árvores no município	Unidade	Semestral	2000	5000	5000	7000
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	14	Inventário de emissões de GEE elaborado e atualizado	Unidade	anual	1	1	1	1
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	14	Área total protegida /reflorestada em APPs hídricas	Unidade/HA	Anual	150	200	300	500



Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	14	Volume investido em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	R\$	Anual	R\$ 2 milhões	R\$ 3 milhões	R\$ 3,5 milhões	R\$ 5 milhões
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	14	Número de unidades de conservação criadas e em funcionamento	Unidade	Anual	2	2	3	5
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	14	Número de autos de infração e fiscalizações ambientais anuais	Unidade	Anual	25	30	40	50
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	15	Redução de áreas com erosão crítica mapeadas (voçorocas). Percentual de focos erosivos os quais já deverão apresentar plano de recuperação em análise ou em execução.	Percentual	Anual	10%	25%	50%	60%
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	15	Redução dos casos de ocupação irregular e desmatamento em encostas (Defesa Civil)	Unidade	Anual	35	50	70	90
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental	15	Percentual de implantação de Banco de Sementes Nativas, para início de funcionamento	Percentual	Anual	50%	75%	100%	100%
Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura	1551	Programa de Obras e Infraestrutura	1	Valor investido anualmente em obras de prevenção	R\$	Anual	R\$ 11 milhões	R\$ 10 milhões	R\$ 9 milhões	R\$ 8 milhões
Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura	1551	Programa de Obras e Infraestrutura	2	Quilômetros de estradas vicinais recuperadas/com manutenção	KM	Anual	300	350	400	450
Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura	1551	Programa de Obras e Infraestrutura	3	Quilômetros de vias urbanas requalificadas ou recapeadas	KM	Anual	8.0	7.5	7.0	6.5
Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura	1551	Programa de Obras e Infraestrutura	3	Quantidade de CBUQ utilizados nas operações tapa-buraco no período	Tonelada/Ano	Anual	5500	5000	4500	4000
Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura	1551	Programa de Obras e Infraestrutura	9	Obras Finalizadas x Planejadas	Percentual	Anual	40%	30%	20%	10%



Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Infraestrutura	1551	Programa de Obras e Infraestrutura	10	Percentual dos prédios públicos com acessibilidade universal	Percentual	Anual	25%	30%	25%	20%
Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	0421	Programa de Planejamento e Orçamento	16	Índice de aplicação dos recursos públicos das emendas impositivas vinculadas as políticas públicas	Percentual	Anual	85%	85%	90%	100%
Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	0421	Programa de Planejamento e Orçamento	16	Índice de eficiência da gestão por meio da execução das Metas e compromissos vinculados ao Plano de Governo	Percentual	Anual	30%	60%	70%	90%
Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	0421	Programa de Planejamento e Orçamento	16	Índice de utilização do percentual de suplementação	Percentual	Anual	25%	22%	20%	20%
Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento	0421	Programa de Planejamento e Orçamento	17	Cumprimento do Plano de Governo vinculado as ODS	Percentual	Anual	90%	95%	100%	100%
SAAE _ Serviço Autônomo de Água e Esgoto	1711 e 1712	Sistemas de Saneamento Básico Rural e Sistemas de Saneamento Básico Urbano	6	Índice de Atendimento Total de Água	Percentual	Anual	98,47%	98,52%	98,57%	98,62%
SAAE _ Serviço Autônomo de Água e Esgoto	1711 e 1712	Sistemas de Saneamento Básico Rural e Sistemas de Saneamento Básico Urbano	6	Índice de Atendimento Total de Esgoto Referido aos Municípios Atendidos com Água	Percentual	Anual	96,05%	96,10%	96,15%	96,20%
SAAE _ Serviço Autônomo de Água e Esgoto	1711 e 1712	Sistemas de Saneamento Básico Rural e Sistemas de Saneamento Básico Urbano	6	Índice de Atendimento Total de Drenagem Referido a Área Urbana do Município	Percentual	Anual	46,59%	50,59%	54,59%	58,59%
SAAE _ Serviço Autônomo de Água e Esgoto	1741	Plano de Conservação e Controle Ambiental	6	Percentual de esgoto tratado no município	Percentual	Anual	67,86%	67,91%	67,96%	68,01%
SAAE _ Serviço Autônomo de Água e Esgoto	1741	Plano de Conservação e Controle Ambiental	6	Redução dos pontos de lançamento irregular de esgoto	Percentual	Anual	27,14%	27,09%	27,04%	26,99%
SAAE _ Serviço Autônomo de Água e Esgoto	1741	Plano de Conservação e Controle Ambiental	6	Redução das perdas de água na rede de distribuição	Percentual	Anual	27,34%	25,34%	23,34%	21,34%



SAAE _ Serviço Autônomo de Água e Esgoto	1722	Administração do Saneamento Básico Municipal	6	Índices de satisfação dos clientes externo	Percentual	Anual	88%	90%	92%	94%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	2	Prevalência de crianças menores de 5 anos com desnutrição	Percentual	Quadrimestral	13%	12.5%	12.5%	12.5%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	2	Percentual de gestantes em acompanhamento nutricional regular	Percentual	Quadrimestral	25%	25%	25%	25%
Secretaria Municipal de Saúde	1004	Programa de Vigilância em Saúde	3	Taxa de mortalidade	Percentual	Quadrimestral	6%	6%	6%	6%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Número de gestantes acompanhadas com pré-natal completo	Número	Quadrimestral	45%	45%	45%	45%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Taxa de mortalidade materna	Percentual	Quadrimestral	7%	7%	7%	7%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Número de capacitações realizadas com profissionais	Número	Quadrimestral	1200	1200	1200	1200
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Percentual	Quadrimestral	95%	95%	95%	95%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Taxa de mortalidade neonatal	Percentual	Quadrimestral	20%	15%	10%	5%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Percentual de crianças com calendário vacinal completo	Percentual	Quadrimestral	95%	95%	95%	95%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Taxa de detecção de tuberculose	Percentual	Quadrimestral	60%	65%	70%	75%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Percentual de acompanhamento das pessoas vivendo com HIV/AIDS	Percentual	Quadrimestral	65%	70%	75%	80%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Proporção de obesidade na população em adultos	Percentual	Quadrimestral	10%	9%	8%	7%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Percentual de pessoas com hipertensão ou diabetes em acompanhamento regular	Percentual	Quadrimestral	50%	50%	50%	50%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Número de pessoas atendidas pelos grupos de apoio à dependência química	Número	Quadrimestral	4000	4000	4000	4000
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Número de pessoas atendidas em grupos de apoio à dependência química	Número	Quadrimestral	16000	16000	16000	16000
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Número de capacitações para servidores municipais da saúde mental	Número	Quadrimestral	300	300	300	300
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas	Percentual	Quadrimestral	45%	45%	60%	60%



Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	Percentual	Quadrimestral	5%	5%	5%	5%
Secretaria Municipal de Saúde	1001	Programa de Atenção Básica	3	Proporção de consultas de média e alta complexidade por habitante	Percentual	Quadrimestral	7%	7%	7%	7%
Secretaria Municipal de Saúde	1002	Programa de Especialidades Médicas	3	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	reais/habitante	Quadrimestral	R\$ 1.459	R\$ 1.605	R\$ 1.765	R\$ 1.942
Secretaria Municipal de Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	3	Prevalência de Diabetes Mellitus.	Percentual	Quadrimestral	50%	60%	60%	60%
Secretaria Municipal de Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	3	Redução da prevalência de fumantes na população	Percentual	Quadrimestral	15%	10%	10%	5%
Secretaria Municipal de Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	3	Cobertura Vacinal contra Covid-19 no público-alvo preconizado	Percentual	Quadrimestral	90%	90%	90%	90%
Secretaria Municipal de Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	3	Cobertura vacinal para crianças < 2 anos para vacinas Penta valente (3ª dose), pneumocócica 10-Valente (2ª), Poliomielite (3ª) e Triplice Viral (1ª)	Percentual	Quadrimestral	75%	75%	75%	75%
Secretaria Municipal de Saúde	1022	Programa de Gestão da Saúde	3	Garantir a completa informatização das ações e serviços de saúde	Percentual	Quadrimestral	75%	80%	85%	90%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	1	Percentual de áreas de risco mapeadas	Percentual	Anual	70%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	1	Número de famílias vulneráveis inseridas no sistema de alerta	Percentual	Anual	60%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	1	Percentual de comunidades com plano de contingência ativo	Percentual	Anual	70%	80%	90%	100%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	1	Tempo médio de resposta a emergências	Percentual	Anual	5%	10%	15%	20%
Secretaria Municipal de Segurança,	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	3	Total de acidentes de trânsito	Percentual	Anual	10%	10%	15%	15%



Prevenção e Mobilidade Urbana										
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	3	Número de campanhas de trânsito anuais realizadas	Unidade	Anual	65	75	90	105
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	3	Número de escolas com ações educativas sobre trânsito	Unidade	Anual	10	20	30	40
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	4	Total de atividades preventivas da Guarda Municipal	Unidade	Anual	2500	2800	3100	3500
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	5	Percentual de atendimento da Guarda Municipal a solicitações	Percentual	Anual	98%	98%	98%	100%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	9	Total de reclamações em relação transporte coletivo	Unidade	Anual	150	150	70	70
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	11	Percentual de atendimento a solicitações referentes a vistorias da Defesa Civil	Percentual	Anual	100%	100%	100%	100%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	11	Total de ocorrências de danos ao patrimônio público	Percentual	Anual	2	10%	15%	20%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	11	Total de furtos ao patrimônio público	Percentual	Anual	20	10%	15%	20%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	11	Total de roubos ao patrimônio público	Percentual	Anual	2	10%	10%	15%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	11	Percentual de atendimento da Brigada a solicitações	Percentual	Anual	95%	96%	97%	98%

158



Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	11	Aumento dos recursos investidos em prevenção de desastres	Unidade	Anual	R\$ 5 milhões	R\$ 10 milhões	R\$ 15 milhões	R\$ 20 milhões
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	16	Percentual de bairros monitorados com ações preventivas	Percentual	Anual	70%	80%	90%	100%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	16	Índice de Campanhas de Proteção da Defesa Civil nas escolas	Percentual	Anual	30%	55%	80%	100%
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	16	Número de campanhas de desarmamento e combate ao tráfico realizadas	Unidade	Anual	15	20	25	30
Secretaria Municipal de Segurança, Prevenção e Mobilidade Urbana	0681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	16	Número de campanhas contra o uso de linhas cortantes	Unidade	Anual	15	20	25	30
Secretaria Municipal de Gestão de Frotas	2682	Programa de Gestão de Frotas	3	Índice de disponibilidade física de veículos e equipamentos - IDF	Percentual	Mensal	90%	90%	90%	90%
Secretaria Municipal de Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	9	Índice de atendimento das solicitações formais de fiscalização	Percentual	Anual	70%	80%	90%	100%
Secretaria Municipal de Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	16	Ampliação e revisão dos instrumentos e Legislações Municipais vinculadas à Política Urbana e Habitação	Unidade	Anual	3	6	9	12
Secretaria Municipal de Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	8	Percentual de Projetos Arquitetônicos Institucionais Elaborados	Percentual	Anual	70%	70%	70%	70%
Secretaria Municipal de Políticas Urbanas e Habitação	1552	Programa de Serviços Urbanos	11	Redução do número referente ao déficit habitacional diagnosticado no PLHIS	Percentual	Anual	5%	10%	15%	20%



ANEXO I

META FINANCEIRA POR ÓRGÃO E UNIDADE



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Meta Financeira por Órgão e Unidade
Entidade(s): Consolidado
Ano PPA: 2026 - 2029

Pág 1 / 1

Órgão	Unidade	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	Total Geral
1 - CÂMARA MUNICIPAL										
001 - CORPO LEGISLATIVO		7.920.000,00	0,99%	8.580.049,00	0,99%	9.263.852,92	0,99%	9.991.066,88	0,99%	35.754.968,80
002 - SECRETARIA DA CÂMARA		20.397.000,00	2,55%	22.089.951,00	2,55%	23.857.147,08	2,55%	25.729.933,12	2,55%	92.074.031,20
Total		28.317.000,00	3,54%	30.670.000,00	3,54%	33.121.000,00	3,54%	35.721.000,00	3,54%	127.829.000,00
2 - PREFEITURA MUNICIPAL										
021 - GABINETE DE GOVERNO MUNICIPAL		2.627.526,00	0,33%	2.845.610,64	0,33%	3.073.259,50	0,33%	3.314.510,33	0,33%	11.860.906,47
022 - PROCURADORIA JURÍDICA		3.962.160,00	0,50%	4.291.019,28	0,49%	4.634.300,82	0,49%	4.998.093,43	0,49%	17.885.573,53
023 - CONTROLAD. GERAL DO MUNIC.		1.553.862,00	0,19%	1.682.832,55	0,19%	1.817.459,15	0,19%	1.960.129,69	0,19%	7.014.283,39
024 - SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO		99.232.914,90	12,40%	108.151.259,84	12,47%	116.804.440,63	12,47%	125.973.812,78	12,47%	450.162.428,15
025 - SEC. MUN. FAZENDA E TRIBUTAÇÃO		8.534.957,00	1,07%	9.243.358,43	1,07%	9.982.827,10	1,07%	10.766.479,02	1,07%	38.527.621,55
026 - SEC. MUN. EDUCAÇÃO		177.145.025,10	22,14%	191.848.062,18	22,12%	207.195.907,15	22,12%	223.460.785,86	22,12%	799.649.780,29
027 - SEC. MUN. ESPORTES E LAZER		11.213.669,00	1,40%	12.144.403,53	1,40%	13.115.955,81	1,40%	14.145.558,34	1,40%	50.619.586,68
028 - SEC. MUN. PATR. CULT. E TURISMO		23.042.185,00	2,88%	24.954.686,35	2,88%	26.951.061,26	2,88%	29.066.719,57	2,88%	104.014.652,18
029 - SEC. MUN. SAÚDE		137.625.919,00	17,20%	149.048.870,29	17,19%	160.972.779,91	17,19%	173.609.143,13	17,19%	621.256.712,33
030 - SEC. MUN. OBR. SERV. INFRAESTRUT.		54.707.934,00	6,84%	59.248.692,52	6,83%	63.988.587,92	6,83%	69.011.692,07	6,83%	246.956.906,51
031 - SEC. MUN. POL. URB. E HABITAÇÃO		22.557.498,00	2,82%	24.429.770,33	2,82%	26.384.151,96	2,82%	28.455.307,89	2,82%	101.826.728,18
032 - SEC. MUN. DESENV. ECON.		12.192.944,00	1,52%	13.204.958,35	1,52%	14.261.355,02	1,52%	15.380.871,39	1,52%	55.040.128,76
033 - SEC. MUN. MEIO AMB. DESENV. SUSTENT.		30.801.993,00	3,85%	33.358.558,42	3,85%	36.027.243,09	3,85%	38.855.381,67	3,85%	139.043.176,18
034 - SEC. MUN. DESENV. SOCIAL		22.268.854,00	2,78%	24.117.168,88	2,78%	26.046.542,39	2,78%	28.091.195,96	2,78%	100.523.761,23
035 - SEC. MUN. COMUNICAÇÃO		5.213.439,00	0,65%	5.646.154,44	0,65%	6.097.846,80	0,65%	6.576.527,77	0,65%	23.533.968,01
036 - SEC. MUN. SEG. PREV. MOB. URBANA		39.243.600,00	4,90%	42.500.818,80	4,90%	45.900.884,30	4,90%	49.504.103,72	4,90%	177.149.406,82
037 - SEC. MUN. PLANEJ. E ORÇAMENTO		23.587.927,00	2,95%	25.545.724,95	2,95%	27.589.382,95	2,95%	29.755.149,52	2,95%	106.478.184,42
038 - SEC. MUN. AGRONEG. DESENV. RURAL		4.859.774,00	0,61%	5.263.135,24	0,61%	5.684.186,06	0,61%	6.130.394,67	0,61%	21.937.489,97
										3.222.071.000,00
3 - SERV AUT DE SANEAMENTO BÁSICO										
001 - SERV AUT DE SANEAMENTO BÁSICO		58.500.000,00	7,31%	63.360.000,00	7,31%	68.425.000,00	7,31%	73.800.000,00	7,31%	264.085.000,00
Total		58.500.000,00	7,31%	63.360.000,00	7,31%	68.425.000,00	7,31%	73.800.000,00	7,31%	264.085.000,00
										3.613.985.000,00



ANEXO II

DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR ANO



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 1 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4111250010000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	7.600.000,00	8.915.672,99	9.627.406,84	10.383.383,29	36.526.463,12
Total Plano:	-	7.600.000,00	8.915.672,99	9.627.406,84	10.383.383,29	36.526.463,12
Conta: 4111250020000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - Multas e Juros						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	100.000,00	108.300,02	116.964,01	126.145,58	451.409,61
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,02	116.964,01	126.145,58	451.409,61
Conta: 4111250030100000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - Dívida Ativa Administrativa						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4111250030200000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - Dívida Ativa - Judicial						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4111250040000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	100.157,90	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.567,57
Total Plano:	-	100.157,90	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.567,57
Conta: 4111253010000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	5.990.000,00	6.487.170,00	7.006.143,60	7.556.125,87	27.039.439,47
Total Plano:	-	5.990.000,00	6.487.170,00	7.006.143,60	7.556.125,87	27.039.439,47
Conta: 4111253020000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - Multas e Juros						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Total Plano:	-	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Conta: 4111303110000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	27.000.000,00	29.241.000,00	31.580.280,00	34.059.331,98	121.880.611,98
Total Plano:	-	27.000.000,00	29.241.000,00	31.580.280,00	34.059.331,98	121.880.611,98
Conta: 4111303410200000000 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Princip						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	7.000.000,00	7.581.000,00	8.187.480,00	8.830.197,18	31.598.677,18
Total Plano:	-	7.000.000,00	7.581.000,00	8.187.480,00	8.830.197,18	31.598.677,18
Conta: 4111451110000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	84.400.000,00	91.405.200,00	98.717.616,00	106.466.948,86	380.989.764,86
Total Plano:	-	84.400.000,00	91.405.200,00	98.717.616,00	106.466.948,86	380.989.764,86
Conta: 4111451120000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - Multas e Juros						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 2 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4111451131000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Administrativa						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451132000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Judicial						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451140100000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Multas e Juros - Administrativa						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451140200000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Multas e Juros - Judicial						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451150000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Multas com Destinação Diferenciada por Legislação Pertinente						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451160000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Juros com Destinação Diferenciada por Legislação Pertinente						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451171000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Multas - Administrativa						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451172000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Multas - Judicial						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451181000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Juros - Administrativa - PMI						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451181000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Juros - Simples						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Conta: 4111451182000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - Issqn - Dívida Ativa - Juros - Judicial						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4112101010000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Principal						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	2.700.000,00	2.924.100,00	3.158.028,00	3.405.933,20	12.188.061,20
Total Plano:	-	2.700.000,00	2.924.100,00	3.158.028,00	3.405.933,20	12.188.061,20
Conta: 4112101020000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Multas e Juros						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112101030100000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Dívida Ativa - Administrativa						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112101030200000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Dívida Ativa - Judicial						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112101040000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112101070100000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Dívida Ativa - Multas - Administrativa						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112101070200000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Dívida Ativa - Multas - Judicial						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112101070200000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Dívida Ativa - Multas - Judicial						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112101080100000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Dívida Ativa - Juros - Administrativa						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112101080200000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - Dívida Ativa - Juros - Judicial						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Total Plano:	-	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
Conta: 4112104010000000000 - Taxa de controle e fiscalização ambiental - Principal						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	370.000,00	400.710,00	432.766,80	466.738,99	1.670.215,79
Total Plano:	-	370.000,00	400.710,00	432.766,80	466.738,99	1.670.215,79
Conta: 4112201010000000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - Principal						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	1.950.000,00	2.111.850,00	2.280.798,00	2.459.840,64	8.802.488,64
Total Plano:	-	1.950.000,00	2.111.850,00	2.280.798,00	2.459.840,64	8.802.488,64



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4112201020000000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - Multas e Juros						
150100000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Total Plano:	-	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Conta: 4112201030100000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - Dívida Ativa - Administrativa						
150100000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Total Plano:	-	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Conta: 4112201030200000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - Dívida Ativa - Judicial						
150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Total Plano:	-	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Conta: 4112201040100000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - Dívida Ativa - Multas e Juros - Administrativa						
150100000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Total Plano:	-	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Conta: 4112201040200000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - Dívida Ativa - Multas e Juros - Judicial						
150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Total Plano:	-	10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
Conta: 4131101110000000000 - Aluguéis e arrendamentos - Principal						
150100000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	1.200.000,00	1.299.600,00	1.403.568,00	1.513.748,09	5.416.916,09
Total Plano:	-	1.200.000,00	1.299.600,00	1.403.568,00	1.513.748,09	5.416.916,09
Conta: 4131102010000000000 - Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos - Principal						
150100000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	170.000,00	184.110,00	198.838,80	214.447,65	767.396,45
Total Plano:	-	170.000,00	184.110,00	198.838,80	214.447,65	767.396,45
Conta: 4132101010000000000 - Remuneração de depósitos bancários - Principal						
150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	5.000.000,00	5.415.000,00	5.848.200,00	6.307.283,70	22.570.483,70
150100000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	650.000,00	703.950,00	760.266,00	819.946,88	2.934.162,88
150200000000 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
15400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
15420000000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
15430000000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	100,00	15.000,00	16.245,00	17.544,60	18.921,85	67.711,45



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 5 / 1 8

Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO	Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Conta: 4132101010000000000 - Remuneração de depósitos bancários - Principal							
15500000000 - Transferência do Salário- Educação	100,00		50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
15510000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	100,00		1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
15520000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	100,00		15.000,00	16.245,00	17.544,60	18.921,85	67.711,45
15530000000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	100,00		2.000,00	2.166,00	2.339,28	2.522,91	9.028,19
15690000000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	100,00		1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
15700000000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	100,00		1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
15710000000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	100,00		1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
15730000000 - Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação	100,00		32.000,00	34.656,00	37.428,48	40.366,62	144.451,10
15750000000 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	100,00		1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
15760010000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação - Transferências de Recursos para o Programa Estadual de Transporte Escolar (PTE)	100,00		10.000,00	10.830,00	11.696,40	12.614,57	45.140,97
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100,00		350.000,00	379.050,00	409.374,00	441.509,86	1.579.933,86
16000003130 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão.	100,00		1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
16010000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	100,00		1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 6 / 18

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4132101010000000000 - Remuneração de depósitos bancários - Principal						
16040000000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
16050000000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	100,00	100.000,00	108.300,00	116.964,00	126.145,67	451.409,67
16210003210 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
16590000000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
16600000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	100,00	3.000,00	3.249,00	3.508,92	3.784,37	13.542,29
16610000000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	100,00	500,00	541,50	584,82	630,73	2.257,05
17010000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17060000000 - Transferência Especial da União	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17060003110 - Transferência Especial da União - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17070000000 - Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17080000000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	100,00	1.220.000,00	1.321.260,00	1.426.960,80	1.538.977,22	5.507.198,02
17100000000 - Transferência Especial dos Estados	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17100003210 - Transferência Especial dos Estados - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17100100000 - Transferência Especial dos Estados - Acordo Judicial de Reparação dos Impactos Socioeconômicos e Ambientais do Rompimento de Barragem em Brumadinho	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17150000000 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 7 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4132101010000000000 - Remuneração de depósitos bancários - Principal						
17160000000 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17170000000 - Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17180000000 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17190000000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17200000000 - Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	100,00	17.000,00	18.411,00	19.883,88	21.444,76	76.739,64
17210000000 - Transferências da União referentes a Cessão Onerosa de Petróleo Lei nº 13.885/2019	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17490000000 - Outras vinculações de transferências	100,00	15.000,00	16.245,00	17.544,60	18.921,85	67.711,45
17490120000 - Outras vinculações de transferências - Transferência de Recursos para aplicação em Ações Emergenciais de Apoio ao Setor Cultural (Lei Aldir Blanc)	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17500000000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	100,00	700,00	758,10	818,75	883,02	3.159,87
17520000000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	100,00	9.000,00	9.747,00	10.526,76	11.353,11	40.626,87
17550000000 - Recursos de Alienação de Bens/ Ativos - Administração Direta	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
17590000000 - Recursos Vinculados a Fundos	100,00	15.000,00	16.245,00	17.544,60	18.921,85	67.711,45
18990000000 - Outros Recursos Vinculados	100,00	50.000,00	54.150,00	58.482,00	63.072,84	225.704,84
Total Plano:	-	7.781.200,00	8.427.039,60	9.101.202,77	9.815.647,26	35.125.089,63
Conta: 4139999010000000000 - Outras receitas patrimoniais - Principal						
17590000000 - Recursos Vinculados a Fundos	50,00	500.000,00	541.500,00	584.820,00	630.728,37	2.257.048,37
Total Plano:	-	500.000,00	541.500,00	584.820,00	630.728,37	2.257.048,37
Conta: 4169999019900000000 - Prefeitura - Outros Serviços - Principal						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	800.000,00	866.400,00	935.712,00	1.009.166,39	3.611.277,39
Total Plano:	-	800.000,00	866.400,00	935.712,00	1.009.166,39	3.611.277,39
Conta: 4171151100000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	65.000.000,00	70.395.000,00	76.026.600,00	81.994.688,10	293.416.288,10
Total Plano:	-	65.000.000,00	70.395.000,00	76.026.600,00	81.994.688,10	293.416.288,10



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 8 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4171151210000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias - Principal						
150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	7.000.000,00	7.581.000,00	8.187.480,00	8.830.197,18	31.598.677,18
Total Plano:	-	7.000.000,00	7.581.000,00	8.187.480,00	8.830.197,18	31.598.677,18
Conta: 4171152010000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - Principal						
150000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	2.300.000,00	2.490.900,00	2.690.172,00	2.901.350,50	10.382.422,50
Total Plano:	-	2.300.000,00	2.490.900,00	2.690.172,00	2.901.350,50	10.382.422,50
Conta: 4171251010000000000 - Cota-parte da compensação financeira pela exploração de recursos minerais - ctem - Principal						
150100000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	50.400.000,00	54.583.200,00	58.949.856,00	63.577.419,70	227.510.475,70
170800000000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	100,00	117.600.000,00	127.360.800,00	137.549.664,00	148.347.312,62	530.857.776,62
Total Plano:	-	168.000.000,00	181.944.000,00	196.499.520,00	211.924.732,32	758.368.252,32
Conta: 4171252310000000000 - Cota-parte pela participação especial - lei nº 9.478/97, artigo 50 - Principal						
157300000000 - Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação	100,00	4.380.000,00	4.743.540,00	5.123.023,20	5.525.180,52	19.771.743,72
163500000000 - Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde	100,00	1.620.000,00	1.754.460,00	1.894.816,80	2.043.559,92	7.312.836,72
Total Plano:	-	6.000.000,00	6.498.000,00	7.017.840,00	7.568.740,44	27.084.580,44
Conta: 4171252410000000000 - Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - Principal						
172000000000 - Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	100,00	1.400.000,00	1.516.200,00	1.637.496,00	1.766.039,44	6.319.735,44
Total Plano:	-	1.400.000,00	1.516.200,00	1.637.496,00	1.766.039,44	6.319.735,44
Conta: 4171350110000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária - Principal						
160000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100,00	10.720.000,00	11.609.760,00	12.538.540,80	13.522.816,25	48.391.117,05
16000003130 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão.	100,00	1.000.000,00	1.083.000,00	1.169.640,00	1.261.456,74	4.514.096,74
160400000000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.	100,00	5.525.520,00	5.984.138,16	6.462.869,21	6.970.204,44	24.942.731,81



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 9 / 1 8

Receta	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4171350110000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção primária - Principal						
16050000000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
Total Plano:	-	17.246.520,00	18.677.981,16	20.172.219,65	21.755.738,89	77.852.459,70
Conta: 4171350210000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - atenção especializada - Principal						
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100,00	3.120.000,00	3.378.960,00	3.649.276,80	3.935.745,03	14.083.981,83
16050000000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
Total Plano:	-	3.121.000,00	3.380.043,00	3.650.446,44	3.937.006,49	14.088.495,93
Conta: 4171350310000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - vigilância em saúde - Principal						
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100,00	738.000,00	799.254,00	863.194,32	930.955,07	3.331.403,39
16040000000 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias.	100,00	1.578.720,00	1.709.753,76	1.846.534,06	1.991.486,98	7.126.494,80
16050000000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
Total Plano:	-	2.317.720,00	2.510.090,76	2.710.898,02	2.923.703,51	10.462.412,29
Conta: 4171350410000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - assistência farmacêutica - Principal						
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100,00	1.241.000,00	1.344.003,00	1.451.523,24	1.565.467,81	5.601.994,05
16050000000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
Total Plano:	-	1.242.000,00	1.345.086,00	1.452.692,88	1.566.729,27	5.606.508,15



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 10 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4171350510000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde - gestão do SUS - Principal						
16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
16050000000 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	100,00	1.900.000,00	2.057.700,00	2.222.316,00	2.396.767,81	8.576.783,81
Total Plano:	-	1.901.000,00	2.058.783,00	2.223.485,64	2.398.029,27	8.581.297,91
Conta: 4171450010000000000 - Transferências do salário-educação - Principal						
15500000000 - Transferência do Salário- Educação	100,00	4.200.000,00	4.548.600,00	4.912.488,00	5.298.118,31	18.959.206,31
Total Plano:	-	4.200.000,00	4.548.600,00	4.912.488,00	5.298.118,31	18.959.206,31
Conta: 4171452010000000000 - Transferências referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - Principal						
15520000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	100,00	1.300.000,00	1.407.900,00	1.520.532,00	1.639.893,76	5.868.325,76
Total Plano:	-	1.300.000,00	1.407.900,00	1.520.532,00	1.639.893,76	5.868.325,76
Conta: 4171453010000000000 - Transferências referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - Principal						
15530000000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	100,00	140.000,00	151.620,00	163.749,60	176.603,94	631.973,54
Total Plano:	-	140.000,00	151.620,00	163.749,60	176.603,94	631.973,54
Conta: 4171552010000000000 - Transferências de recursos de complementação da união ao FUNDEB - vaar - Principal						
15430000000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	100,00	1.222.000,00	1.323.426,00	1.429.300,08	1.541.500,14	5.516.226,22
Total Plano:	-	1.222.000,00	1.323.426,00	1.429.300,08	1.541.500,14	5.516.226,22
Conta: 4171650010000000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - Principal						
16600000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	100,00	270.000,00	292.410,00	315.802,80	340.593,32	1.218.806,12
Total Plano:	-	270.000,00	292.410,00	315.802,80	340.593,32	1.218.806,12
Conta: 4171957010000000000 - Transferência especial da união - Principal						
17060000000 - Transferência Especial da União	50,00	1.000.000,00	1.083.000,00	1.169.640,00	1.261.456,74	4.514.096,74
17060003110 - Transferência Especial da União - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	50,00	4.000.000,00	4.332.000,00	4.678.560,00	5.045.826,96	18.056.386,96
Total Plano:	-	5.000.000,00	5.415.000,00	5.848.200,00	6.307.283,70	22.570.483,70



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 11 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4171960010000000000 - Transferências da política nacional aldir blanc de fomento à cultura - lei nº 14.399/2022 - Principal						
17190000000 - Transferências da Política Nacional	100,00	450.000,00	487.350,00	526.338,00	567.655,53	2.031.343,53
Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022						
Total Plano:	-	450.000,00	487.350,00	526.338,00	567.655,53	2.031.343,53
Conta: 4171999010000000000 - Outras transferências de recursos da união e de suas entidades - Principal						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	1.900.000,00	2.057.700,00	2.222.316,00	2.396.767,81	8.576.783,81
Total Plano:	-	1.900.000,00	2.057.700,00	2.222.316,00	2.396.767,81	8.576.783,81
Conta: 4172150010000000000 - Cota-parte do ICMS - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	240.000.000,00	259.920.000,00	280.713.600,00	302.749.617,60	1.083.383.217,60
Total Plano:	-	240.000.000,00	259.920.000,00	280.713.600,00	302.749.617,60	1.083.383.217,60
Conta: 4172151010000000000 - Cota-parte do IPVA - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	21.000.000,00	22.743.000,00	24.562.440,00	26.490.591,54	94.796.031,54
Total Plano:	-	21.000.000,00	22.743.000,00	24.562.440,00	26.490.591,54	94.796.031,54
Conta: 4172152010000000000 - Cota-parte do IPI - municípios - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	3.500.000,00	3.790.500,00	4.093.740,00	4.415.098,59	15.799.338,59
Total Plano:	-	3.500.000,00	3.790.500,00	4.093.740,00	4.415.098,59	15.799.338,59
Conta: 4172153010000000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - Principal						
17500000000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	100,00	60.000,00	64.980,00	70.178,40	75.687,40	270.845,80
Total Plano:	-	60.000,00	64.980,00	70.178,40	75.687,40	270.845,80
Conta: 4172350010000000000 - Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - Principal						
16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	6.973.500,00	7.552.300,50	8.156.484,54	8.796.768,58	31.479.053,62
16210003210 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	100,00	1.000.000,00	1.083.000,00	1.169.640,00	1.261.456,74	4.514.096,74
Total Plano:	-	7.973.500,00	8.635.300,50	9.326.124,54	10.058.225,32	35.993.150,36
Conta: 4172951010000000000 - Transferências de estados destinadas à assistência social - Principal						
16610000000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	100,00	400.000,00	433.200,00	467.856,00	504.582,70	1.805.638,70
Total Plano:	-	400.000,00	433.200,00	467.856,00	504.582,70	1.805.638,70



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 12 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4172952010000000000 - Transferências de recursos destinados a programas de educação - Principal						
15760010000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação - Transferências de Recursos para o Programa Estadual de Transporte Escolar (PTE)	100,00	750.000,00	812.250,00	877.230,00	946.092,56	3.385.572,56
Total Plano:	-	750.000,00	812.250,00	877.230,00	946.092,56	3.385.572,56
Conta: 4172999010000000000 - Outras transferências dos estados e df - Principal						
17100003210 - Transferência Especial dos Estados - Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	50,00	1.000.000,00	1.083.000,00	1.169.640,00	1.261.456,74	4.514.096,74
17480000000 - Outras vinculações de transferências dos Estados	50,00	1.000.000,00	1.083.000,00	1.169.640,00	1.261.456,74	4.514.096,74
Total Plano:	-	2.000.000,00	2.166.000,00	2.339.280,00	2.522.913,48	9.028.193,48
Conta: 4174199010000000000 - Outras transferências de instituições privadas - Principal						
17030000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	100,00	4.000.000,00	4.332.000,00	4.678.560,00	5.045.826,96	18.056.386,96
17490000000 - Outras vinculações de transferências	100,00	1.000,00	1.083,00	1.169,64	1.261,46	4.514,10
Total Plano:	-	4.001.000,00	4.333.083,00	4.679.729,64	5.047.088,42	18.060.901,06
Conta: 4175150010000000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - Principal						
15400001070 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	100,00	70.550.000,00	76.405.650,00	82.518.102,00	88.995.773,01	318.469.525,01
Total Plano:	-	70.550.000,00	76.405.650,00	82.518.102,00	88.995.773,01	318.469.525,01
Conta: 4191101010000000000 - Multas previstas em legislação específica - Principal						
17520000000 - Recursos Vinculados ao Trânsito	100,00	700.000,00	758.100,00	818.748,00	883.019,72	3.159.867,72
17590000000 - Recursos Vinculados a Fundos	0,00	70.000,00	75.810,00	81.874,80	88.301,97	315.986,77
Total Plano:	-	770.000,00	833.910,00	900.622,80	971.321,69	3.475.854,49
Conta: 4192299010000000000 - Outras restituições - Principal						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	1.200.000,00	1.299.600,00	1.403.568,00	1.513.748,09	5.416.916,09
Total Plano:	-	1.200.000,00	1.299.600,00	1.403.568,00	1.513.748,09	5.416.916,09
Conta: 4199999210000000000 - Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias - Principal						
15010000000 - Outros Recursos não Vinculados	100,00	600.000,00	649.800,00	701.784,00	756.874,04	2.708.458,04
Total Plano:	-	600.000,00	649.800,00	701.784,00	756.874,04	2.708.458,04



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 13 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 5299 - MUNICÍPIO DE ITABIRITO						
Conta: 4221301010000000000 - Alienação de bens móveis e semoventes - Principal						
17550000000 - Recursos de Alienação de Bens/	100,00	2.230.000,00	2.415.090,00	2.608.297,20	2.813.048,53	10.066.435,73
Ativos - Administração Direta						
Total Plano:	-	2.230.000,00	2.415.090,00	2.608.297,20	2.813.048,53	10.066.435,73
Conta: 4231106010000000000 - Amortização de empréstimos contratuais - Principal						
18990000000 - Outros Recursos Vinculados	100,00	1.099.902,10	1.191.193,97	1.286.489,49	1.387.478,91	4.965.064,47
Total Plano:	-	1.099.902,10	1.191.193,97	1.286.489,49	1.387.478,91	4.965.064,47
Conta: 4244199010000000000 - Outras transferências de instituições privadas - Principal						
17030000000 - Outras Transferências de Convênios	100,00	12.000.000,00	12.996.000,00	14.035.680,00	15.137.480,88	54.169.160,88
ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades						
Total Plano:	-	12.000.000,00	12.996.000,00	14.035.680,00	15.137.480,88	54.169.160,88
Conta: 9517115111000000000 - Deduções do FUNDEB - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - Principal - [Deduções do FUNDEB]						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	(13.000.000,00)	(14.079.000,00)	(15.205.320,00)	(16.398.937,62)	(58.683.257,62)
Total Plano:	-	(13.000.000,00)	(14.079.000,00)	(15.205.320,00)	(16.398.937,62)	(58.683.257,62)
Conta: 9517115201000000000 - Deduções do FUNDEB - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - Principal - [Deduções do FUNDEB]						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	(460.000,00)	(498.180,00)	(538.034,40)	(580.270,10)	(2.076.484,50)
Total Plano:	-	(460.000,00)	(498.180,00)	(538.034,40)	(580.270,10)	(2.076.484,50)
Conta: 9517215001000000000 - Deduções do FUNDEB - Cota-parte do ICMS - Principal - [Deduções do FUNDEB]						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	(48.000.000,00)	(51.984.000,00)	(56.142.720,00)	(60.549.923,52)	(216.676.643,52)
Total Plano:	-	(48.000.000,00)	(51.984.000,00)	(56.142.720,00)	(60.549.923,52)	(216.676.643,52)
Conta: 9517215101000000000 - Deduções do FUNDEB - Cota-parte do IPVA - Principal - [Deduções do FUNDEB]						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	(3.700.000,00)	(4.007.100,00)	(4.327.668,00)	(4.667.389,94)	(16.702.157,94)
Total Plano:	-	(3.700.000,00)	(4.007.100,00)	(4.327.668,00)	(4.667.389,94)	(16.702.157,94)
Conta: 9517215201000000000 - Deduções do FUNDEB - Cota-parte do IPI - municípios - Principal - [Deduções do FUNDEB]						
15000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	100,00	(700.000,00)	(758.100,00)	(818.748,00)	(883.019,72)	(3.159.867,72)
Total Plano:	-	(700.000,00)	(758.100,00)	(818.748,00)	(883.019,72)	(3.159.867,72)
Entidade: 22718 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO						
Conta: 4132101010000000000 - Remuneração de depósitos bancários - Principal						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e	100,00	1.509.037,00	1.638.787,06	1.766.090,02	1.908.365,57	6.822.279,65
contribuições						
Total Plano:	-	1.509.037,00	1.638.787,06	1.766.090,02	1.908.365,57	6.822.279,65



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 14 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 22718 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO						
Conta: 4169950110100000000 - SAAE Tarifa de Água						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	12.079.554,00	13.082.156,98	14.128.729,54	15.237.834,81	54.528.275,33
Total Plano:	-	12.079.554,00	13.082.156,98	14.128.729,54	15.237.834,81	54.528.275,33
Conta: 4169950110200000000 - SAAE Tarifa Básica Oper. de Água TBOA						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	5.819.625,00	6.302.653,88	6.806.866,19	7.341.205,19	26.270.350,26
Total Plano:	-	5.819.625,00	6.302.653,88	6.806.866,19	7.341.205,19	26.270.350,26
Conta: 4169950110300000000 - SAAE Tarifa de Água Consumid. Tarifas Esp.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	13.635.774,00	14.767.543,24	15.948.946,70	17.200.939,02	61.553.202,96
Total Plano:	-	13.635.774,00	14.767.543,24	15.948.946,70	17.200.939,02	61.553.202,96
Conta: 4169950210100000000 - SAAE Tarifa de Esgoto						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	6.602.267,00	7.150.255,16	7.722.275,57	8.328.474,20	29.803.271,93
Total Plano:	-	6.602.267,00	7.150.255,16	7.722.275,57	8.328.474,20	29.803.271,93
Conta: 4169950210200000000 - SAAE Tarifa Básica Oper. de Esgoto-TBOE						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	3.033.061,00	3.284.805,06	3.547.589,46	3.826.075,23	13.691.530,75
Total Plano:	-	3.033.061,00	3.284.805,06	3.547.589,46	3.826.075,23	13.691.530,75
Conta: 4169950210300000000 - SAAE Tarifa de Esgoto - Cons. Tarifas Esp.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	8.181.466,00	8.860.527,68	9.569.369,89	10.320.565,43	36.931.929,00
Total Plano:	-	8.181.466,00	8.860.527,68	9.569.369,89	10.320.565,43	36.931.929,00
Conta: 4169950910100000000 - SAAE Ligação de Água.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	478.764,00	518.501,41	559.981,52	603.940,07	2.161.187,00
Total Plano:	-	478.764,00	518.501,41	559.981,52	603.940,07	2.161.187,00
Conta: 4169950910200000000 - SAAE Ligação de Esgoto.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	410.899,00	445.003,62	480.603,91	518.331,32	1.854.837,85
Total Plano:	-	410.899,00	445.003,62	480.603,91	518.331,32	1.854.837,85
Conta: 4169950910300000000 - SAAE Substituição de Caixa - Padrão						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	46.853,00	50.741,80	54.801,14	59.103,03	211.498,97



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receta por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 15 / 1 8

Receta	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 22718 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO						
Conta: 4169950910300000000 - SAAE Substituição de Caixa - Padrão						
Total Plano:	-	46.853,00	50.741,80	54.801,14	59.103,03	211.498,97
Conta: 4169950910400000000 - SAAE Mudança de Ligação						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	56.757,00	61.467,83	66.385,26	71.596,50	256.206,59
Total Plano:	-	56.757,00	61.467,83	66.385,26	71.596,50	256.206,59
Conta: 4169950910500000000 - SAAE Substituição de Hidrômetro.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	10.522,00	11.395,33	12.306,96	13.273,06	47.497,35
Total Plano:	-	10.522,00	11.395,33	12.306,96	13.273,06	47.497,35
Conta: 4169950910800000000 - SAAE Parecer Técnico de Viabilidade - Loteamento						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	3.675,00	3.980,03	4.298,43	4.635,86	16.589,32
Total Plano:	-	3.675,00	3.980,03	4.298,43	4.635,86	16.589,32
Conta: 4169950910900000000 - SAAE Análise de Projeto - Loteamento.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	10.394,00	11.256,70	12.157,24	13.111,58	46.919,52
Total Plano:	-	10.394,00	11.256,70	12.157,24	13.111,58	46.919,52
Conta: 4169950911000000000 - SAAE Reanálise de Projeto - Loteamento.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	2.693,00	2.916,52	3.149,84	3.397,10	12.156,46
Total Plano:	-	2.693,00	2.916,52	3.149,84	3.397,10	12.156,46
Conta: 4169950911100000000 - SAAE Vistoria Técnica.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	1.903,00	2.060,95	2.225,83	2.400,56	8.590,34
Total Plano:	-	1.903,00	2.060,95	2.225,83	2.400,56	8.590,34
Conta: 4169950911200000000 - SAAE Serv. Tratam. Esg. Ind. Importado						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	36.000,00	38.988,00	42.107,04	45.412,44	162.507,48
Total Plano:	-	36.000,00	38.988,00	42.107,04	45.412,44	162.507,48
Conta: 4169950911400000000 - SAAE Corte e Religação de Água a Pedido.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	8.051,00	8.719,23	9.416,77	10.155,99	36.342,99
Total Plano:	-	8.051,00	8.719,23	9.416,77	10.155,99	36.342,99



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Recetta por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pag 16 / 18

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 22718 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO						
Conta: 4169950911500000000 - SAAE Emissão de 2º Via de Conta						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	12.096,00	13.099,97	14.147,97	15.258,59	54.602,53
Total Plano:	-	12.096,00	13.099,97	14.147,97	15.258,59	54.602,53
Conta: 4169950911700000000 - SAAE Serv. da Dívida Ativa.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	114.000,00	123.462,00	133.338,96	143.806,07	514.607,03
Total Plano:	-	114.000,00	123.462,00	133.338,96	143.806,07	514.607,03
Conta: 4169950911800000000 - SAAE Multa da Dívida Ativa.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	12.000,00	12.996,00	14.035,68	15.137,48	54.169,16
Total Plano:	-	12.000,00	12.996,00	14.035,68	15.137,48	54.169,16
Conta: 4169950911900000000 - SAAE Multa Atraso Pagamento de Guias.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	300.000,00	324.900,00	350.892,00	378.437,02	1.354.229,02
Total Plano:	-	300.000,00	324.900,00	350.892,00	378.437,02	1.354.229,02
Conta: 4169950912000000000 - SAAE Multa P/Auto de Infração ao Regulamento.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	17.280,00	18.714,24	20.211,38	21.797,97	78.003,59
Total Plano:	-	17.280,00	18.714,24	20.211,38	21.797,97	78.003,59
Conta: 4169950912300000000 - SAAE Análise Físico Químico						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	45.072,00	48.812,98	52.718,02	56.856,38	203.459,38
Total Plano:	-	45.072,00	48.812,98	52.718,02	56.856,38	203.459,38
Conta: 4169950912400000000 - SAAE Abastecimento de Caminhão Pipa (M³)						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	145.584,00	157.667,47	170.280,87	183.647,92	657.180,26
Total Plano:	-	145.584,00	157.667,47	170.280,87	183.647,92	657.180,26
Conta: 4169950912500000000 - SAAE Serviço de Caminhão Limpa Fossa						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	36.000,00	38.988,00	42.107,04	45.412,44	162.507,48
Total Plano:	-	36.000,00	38.988,00	42.107,04	45.412,44	162.507,48
Conta: 4192299010000000000 - Outras Restituições - Principal						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	0,00	20.093,00	21.760,72	23.501,58	25.346,45	90.701,75



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 17 / 18

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 22718 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO						
Conta: 4192299010000000000 - Outras restituições - Principal						
Total Plano:	-	20.093,00	21.760,72	23.501,58	25.346,45	90.701,75
Conta: 4769950110100000000 - SAAE Tarifa de Água						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	947.080,00	1.025.687,64	1.107.742,65	1.194.700,45	4.275.210,74
Total Plano:	-	947.080,00	1.025.687,64	1.107.742,65	1.194.700,45	4.275.210,74
Conta: 4769950110200000000 - SAAE Tarifa Básica Oper. de Água TBOA						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	497.400,00	538.684,20	581.778,94	627.448,59	2.245.311,73
Total Plano:	-	497.400,00	538.684,20	581.778,94	627.448,59	2.245.311,73
Conta: 4769950210100000000 - SAAE Tarifa de Esgoto						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	478.900,00	518.648,70	560.140,60	604.111,64	2.161.800,94
Total Plano:	-	478.900,00	518.648,70	560.140,60	604.111,64	2.161.800,94
Conta: 4769950210200000000 - SAAE Tarifa Básica Oper. de Esgoto-TBOE						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	259.200,00	280.713,60	303.170,69	326.969,59	1.170.053,88
Total Plano:	-	259.200,00	280.713,60	303.170,69	326.969,59	1.170.053,88
Conta: 4769950910100000000 - SAAE Ligação de Água.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	10.639,00	11.522,04	12.443,80	13.420,64	48.025,48
Total Plano:	-	10.639,00	11.522,04	12.443,80	13.420,64	48.025,48
Conta: 4769950910200000000 - SAAE Ligação de Esgoto.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	7.209,00	7.807,35	8.431,94	9.093,85	32.542,14
Total Plano:	-	7.209,00	7.807,35	8.431,94	9.093,85	32.542,14
Conta: 4769950910300000000 - SAAE Mudança de Ramal.						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	1.234,00	1.336,42	1.443,33	1.556,63	5.570,38
Total Plano:	-	1.234,00	1.336,42	1.443,33	1.556,63	5.570,38
Conta: 4769950910400000000 - SAAE Abastecimento de Caminhão Pipa (M³)						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	117.600,00	127.360,80	137.549,66	148.347,31	530.857,77
Total Plano:	-	117.600,00	127.360,80	137.549,66	148.347,31	530.857,77



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Demonstrativo da Receita por Ano
Entidade (s): Consolidado
Apenas Informados: 0 PPA: 2026 - 2029

Pág 18 / 1 8

Receita	%	2026	2027	2028	2029	Valor
Entidade: 22718 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO BÁSICO						
Conta: 4769950910500000000 - SAAE Serviço de Caminhão Limpa Fossa						
17530000000 - Recursos provenientes de taxas e contribuições	100,00	51.318,00	55.577,39	60.023,58	64.735,43	231.654,40
Total Plano:	-	51.318,00	55.577,39	60.023,58	64.735,43	231.654,40
Conta: 4773299010000000000 - Outras transferências de convênios dos municípios e de suas entidades - Principal						
17020000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	100,00	2.000.000,00	2.166.000,00	2.339.280,00	2.522.913,48	9.028.193,48
Total Plano:	-	2.000.000,00	2.166.000,00	2.339.280,00	2.522.913,48	9.028.193,48
Conta: 4843252010000000000 - Transferências de convênios dos municípios destinadas a programas de saneamento - Principal						
17020000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	100,00	1.500.000,00	1.624.500,00	1.754.460,00	1.892.185,11	6.771.145,11
Total Plano:	-	1.500.000,00	1.624.500,00	1.754.460,00	1.892.185,11	6.771.145,11
Total Entidade:	-	58.500.000,00	63.360.000,00	68.425.000,00	73.800.000,00	264.085.000,00
Total Geral:	-	800.106.000,00	867.204.000,00	936.575.000,00	1.010.100.000,00	3.613.985.000,00

ANEXO III

PROGRAMAS DETALHADOS



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Programas Detalhados
Entidade(s): Consolidado
PPA: 2026 - 2029

Pág 1 / 7

Programa		Descrição Programa					2026	2027	2028	2029	Vir. Global
1	Programa Ação Legislativa						28.317.000,00	30.670.000,00	33.121.000,00	35.721.000,00	127.829.000,00
Objetivos:											
Legislar sobre matérias de competência do município e fiscalizar todos os atos do Poder Executivo Municipal											
421	Programa de Planejamento e Orçamento						3.635.245,00	3.936.970,34	4.251.927,97	4.586.704,32	16.409.847,63
Objetivos:											
Consolidar um sistema municipal de planejamento e orçamento moderno, integrado e orientado por resultados, assegurando a direcionalidade da gestão institucional e a efetividade das políticas públicas. Articular, coordenar e atualizar permanentemente os instrumentos de planejamento e gestão; elaborar estudos, pesquisas e diagnósticos de natureza econômica, e promover a cooperação interseional na definição e acompanhamento das Metas e Compromissos de Gestão. Gerir de forma eficiente o processo orçamentário municipal por meio do PPA, LDO e LOA, assegurando o acompanhamento e a avaliação do orçamento da Prefeitura Municipal de Itabirito sob os aspectos gerencial, legal, estrutural e social. Apoiar e coordenar a Junta Organizatória e Financeira nas tomadas de decisões, estabelecer diretrizes para o orçamento temático e acompanhar as metas do Observatório de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo maior transparência, inovação e sustentabilidade na gestão pública.											
422	Programa de Administração Geral						82.465.617,90	89.992.277,19	97.192.739,37	104.822.592,97	374.473.227,43
Objetivos:											
Modernizar os serviços desenvolvendo a cultura do consumo consciente aumentando a transparência dos processos e o controle das rotinas administrativas. Garantir que os novos processos sejam eletrônicos, reduzindo custos e tempo de tramitação. Digitalizar e gerir documentos eletrônicos para aumentar a transparência e controle da rotina administrativa. Promover o desenvolvimento do corpo gerencial da Administração Municipal através da implementação de programas de capacitação em gestão por resultados; Prover a administração de mão de obra suficiente em termos quantitativos e para atender à demanda da sociedade por meio dos serviços públicos; Ampliação da infraestrutura lógica, física, de recursos humanos e processos relacionados, necessários para atender ao conjunto de sistemas de informação e para garantir a continuidade da prestação de serviços; gerir os serviços de segurança e medicina do trabalho; gerir e atuar nos direitos dos beneficiários dos servidores; no ingresso e vida funcional e atuar na gestão da folha de pagamento; promover a qualidade de vida dos servidores e o desempenho da carreira implantando processos para prestação e manutenção de serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, mantendo atualizado e padronizado o ambiente de desktop da PMI; Coordenação das licitações da PMI, Controle e gestão das contratações de serviços de locação de imóveis; Controle dos bens móveis e imóveis; Implementação de novo modelo de gestão de suprimentos e logística na PMI; Gerir as ações de conservação e manutenção dos Prédios Públicos exceto prédios públicos da saúde e educação; Garantir o acesso aos serviços prestados e aos espaços disponibilizados pelos serviços de Necrópoles Municipais, aprimorando a qualidade do atendimento ao público, a gestão operacional(segurança, manutenção e administração), ao mesmo tempo em que se procura minimizar os impactos ambientais decorrentes da atividade; Modernizar e promover a inovação do Terminal Rodoviário; Gerir o Centro Municipal Administrativo, atuar em parceria com as outras secretarias na oferta dos serviços públicos nos distritos através da administração regional.											
423	Programa de Gestão Contábil e Financeira						2.905.919,00	3.147.110,28	3.398.879,10	3.665.691,11	13.117.599,49
Objetivos:											
Dar capacidade ao Município de fazer investimentos com eficiência e equilíbrio das contas do governo e ajuste fiscal. Valorização do servidor público, modernização dos processos, capacitação permanente.											
424	Programa de Controle Geral, Auditoria, Ouvidoria e Transparência						1.553.862,00	1.682.832,55	1.817.459,15	1.960.129,69	7.014.283,39
Objetivos:											
Controlar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, auditar, fiscalizar e desenvolver mecanismos de ampla transparência e promover as ações das Ouvidorias											
425	Programa de Apoio à Administração Pública						2.627.526,00	2.845.610,64	3.073.259,50	3.314.510,33	11.860.906,47
Objetivos:											
Executar as ações e serviços de apoio e suporte de natureza política, técnico-administrativa, visando ao cumprimento das atribuições institucionais na execução das políticas públicas a cargo do Município.											
429	Programa de Gestão Tributária e Eficiente						5.628.838,00	6.096.031,55	6.583.714,07	7.100.535,62	25.409.119,24
Objetivos:											
Promover o fomento da arrecadação própria em ao menos o dobro da inflação de cada ano de vigência do PPA, analisando pelos valores constantes sem a elevação da carga tributária com foco na economicidade de forma consciente, valorizando o servidor público, modernizando a gestão, ampliar a capacidade de investimento da administração pública											
431	Programa de Comunicação Social						5.213.439,00	5.646.154,44	6.097.846,80	6.576.527,77	23.533.968,01
Objetivos:											



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Programas Detalhados
Entidade(s): Consolidado
PPA: 2026 - 2029

Programa	Descrição Programa	2026	2027	2028	2029	Vlr. Global
Formular e coordenar a Política Municipal de Comunicação Social de modo a divulgar informações sobre as ações e programas da Prefeitura, atrações e eventos de interesse social, de forma tempestiva, precisa e transparente.						
472	Programa de Previdência do Servidor	16.767.297,00	18.158.982,65	19.611.701,26	21.151.219,81	75.689.200,72
Objetivos:						
Manter o pagamento da obrigação patronal previdenciária dos servidores do Município, exceto saúde e educação.						
491	Programa de Apoio Técnico Consultivo	1.497.336,00	1.621.614,89	1.751.344,08	1.888.824,59	6.759.119,56
Objetivos:						
Coordenar e aprovar pareceres jurídicos, exceto aqueles de natureza contenciosa e fiscal.						
492	Programa de Representação Judicial e Extrajudicial	2.464.824,00	2.669.404,39	2.882.956,74	3.109.268,84	11.126.453,97
Objetivos:						
Defender judicial e extrajudicialmente os interesses legítimos do Município, promovendo a redução da litigiosidade através de mecanismos extrajudiciais e de uma estrutura preventiva para pronta resposta naquilo em que o Município for judicialmente demandado.						
681	Programa de Segurança Pública e Trânsito	39.243.600,00	42.500.818,80	45.900.884,30	49.504.103,72	177.149.406,82
Objetivos:						
Planejar, coordenar e executar as políticas municipais de segurança, prevenção e mobilidade urbana						
801	Programa de Desenvolvimento e Assistência Proteção Básica	2.281.900,00	2.471.297,70	2.669.001,52	2.878.518,14	10.300.717,36
Objetivos:						
Prover serviços, programas, projetos e benefícios, em especial para famílias, indivíduos e grupos, que deles necessitarem, contribuindo com a inclusão dos usuários, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais. Garantir o fortalecimento da função protetiva da família, prevenindo a ruptura de seus vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria da qualidade de vida. Garantir a efetividade do acompanhamento adequado dos usuários do BPC na Escola. Combater a fome, promover a segurança alimentar e nutricional, reduzir a pobreza e a extrema pobreza. Estimular a emancipação sustentável das famílias que vivem em situação de pobreza. Garantir a efetividade nos cadastramentos das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e garantir a gestão eficiente do programa a fim de melhorar o índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (GDM-PBF). Garantir condições de moradia segura, por meio de insunhos e serviços e parcerias com demais entes federativos e instituições. Garantir espaço físico adequado para a oferta dos serviços do CRAS.						
802	Programa de Desenvolvimento e Assistência da Média e Alta Complexidade	7.499.127,00	8.121.554,54	8.771.278,90	9.459.824,29	33.851.784,73
Objetivos:						
Garantir o apoio, orientação e acompanhamento de famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios, a incidência de violação de direitos, prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Garantir às crianças e aos adolescentes que necessitam de proteção integral, devido aos vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Prover serviços, programas, projetos e benefícios, em especial para famílias, indivíduos e grupos, que se encontrem em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, e ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substância psicoativa, cumprimento de medida socioeducativa, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Garantir os direitos das crianças e adolescentes por meio das políticas públicas setoriais, executadas conforme as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e pelo CMDCA. Garantir espaço físico adequado para a oferta dos serviços do CREAS. Viabilizar formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, proporcionando-lhe integração às demais gerações e criar estratégias para defender os idosos da violação a seus direitos, em virtude de ação ou omissão da sociedade ou do Estado, de omissão ou abuso da família, do curador ou da entidade de atendimento ou, ainda, de sua condição pessoal.						
841	Programa de Gestão de Desenvolvimento, Assistência Social e Direitos Humanos	12.447.627,00	13.480.780,04	14.559.242,44	15.702.142,97	56.189.792,45
Objetivos:						



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Programas Detalhados
Entidade(s): Consolidado
PPA: 2026 - 2029

Pág 3 / 7

Programa	Descrição Programa					2026	2027	2028	2029	Vir Global
Melhorar a qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados à população em situação de vulnerabilidade e risco social. Planejar, gerir, monitorar e avaliar a Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município, visando sua consolidação como estratégia organizada da Política de Assistência Social ampliando seu acesso e conhecimento por parte da população. Viabilizar o aprimoramento e estrutura da gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no âmbito do município, viabilizar a capacitação dos Conselheiros Municipais de Assistência Social e garantir a implementação da Vigilância Socioassistencial, visando atender o Pacto de Aprimoramento do SUAS. Transferir recursos financeiros públicos, através de parceria, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019/2014, às organizações da sociedade civil que prestem serviços da Política de Assistência Social tipificados. Tutelar os Direitos Humanos em âmbito municipal e subsidiar e direcionar as ações governamentais neste sentido, a partir de normativas, programas, projetos, dentre outros instrumentos.										
844	Programa de Gestão Programa Bolsa Família - Cadastro Único					40.200,00	43.536,60	47.019,53	50.710,56	181.466,69
Objetivos:										
O objetivo do Cadastro Único para Programas Sociais é o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias de baixa renda, garantindo a seleção de forma qualificada para esse público ter o acesso serviços e políticas públicas.										
1001	Programa de Atenção Básica					33.942.462,00	36.759.686,35	39.700.461,26	42.816.947,47	153.219.557,08
Objetivos:										
Promover o cuidado integral na Atenção Primária à Saúde de forma humanizada, oportuna, resolutiva, preventiva, segura, de qualidade, fortalecendo a estratégia de Saúde da Família e assegurando ao usuário o acesso universal, equânime e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS.										
1002	Programa de Especialidades Médicas					82.659.145,00	89.519.854,04	96.681.442,36	104.270.935,59	373.131.376,99
Objetivos:										
Ampliar a cobertura assistencial. Implantação do Modelo de Atendimento Rápido na UPA24h, implantação da gestão da qualidade e segurança do paciente. Melhoria da infraestrutura da unidade. Assumir as responsabilidades da habilitação da gestão plena dos serviços de média e alta complexidade relativas a seleção, contratação, cadastramento, estabelecimento de contratos, regulação, controle e avaliação, com a implementação de Unidades de Terapia Intensiva - UTI. Transferir recursos para o consórcios públicos para prestação de serviços na área de saúde visando a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a implementação do serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU. Facilitar e garantir o acesso e a oferta de tecnologia de maior complexidade regulando a sua incorporação a partir de critérios de necessidades eficientes, eficácia efetividade e qualidade técnico científico. Regular o acesso da população referenciada garantindo o atendimento ambulatorial e hospitalar na rede do SUS e também controlar e avaliar as ações do SUS.										
1003	Programa de Suporte Profilático e Terapêutico					2.482.386,00	2.688.426,20	2.903.500,30	3.131.425,07	11.205.739,57
Objetivos:										
Promover estratégias que visem a ampliação do acesso, o fomento ao uso racional de medicamentos e a promoção da qualidade dos serviços farmacêuticos, garantindo o fornecimento de medicamentos seguros e eficazes, utilizando todo o processo de disponibilização de insumos farmacêuticos.										
1004	Programa de Vigilância em Saúde					5.974.824,00	6.470.734,39	6.988.393,14	7.536.982,00	26.970.933,53
Objetivos:										
Desenvolver a análise permanente da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações que visam o controle de determinantes, riscos e danos à saúde das populações que vivem nos territórios sanitários, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual como coletiva dos problemas de saúde, bem como realizar monitoramento sistemático do estado de saúde no território tendo como estratégia prioritária a efetivação das ações de Vigilância em Saúde no Município.										
1022	Programa de Gestão da Saúde					5.294.125,00	5.733.537,38	6.192.220,37	6.678.309,67	23.898.192,42
Objetivos:										
Promover a gestão da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA/Sistema Único de Saúde - SUS-Itabirito com a estruturação dos seus recursos disponíveis para garantir que a mesma se configure num processo dinâmico, eficiente, participativo e integrado com as políticas do Sistema Único de Saúde e com as necessidades da sociedade Itabiriteense, bem como atender as demandas encaminhadas em tempo hábil por meio do Sistema Ouvidor SUS referentes aos serviços ofertados e instituições, prestadoras de serviço do SUS do Município, implementação da gestão de custos.										
1072	Programa de Previdência da Saúde					7.272.975,00	7.876.631,93	8.506.762,48	9.174.543,33	32.830.912,74
Objetivos:										
Manter o pagamento da obrigação patronal previdenciária dos servidores Municipais da área de Saúde.										



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Programas Detalhados
Entidade(s): Consolidado
PPA: 2026 - 2029

Pág 4 / 7

Programa		Descrição Programa		2026	2027	2028	2029	Vlr Global
1222	Programa de Gestão da Educação			10.674.251,00	11.560.213,83	12.485.030,94	13.465.105,87	48.184.601,64
Objetivos:								
Formular e definir ações para implementação das diretrizes da Política Educacional do Município, integrando a Educação com outras políticas municipais e com instituições da sociedade civil.								
1253	Programa de Gestão de Transporte Educacional			20.086.327,00	21.753.492,14	23.493.771,51	25.338.032,57	90.671.623,22
Objetivos:								
Promover a contínua melhoria dos serviços de Transportes Educacional da Prefeitura de Itabirito; Gerir a Frota de Veículos Educacionais; Coordenar a oferta do serviço de transporte escolar.								
1261	Programa de Ensino Fundamental			76.799.446,10	83.173.800,13	89.827.704,14	96.879.178,91	346.680.129,28
Objetivos:								
Criar vagas na Educação Fundamental para ampliação do atendimento. Implantar um Plano de Trabalho Pedagógico Integrado para o atendimento da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental com intuito de aproximar as propostas pedagógicas e dar continuidade ao percurso da aprendizagem destas crianças, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular. Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino fundamental, por meio do provimento adequado de infraestrutura física, serviços e abastecimento de material de consumo, capacitação de servidores, dentre outros. Alcançar as metas estabelecidas pelos indicadores da educação.								
1262	Programa de Apoio ao Ensino Médio			59.747,00	64.706,00	69.882,48	75.368,25	269.703,73
Objetivos:								
Apoiar o desenvolvimento do ensino médio visando aumentar a oferta e acessibilidade do mesmo a população de Itabirito. Fomentar a inovação e promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.								
1265	Programa de Educação Infantil			54.640.541,00	59.175.705,90	63.909.782,37	68.926.878,72	246.652.687,99
Objetivos:								
Criar vagas na Educação Infantil para ampliação do atendimento. Implantar um Plano de Trabalho Pedagógico Integrado para o atendimento da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental com intuito de aproximar as propostas pedagógicas e dar continuidade ao percurso da aprendizagem destas crianças, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular. Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino infantil por meio do provimento adequado de infraestrutura física, serviços e abastecimento de material de consumo, capacitação de servidores, dentre outros. Alcançar as metas estabelecidas pelos indicadores da educação.								
1266	Programa de Educação de Jovens e Adultos			167.850,00	181.781,55	196.324,07	211.735,51	757.691,13
Objetivos:								
Promover uma educação de qualidade e que contribua para a permanência e aprendizagem dos estudantes da EJA, criando estratégias e meios com vistas a diminuir a evasão escolar e assegurar a ampliação ao direito à educação a todos os cidadãos.								
1267	Programa de Educação Especial			3.400.260,00	3.662.481,58	3.977.080,11	4.289.280,90	15.349.102,59
Objetivos:								
Oferecer diferentes alternativas de atendimento ao aluno com deficiência, tendo em vista sua inclusão social e promover sistematicamente uma política de Educação Inclusiva que considere as diversidades e as condições de equidade, na promoção da cidadania nos ambientes de convivência escolar.								
1272	Programa de Previdência da Educação			11.316.603,00	12.255.881,05	13.236.351,53	14.275.405,13	51.084.240,71
Objetivos:								
Manter o pagamento da obrigação patronal previdenciária dos servidores Municipais da área de Educação.								
1392	Programa de Cultura, Arte e Patrimônio			22.694.387,00	24.578.021,12	26.544.262,81	28.627.987,44	102.444.658,37
Objetivos:								



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Programas Detalhados
Entidade(s): Consolidado
PPA: 2026 - 2029

Pág 5 / 7

Programa	Descrição Programa				2026	2027	2028	2029	Vlr. Global
Fortalecer a institucionalidade da política cultural do município, com a implementação dos instrumentos institucionais faltantes que compõem o Sistema Municipal de Cultura. Garantir continuidade e ampliar: o orçamento para a cultural, a oferta de cursos, áreas de atuação e atendimentos; o Fundo Municipal de Cultura e a Lei de Incentivo à Cultura do Município, adequando-os todos às demandas crescentes e à dinâmica da sociedade e do campo da cultural. Ampliar e requalificar o conjunto de equipamentos culturais do município, adequando-os às demandas específicas de diversos segmentos e do cidadão Itabiriteense. Descentralizar a política cultural para outras regiões do município[Melhorar a divulgação, com uso de diversas mídias, visando à promoção, o debate público e o esclarecimento acerca das atividades culturais do Município]. Promover a diversidade cultural[Promover a sensibilização e a capacitação dos gestores e dos grupos culturais]. Promover o investimento na pesquisa acerca da dinâmica da cultura, da história, da memória e do patrimônio, visando à criação e manutenção de base de dados, o apoio às políticas e ao desenvolvimento da economia da cultural[Promover a proteção do patrimônio em suas múltiplas dimensões (Leis, equipamentos, educação patrimonial ampliada, pesquisa, entre outros). Promover o apoio ao intercâmbio artístico]. Criar mecanismos que promovam o acesso à fruição e ao consumo de bens culturais].									
1395	Programa de Turismo	347.798,00	376.665,23	406.798,45	438.732,13	1.569.993,81			
Objetivos:									
Aperfeiçoar a utilização dos patrimônios histórico, cultural e natural para o turismo. Promover a qualificação da mão de obra do mercado turístico Itabiriteense. Estruturar e diversificar a oferta turística do município. Aumentar a demanda turística do município. Promover a integração da comunidade local junto à atividade turística. Fomentar a prática da pesquisa científica em turismo no município. Fortalecer a gestão turística do município[Criar condições para a geração de ocupação e novos empregos no setor de turismo. Dispor da mão de obra dos serviços turísticos, capacitada e qualificada. Promover aumento na eficiência da infraestrutura adequada à atividade turística do município.									
1551	Programa de Obras e Infraestrutura	54.707.934,00	59.248.692,52	63.988.587,92	69.011.692,07	246.956.906,51			
Objetivos:									
1552	Programa de Serviços Urbanos	11.003.298,00	11.916.571,73	12.869.897,47	13.880.184,42	49.669.951,62			
Objetivos:									
Programar, organizar, orientar, administrar, executar e controlar as atividades de elaboração e deliberação de projetos arquitetônicos necessários à execução de obras e serviços públicos. Notar e controlar as intervenções particulares no âmbito da urbanização considerando as normas e regulamentos vigentes do Plano Diretor. Garantir a continuidade dos serviços urbanos prestados à população, tais como manter a cidade limpa, por meio da preservação e conservação de logradouros públicos.									
1582	Programa de Habitação	11.554.200,00	12.513.198,60	13.514.254,49	14.575.123,47	52.156.776,56			
Objetivos:									
Reduzir o déficit habitacional, com ênfase na promoção do acesso às moradias seguras, dignas e regularizadas para famílias de baixa renda. Viabilizar o acesso ao pré cadastro de famílias para habitação de interesse social.									
1711	Sistemas de Saneamento Básico Rural	2.394.814,00	2.593.583,57	2.801.070,24	3.020.954,27	10.810.422,08			
Objetivos:									
Atuagir e manter a universalização do abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais nas áreas rurais									
1712	Sistemas de Saneamento Básico Urbano	37.552.877,00	40.669.765,80	43.923.347,07	47.371.329,82	169.517.319,69			
Objetivos:									
Atuagir e manter a universalização do abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais nas sedes urbanas									
1722	Administração do Saneamento Básico Municipal	17.483.309,00	18.938.923,63	20.450.237,53	22.059.218,64	78.931.688,80			
Objetivos:									
Manter e melhorar a estrutura administrativa do SAAE.									



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Programas Detalhados
Entidade(s): Consolidado
PPA: 2026 - 2029

Pág 6 / 7

Programa		Descrição Programa					2026	2027	2028	2029	Vlr Global
1741	Plano de Proteção, Conservação e Controle Ambiental					519.000,00	562.077,00	607.043,16	654.696,06	2.342.816,22	
Objetivos:											
Preservar e recuperar áreas de influência ao Saneamento											
1841	Programa de Preservação e Conservação Ambiental					30.801.993,00	33.358.558,42	36.027.243,09	38.855.381,67	139.043.176,18	
Objetivos:											
Formular, implementar e avaliar a política ambiental do município. Exercer o controle sobre atividades desenvolvidas por empresas, órgãos públicos, outros tipos de organizações e pela população, que possam vir comprometer a sustentabilidade do meio ambiente e dos recursos naturais. Conscientizar as empresas, órgãos públicos e instituições de ensino, outras organizações e a população, da necessidade de conservação e preservação do meio ambiente e dos recursos hídricos de superfície e do subsolo.											
2001	Programa de Gestão e Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.					4.859.774,00	5.263.135,24	5.684.186,06	6.130.394,67	21.937.489,97	
Objetivos:											
Promover o fortalecimento da agricultura familiar e do agronegócio sustentável, com foco na formação, qualificação e apoio ao produtor rural, no incremento tecnológico, na segurança alimentar e sanitária, na valorização do bioma local e na redução das desigualdades sociais, garantindo inclusão socioeconômica, geração de trabalho e renda, transformação digital, desenvolvimento científico e tecnológico, além da cooperação regional e institucional, em benefício da sociedade itabiriteense.											
2391	Programa de Desenvolvimento Econômico					12.192.944,00	13.204.958,35	14.261.355,02	15.380.871,39	55.040.128,76	
Objetivos:											
Estimular o desenvolvimento econômico de Itabirito e apoiar os empreendimentos na cidade, oferecendo um ambiente favorável ao negócio de alto valor agregado e nas indústrias do conhecimento, atuando de forma estruturada e articulada com os diversos agentes econômicos, regionais, nacionais e internacionais para consolidar a cidade de Itabirito como um centro de excelência em empreendedorismo. Planejar e executar as Políticas de Desenvolvimento Econômico e de qualificação profissional e geração de emprego. Fomentar a abertura de escolas profissionalizantes na cidade, bem como ofertar cursos de qualificação e monitoramento de egressos dos cursos, aumentando a possibilidade de inserção do público-alvo no mercado de trabalho formal e em oportunidades de geração de trabalho e renda.											
2682	Programa de Gestão de Frota					32.916.819,00	35.648.914,98	38.500.828,18	41.523.143,19	148.589.705,35	
Objetivos:											
Promover a contínua melhoria dos serviços de Transportes da Prefeitura de Itabirito Gerir a Frota de Veículos oficiais e alugados Coordenar a oferta do serviço de transporte escolar em parceria com a Secretaria de Educação.											
2712	Programa de Desenvolvimento e Democratização do Desporto, do Lazer e da Promoção da Saúde					11.213.669,00	12.144.403,53	13.115.955,81	14.145.558,34	50.619.586,68	
Objetivos:											
Fomentar o acesso à prática esportiva educacional, de participação, de rendimento e de lazer, visando a promoção da saúde, a redução das desigualdades sociais e a democratização da prática das atividades esportivas e de lazer.											
2846	Programa de Encargos Especiais					200,00	216,60	233,93	252,29	902,82	
Objetivos:											
Manter o pagamento da dívida e encargos do Município. Engloba despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, portanto, uma agregação neutra.											
4999	Reserva de Contingência					550.000,00	595.650,00	643.302,00	693.801,21	2.482.753,21	
Objetivos:											
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.											
9999	Reserva de Contingência					19.952.682,00	21.608.754,61	23.337.454,98	25.169.445,20	90.068.336,79	
Objetivos:											



MUNICÍPIO DE ITABIRITO
Planejamento e Orçamento
Programas Detalhados
Entidade(s): Consolidado
PPA: 2026 - 2029

Programa	Descrição Programa	2026	2027	2028	2029	Vlr Global
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.						
Total Geral:		800.106.000,00	867.204.000,00	936.575.000,00	1.010.100.000,00	3.613.985.000,00





Prefeitura Municipal de Itabirito
Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento– SEPLAN
Avenida Queiroz Júnior, nº 635 - Centro
CEP:35450-228
Cidade: Itabirito – MG
Telefone: (31) 3561-4057
planejamento@pmi.mg.gov.br

Élio da Mata Santos
Prefeito Municipal

Raphael Von Rondow Nascimento
Vice-Prefeito Municipal

Débora Francisca Costa de Aguiar
Secretaria Municipal de Planejamento
e Orçamento

Eduardo dos Reis Braga
Secretaria Municipal de Esportes e
Lazer

Elisângela Maria Pereira Lima
Secretaria Municipal da Fazenda e
Tributação

Frederico Arthur Souza Leite
Secretaria Municipal de Meio
Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

Orlando Amorim Caldeira
Gabinete de Governo

Matheus Marques Amui
Secretaria Municipal de Obras,
Serviços e Infraestrutura

Daniela de Mello Orlandi
Controladoria Geral

Amanda Silva Santos
Secretaria Municipal de Políticas
Urbanas e Habitação

Celina Rodrigues da Cunha Oliveira
Procuradoria Jurídica Consultiva

Alexandre Mendanha Sampaio
Procuradoria Jurídica Contencioso

Admilson Celso Santiago
Secretaria Municipal de Segurança,
Prevenção e Mobilidade

José Bernardo de Paula
Secretaria Municipal de Administração

Cleusa de Lourdes Claudino
Secretaria Municipal de Saúde

Patrícia Pedrosa do Carmo Nonato
Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Econômico

Júnia Guimarães Melillo
Secretaria Municipal de Patrimônio,
Cultura e Turismo

Rainer Tawyr Lima Cardoso
Secretaria Municipal de Agronegócio e
Desenvolvimento Rural

Bianca de Fátima Vaz Galo
Secretaria Municipal de Comunicação

**Veridiane Elaine Souza Salvador de
Oliveira**
Secretaria Municipal de
Desenvolvimento Social

Arnaldo Pereira dos Santos
Secretaria Municipal de Gestão de
Frotas

Iracema Ana D'arc Pedrosa Mapa
Secretaria Municipal de Educação

Heloisa Cristina França Cavallieri
Serviço Autônomo de Saneamento



SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
EQUIPE TÉCNICA

Leonardo Luiz Barbosa
Diretoria de Planejamento,
Financiamento e Projetos Estratégicos

Bruna Larissa Batista Melo
Gerência de Elaboração e
Monitoramento do PPAG, Indicadores
e Projetos Estratégicos

André Luiz Marins Ferraz
Gerência de Estudos Técnicos
Preliminares

Fabiana Cristina Ribeiro Vaz
Gerência de Planejamento e
Acompanhamento de Convênios

João Paulo Maximiano Souza
Assessor I da Diretoria de
Planejamento, Financiamentos e
Projetos Estratégicos

**Tamires Sacha Fernandes Ramos
Pedrosa**
Assistente II da Diretoria de
Planejamento, Financiamentos e
Projetos Estratégicos

Dayane Cristina da Silva Sotero
Assistente II da Diretoria de
Planejamento, Financiamentos e
Projetos Estratégicos

Fabiana dos Anjos Oliveira
Diretoria de Coordenação do
Orçamento

Vitória Virgínia Veloso Santos
Gerência de Execução Orçamentária

Elisandra Pereira Alves
Analista de Gestão

Cleria Maria de Oliveira Abreu
Técnica de Serviço Público I da
Diretoria de Coordenação do
Orçamento

Luciano Reis Martins
Agente Administrativo da Diretoria de
Coordenação do Orçamento

**Guilherme Henrique Maximiano
Moreira**
Assistente II da Diretoria de
Coordenação do Orçamento

Melise Carraro de Oliveira
Assessor I da Diretoria de
Coordenação do Orçamento

Sumário

PROJETO DE LEI	6
MENSAGEM DO PREFEITO DE ITABIRITO	12
1. PANORAMA SOCIOECONÔMICO DE ITABIRITO	15
1.1. História do município.....	15
1.2. Localização e aspectos logísticos.....	15
1.3. Aspectos demográficos.....	17
1.4. Aspectos Econômicos.....	22
1.5. Infraestrutura urbana.....	33
1.6. Educação	35
1.7. Saúde	40
2. DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS.....	46
2.1. Contexto nacional.....	46
2.2. Receitas	48
2.3. Despesas	50
3. CENÁRIO MACROECONÔMICO	55
3.1. Análise da Conjuntura Econômica.....	55
4. VISÃO DE FUTURO DO MUNICÍPIO E VALORES.....	59
5. PILARES, EIXOS TEMÁTICOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS	61
5.1. Pilar Governança, Eficiência fiscal e Transparência.....	61
5.2. Pilar Educação	68
5.3. Pilar Saúde e Bem-estar.....	75
5.4. Infraestrutura e Mobilidade Urbana	83
5.5. Pilar Sustentabilidade	89
5.6. Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública	94
6. PROGRAMAS E OBJETIVOS DO PPAG 2026-2029	100
6.1. Relação de programas.....	101
6.2. Articulação dos principais instrumentos da Gestão	105
6.3. Integração do PPAG 2026-2029 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.....	105
6.4. Conceito de Projetos, Planos e Programas.....	107
6.5. Método para construção dos projetos	107
6.6. Integração do Planejamento Estratégico ao PPAG 2026-2029	108
6.7. Desdobramento dos programas do PPAG	113



7. INDICADORES DO PPAG 2026-2029	141
ANEXO I	160
ANEXO II	161
ANEXO III	162



Itabirito, 29 de agosto de 2025.

Ofício nº 277/2025-GP
Assunto: Projeto de Lei - Encaminha

Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminhamos à análise de V. Exa. e dos nobres Edis, a fim de ser submetido à deliberação dessa Augusta Câmara Municipal, o Projeto de Lei anexo, que *"Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental para o Quadriênio 2026 - 2029"*.

Senhor Presidente, em face da relevância da matéria tratada nesta proposição, esperamos que essa Egrégia Câmara conceda o seu apoio ao presente Projeto de Lei, apreciando-o e aprovando-o com a maior brevidade possível.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

ELIO DA MATA SANTOS:50547917600
917600

Assinado de forma digital por ELIO DA MATA SANTOS:50547917600
Dados: 2025.08.29 16:35:57 -03'00'

Élio da Mata Santos
PREFEITO MUNICIPAL

A Sua Excelência o Senhor
MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente da Câmara Municipal de
ITABIRITO – MG.

